

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA – DOUTORADO

**GLOBALIZAÇÃO E IDEOLOGIA: uma análise sobre a dimensão ideológica do
processo de globalização**

Helena Lúcia Augusto Chaves

Recife - 2006

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA – DOUTORADO

**GLOBALIZAÇÃO E IDEOLOGIA: uma análise sobre a dimensão ideológica do
processo de globalização**

Helena Lúcia Augusto Chaves

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade Federal de Pernambuco, como exigência parcial à obtenção do título de Doutor em Sociologia, sob a orientação da Prof^a Dr^a Josefa Salete Barbosa Cavalcanti.

Recife - 2006

Chaves, Helena Lúcia Augusto

Globalização e ideologia : uma análise sobre a dimensão ideológica do processo de globalização / Helena Lúcia Augusto Chaves. – Recife : O Autor, 2006.

273 folhas ; il., tab.

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Sociologia, 2006.

Inclui bibliografia.

1. Sociologia – Ideologia – Globalização. 2. Aspectos conceituais – Inevitabilidade – Conteúdo ideológico. 3. Ideologia e discurso – Imprensa escrita. 4. Folha de São Paulo – Formação discursiva – Globalização. I. Título.

**316.77
302.2244**

**CDU (2.ed.)
CDD (22.ed.)**

**UFPE
BC2006-529**

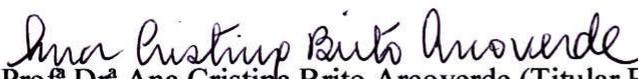
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA – DOUTORADO**

**GLOBALIZAÇÃO E IDEOLOGIA: uma análise sobre a dimensão ideológica do
processo de globalização**

Helena Lúcia Augusto Chaves

BANCA EXAMINADORA


Prof.^a Dr.^a Josefa Salete Barbosa Cavaleanti (Presidente – PPGS/UFPE)


Prof.^a Dr.^a Ana Cristina Brito Arcoverde (Titular Externo – PPGSS/UFPE)


Prof. Dr. Edgard Malagodi (Titular Externo – UFCG)


Prof.^a Dr.^a Eliane Veras Soares (Titular Interno – PPGS/UFPE)


Prof. Dr. Marcos Costa Lima (Titular Interno – PPGCP/UFPE)

Prof. Dr. Terence Mulhall (Suplente Externo – UFPB)

Prof. Dr. Aécio Marcos de Medeiros Gomes de Mattos (Suplente Interno – PPGS/UFPE)

Recife, 09 de agosto de 2006

À Marília e William
Filhos amados, queridos e maravilhosos.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, que me deram a vida e me ensinaram a encontrar um sentido para viver, cultivando valores que dignificam a condição humana.

Aos meus irmãos, pelo bom relacionamento, amor, amizade e possibilidade de compartilhar nossas vidas.

Aos meus filhos, que me fazem viver, com mais intensidade e emoção, todos os momentos da minha vida.

Aos colegas de turma e amigos, companheiros desse processo.

A minha orientadora, Prof^a Dr^a Salete Cavalcanti, que acreditou na minha proposta de trabalho e na minha capacidade de cumprir tal requisito.

Aos Professores do PPGS, principalmente aqueles de quem tive o privilégio de ser aluna.

Aos colegas do Departamento de Serviço Social da UFPE, pela liberação parcial de minhas atividades e pelo incentivo à minha qualificação.

A todos que contribuíram direta ou indiretamente para a realização desta tese, meus sinceros agradecimentos. Especialmente aos autores nos quais fundamentei meus argumentos e aos profissionais que fizeram a tradução do resumo; a revisão ortográfica e a encadernação dos volumes.

Muito obrigada!

RESUMO

Esta tese trata do tema da ideologia no contexto da globalização, a partir de discussão teórica sobre os termos ideologia e globalização. O construto metodológico baseia-se na análise de discursos e o corpus da pesquisa constitui-se de reportagens sobre globalização, extraídas do Jornal Folha de São Paulo, referente ao período compreendido entre 1995 e 2004.

O tratamento teórico dado ao tema limita-se ao âmbito de abordagem das Ciências Sociais e visa repensar a questão da ideologia na contemporaneidade, desde a sua importância teórica ao seu potencial analítico.

Articulando globalização, ideologia e discurso no processo de investigação e análise, o entendimento de ideologia, como uma prática que se entrelaça às demais práticas sociais, constitui um dos pressupostos adotados e conduz a abordagem conceitual dada ao termo globalização, considerando seus principais aspectos conceituais, quais sejam o tecnológico, o político, o econômico, o cultural e o social. Este tratamento tem como objetivo demonstrar que a ideologia não se localiza em um espaço definido da estrutura social, posto que se configura nas práticas sociais, cuja expressão discursiva é ressaltada na construção conceitual do termo globalização.

A identificação da característica da inevitabilidade atribuída ao processo de globalização e verificada no tratamento conceitual do termo é o elemento demonstrativo da construção ideológica presente nesse processo.

Dos principais resultados obtidos, pode-se destacar a interconexão existente entre os diversos aspectos conceituais da globalização, a articulação entre elementos conceituais e ideológicos do discurso analisado e a configuração da ideologia no processo de globalização.

PALAVRAS – CHAVE: Ideologia – Globalização – Discurso – Mudança Social

ABSTRACT

This thesis deals with the subject of the ideology in the context of the globalization from the theoretical discussion about the terms ideology and globalization. The methodological construct is based on discourse analysis, and the corpus is constituted of news articles about globalization extracted of Folha de São Paulo newspaper, from the 1995 -2004 period.

The theoretical treatment given to the theme is limited to the Social Sciences approach and aims to rethink the ideology subject in the contemporary era, from its theoretical importance to its analytical potential.

When articulating globalization, ideology and discourse in this investigation and analysis process, understanding ideology as a practice which tangles the other social practices, constitutes one of the presupposition adopted and leads the conceptual approach given to the term globalization, taking into account its main conceptual aspects –technological, political, economical, cultural and social. This treatment has as its objective showing that ideology is not located in a defined space of social structure, since it lies through social practices, which discursive expression is highlighted by in the construction of the term globalization.

The identification of the feature of inevitability attributed to the globalization process and verified in the conceptual treatment of the term is the proving element of the ideological construction present in this process.

From the main results gotten, it is possible to highlight the inter-connection between several conceptual aspects of globalization, the articulation among conceptual and ideological elements from the analyzed discourse and the configuration of ideology in the globalization process.

Key words: Ideology, Globalization, Discourse, Social Change

RÉSUMÉ

Cette thèse traite du thème de l'idéologie dans le contexte de la mondialisation à partir de la discussion théorique sur les termes idéologie et mondialisation. L'approche méthodologique est basée sur l'analyse du discours et le *corpus* de la recherche est constitué de reportages sur la mondialisation. Ces reportages ont été pris dans le journal « Folha de São Paulo » dans une période qui date de 1995 à 2004.

Le traitement théorique donné au thème se limite à l'approche des Sciences Sociales et vise repenser à la question de l'idéologie sur l'aspect contemporain, depuis son importance théorique jusqu'à son potentiel analytique.

Mettant en rapport la mondialisation, l'idéologie et le discours dans un processus d'investigation et d'analyse, l'entente d'idéologie, comme une pratique qui s'entremêle à d'autres pratiques sociales, constitue une des présuppositions adoptées et conduit à une approche conceptuelle attribuée au terme mondialisation, en considérant ses principaux aspects conceptuels, à savoir le technologique, le politique, l'économique, le culturel et le social. Ce traitement a comme but démontrer que l'idéologie ne se localise pas dans un espace défini de la structure sociale, bien qu'elle s'établisse dans les pratiques sociales, dont l'expression discursive est mise en relief dans la construction conceptuelle du terme mondialisation.

L'identification de la caractéristique de l'inévitable attribuée au processus de mondialisation et vérifiée dans le traitement conceptuel du terme est l'élément démonstratif de la construction idéologique présente dans ce processus.

À partir des principaux résultats obtenus, on peut souligner l'interconnexion existante entre les divers aspects conceptuels de mondialisation, la relation entre les éléments conceptuels et idéologiques du discours analysé et la configuration de l'idéologie dans le processus de mondialisation.

Mots clés : Idéologie – Mondialisation – Discours – Changement Social

SUMÁRIO

Introdução.....	11
Capítulo 1: Globalização: panorama da discussão teórica no âmbito das Ciências Sociais	
1.1 Globalização: argumentos principais na abordagem sociológica do tema.....	19
1.2 Processo de globalização: principais aspectos conceituais.....	35
1.2.1 Globalização Tecnológica.....	36
1.2.2 Globalização Política.....	38
1.2.3 Globalização Econômica.....	44
1.2.4 Globalização Cultural.....	49
1.2.5 Globalização Social.....	54
1.3 Globalização: a dimensão ideológica como formulação do problema de pesquisa.....	57
Capítulo 2: Ideologia e Globalização: reflexões sobre o debate contemporâneo	
2.1 Ideologia: esboço da construção teórica do termo nas Ciências Sociais.....	61
2.2 A questão da ideologia nas principais abordagens contemporâneas das Ciências Sociais.....	80
2.3 Ideologia e hegemonia na prática discursiva.....	86
Capítulo 3: Globalização, Ideologia e Discurso	
3.1 Discurso e processo de produção de sentido.....	98
3.2 Imprensa escrita, ideologia e análise de textos de comunicação.....	105
3.3 Ideologia e discurso: potencialidade analítica no estudo da globalização.....	109
Capítulo 4: Globalização: definições em fragmentos discursivos	
4.1 Aspectos conceituais da globalização em discursos da imprensa escrita no período de 1995 a 2004.....	128
4.1.1 Análise do material empírico do período de 1995 a 1999.....	128
4.1.1.1 Aspecto Tecnológico.....	128
4.1.1.2 Aspecto Político.....	133
4.1.1.3 Aspecto Econômico.....	148
4.1.1.4 Aspecto Cultural.....	161
4.1.1.5 Aspecto Social.....	166
4.1.2 Análise do material empírico do período de 2000 a 2004.....	171
4.1.2.1 Aspecto Tecnológico.....	171
4.1.2.2 Aspecto Político.....	173
4.1.2.3 Aspecto Econômico.....	188
4.1.2.4 Aspecto Cultural.....	192
4.1.2.5 Aspecto Social.....	202
4.2 Olhares imaginando um conceito: discursos da imprensa escrita sobre a construção teórica do termo globalização.....	208
4.3 O jogo articulatório entre os elementos conceituais e ideológicos do discurso em análise.....	210

Capítulo 5: Ideologia: contornos e características no discurso da globalização

5.1	A dimensão ideológica da globalização em discursos da imprensa escrita no período de 1995 a 2004.....	214
5.2	O debate sobre a inevitabilidade da globalização em discursos da imprensa escrita no período de 1995 a 2004.....	241
5.3	Configuração da dimensão ideológica da globalização na prática discursiva em análise.....	260
	Conclusões.....	263
	Referências Bibliográficas.....	268

INTRODUÇÃO

Estudar a questão da ideologia no contexto contemporâneo da globalização constitui-se em instigante exercício de reflexão e construção de um tema amplo e desafiador. Primeiro, pela realização de estudo sobre a realidade em curso e pela complexidade do tratamento teórico referente à globalização, haja vista a polêmica sobre os sentidos atribuídos ao termo; a multidisciplinaridade da discussão; as ambivalências do processo, construído em um intenso contexto de mudança social; e o aspecto multifacetado a ser considerado no processo de investigação e análise. Segundo, pela definição da ideologia como categoria central de análise e como fundamental à discussão e compreensão dos processos sociais da atualidade. A evolução conceitual do termo ideologia, marcado tanto pelo sentido negativo, crítico e depreciativo como pela sua identificação com o marxismo, limita a utilização do termo em outras correntes teóricas. Terceiro, pela abordagem sobre discurso, que também não é assunto pacífico na discussão acadêmica, como possibilidade de mediação analítica entre os temas da ideologia e da globalização. Quarto, pela escolha de discursos da imprensa escrita para compor o material empírico da pesquisa, tornando a análise de discursos mais abrangente, devido à consideração necessária de aspectos referentes à mídia, à comunicação, à formação de opinião, inerentes à análise de textos de comunicação. Quinto, pela composição da análise ter sido direcionada para a verificação de indicadores da materialidade da ideologia no processo de globalização, tanto no que se refere ao debate teórico sobre o assunto como no que diz respeito à configuração da ideologia nesse processo.

A apresentação sintética desses itens aponta para a estrutura desta tese, que articula os termos ideologia, globalização e discurso em cinco capítulos, cujo debate, inserido no desafio de pensar a sociedade contemporânea, expressa o objetivo de estudar o nexos entre ideologia e

prática social, a partir de abordagem teórica e metodológica, que possibilite analisar a dimensão ideológica do processo de globalização. Ou seja, este impulso investigativo foi gerado pelo questionamento da perspectiva que define a globalização, como um processo resultante de pensamento único e de práticas inevitáveis. Visão esta considerada, no âmbito deste estudo como ideológica, tanto pelo fato de não se conceber a existência de um pensamento único na atualidade, cujo avanço, aprofundamento e diversificação do próprio conhecimento torna essa pretensão inválida, como pelo fato da inevitabilidade ser inconcebível para designar um contexto resultado de relações sociais, visto que determinismo e fatalidade são incompatíveis com a história da civilização humana.

Esta tese parte da discussão sobre a pertinência do conceito de ideologia na atualidade e refere-se à abordagem da ideologia como dimensão da prática social, destacando o tratamento dado ao termo no campo epistemológico e a sua potencialidade analítica no estudo de fenômenos contemporâneos. Este ponto de partida também fundamenta a construção do problema de pesquisa que consiste em indagar sobre a configuração da ideologia no contexto da globalização.

Para investigar este problema, elaboro a hipótese de que a característica da inevitabilidade, que compõe o processo de globalização, pode ser identificada como elemento articulador da configuração da ideologia nesse processo, e que a análise de tal característica permite definir os contornos do que está sendo aqui denominado de dimensão ideológica do processo de globalização.

Esta discussão pode ser encaminhada através de várias perspectivas de análise e a partir do olhar específico de diferentes áreas do conhecimento. No entanto, considero pertinente delimitar este estudo no campo das Ciências Sociais e construir a argumentação teórica das categorias de análise nesse campo. Pois, desde o surgimento das Ciências Sociais e de outras áreas afins, como demanda gerada pela questão social surgida no século XIX, decorrente da

industrialização e da expansão do sistema capitalista de produção, o traçado teórico-analítico, que estrutura as Ciências Sociais, baseia-se na sociedade constituída por um Estado-nação, estabelecido em sociedades nacionais, caracterizadas por delimitações territoriais e culturais. Hoje, essa certeza fundamental no campo das Ciências Sociais vem sendo abalada pelo processo de globalização, que se caracteriza como uma nova perspectiva, que se delinea no âmbito da construção social, principalmente no que se refere à questão das fronteiras entre os Estados-nação, quer sejam culturais, políticas, econômicas ou sociais. Nesse contexto, tem sido imprescindível um repensar de paradigmas até então estabelecidos, na tentativa de entender o processo, que conduz a análise sociológica à definição dessa nova sociedade, ou pelo menos dos novos desafios, que se configuram na sociedade contemporânea, identificada pela denominação ampla e genérica de globalização.

De acordo com o enfoque a ser destacado, tanto a questão da globalização como a da ideologia pode ser tratada a partir de vários temas específicos constitutivos do estudo das Ciências Sociais e a partir de várias perspectivas de análise. No entanto, tendo em vista que o processo de verificação da ideologia se dá por meio de intermediação das ações, da linguagem, das práticas sociais, o campo de abordagem escolhido, no âmbito da análise sociológica, para o tratamento do problema desta pesquisa baseia-se no debate sobre discurso e mudança social.

A sistemática adotada para esta discussão pretende trazer as inquietações pertinentes à abordagem teórico-metodológica, construído no âmbito das Ciências Sociais, mediante investigação e análise, que busca identificar em discursos da imprensa escrita, no período de dez anos, compreendido entre 1995 do século XX e 2004 do século XXI, elementos que configurem a ideologia no processo de globalização.

A escolha de discursos da imprensa escrita para compor o material empírico deve-se ao fato de ser este um dos campos de maior riqueza discursiva na abordagem da questão da ideologia.

A delimitação do período estudado abrange o transcurso de dez anos para permitir a verificação da construção conceitual do termo globalização no discurso estudado. O jornal escolhido para a realização de coleta de dados foi a Folha de São Paulo por ser este um dos mais importantes veículos de comunicação em circulação nacional. Segundo o Índice Verificador de Circulação, trata-se do maior jornal brasileiro, em tiragem e circulação, com distribuição nacional de 360.994 exemplares aos domingos e de 287.842 nos dias úteis. O número de leitores é estimado em 1.824.000, conforme dados divulgados em fevereiro de 2006. O jornal estabelece como premissa de sua linha editorial “*a busca por um jornalismo crítico, apartidário e pluralista*”. Ressalto também que os autores dos artigos e matérias são de reconhecimento tanto nacional como internacional. Ou seja, esse jornal contém textos assinados por teóricos contemporâneos, bem como por pessoas com influência em relação à formação de opinião pública, o que foi considerado de fundamental importância, visto tratar-se de abordagem, que, de forma instrumental, utiliza a construção do conceito de globalização na imprensa escrita.

Para a composição de tal análise, considero necessário utilizar os principais campos conceituais de definição da globalização, ou seja, globalização tecnológica; globalização política; globalização econômica; globalização cultural e globalização social, no sentido de situar a abrangência da configuração da ideologia nos diversos aspectos conceituais da globalização. O esboço desta questão é fundamental para o argumento de que a ideologia é uma dimensão da prática social que se apresenta de forma transversal, podendo ser identificada em qualquer um dos aspectos conceituais do processo de globalização. Este assunto é objeto de elaboração do primeiro capítulo, no qual fundamento o objeto de estudo na teoria sociológica, baseada em Robertson (1999), Santos (2002), Jameson (1997,2001), Castells (1996, 2001) e Featherstone (1990, 1995).

No segundo capítulo, desenvolvo, de forma sintética, a construção do termo ideologia, fundamentado em Gramsci (1975, 1982, 1984), Thompson (1995), Eagleton (1997), Žižek (1999) e Konder (2002), apresentando somente as principais idéias sobre a questão e destacando o pensamento de Gramsci, como ponto de partida e contra-ponto para a retomada dessa discussão na atualidade. A intenção não é esclarecer as questões epistemológicas envolvidas na teoria da ideologia, nem mesmo discutir o conceito do termo, mas, apenas, apresentar, de forma introdutória, a riqueza conceitual em que se inscreve este tema. Neste capítulo, apresento fundamentos para identificar o processo de “*personificação ideológica*”, que é atribuído a alguns elementos do discurso analisado, como, por exemplo, ao mercado. Ou seja, o mercado é tratado no discurso objeto como um ser dotado de características humanas, capaz de ficar nervoso, mal humorado, temeroso, ousado, sensível a um dado conjuntural, apreensivo às decisões políticas, entre outras. Também, é atribuído ao mercado poder supremo e absoluto, no que se refere à regulação da economia e das relações sociais. Estas constatações consideradas como pressupostos são de fundamental importância na análise, que busca embasamento teórico na questão da ideologia. A categoria sujeito não foi utilizada de forma explícita nesta abordagem, embora seja uma categoria implicada no âmbito da análise proposta.

No terceiro capítulo, considero a relação ideologia e discurso, baseada no pensamento de Norval (2000), Verón (1980, 2004) e Thompson (1995), como perspectiva metodológica adotada na condução da investigação e análise do problema de pesquisa. Neste capítulo, articulo a discussão teórica dos termos ideologia e globalização com o tratamento empírico dado aos mesmos, através da análise de discursos. Também considero importante explicitar neste capítulo a forma de apresentação dos dados empíricos, realizada em capítulos posteriores, bem como apresentar a síntese de alguns dados, a partir dos quais foram extraídas considerações elucidativas para a avaliação da análise dos discursos objeto da investigação. A

articulação entre globalização, ideologia e discurso é a tônica desta abordagem, que procura enfatizar o processo de produção de sentido do discurso; a teoria dos discursos sociais; a análise de textos de comunicação, aplicados ao discurso da imprensa escrita; e a potencialidade analítica da articulação entre ideologia e discurso no estudo da globalização. Nesta análise não faço uma abordagem sobre a mídia, mas sobre o termo globalização na imprensa escrita, ou seja, como o termo globalização passa a ser apreendido e repassado para a opinião pública, através da veiculação do discurso impresso, no jornal e período acima especificados.

O quarto capítulo é elaborado através da composição de extratos das matérias, nas quais se destacam o conceito de globalização e a interconexão entre os enfoques conceituais componentes da análise, quais sejam o tecnológico, o político, o econômico, o cultural e o social. Também considero útil proceder neste nível de análise algumas reflexões sobre a vinculação entre os temas da ideologia e da globalização, o que é feito de forma instrumental, a partir da utilização de comentários associados a fragmentos discursivos, inseridos na composição da análise. Estabelecer uma vinculação entre os temas implicados não é o objetivo do capítulo, mas torna-se importante para ressaltar o nexos construído entre os temas no âmbito da investigação. A definição pela utilização desta estratégia visa apresentar de forma mais dinâmica a construção analítica proposta, bem como destacar no próprio discurso objeto argumentos para o raciocínio desenvolvido na investigação do problema de pesquisa.

No quinto e último capítulo procuro revelar, através das análises, a dimensão ideológica da globalização no discurso analisado e destaco a discussão da inevitabilidade da globalização presente nesse discurso. O destaque de tal característica visa demonstrar a materialidade da ideologia no âmbito da análise proposta. A partir desse construto, algumas considerações são esboçadas acerca da possibilidade de identificação da dimensão ideológica da globalização na prática discursiva em análise.

O repensar do tema da ideologia proposto neste estudo projeta essa discussão na atualidade. Por isso, não se prende ao entendimento da ideologia como um conceito “antigo”, alocado em compartimentos inferiores da esfera do saber, nem se trata apenas de resgatar um termo em desuso na discussão acadêmica. Esse repensar consiste em investigar a atualidade do termo ideologia, como potencial analítico no contexto da globalização, que inversamente se coloca como um termo “novo”, no sentido de ser utilizado como sinônimo das mudanças sociais contemporâneas.

Neste esforço de elaboração teórica sobre o tema proposto, acredito que, pelo menos, a imaginação investigativa possa ser contemplada como um aspecto positivo desta investida, que busca um tratamento, o mais direto possível, para uma discussão tão rebuscada, tão cheia de nuances, tão incógnita, apesar de tão explícita. Por essa razão mesma, pelo fato de estar à mostra na prática social, no entanto, através de subterfúgios, de sentido para além do texto e de evidências não mensuráveis de forma direta, é que a ideologia teve o seu conteúdo tão ampliado, tornando-se inválida, ou de credibilidade questionável em várias tradições teóricas. Mas a persistência pela consideração da ideologia como assunto central nesta discussão, a partir do qual foi buscada a coerência teórica e metodológica deste trabalho, constitui-se em elemento número um de motivação, considerando a atualidade e importância do tema da ideologia em um mundo que se pretende não ideológico, porque se entende como puramente técnico e científico.

Portanto, a relevância deste estudo é dada pela possibilidade de apresentar contribuições ao debate da contemporaneidade, enfocando a retomada da questão da ideologia como fundamental na análise sociológica, quer seja através da discussão do processo de globalização, como fenômeno social, quer seja no que diz respeito à reflexão sobre essa nova sociedade, objeto de estudo das Ciências Sociais.

CAPÍTULO 1

GLOBALIZAÇÃO: panorama da discussão teórica no âmbito
das Ciências Sociais

Capítulo 1 - Globalização: panorama da discussão teórica no âmbito das Ciências Sociais

1.1 Globalização: argumentos principais na abordagem sociológica do tema

Globalização é um termo com múltiplos significados, que se expressam em várias narrativas, às vezes conflitantes entre si e cujo fenômeno tem seus marcos definidos em períodos históricos diferentes, que vão do século XVI ao século XX. No âmbito das Ciências Sociais, alguns autores demarcam o seu início, no período da expansão capitalista e da modernidade ocidental (Chesnaux, 1989; Wallerstein, 2000; Robertson, 1999). Outros autores estabelecem a origem da globalização no século XX, a partir das inovações tecnológicas e comunicacionais e da articulação do mercado em escala mundial, consolidado pelo desaparecimento da URSS e pelo esgotamento da divisão bipolar do mundo (Giddens, 1997; Ortiz, 1994; Canclini, 2003; Albrow, 1997; Featherstone, 1999; Appadurai, 1999).

Alguns autores definem o termo como uma fase do capitalismo:

O período 1880-1913, cujas características foram iluminadas pelos grandes teóricos do capitalismo – todos os que pertenciam então à Segunda Internacional, é claro, mas também Veblen e Hobson, foi uma dessas fases longas. Outra foi a fase de crescimento dos “trinta anos gloriosos”, começando a reconstrução após a Segunda Guerra Mundial e terminando em 1974-1979 _ a ‘idade de ouro’, também chamada de período ‘fordista’. Alguns dos elementos constitutivos dessa fase remontam aos anos 20, mas ela nasce verdadeiramente das relações políticas (nacionais e internacionais) e das instituições (sindicatos fortes, Estado social) constituídas ao fim da Segunda Guerra Mundial. Outra fase ainda é a ‘mundialização do capital’, em que ingressamos no decorrer da década de 1980, decerto muito diferente do período ‘fordista’, mas também do período inicial da época imperialista, um século atrás. (Chesnaux, 1996:14).

Outros autores associam a noção de globalização ao avanço das tecnologias da informação e da comunicação via satélite (Castells, 1996; Giddens, 1991) e por isso apresentam a irreversibilidade como um indicativo desse fenômeno.

O processo da globalização também tem suscitado a construção de novos paradigmas teóricos que possam explicar os fenômenos nele implicados, definido pela maioria dos autores como algo autônomo, irrefutável, inevitável, capaz de engendrar a história. Alguns desses fenômenos são caracterizados como uma realidade inovadora; outros identificados como realidade pretérita, assumindo novas feições.

Tal ambigüidade demonstra quão complexo é o estudo desse tema, tanto pela vastidão de assuntos que lhe podem ser associados como pela diversidade de detalhes, que deverão ser incorporados em qualquer abordagem que pretenda incluir a globalização, quer seja como contexto histórico, quer seja como fenômeno a ser analisado na perspectiva conceitual. Em qualquer abordagem prevalece o imperativo de dar uma delimitação ao tema para permitir um maior aprofundamento de questões específicas sobre o assunto. Nesse sentido é que o tema aqui proposto limita-se à análise da dimensão ideológica do processo de globalização e será tratado no âmbito da teoria social, a partir da contribuição de autores contemporâneos que abordam esse problema. Ressalto que a ideologia está sendo entendida neste estudo como uma prática que permeia as demais e, portanto, ao tentar discutir a dimensão ideológica do processo de globalização, é necessário considerar na abordagem conceitual os principais aspectos destacados de forma geral na definição do termo. Ou seja, o debate que pretendo realizar não é restrito a nenhum dos aspectos destacados do termo globalização, mas perpassa os mesmos. Este é um ponto fundamental na construção analítica proposta. Portanto, como aproximação inicial, serão destacados os principais relatos contemporâneos sobre o termo globalização, no âmbito das Ciências Sociais, ressaltando que não é pretensão deste estudo abranger toda a discussão sobre globalização, nem tampouco esgotar os assuntos implicados em cada enfoque destacado para análise, mas apenas sinalizar que os diversos campos de análise são constitutivos da definição do termo e, nesse sentido, tornam-se cruciais no processo de investigação. Em vez de um

detalhamento descritivo acerca de cada aspecto conceitual, será feita apenas uma indicação desses aspectos, presentes nas definições mais comuns do termo e uma apreciação dos principais assuntos tratados, respectivamente, em cada aspecto, através dos quais se pode pensar a dimensão ideológica da globalização. Portanto, a referência aos principais campos de abordagem do termo globalização é necessária como instrumental que permitirá a construção da referida análise. Em sendo este um tema multifacetado, há a necessidade de uma abordagem mais complexa sobre o assunto, ou seja, o tratamento teórico do fenômeno da globalização exige uma interpretação que considere a sua complexidade.

Para Chesnais (1996:18), “a palavra ‘globalização’ ou ‘mundialização’”¹ representa um convite imediato a escolher ou criar instrumentos analíticos que permitam captar uma totalidade sistêmica.” Essa definição suscita a construção de novos paradigmas teóricos para o estudo da globalização.

Robertson (1998) distingue quatro grandes discursos da globalização, dentro dos quais pode haver diferentes subdiscursos: o “*discurso regional*”, no qual a globalização se confronta com as especificidades regionais; o “*discurso disciplinar*”, referente ao modo como a globalização é tratada pela ciência, destacando-se a importância que é dada à globalização econômica; o “*discurso ideológico*”, que se entrecruza em todos os outros discursos e refere-se à “*avaliação política dos processos de globalização*”. Por último, destaca o “*discurso feminista*”, cuja ênfase é dada pelos aspectos comunitários da globalização. Nesses discursos é possível distinguir posições de esquerda e de direita, e há dois discursos contrapostos: o discurso pró-globalização e o discurso antiglobalização.

¹ Mundialização é o termo utilizado pelos intelectuais franceses correspondente ao termo globalização adotado pelos ingleses.

Para Santos,

[...] a pluralidade de discursos sobre a globalização mostra que é imperioso produzir uma reflexão teórica crítica da globalização e de o fazer de modo a captar a complexidade dos fenômenos que ela envolve e a disparidade dos interesses que neles se confrontam. (Santos, 2002: 54).

Estudar a diversidade dos discursos da globalização torna-se, também, necessário uma vez que há uma forte tendência a se pensar a globalização exclusivamente nos termos da economia global de mercado, a qual se apresenta como um fenômeno desencadeador e impulsionador do processo de globalização, associado ao avanço tecnológico no âmbito da comunicação, consolidado, a partir dos anos 80 do século XX.

É curioso notar que o termo globalização é um neologismo que não figura nos dicionários, cujas publicações são anteriores à década de 80, embora, para alguns autores, trate-se de fenômeno, cuja origem remonta ao período da chamada Revolução Industrial, ou até mesmo ao das grandes navegações.

A palavra 'globalização' não era muito usada, sobretudo antes da metade dos anos 80. Desde então, a noção de globalização adquiriu sentidos muito mais restritos e disseminados, como também ideológicos, diluindo, portanto, a riqueza de idéias multidimensionais implicadas no seu sentido sociológico original e, até certo ponto, no seu uso antropológico. (Robertson, 1999:11).

Segundo Featherstone (1990: 2), o estudo dos “*processos globalizantes*” constitui um desafio para a Sociologia, que, tendo a sociedade como objeto básico de estudo, precisa encontrar formas de investigar esses processos, os quais se contrapõem à sociedade concebida e demarcada como Estado-nação. Este assunto pode ser tratado no âmbito restrito da discussão política. Mas, considerando o movimento implicado na configuração de tal contexto, essa mudança no elemento demarcatório de definição da sociedade aponta para a construção de novos paradigmas de interpretação e análise desse novo contexto social, como um imperativo para a Sociologia e para o conhecimento de uma forma geral. Pois a questão da globalização refere-se a uma

variedade de aspectos das disciplinas acadêmicas e a questão da sistematicidade do mundo constitui-se em um dos campos de intenso debate da globalização.

No âmbito da Sociologia, na maioria das obras, percebe-se ainda uma preocupação com a descrição do fenômeno da globalização, quer seja considerado em uma de suas dimensões, ou em várias delas, ou apenas em algumas delas. Esse esboço caracteriza-se como um nível inicial de aproximação do contexto em análise. Ou seja, trata-se de um processo que ainda está sendo delineado e as abordagens encontram-se, na grande maioria, no nível exploratório da questão.

Há controvérsias em relação ao marco demarcatório do estudo da globalização. Há autores que buscam fundamentar essa discussão ao longo da história da Sociologia. De acordo com Robertson (1999: 32-33), na Sociologia, o tema central dos trabalhos de sociólogos e cientistas sociais do século XIX, como Comte, Saint-Simon e Marx, foi o que agora é chamado de globalização. No período final da chamada sociologia clássica, quando da expansão do aparato do Estado-nação e do fortalecimento do nacionalismo, os sociólogos já se depararam com a simultaneidade da nacionalização e da globalização. Para Robertson, a sociologia moderna nasceu de alguma forma desse dilema. O autor afirma que, entre os autores clássicos, destacando-se Durkheim, Weber e Simmel, a discussão concentrava-se nos problemas societários referentes às preocupações de seus respectivos tempos, sendo que em Weber pode-se destacar uma discussão referente ao que hoje se chama de modernidade. Enquanto, em Simmel e em Durkheim, destaca-se a preocupação com a categoria “*humanidade*”. Em Simmel, essa categoria tem um sentido mais amplo que sociedade, pois

A humanidade não é apenas a soma de todas as sociedades: ela é uma síntese inteiramente diferente dos mesmos elementos que em outras sínteses resulta em sociedades.[...] A sociedade exige que o indivíduo se diferencie do resto da humanidade, mas lhe proíbe ficar fora da totalidade do social. [...] Em períodos históricos recentes, os conflitos, nos quais o indivíduo cai com seu grupo político, com sua família, etc., foram sublimados enfim nas necessidades abstratas. [...] de liberdade individual. Esta é a categoria geral que veio cobrir o

que era comum nas queixas. [...] do indivíduo contra a sociedade. (Simmel, 1950: 63-64).

Ao contrário da visão de que o indivíduo é uma entidade extra-societária, para Durkheim o indivíduo inteiramente desenvolvido é um ser social. De acordo com Robertson (1999: 43), esses diferentes argumentos pautam-se na máxima original de Kant que consiste em afirmar que, embora o homem seja profano, o seu humanismo é sagrado. Ressalto que a referência a esses autores, no âmbito deste estudo, é meramente ilustrativa da pertinência deste tema na Sociologia, pois, embora o que hoje se chama globalização não tenha sido tema desenvolvido pelos autores clássicos através da análise de suas manifestações, as discussões realizadas por esses autores conduziram a produção de idéias, que são relevantes para o conceito de globalização, como, por exemplo, as preocupações de Simmel com as formas de vida em geral.

Segundo Featherstone,

[...] é um erro considerar a Sociologia como algo que se preocupa única e exclusivamente com a sociedade do Estado nacional: um interesse nos processos global e universal pode remontar, pelo menos, à época do Iluminismo. (Featherstone, 1999: 9).

Albrow(1990: 6-8) afirma que na história da Sociologia podem-se identificar cinco estágios cuja discussão se insere no âmbito de abordagem da globalização: universalismo, sociologias nacionais, internacionalismo, indigenização e globalização. Robertson(1999:34) considera esse esquema “*útil na análise da história da sociologia em relação ao tema globalização*”, embora o faça com reservas. No estágio universalista da Sociologia, Albrow destaca idéias como humanidade, fraternidade e universalismo, extraídas das raízes iluministas, ressaltando, de um lado, os trabalhos de Saint-Simon e Comte, e, de outro, os de Marx. Para Saint-Simon, a possibilidade de uma ciência da sociedade implicava unificação da humanidade e vice-versa. Esse também era o argumento central de Comte na defesa de uma ciência positivista da sociedade, a qual ele chamou de Sociologia. Saint-Simon acreditava que o industrialismo promovia o cosmopolitismo e o internacionalismo. De acordo com Turner (1999: 370), o tema do internacionalismo de Saint-Simon teve continuidade na sociologia de Durkheim e também foi

explorado por Marcel Mauss em “Sociologie politique: la nation et l’internationalisme”, no qual o autor faz uma análise das idéias de Durkheim. Em Marx, que foi influenciado por Saint-Simon, essa visão é muito mais sofisticada, pois era o capitalismo, como modo determinante de produção, que constituiria a base para a universalização em escala global. Em “*A Ideologia alemã*”, Marx e Engels afirmavam que o capitalismo

[...] produzia pela primeira vez a história mundial, na medida em que tornava todas as nações civilizadas e cada um dos seus membros individuais dependentes em relação à satisfação dos seus desejos, no mundo inteiro, destruindo com isso a exclusividade natural formal das nações separadas, (Marx e Engels, 1984: 75-6)

Era o proletariado, como classe global explorada no processo de expansão capitalista, que desenvolveria e implantaria um universalismo global puro. “*Proletários de todos os países, unidos!*” (Marx e Engels, 1982). Essa interpelação ao sujeito coletivo demarcava a discussão do universalismo como protagonizada, ou passível de ser protagonizada em um contexto global hegemônico.

O segundo estágio destacado por Albrow (1990: 6), o das “*sociologias nacionais*”, é identificado com o momento da “*fundação da sociologia em uma base profissional nas academias do mundo ocidental*”, cujos produtos intelectuais caracterizaram-se por adquirir traços marcantes da cultura nacional, reforçados por contatos profissionais confinados em fronteiras nacionais, embora as aspirações universais não tenham sido abandonadas. A diferenciação entre esses dois estágios em Albrow é questionada por Robertson (1999: 36) quando argumenta que, embora no estágio universalista se identifique a preocupação direta com a humanidade como um todo, como se a mensagem universalista não incorporasse o contexto de onde havia sido produzida, Saint-Simon e Comte projetaram uma visão distintamente francesa daquele todo, não sendo possível, portanto, considerar uma distinção categórica entre esses dois momentos. O estágio denominado de internacionalismo por Albrow (1990: 6) inicia-se após a Segunda Guerra Mundial com o colapso das sociologias nacionais e o desastre provocado nesse século pelas duas guerras mundiais. Para ele, uma visão unilateral no campo do internacionalismo é proveniente da tese da

“*total modernização*”, atribuída a Parsons², e da tese do “*internacionalismo*”, construída na noção marxista de proletariado. O internacionalismo, entendido como “natural” na ciência, era grosso modo dividido da mesma forma como a Guerra Fria. Para Robertson, a falta de ênfase do internacionalismo³, nesse período,

[...] não deveria nos levar a conclusão de que as questões originárias com relação à globalização não estavam presentes. A emergente preocupação com o relativismo pode, portanto, ser considerada como uma manifestação de problemas surgidos com a crescente compressão global, assim como pela cristalização de distintas ideologias da ordem mundial. Tais ideologias, como por exemplo, o fascismo alemão, o neofascismo japonês, o comunismo e o autodeterminismo de Woodrow Wilson, surgiram, todos, da relação com a grande aceleração do processo de globalização que começou no final do século XIX. (Robertson, 1999: 37).

Robertson (1999: 36-37) também questiona a periodização feita por Albrow para definir o estágio do internacionalismo, segundo a qual as sociologias nacionais vão desde o século XIX até o período pós-1945, excluindo a possibilidade de indicação dos anos 30 do século XX como o período em que o problema do relativismo foi tematizado na Sociologia e na Antropologia. Na Sociologia, como argumenta o autor, destaca-se a tentativa de Scheler e Mannheim de tratar diretamente com a questão do relativismo, ou da relatividade. A sociologia do conhecimento de Mannheim tratou do relativismo e da relatividade intra-societários, enquanto a preocupação de Scheler condensava-se no tema da comensurabilidade. Simmel também tratou da relatividade como tema central da sua interpretação da modernidade. Nesse período, a perspectiva antropológica relativista crescia em oposição ao evolucionismo e ao historicismo da antropologia anterior.

A fase da indigenização para Albrow(1990: 7) centrou-se na cristalização do Terceiro Mundo nos anos 70, apresentando duas características predominantes no seu desenvolvimento: a oposição ao extremo e a ênfase na tradição nacional-cultural. Em relação ao presente, Albrow se

² Segundo Robertson, apesar de Parsons ter sido apontado como o proponente pioneiro na “*teoria da modernização*”, ele sempre insistiu que o término da Guerra Fria estava vinculado à democratização dos países comunistas e à generalização do seu internacionalismo (1999: 37).

³ O avanço da teoria da modernização nos anos 50 e 60 do século XX constituiu-se na forma predominante do internacionalismo ocidental. (Robertson, 1999: 38)

refere como o período da globalização da Sociologia. Para ele, globalização é o resultado direto da interação entre nacionalismo e internacionalismo e, indiretamente, de todos os estágios anteriores.

Robertson (1999: 76) afirma que, no plano teórico geral, grande parte da teoria social é tanto um produto quanto uma reação implícita ao processo de globalização, e não o resultado de um envolvimento direto com ele. Dessa forma, *“ao mesmo tempo em que há um interesse crescente pela globalização, cresce também o seu uso de modo muito difuso. O termo passou a ser empregado em grande escala, em muitas áreas teóricas, empíricas e aplicadas do conhecimento humano [...]”*.

Para a Sociologia, o desafio, segundo Featherstone, é o de

[...] teorizar e formular sistemas de investigação sistemática que possam esclarecer esses processos de globalização e essas formas distintas de vida social que tornam problemático aquilo que há muito vem sendo considerado o tema fundamental da sociologia: a sociedade, concebida quase que exclusivamente como o estado nacional restrito. (Featherstone, 1999: 8).

De acordo com Wallerstein (1987), a identificação da Sociologia com o estudo da sociedade deveria ser rejeitada, tanto pelo fato de ter sido desenvolvida no século XIX, associada ao conceito de Estado e considerada como um substrato de hábitos e costumes que mantinham o povo unido, como pela divisão artificial entre o político e o social. O autor sugere uma abordagem mais integrada da ciência social com a história, compondo uma ciência social histórica. Moscovici (1988) também defende uma abordagem que procura ir além da estrutura de referência nação-Estado-sociedade. Elias (1978, 1982), por sua vez, é favorável ao desenvolvimento de abordagens inclusivas de campos das ciências que normalmente são omitidos como o psicológico e o sociológico.

De acordo com Featherstone (1999: 11), na teoria da globalização desenvolvida por Robertson, *“os estados nacionais não são considerados simplesmente como unidades que interagem, mas*

como constituintes do próprio mundo, um contexto global em que o mundo se torna um lugar ímpar, com os seus próprios processos e formas de integração.”

Para Giddens (1991: 57), o termo globalização “*deve ter uma posição-chave no léxico das ciências sociais*”.

Assim se multiplicam as tentativas de produção de conhecimento e explicitação do problema da globalização no campo da Sociologia e em várias outras áreas do conhecimento.

No campo específico das Ciências Sociais, as opiniões dos autores se dividem entre aquelas que defendem a idéia de que a globalização é uma “*conseqüência da modernidade*” (Giddens, 1990); ou seja, é resultado direto do projeto ocidental da modernidade e aquelas que se contrapõem a essa posição, acreditando que a globalização não é um processo inevitável, decorrente da condição de modernidade, embora se trate de um processo, inserido em um ciclo de desenvolvimento do modo capitalista de produção. Nesse sentido, é construído no âmbito das articulações e posições assumidas pelos sujeitos constituídos nesse processo.

O contexto dessa celeuma se esboça no âmbito do que se denomina “*virada cultural*”, ou “*virada lingüística*”, a partir da qual se desenvolve um repensar de paradigmas teóricos, que sejam capazes de discutir os processos sociais contemporâneos e suas respectivas mudanças e manifestações. É nesse contexto que se multiplicam as abordagens sobre a globalização e no qual farei um esboço das principais conceituações atribuídas ao termo. A intenção desta investida é fundamentar a proposta de análise e investigação deste trabalho, que se refere aos processos contemporâneos do final do século XX, inclusive a mudança social gerada pela realização de processos globais em tempo real resultante da implementação da tecnologia da informação. Outro fator que justifica a consideração, neste estudo, do período de transição do século XX para o século XXI, foi a introdução do termo globalização nos dicionários, na mídia e na linguagem

coloquial ser datada nesse período. Portanto, como não se trata de um estudo histórico-comparativo sobre processos atuais e transformações semelhantes no passado, referentes à questão da tecnologia, da globalização, da comunicação, da política, das instituições políticas, entre outras, não entrarei na polêmica sobre a origem da globalização, uma vez que defini como ponto de partida deste estudo o período em que o termo globalização foi cunhado, veiculado e assimilado, o qual se constitui em argumento para análise. Também não descarto a viabilidade e possibilidade de estudos sobre a globalização que se fundamentam em tempos passados, apenas não escolhi esse campo de argumentação, embora faça uma retrospectiva no âmbito da Sociologia para justificar que objetos de estudo semelhantes à questão da globalização sempre estiveram presentes na análise sociológica, pois os temas atuais são também de alguma forma, resguardando as características conceituais, tratados no âmbito de análise de discussões clássicas da Sociologia. Por isso, considere importante tratar de forma sintética a construção das principais reflexões acerca do tema da globalização na Sociologia, para fundamentar a pertinência do estudo do tema nessa área e justificar a abordagem do assunto na atualidade, a partir de autores contemporâneos, que concentram seus estudos na investigação deste tema.

Segundo Santos, globalização pode ser definida como “*conjuntos de relações sociais, que se traduzem na intensificação das interações transnacionais, sejam elas práticas interestatais, práticas capitalistas globais ou práticas sociais e culturais transnacionais.*” (2002:85). O foco dessa abordagem se dá na questão política e na questão cultural constituindo-se em um contexto de práticas transnacionais.

Giddens define globalização como “*a intensificação das relações sociais mundiais que unem localidades distantes de tal modo que os acontecimentos locais são condicionados por eventos que acontecem a muitas milhas de distância e vice versa.*” (1990:64). Na visão de Giddens,

segundo Urry (1991), o distanciamento espaço temporal é um aspecto fundamental da globalização e deve ser pensado como “*produto relativamente flutuante*” e como “*estruturação a histórica*”. Esse pensamento difere da teoria wallersteiniana dos sistemas mundiais, na qual o tempo e o espaço são categorias indissociáveis, que se referem à criação assimétrica do mundo em sentido secular. Embora em posições diferentes, há entre esses dois autores, especificamente no que se refere à questão em foco, a tendência a abordar essa problemática e sua expressão contemporânea como se fosse apenas uma idéia analítica, produto da teorização dela decorrente. Assim é que tanto a sistematicidade do mundo como a unicidade mundial, partindo de uma sociedade particular como produto da mudança do tradicional para o moderno, precisam ser questionadas.

Para Canclini, a globalização é um “*objeto cultural não-identificado*” (2003:09). Essa expressão faz referência às ambigüidades do termo e à “*cultura de hibridização*”⁴. Para este autor, “[...] a globalização não é um objeto de estudo claramente delimitado, nem um paradigma científico nem econômico, político nem cultural, que possa ser postulado como modelo único de desenvolvimento.” (2003:09). Contrapondo-se à idéia de que a globalização é inevitável, o autor traz elementos instigantes ao estudo desse tema no campo da cultura.

[...] A uniformização do mundo num mercado planetário é consagrada como único modo de pensar, e quem ousa insinuar que as coisas poderiam funcionar de outro modo é desqualificado como nostálgico do nacionalismo. E se alguém ainda mais ousado não apenas questionar os benefícios da globalização mas também a idéia de que a única forma de realizá-la é por meio da liberalização mercantil, esse será acusado de saudosista de tempos anteriores à queda de um insuportável muro. Como nenhuma pessoa sensata acredita que se possa voltar àqueles tempos, conclui-se que o capitalismo é o único modelo possível para a interação entre os homens e a globalização sua etapa superior e inevitável. (Canclini, 2003:08).

⁴ “*cultura de hibridização*” é o termo usado por diversos autores para designar a padronização de hábitos, costumes e consumo que se dá na era da comunicação.

O autor continua sua crítica enfocando a forma mitificada de abordagem conceitual do problema e destacando que “[...] *como a globalização se apresenta como um objeto fugidio e não trabalhável, os agentes que a administram também a descrevem por meio de narrações e metáforas*” (Canclini, 2003: 09). As metáforas da globalização, inclusive, são providenciais no aspecto da assimilação cultural dos efeitos, que se pretende tomar como o fenômeno.

De acordo com Therborn (2000:64), “[...] *a globalização se refere a tendências para um alcance ou impacto de fenômenos sociais universal, abstendo-se deliberadamente do tipo comum de formulações mais barrocas.*” Para este autor, em sentido geral, a globalização pode ser de dois tipos diferentes, classificados em “*interação global*”, que se fundamenta no processo de nacionalização e respectiva interação, e em “*sistema global*”, através do qual os atores quer sejam Estados, corporações, organizações ou indivíduos se posicionam frente aos processos comuns universais. Na sua abordagem, a globalização é vista como multifacetada e “[...] *deveria estar liberta de qualquer reducionismo econômico, tendo em perfeita conta a multidimensionalidade dos fenômenos sociais.*” (2000:65).

Enfocando outros aspectos na argumentação, Santos (2002: 53) entende a globalização como “*campo de contestação social e política*” e defende que “*tanto a falácia do determinismo como a falácia do desaparecimento do Sul têm vindo a perder credibilidade à medida que a globalização se transforma num campo de contestação social e política.*” Ao designar o determinismo e o desaparecimento do Sul como falácias, o autor está reforçando a crítica na globalização como inevitável.

A globalização, como questão filosófica, é destacada por Jameson, que considera a “*Globalização como característica intrínseca do novo estágio, um terceiro estágio multinacional*

do capitalismo (do qual a globalização, quase sempre associada a assim chamada pós-modernidade, é uma característica intrínseca.” (Jameson, 2001:43). Para este autor, o fato de não se poder voltar à produção anterior ao microchip fez da globalização a expressão da inevitabilidade.

Segundo Castells, a questão da inevitabilidade é também enfocada nos movimentos políticos das nações.

[...] a oposição dos zapatistas à nova ordem global tem duas faces: eles lutam contra as conseqüências excludentes da modernização econômica e também opõem-se à idéia de inevitabilidade de uma nova ordem geopolítica sob a qual o capitalismo torna-se universalmente aceito. (Castells, 2001:102).

Para este autor, a unilateralidade torna-se marcante na atualidade. Ou seja, a “[...] *lógica unilateral da modernização, característica da nova ordem global*”.(Castells, 2001:107) é que condiciona a configuração desse novo contexto social.

Partindo de enfoques variados, o processo de globalização é um dos assuntos mais estudados na contemporaneidade. Quer seja de forma direta, ou através de assuntos relacionados, o estudo de problemas atuais implica consideração do contexto social marcado pela discussão da ordem global. O século XX deixa como marca característica de sua identidade o processo de globalização que está presente nas mais variadas formas de vida social, embora se trate de um processo que ainda não está plenamente estruturado.

De acordo com Limoeiro-Cardoso, a globalização é apresentada hoje como o desenvolvimentismo nas décadas de 50 e 60, ou seja, “*como se fosse um fato real, produto natural do devir histórico*” (2000:116). Embora não fosse considerado como inevitável, o desenvolvimentismo possuía argumento semelhante ao da globalização, pois a opção por ele levaria à prosperidade e, o contrário, à manutenção da pobreza. No entanto, para questionar a

natureza determinística de um fato, é preciso dar-lhe a dimensão de objeto da ciência, como foi feito com o desenvolvimentismo pelas Ciências Sociais, criando inclusive uma área de conhecimento denominada Sociologia do Desenvolvimento nos anos 50 e 60 do século XX. É nessa dimensão que pretendo discutir o conceito de globalização, neste estudo, admitindo-o não como “*um fato natural do devir histórico*”, mas como um fenômeno relacionado às inovações no padrão de acumulação, cujo caráter de ideologia é conferido ao termo pela própria acepção dominante, quando se define como absoluta e geral.

No campo de definição da globalização, alguns autores consideram as dimensões conceituais do processo, (Giddens, 1991; Jameson, 2001; Santos, 2002). Mas, com esta terminologia, são enfatizados pelos diversos autores aspectos diferentes da globalização. Por exemplo, Giddens (1991: 74-82) considera quatro dimensões da globalização, sendo a primeira, a economia capitalista mundial; a segunda, o sistema de Estados-nação; a terceira, a ordem militar mundial e a quarta, o desenvolvimento industrial. Santos (2002: 25-49) trata do estudo da globalização a partir de quatro enfoques: a globalização econômica e o neoliberalismo; a globalização social e as desigualdades; a globalização política e o Estado-nação; a globalização cultural e a cultura global. Vale ressaltar que, embora tratem de características semelhantes, identificadas no processo de globalização, às vezes definidas com a mesma terminologia, há divergência entre esses autores quanto ao tratamento teórico da questão; à delimitação de marcos históricos; à compreensão do processo; e à definição de características.

Pode-se observar que esse assunto se imbrica de tal forma que é comum encontrar duas ou mais dimensões conceituais presentes na abordagem de um mesmo autor. Assim é que em Chesnais (1996), cujo relato se fundamenta nos aspectos econômicos da “*mundialização*”, também se encontra uma reflexão sobre a exclusão gerada por esse processo, assunto esse que seria

específico da dimensão social do conceito em foco. Em Castells, embora a tônica do discurso seja concentrada na questão cultural, também se encontra uma discussão sobre a dimensão política, a partir de reflexões a respeito do Estado-nação e da nova forma de organização e demarcação do espaço-tempo como uma exigência do processo de globalização. Em Santos (2002), Jameson (2001) e Robertson (1999), a globalização é apresentada como fenômeno multifacetado, composto por várias dimensões, sendo presente na abordagem desses autores as dimensões econômica, política, cultural e social. Na dimensão econômica, são tratadas as questões referentes ao neoliberalismo; na política, a reflexão destacada é sobre o Estado-nação; na social, o enfoque é dado às desigualdades e à nova configuração social gerada no e pelo processo de globalização; e na dimensão cultural há uma ênfase na discussão do que é denominado de “*cultura global*”.

Neste estudo, considerei importante realizar uma breve descrição sobre as principais dimensões do processo de globalização, destacando em cada dimensão os assuntos mais comumente abordados. Portanto, além das dimensões acima especificadas, acrescentei a dimensão tecnológica, a partir da qual os processos da globalização foram se impondo como inevitáveis. Essa dimensão não é objeto de análise na maioria dos autores estudados, mas está presente na reflexão de Jameson (2001: 17) sobre o tema da globalização. Este autor, falando dos diversos níveis da globalização, os apresenta na seguinte ordem: o tecnológico, o político, o cultural, o econômico e o social. Estes níveis utilizados por Jameson serão adotados no desenvolvimento desta discussão com uma pequena alteração no ordenamento do assunto, visando estabelecer a seqüência lógica necessária à construção do raciocínio proposto e a verificação da interconexão existente entre os diversos níveis da globalização.

1.2 Processo de Globalização: principais aspectos conceituais

Este item visa destacar os principais temas, que são discutidos em cada aspecto conceitual do termo globalização, através dos respectivos autores, que tratam dessa questão e enfocando na abordagem pontos de intersecção entre esses assuntos. A consideração da interconexão existente entre os diversos aspectos conceituais do processo de globalização é fundamental na análise específica, que será desenvolvida no âmbito deste construto e será conduzida do nível mais específico da discussão ao mais abrangente. Assim é que o primeiro nível a ser considerado será o tecnológico, também identificado como elemento desencadeador do processo da globalização, devido ao avanço científico e tecnológico no âmbito da comunicação e da informática. De acordo com Jameson (2001), esse aspecto também remete à pergunta: será que a globalização é mesmo inevitável? Ou seria possível manter-se desconectado dos elementos que a caracterizam? Ou ainda seria possível usufruir desses avanços em uma sociedade fundamentada nas mesmas bases de estruturação territorial e política dos estados modernos? Essas indagações conduzem a discussões no campo da política, da manutenção da autonomia dos Estados-nação, da organização dos novos sistemas políticos, da questão do imperialismo e do nacionalismo e, portanto, do que estou chamando de globalização política, que foi o segundo tema a ser tratado na seqüência adotada. Da mesma forma, ao discutir a questão do nacionalismo, trata-se diretamente da questão da cultura e não da tecnológica, da política ou da econômica. Embora esses aspectos estejam implicados nessa discussão, que se propaga para as dimensões econômica e social. A dimensão econômica controla as novas tecnologias, reforça os interesses políticos, e, segundo Jameson (2001), na pós-modernidade dissolve a cultura no econômico e o econômico no cultural. Ou seja, para esse autor, na atualidade, há um movimento da economia para a cultura, mas há também um movimento da cultura para a economia, constituindo-se em uma dimensão desse processo, que se permeia com as demais, mas que não é a única dimensão.

Como o critério de ordenação das dimensões nessa análise está sendo do mais específico para o mais abrangente, a discussão da dimensão econômica será situada antes da discussão da dimensão cultural, e esta será seqüenciada pela dimensão social, aqui colocada como o mais abrangente nível de abstração da análise. Ou seja, nesta dimensão os diversos aspectos do problema se configuram em seu movimento, pois os diversos campos de intersecção entre as dimensões propostas se interpenetram de forma mais complexa, definindo-se mais como um somatório de diversos aspectos do que apresentando uma característica específica.

Neste estudo, o destaque em separado dos aspectos conceituais da globalização visa apenas apresentar a discussão específica que é tratada em cada âmbito de abordagem e também imergir no contexto de discussão do tema, que se dá tanto através de obras direcionadas ao enfoque específico da matéria como de obras que consideram o fenômeno da globalização de forma multifacetada e, portanto, realizam análise compatível com essa descrição. Esse nível de abordagem é o mais comumente tratado na literatura específica das Ciências Sociais, que enfoca o tema da globalização. Nesse sentido, construí o argumento considerando a globalização como um processo multifacetado, que pode ser identificado em diversos âmbitos de abordagem e cujas questões específicas se relacionam com diversas outras questões de diferentes âmbitos de consideração do assunto.

1.2.1 Globalização Tecnológica

Os principais temas implicados no que estou denominando de globalização tecnológica são: o avanço científico e tecnológico das últimas décadas do final do século XX, destacando-se a comunicação via satélite; o desenvolvimento do sistema de comunicação em rede interligada internacionalmente; a Internet e a mídia como estratégias de comunicação. Esses assuntos tanto podem ser estudados separadamente, com reflexões restritas aos seus âmbitos de abrangências

específicas, como podem ser estudados a partir da interconexão com as demais dimensões desse processo.

De acordo com Jameson (2001), a globalização pode ser analisada em termos puramente tecnológicos, embora as inovações tecnológicas produzam impactos na produção e organização industriais e na comercialização dos produtos. Ou seja, a nova tecnologia das comunicações e a revolução da informática podem ser tratadas no nível das comunicações, ou no nível de sua interconexão com os demais aspectos inerentes ao processo de globalização.

Nesse sentido, a tecnologia constitui-se uma das marcas identificadoras da globalização e desencadeadora desse novo processo de estruturação social. Também há uma predominância entre os autores de considerar que a tecnologia constitui-se em um aspecto irreversível da globalização. Mas Jameson (2001: 26) adverte que a “*irreversibilidade sempre foi uma característica fundamental de toda essa história*”. Ou seja, os fatos históricos não retrocedem. As conquistas científicas e tecnológicas não voltam a um estágio anterior. A civilização em curso não retrocederá ao tempo da invenção da roda, ou da máquina a vapor. Pelo menos não sem que esse curso seja interrompido de forma que não haja possibilidade de reconstrução a partir de padrões societários existentes. Mas, comprovar que a história não retrocede a tempos pretéritos não implica afirmar a irreversibilidade do processo de globalização, conforme se apresenta hoje. No que se refere ao avanço científico e tecnológico, essas descobertas são condicionadas pelas formas de sua utilização, que são configuradas a partir da associação de diferentes fatores. Esses fatores podem ser combinados de diferentes formas, possibilitando desenhos variados em relação à configuração societária gerada. Portanto, a tecnologia em si e por si não é capaz de criar os processos sociais. Embora se admita que não é mais possível retroceder a uma sociedade anterior ao *microchip* e ao computador, isso não implica um determinismo das relações sociais a partir desse fato.

No que diz respeito ao avanço na área da comunicação, referente ao uso comum do computador e da Internet, a tecnologia, nos países em desenvolvimento, não passou a ser acessível ao modo de vida moderno, pois, além do custo de acesso, existe uma variedade de fatores, que concorrem para que a tecnologia possa fazer parte da dinâmica cotidiana do cidadão, em todos os seus campos de inserção social e não apenas no âmbito do trabalho. Ou seja, atualmente, pelo menos no contexto desses países, a informatização e a comunicação via satélite, em tempo real, já faz parte do contexto do trabalho, mas não da vida cotidiana. A Internet e o computador não são acessíveis nos domicílios da maioria dos cidadãos desses países. Por isso, pode-se dizer que a tecnologia não é capaz de configurar sozinha a nova estrutura social, pois, se assim fosse, estaríamos vivendo uma sociedade padronizada pela técnica, senão no que se refere às tradições culturais, pelo menos no que diz respeito aos hábitos de consumo e costumes. Essa, porém, não é a realidade perceptível, na qual cada vez mais crescem os índices de exclusão social, demandando, inclusive, aos órgãos idealizadores do processo de globalização como inevitável uma preocupação explícita com o desenvolvimento social.

A discussão dos aspectos tecnológicos da globalização resulta na questão política, visto que os desafios trazidos pelo avanço tecnológico encontram seu aporte no âmbito da política.

1.2.2 Globalização Política

No debate da globalização política, as questões predominantes referem-se ao Estado-nação, porque, para alguns autores, essa “*forma institucional de governo*”(Giddens, 1985 : 121) parece que está sendo superada pelas demandas de universalização implicadas no processo de globalização. A análise dessa questão suscita a consideração da definição e da teoria do Estado-nação, que no âmbito deste estudo será baseada em teorias sociológicas já desenvolvidas. Nesse sentido, faço referência à definição apresentada por Giddens, na qual

O Estado-nação, que existe inserido em um complexo de outros Estados-nação, consiste em um conjunto de formas institucionais de governo, que mantêm monopólio administrativo sobre um determinado território, demarcado por fronteiras; autoridade assegurada por lei e controle direto sobre os meios de violência nos planos externo e interno. (1985: 121).

Giddens também atribui ao Estado-nação moderno e somente a ele a obtenção do “*monopólio dos meios de violência*” (1985: 18) e afirma que o alcance administrativo do aparato desse governo corresponde aos seus limites territoriais. Dessa forma, o sistema interestatal configurou-se como a forma política do sistema mundial moderno, que vem sendo modificado pela atual divisão internacional do trabalho e pela economia política do mercado, característica do processo de globalização. Atualmente, este conceito parece estar sendo superado pelas transformações históricas, ou talvez não seja mais adequado à nova forma de Estado, que deverá surgir do contexto da globalização. Pois, em alguns assuntos específicos, as fronteiras estão desaparecendo e outras forças que não as do Estado-nação estão se constituindo em formas de poder.

Para Santos (2002: 36),

[...] o Estado-nação parece ter perdido a sua centralidade tradicional enquanto unidade privilegiada de iniciação econômica, social e política. A intensificação das interações que atravessam as fronteiras e as práticas transnacionais corroem a capacidade do Estado-nação para conduzir ou controlar fluxos de pessoas, bens, capital ou idéias, como o fez no passado.

No entanto, conforme afirma Castells (2001), fundamentado em vários autores como Tilly(1975); Giddens(1985); Held (1991,1993); Sklair (1991); Horsman e Marshall (1994); Touraine (1994), o Estado-nação continua apresentando uma viabilidade histórica, que vem se configurando como uma tendência fundamental.

[...] enquanto o capitalismo global prospera e as ideologias nacionalistas demonstram seu vigor em todo mundo, o Estado-nação, cuja formação está historicamente situada na Idade Moderna, parece estar perdendo seu poder, mas não [...] sua influência. (Castells, 2001: 287).

A suposta perda do poder do Estado-nação, em grande parte, deve-se ao fato da interdependência dos mercados financeiro e monetário em todo o mundo, operando como um todo em tempo real

e através de transações cambiais entre as diversas unidades monetárias nacionais. Esse fato impulsiona o Estado-nação a perder o controle sobre componentes fundamentais de suas políticas econômicas, embora continue exercendo certa autonomia no estabelecimento de regulamentações e no controle sobre os seus cidadãos. Para os economistas, Chesnais(1996) e Buckley (1994), a crescente transnacionalização da produção, que inclui as empresas multinacionais e as redes integradas de produção dessas empresas, também contribui para dificultar cada vez mais o poder exercido pelo governo sobre a economia. No entanto, é o Estado que confere a certificação do produto e é chamado a fazer isto.

Na crise do Estado-nação inscreve-se também a “*globalização do crime*” (Castells), que põe em cheque o poder de intervenção desse Estado e constitui-se uma das questões mais discutidas no mundo atual, caracterizando-se como um fenômeno novo, totalmente distinto de outras configurações, referentes ao crime, se comparado com períodos históricos anteriores, visto que a interligação mundial em rede, associada à tecnologia da comunicação em tempo real, permite a construção de estratégias e articulações internacionais monitoradas com precisão e principalmente tornando mais difícil a investigação, apreensão e punição dos envolvidos.

Por meio da lavagem de dinheiro, a economia do crime está diretamente conectada aos mercados financeiros globais, dos quais pode ser considerado um componente de porte significativo e fonte inesgotável de significação.(Castells, 2001: 304).

Também nesse nível se discute a questão do imperialismo e do nacionalismo. Ambas são polêmicas no âmbito das Ciências Sociais e na atualidade associa-se a essas questões a discussão da autonomia entre as nações na nova ordem mundial; das novas formas de dominação e de tratados forjados entre as nações; da democracia; da propagação do mercado livre em todo o mundo; da resistência à globalização americana; da universalização dos interesses americanos, entre outras. Essas questões indicam não apenas o processo de organização de uma “*nova ordem social*” mas o contexto de um intenso embate político.

No entanto, “[...] *o Estado-nação continua sendo o único parâmetro e o único terreno concreto da luta política*” (Jameson, 2001:38), suscitando questões referentes à viabilidade e à validade de estruturação política universal no âmbito da organização societária. Ou seja, embora a globalização preconize uma nova forma de divisão política mundial, a viabilidade desse processo ainda não foi comprovada nem experimentada. As questões referentes à governança⁵ em países que não estão envolvidos em conflito armado continuam restritas às administrações dos Estados-nação, exceto no que diz respeito aos assuntos considerados de interesse mundial como as questões ecológicas referentes à preservação do planeta, incluindo as florestas e o uso de recursos não-renováveis da natureza como a água potável. Até mesmo para esses assuntos específicos ainda não foram encontradas soluções viáveis ao exercício de uma nova prática de administração política universal, referente à implantação efetiva de ação conjunta.

A possibilidade de uma direção hegemônica ou do surgimento de um órgão coordenador central parece bastante remota no que concerne às questões ambientais. A probabilidade de coordenação multilateral efetiva parece igualmente pequena, devido a grandes incertezas sobre o custo-benefício envolvido no gerenciamento e proteção do meio ambiente. A essas barreiras e condicionantes aliam-se uma série de fatores que decorrem da própria natureza do Estado: a evidente incapacidade de os governos exercerem controle sobre os processos destrutivos, a falta de diretrizes políticas efetivas e a importância da extração de recursos fundamentais (causando, portanto, a destruição do meio ambiente) para a manutenção de alianças básicas entre Estado e sociedade. (Lipschutz e Coca, 1993: 332 Apud Castells, 2001).

Esta parece ser uma constatação que vem se confirmando em pesquisas sobre políticas ambientais conjuntas, as quais, até mesmo no âmbito da administração entre os limites territoriais de um mesmo Estado-nação, existem dificuldades de implementação dessa nova forma de prática administrativa governamental⁶.

⁵ De acordo com Relatório de 1999 da ONU, publicado na Folha de São Paulo de 11 de julho de 1999, na editoria Brasil, p. 1-16 7/3706, “*Governança não significa mero governo. Significa um quadro legal, instituições e práticas estabelecidas que imponham limites e dêem incentivos ao comportamento dos indivíduos, organizações e empresas*”. A “*governança global é a ampliação do papel das organizações supranacionais como a ONU, a OMC e o Banco Central Mundial*.”

⁶ Por exemplo, no Brasil, a transposição das águas do Rio São Francisco gera polêmicas, manifestações políticas e impasse administrativo, no que se refere à administração conjunta dessa política.

Segundo Castells, a questão das políticas ambientais conjuntas ainda não foi solucionada porque os Estados-nação continuam agindo em defesa de interesses próprios. “Assim, o multiculturalismo torna-se um fórum de debate e uma arena de negociações e não uma ferramenta para o exercício da responsabilidade coletiva.” (Castells, 2001: 311).

Dessa forma, no processo de globalização em construção ainda não foi esboçada essa nova prática de administração conjunta dos recursos coletivos da humanidade. Até mesmo essa idéia ainda não foi suficientemente trabalhada, pois a posse e o uso de determinados recursos ainda se restringem ao território onde se localizam. A discussão em torno da água potável, por exemplo, está apenas começando, mas a tendência é que essa questão se torne crucial, tendo em vista que se trata de recurso natural não-renovável e escasso no planeta, contendo os maiores aquíferos em solos subterrâneos.

Segundo Castels (2001: 94), uma

[...] linha de pesquisa diferente e necessária, consiste em estabelecer a relação entre os movimentos, conforme definido por suas práticas, valores e discurso e os processos sociais aos quais parecem estar associados, por exemplo, globalização, informacionalização, crise da democracia representativa e predominância da política simbólica no espaço da mídia.

De acordo com este autor, a articulação entre essas questões parece ser fundamental para o entendimento do atual processo da globalização e para o encaminhamento de questões que extrapolam as fronteiras estabelecidas dos Estados-nação, ou de práticas administrativas conjuntas dentro de um mesmo Estado-nação.

Castells entende a globalização como um determinismo histórico, quando defende a idéia de que esse processo é irreversível, resultante da revolução nas tecnologias da informação. Essa revolução, para ele, consiste em uma nova divisão internacional do trabalho, que não se dá entre países, mas entre agentes econômicos e entre posições distintas da economia global, que competem globalmente, através da infra-estrutura tecnológica da economia informacional e da estrutura organizacional das redes e fluxos. Esse pensamento fundamenta a idéia da distinção

entre Norte/Sul, do desaparecimento do “Terceiro Mundo”, da distinção entre centro, periferia e semiperiferia no sistema mundial.

Segundo Santos (2002: 51-52), o próprio Castells reconhece que os processos de exclusão podem atingir um continente inteiro, por exemplo, a África. Santos também observa que, mesmo admitindo que a economia global não necessita mais de espaços geopolíticos para se reproduzir, a dívida externa e a financeirização do sistema econômico continua sendo contabilizada e cobrada no âmbito dos países. É no nível nacional que as políticas de salários e de segurança social continuam a ser definidas.

Estas transformações merecem uma atenção detalhada, mas não restam dúvidas de que só as viragens ideológicas que ocorreram na comunidade científica, tanto no Norte como no Sul, podem explicar que as iniquidades e assimetrias no sistema mundial, apesar de terem aumentado, tenham perdido centralidade analítica. Por isso, o ‘fim do Sul’, o ‘desaparecimento do Terceiro Mundo’ são acima de tudo, um produto das mudanças de ‘sensibilidade sociológica’ que devem ser, elas próprias, objeto de escrutínio”.(Santos, 2002: 52)

Para Santos, o que fundamenta o determinismo e a idéia do desaparecimento do Sul, atribuída à globalização, é o fato desse processo ser pensado a partir da realidade dos países centrais. Isso se dá não apenas entre os autores que centram sua abordagem na globalização econômica, mas análises de cunho culturalista também partem dessa idéia como “*as teorias da reflexividade aplicadas à modernidade, à globalização ou à acumulação (Beck, 1992; Giddens, 1991; Lash e Urry, 1996) e, em particular, a idéia de Giddens que a globalização é a ‘modernidade reflexiva’.*”⁷ (Santos, 2002 : 53). O conceito de modernidade em Giddens (1991:12) refere-se a “*estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XVII e que ulteriormente se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência.*”

Essas questões específicas da discussão política imbricam-se intensamente com a questão da economia, cujas práticas inscrevem-se e concretizam-se no âmbito da política. Ou seja, as

⁷ Para Giddens (1991), a reflexividade que “[...] *é uma característica definidora de toda a ação humana.*” (p.43) é introduzida na modernidade “*na própria base de reprodução do sistema, de forma que o pensamento e a ação estão constantemente refratados entre si.*”(p.45)

medidas econômicas passam a ter viabilidade a partir da aprovação e implantação política das referidas medidas. Por isso é que no ordenamento adotado para esta construção teórica as discussões sobre a globalização em nível político são seqüenciadas pelas questões econômicas abordadas nesse contexto.

1.2.3 Globalização Econômica

Segundo Robertson (1999), quem primeiro desenvolveu a idéia da globalização foram os sociólogos e antropólogos há mais de vinte e cinco anos, porém, nos anos 90, o discurso da globalização, desenvolvido por economistas, administradores, jornalistas e políticos foi reduzido a fatores econômicos e tecnológicos causando impactos surpreendentes, no que se refere à penetração dessas concepções na “*consciência popular*”(p.13). O autor concentra seus estudos na dimensão cultural da globalização; ou seja, o seu trabalho refere-se à análise da globalização como um fenômeno cultural, mas reconhece que a perspectiva econômica é “*uma dimensão muito interessante e significativa do próprio processo de globalização*” (p.13). Trata-se de um aspecto geral do processo de globalização, indissociável da noção do termo em qualquer de suas acepções e em qualquer fase de construção conceitual a que se esteja referindo. Portanto, um estudo que trate da globalização não pode deixar de fazer referência a essa dimensão do processo, mesmo que o debate específico sobre a economia, reducionismo econômico, ou economicismo não sejam centrais na análise.

Para Chesnais⁸,

[...] torna-se cada dia mais evidente que, quando se fala em mundialização do capital (ou quando se dá um contexto mais rigoroso ao termo inglês de

⁸ Para Chesnais, o que distingue a globalização das fases anteriores do capitalismo, como o imperialismo do século 19, por exemplo, é que hoje existe uma nova modalidade de regime de acumulação, cujas características se contrastam com o modelo de acumulação fordista, que prevaleceu no final dos anos 70 e com o modelo imperialista clássico que dominou até a crise de 1929. (Folha de S. Paulo, 02/11/1997)

‘globalização’), está-se designando bem mais do que apenas outra etapa no processo de internacionalização, tal como o conhecemos a partir de 1950. Fala-se, na verdade, numa nova configuração do capitalismo mundial e nos mecanismos que comandam seu desempenho e sua regulação. (Chesnais, 1996:13).

A sociedade contemporânea caracteriza-se por um contexto de mudança social, que se expressa nos diferentes aspectos constitutivos da vida em sociedade, ressaltando-se entre outros, para efeito de análise, as principais transformações no processo produtivo e nas práticas sociais, decorrentes das exigências da “acumulação flexível”, as quais são justificadas, na acepção dominante, como provenientes do avanço científico e tecnológico. Nesse sentido, é atribuída à ciência e à tecnologia uma qualificação de sujeito desse processo de mudança, a partir do discurso da “inevitável” ocorrência das relações sociais de produção nos moldes em que se apresentam hoje.

De acordo com Braga (1997), o conceito de forças produtivas em Marx⁹, embora seja aparentemente simples, criando dificuldades interpretativas, não pode ser identificado a partir de enumerações, ou de classificações de seus componentes, quer se refiram à ciência ou ao trabalho. Esse reducionismo conduz ao equívoco teórico de tomar as forças produtivas em si, isolando-as das relações sociais históricas nas quais estão inseridas.

Dessa forma, a história da industrialização é marcada por processos de trabalho, onde inicialmente foi determinado ao homem a realização de um trabalho automatizado, com a repetição de atos encadeados, chegando à linha de montagem e produção em série, com alto grau de especialização no trabalho desenvolvido (fordismo), até à atual exigência de um trabalhador generalista, capaz de fazer várias atividades e inclusive tomar iniciativas, caso seja necessário (pós-fordismo ou acumulação flexível).

⁹ Balibar (1980) e Magaline (1977) também analisaram a categoria de forças produtivas em Marx, enquanto uma problemática, cujo desenvolvimento é determinado pelo processo de acumulação capitalista, no qual as forças produtivas nem podem ser reduzidas ao trabalho, nem à racionalidade científica, como acredita Habermas (2002) e outros.

Tanto em um extremo como no outro, passando pelas formas históricas de sua concretização, trata-se de mudanças no padrão de acumulação capitalista, ao longo do seu ciclo de desenvolvimento. Essas transformações¹⁰, no atual processo de reestruturação produtiva, provocam impactos que refletem em todos os âmbitos da organização social, inclusive, na forma de contratação e gerenciamento da força de trabalho.

Inserir-se no mercado de trabalho, hoje,

[...] um trabalhador que não seja mais aquele tipo de indivíduo que batia o relógio de ponto, recebia ordens do chefe para executar uma tarefa específica e agia bovinamente durante todo o dia de trabalho, sem se preocupar com os resultados de sua atividade.[...] Em síntese, as empresas querem um trabalhador particular que incorpore as forças de trabalhador coletivo, antes divididas entre diversos trabalhadores singulares. Não querem mais um trabalhador coletivo combinado, mas um trabalhador que seja a síntese da combinação de diversas operações parciais. (Teixeira,1995:111).

Essas exigências conseguem impor-se no cenário histórico, a partir da veiculação da metáfora da “*mão invisível*” do mercado(Adam Smith), que por si só definirá os rumos da história da humanidade, através da atividade produtiva que realiza e das formas como esta deverá ser executada. Nesse contexto, o mercado tem supremacia em relação ao Estado, na medida em que a suposta auto-regulação do mercado exige um enxugamento do Estado, no que se refere às funções de proteção e regulação social.

De acordo com Oliveira,

A própria reestruturação do padrão tecnológico de produção ressuscitou formas de exploração do trabalho que há muito haviam deixado de existir, pelo menos nos países avançados: sistemas antigos de trabalhos domésticos, artesanal, familiar e paternalista.(OLIVEIRA, 1996:169-70).

¹⁰ As alterações no mercado de trabalho nos últimos 30 anos criaram o que tem sido chamado de “*sociedade global de risco*”, caracterizada, entre outros aspectos, pelo desemprego estrutural.O sociólogo alemão Ulrich Beck (1992), designa por “*brasileirização do Ocidente*” o processo em que o paradigma do trabalho passa a ser emprego temporário e informal.

No entanto, essas exigências vão se tornando imperativas e vão conseguindo se estabelecer como o novo parâmetro que embasa as novas práticas sociais. Descobrir elementos que apresentem respostas a esse fato constitui-se uma instigante reflexão, objeto de inúmeras produções teóricas. Por exemplo, Bourdieu se surpreende com o fato da ordem do mundo, tal como está sendo estabelecida, se perpetuar com tanta facilidade sem que suscite “*um número maior de transgressões ou subversões, delitos e ‘loucuras’*” (Bourdieu, 1999:7). Essa inquietação suscita a busca de respostas e sugere indagações direcionadas à questão da ideologia como, por exemplo, de que forma o conteúdo ideológico subjacente à implantação de uma nova ordem política, econômica, social e cultural pode ser identificado? Ou o que pode ser destacado como conteúdo ideológico no processo de mudança social? Ou a globalização define a expressão ideológica da acumulação flexível? Ou, ainda, a ideologia da globalização é passível de ser considerada como elemento fundamental na construção da prática social da sociedade contemporânea?

Segundo Chesnais,

O adjetivo ‘global’ surgiu no começo dos anos 80, nas grandes escolas americanas de Administração de Empresas, as célebres ‘Business management schools’ de Harvard, Columbia, Stanford, etc. Foi popularizado nas obras e artigos dos mais hábeis consultores de estratégia e marketing, formados nessas escolas - o japonês K. Ohmae (1985 e 1990), o americano M.E. Potter (1986) - ou em estreito contato com elas. Fez sua estréia em nível mundial pelo viés da imprensa econômica e financeira de língua inglesa e em pouquíssimo tempo invadiu o discurso político neoliberal. (Chesnais, 1996: 23).

O uso da palavra “global” sugere integração. Portanto usar a palavra “globalizar”, referindo-se a uma realidade que exclui, divide e marginaliza é omitir o adjetivo adequado a essa realidade. Por isso Chesnais afirma que:

O termo ‘global’ permite ocultar uma das características essenciais da mundialização: integrar como componente central da ação de um capital ‘liberado’ um duplo movimento de polarização. [...] A polarização é, primeiramente, interna a cada país. [...] A polarização, em seguida, é internacional e cava um fosso brutal entre os países localizados no coração do oligopólio mundial e aqueles que ficam na periferia deste. A economia ‘globalizada’ é excludente, pois é dirigida pelo movimento do capital, e nada mais. (Chesnais, 1995: 15).

De acordo com Santos (2002: 13),

[...] a globalização econômica é sustentada pelo consenso econômico neoliberal cujas três principais inovações institucionais são: restrições drásticas à regulação estatal da economia; novos direitos de propriedade internacional para investidores estrangeiros, inventores e criadores de inovações susceptíveis de serem objeto de propriedade intelectual (Robinson,1995:373); subordinação dos Estados nacionais às agências multilaterais tais como o Banco Mundial, o FMI e a Organização Mundial do Comércio.

O surgimento da indústria para planejar a imagem das mercadorias e as estratégias de venda faz da propaganda uma mediação fundamental entre a cultura e a economia. Nesse sentido, a produção de mercadorias é também um fenômeno cultural, no qual se compram o produto tanto por sua imagem como por seu uso imediato.

Há vários outros aspectos da globalização econômica que podem ser citados. Alguns deles são: mudança de autonomia das economias nacionais na condução de sua atividade econômica (Hirst e Thompson, 1998: 39); corporações transnacionais(multinacionais nos anos 70) (Jameson p.25); internacionalização das empresas (Hirst e Thompson, 1998:39); vulnerabilidade da dependência absoluta do capital estrangeiro dos Estados-nação fora do centro do Primeiro Mundo (Jameson, 2001:25); a expansão dos mercados financeiros, que também é uma característica do novo panorama econômico; e a cultura do consumo, constituindo a identidade e a individualidade, que marcam esse contexto.

Ampliando-se esse debate, pode-se entender a cultura do consumo como uma outra dimensão da globalização econômica. Esse tema, além da vinculação com questões referentes à globalização cultural, apresenta uma intersecção com a dimensão social da globalização, visto que a “cultura do consumo” é parte integrante do tecido social. Ou seja, nesse tema, talvez a questão não seja se a “cultura do consumo” é parte do social ou se sinaliza o fim do social como entendido até hoje. (Jameson, 2001:28)

1.2.4 Globalização Cultural

Dois enfoques serão destacados na abordagem da globalização cultural. O primeiro é a destruição dos modos de vida étnico-nacionais, que a proposta da globalização preconiza, principalmente para os países em desenvolvimento. O segundo é a hibridização da cultura mundial, proporcionada pela destruição dos modos de vida particulares de cada nação. Esses dois destaques associam-se mutuamente e constituem o cerne do problema, que de forma simplificada é chamado de “cultura global”, referindo-se a uma homogeneização de hábitos, de costume e consumo, no contexto da globalização. A interconexão desse aspecto com outras dimensões destacadas da globalização são visíveis: no âmbito do aspecto tecnológico a padronização é um dos efeitos causados pela massificação proporcionada por esse recurso; na interface com a economia, a mudança nos hábitos de consumo impulsiona a fabricação e comercialização de produtos globais em todas as áreas de produção: do automóvel ao brinquedo. A fabricação e a comercialização de produtos globais também criaram um campo de atuação especializado em realizar adaptações nos produtos globais para permitir maior aceitação por parte dos consumidores. A indústria de brinquedos foi a que mais investiu nessa perspectiva. No campo político, a questão cultural da globalização encontra sua interface nos movimentos contestatórios dos processos globalizantes. No campo social, o aspecto cultural configura-se como base de consolidação dos modos de vida social. Nesse sentido, é que será discutida a globalização social como o enfoque mais geral entre os demais enfoques destacados. A “cultura do consumo”, que é uma característica marcadamente econômica, tanto apresenta uma conexão com a questão da cultura como com a questão social. Ou seja, a interface entre as dimensões conceituais do processo de globalização se dá em todos os níveis de análise.

Para Appadurai (1999: 311), “*o problema central das interações globais atuais é a tensão entre a homogeneização cultural e a heterogeneização cultural*”. Essa discussão pode ser tratada

também através do conceito de identidade, visto que a globalização produz efeitos sobre as identidades, na medida em que estas “*representam vínculos a lugares, eventos, símbolos, histórias particulares. Elas representam o que algumas vezes é chamado de forma particularista de vínculo ou pertencimento*” (Hall, 2002: 76). De acordo com Hall, sempre houve tensões entre identificações particularistas e universalistas, que continuaram a existir ao longo da modernidade. Ou seja, com o crescimento dos Estados-nação, das culturas nacionais e das economias nacionais, desenvolve-se uma ênfase nas identidades particularistas, enquanto que a expansão do mercado mundial e da modernidade como um sistema global enfoca a construção de identidades universalistas.

Segundo Castells (2001: 22), “*entende-se por identidade a fonte de significado e experiência de um povo*”. Dessa forma, acreditando que identidades transcendem os limites do Estado-nação, os campos clássicos de discussão da identidade são a cultura e a etnicidade.

[...] em uma situação de mudança social acelerada, como a que se vive em todas as partes do mundo ao longo das últimas décadas, os estatutos sociais se recompõem e os indivíduos devem redefinir rapidamente sua posição, em uma ou duas gerações. (Agier, 2001: 10).

Essa redefinição de posições demandadas pela dinâmica da construção social dá-se em um intenso processo de mudanças, no qual o sujeito (individual e coletivo) adquire nova feição, quer seja pelas novas exigências do mercado de trabalho; quer seja pelas novas conquistas sociais em diversos campos; quer seja pelo novo processo cultural que caracteriza a identidade cultural; ou ainda pela nova configuração social que implica um novo indivíduo e, portanto, um processo contínuo de construção de identidade, que, segundo Guattari e Rolnik (1986: 54), se trata de um processo com interface nas relações intersubjetivas, que “*busca expressão e uma possibilidade de devir e reconhecimento social.*”

O sentido etimológico do termo identidade remete ao que é semelhante, análogo ou idêntico, mas exprime tanto conformidade do sujeito consigo mesmo quanto o compartilhar com características de outros indivíduos ou grupos sociais. Trata-se de uma noção que se refere ao indivíduo pensado nas relações socioantropológicas, psicossociais e político-econômicas. A categoria identidade possibilita analisar as contigüidades, as semelhanças, as diferenças e as contradições que se estabelecem entre indivíduos e sociedade, tanto na perspectiva dos sujeitos singulares quanto coletivos, por intermédio das noções de “*identidade pessoal*” e “*identidade social*”. Nesse sentido, a categoria identidade remete à relação que uma pessoa estabelece com o “*outro*”, marcando dimensões de individualidade e de coletividade, por meio de uma dinâmica que ao mesmo tempo separa e integra, ou seja, distingue e atomiza, da mesma forma que estabelece padrões de alteridade. Como categoria teórica, a identidade expressa tanto uma relação que objetiva uma manifestação da realidade humana e social quanto se expressa simultaneamente como subjetividade humana. Estabelece dimensões de um ser social como singularidade e como coletividade.

Castells (2001: 24-27) distingue três formas e origens de formação de identidade, as quais resultam em diferentes construções no processo de constituição das sociedades: a “*identidade legitimadora*”, que é constituída nas instituições sociais dominantes e dá origem à sociedade civil; a “*identidade de resistência*”, que é assumida por atores estigmatizados pela lógica da dominação e proporciona a formação de resistência coletiva diante de uma opressão; e a “*identidade de projeto*”, que produz sujeitos e se refere a uma nova posição na sociedade.

[...] Como, e por quem, diferentes tipos de identidades são construídas e com quais resultados, são questões que não podem ser abordadas em linhas gerais, abstratas: estão estritamente relacionadas a um contexto social. (Castells, 2001:26)

Assim é que a discussão da identidade nacional é uma das tônicas que perpassa a compreensão da globalização como fenômeno complexo, pois “*o espaço e o tempo são*

categorias básicas da existência humana” (Harvey, 2000:187) e como medidas, que fundamentam a organização da sociedade, são questionadas nas novas configurações sociais, mediadas pelo avanço científico e tecnológico, principalmente na área das comunicações. Ou seja, o fato de se estar interligado ao mesmo tempo, embora que de pontos equidistantes, faz com que o tempo não seja mais um devir; o tempo presente e o espaço não sejam mais demarcadores de fronteiras, mas unificadores de diversas culturas. Portanto, assim como os produtos não têm nacionalidade nem no que se refere à matéria-prima, nem aos elementos de sua composição, o indivíduo também não se entende como sujeito nacional, ou possuidor de uma cultura “pura”. De acordo com Hall, “*a identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia*” (Hall, 2002:13). Pois, para este autor, “*todas as identidades estão localizadas no espaço e no tempo simbólicos.*” (Hall, 2002:71).

Nesse sentido, a influência recebida de outras culturas, numa mistura de gostos, saberes, interesses, hábitos, entre outros, provoca um não reconhecimento de si mesmo como uma avalanche de mudanças, que, por serem processuais e gradativas, vão encontrando acomodações ao longo de sua dinâmica.

[...] O sujeito, previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias e não resolvidas.(Hall, 2002:12).

Segundo Hall (2002: 76), “*este fenômeno é conhecido como ‘homogeneização cultural’*”, que consiste na mediação da vida social pelo mercado global, ou seja, as diferenças e distinções culturais que definiam anteriormente a identidade são “*traduzidas*” por uma moeda global no interior do “*discurso do consumismo global*”, que por sua vez é marcado “*pelo mercado global de estilos, lugares e imagens, pelas viagens internacionais, pelas imagens da mídia e pelos sistemas de comunicação globalmente interligados.*” (p.75).

Essa constatação sugere uma referência à categoria sujeito, que constitui um dos debates de grande relevância na análise sociológica, pois é comum entre os autores anunciar que as transformações associadas à modernidade fizeram surgir uma nova forma de individualismo, pautada numa nova concepção de sujeito individual e de sua identidade, desvinculando os indivíduos de suas tradições e de estruturas estáveis. Em elaboração sintética, Hall (2002) distingue três diferentes concepções de identidade baseadas nessa discussão.

A primeira é o sujeito do Iluminismo, com sua respectiva concepção de pessoa humana.

[...] um indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação, cujo ‘centro’ consistia num núcleo interior, que emergia pela primeira vez quando o sujeito nascia e com ele se desenvolvia, ainda que permanecendo essencialmente o mesmo – contínuo ou ‘idêntico’ a ele – ao longo da existência do indivíduo. (Hall, 2002: 10).

A segunda é a noção de sujeito sociológico, para a qual a identidade é formada na “*interação*” entre o eu e a sociedade. De acordo com Hall, esta visão tornou-se a concepção sociológica clássica sobre essa questão, fundamentada nos interacionistas simbólicos e em G.H. Mead e C.H. Cooley. “*A identidade, nessa concepção sociológica, preenche o espaço entre o ‘interior’ e o ‘exterior’ – entre o mundo pessoal e o mundo público.*” (Hall, 2002: 11). A noção de sujeito é objeto de estudo constante no pensamento sociológico e a abrangência dessa análise aplica-se à história humana das diferentes culturas existentes. Das reflexões filosóficas sobre a concepção de sujeito, a Sociologia utilizou-se da noção conhecida como “*sujeito cartesiano*”, desenvolvida por Descartes, na qual o sujeito é racional; pensante; consciente; e situado no centro do conhecimento. “*Penso, logo existo*” é a máxima simplificadora da dedução lógica, que fundamenta esta concepção de sujeito¹¹. Na Sociologia, a noção do sujeito racional deu lugar a uma concepção, na qual o sujeito passou a ser

¹¹ Vale ressaltar que, nessa abordagem, não contemplarei a abrangência dessa discussão em outros campos acadêmicos, como na Psicanálise, embora reconheça a eloquência discursiva do tratamento dado à questão do sujeito nessa área do conhecimento. A descoberta do inconsciente por Freud põe sob suspeita o conceito de sujeito cognoscente, racional, como havia sido pensado por Descartes. Em Freud, o sujeito é formado por processos psíquicos e simbólicos do inconsciente. Em Lacan, a formação do eu se dá no “olhar” do Outro. Ou seja, a criança entra nos vários sistemas de representação simbólica fora de si mesma como a língua, a cultura, a diferença sexual, etc, a partir da imagem que vê refletida, literalmente, no espelho, ou figurativamente no olhar do outro.

localizado nas estruturas formadoras da sociedade moderna, incluindo as normas coletivas e os processos de grupo. Estes, por sua vez, são sustentados pelos papéis que os indivíduos desempenham.

A terceira concepção, apresentada por Hall, baseia-se no sujeito pós-moderno, que resulta das mudanças estruturais e institucionais e caracteriza-se por não ter identidade fixa; estável; única. Ao contrário, estes sujeitos estão em constante processo de transformação “*em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam*” (Hall, 2002:13). O esboço simplificado¹² dessa discussão constitui-se em referência na análise do processo de globalização e de sua dimensão ideológica, visto que o sujeito e a interpelação ao sujeito destacam-se como importante fator de análise nesse contexto. Há também que ser considerada a lógica da inversão sujeito/objeto e vice-versa, que parece ser uma tônica nas práticas contemporâneas, perpassando tanto a compreensão do termo como o entendimento de processos que se dão no âmbito da prática social.

1.2.5 Globalização Social

A dimensão social constitui o campo de maior abrangência nesta análise, porque neste âmbito se consolidam as questões tratadas nos diversos aspectos da abordagem. Outrossim, os aspectos constitutivos do social são muito mais complexos e variados do que as demais dimensões conceituais destacadas, embora todos os aspectos possuam interconexão recíproca. Pois o social constitui-se dos diversos aspectos característicos de um determinado contexto. Nesse sentido, pode-se dizer que o social no contexto atual é formado pelo econômico, pelo político, pelo cultural e pelo tecnológico. Ou seja, não há um específico, ou um tema restrito constitutivo do

¹² Como não se trata de categoria principal na análise proposta no âmbito desse trabalho, não será dado um enfoque conceitual aprofundado à discussão do sujeito, embora esse debate esteja presente na construção analítica desse estudo e seja um componente importante a ser destacado na análise.

social, embora na Sociologia o objeto de estudo seja constituído pela chamada “questão social”, gerada no processo capitalista de produção. Mas essa “questão social” é complexa, formada por várias facetas, aspectos, dimensões e enfoques. Portanto, quando se fala de globalização social, o objetivo é enfatizar o modo de vida construído no processo de globalização. Assim, um dos destaques na abordagem da globalização social é a questão das desigualdades sociais, geradas e intensificadas nesse contexto, desde a exclusão digital até a fome e a miséria.

A teoria funcionalista da estratificação, fundada, originalmente, no funcionalismo-estrutural de Parsons e também refletida na análise de Durkheim, admite que a divisão do trabalho é a consequência última da sociedade industrial. Para Durkheim, a divisão do trabalho poderia moldar o desenvolvimento da “*solidariedade orgânica*”, que se constitui de forma interdependente nas sociedades industriais. Essa teoria sugere que as desigualdades nas sociedades complexas são traduzidas legitimamente através de um consenso emergente de valores, referentes à relevância das funções específicas da sociedade. Isso é importante porque é o reconhecimento de que a teoria incorpora uma justificação moral da desigualdade econômica¹³, a partir do mercado competitivo, surgido com o advento do liberalismo econômico.

Para justificar desigualdades sociais numa sociedade que propõe igualdade legal e política, os funcionalistas utilizam dois argumentos: o de que a estrutura de incentivos gerada pelas gratificações desiguais garante a solidificação de talentos individuais, e o de que a legitimidade da recompensa constitui-se em inovação funcionalmente mais importante para a sociedade.

As tendências neotribais e fundamentalistas, que refletem e formulam a experiência das pessoas na ponta receptora da globalização, são fruto tão legítimo da globalização quanto a ‘hibridização’ amplamente aclamada da alta cultura – a alta cultura globalizada. (Bauman, 1999: 9).

¹³ Uma das tônicas nos debates sobre estratificação são as condições de possibilidades da igualdade de oportunidades, a qual se torna um fetiche da desigualdade.

Mas a questão é saber como se organiza a sociedade global? Quais os parâmetros para medir seus processos? Trata-se de uma reconfiguração dos mesmos fenômenos, ou de uma nova realidade completamente diferente da anterior e, portanto, os conceitos existentes não dão conta de sua explicação? Nesta discussão, encontra-se um dos maiores desafios para o terceiro milênio, que é a organização da sociedade globalizada, no sentido material e conceitual, a partir do conhecimento e prática acumulados. Ou seja, o ponto de partida para a reconfiguração social, cultural, econômica, política, ideológica da sociedade atual são seus processos cotidianos, desencadeados no tempo e espaço em que se configuram, quer sejam simbólicos ou reais, virtuais ou concretos.

Por isso, a importância da referência ao termo identidade neste contexto. Os conceitos não são abstratos, definidos a priori e desde sempre, mas, ao contrário, são concretos, esboçados em uma contingência histórica. É assim que se coloca a globalização nesta análise, ou seja, como resultado do processo histórico de construção da sociedade contemporânea.

Nesse sentido, a delimitação e o tratamento teórico, utilizados na análise do termo globalização, partem do entendimento de tal fenômeno como complexo e não da perspectiva fetichista que apresenta a globalização como verdade histórica, representada em projeto racionalista inédito, cuja lógica suprime as tradições históricas e culturais, nacionais e locais e cujos mecanismos de regulação das economias são desconectados de suas referências de poder, supondo o desmonte do modelo de modernização apoiado no Estado-nação.

Entender a globalização como fenômeno complexo significa entendê-la como tradição histórica que se gesta no processo de expansão do capitalismo ocidental, onde se estruturam as comunidades nacionais, as economias de mercado e os estados modernos, ressaltando as imbricações existentes entre elementos modernos e tradicionais, que não se excluem teórica e historicamente, mas que se unificam nas práticas sociais.

1.3 Globalização: a dimensão ideológica como formulação do problema de pesquisa

O desenvolvimento do raciocínio, que conduz a investigação do problema desta pesquisa, realiza-se mediante análise do processo de globalização no contexto das relações sociais contemporâneas e a partir da consideração do tratamento conceitual do termo, nos cinco aspectos acima descritos. Cada um desses aspectos constitui-se em um campo vasto de explicitação do processo da globalização, portanto não é intenção deste estudo abranger o campo conceitual do termo para ampliar esta discussão. Esta abrangência realiza-se como forma de verificar a inserção das citadas características não apenas no nível conceitual do termo globalização, enfocando uma de suas dimensões, mas no processo de realização do que se denomina globalização, especificamente no que se refere à construção deste termo em discursos da imprensa escrita. Nesse sentido, os aspectos conceituais do termo globalização são considerados, na perspectiva de construir a interconexão entre os mesmos, utilizando, como fio condutor da análise, a questão da ideologia. Ou seja, a partir da descrição sucinta dos assuntos tratados em cada um dos enfoques conceituais da globalização, é possível extrair elementos para utilização na construção do traçado da dimensão ideológica desse processo na forma analisada. Pois, neste estudo, a ideologia é considerada não como detentora de um espaço definido, restrito e definitivo na estruturação do processo social, mas como uma prática, que se entrecruza com as demais e possibilita a construção do processo de globalização nos moldes deterministas em que se apresenta. Ou seja, como se fosse uma realidade fechada; inevitável e avassaladora, sem perspectiva possível de resistência e de mudança.

Ora, a própria construção teórica do termo indica que a forma determinista de tratar esse processo não condiz com o desenvolvimento do fenômeno. Nesse sentido, foram geradas várias perspectivas de descrição, discussão e análise da globalização, a partir das polêmicas

suscitadas, surgidas e demandadas por esse processo, nas quais estão presentes da descrição de aspectos específicos daquela discussão à reflexão sobre os processos e práticas sociais resultantes. Exemplificando, a partir da descrição conceitual realizada, é quando no debate específico de cada campo conceitual surge como assunto pertinente àquela discussão não somente a descrição idealizada do fenômeno, mas as características atribuídas ao processo e surgidas durante a construção do mesmo. Dessa forma, é discutido na globalização tecnológica, do ciberespaço à exclusão digital e o que isso significa. Na globalização política, as possibilidades e impossibilidades do Estado nesse contexto e as questões implicadas nesse tema, que não se resumem à apologia do novo como decorrência de um fim, seja ele do Estado, da história, da sociedade do trabalho, entre outros. Na globalização econômica, as peripécias, humores e astúcias do mercado, bem como a contestação dessa abordagem. Na globalização cultural, a cultura global, hibridização e homogeneização cultural. E na globalização social, as desigualdades sociais e a exclusão social.

Mas o que gera essa construção discursiva do termo globalização em tantas categorias conceituais de análise, certamente, não é a existência de um pensamento único. O esboço da questão em várias facetas significa muito mais do que uma vaga amplitude atribuída ao termo. Pois essa amplitude é resultante da complexidade em que se esboça um processo social construído por relações sociais, cuja descrição não poderia conter nas idéias de novidade, unicidade e inevitabilidade. Nessas idéias disseminadas para designar um contexto social, cabe apenas uma perspectiva forjada; ilusória e suposta desse contexto, a qual não é condizente com o fenômeno que pretende definir.

Portanto, o determinismo e a inevitabilidade atribuídos à globalização não só pelos seus defensores, mas por grande parte de estudiosos no assunto, trata-se de uma falácia, no sentido de que estas características passam a direcionar a prática social em torno de uma possibilidade de construção social que se acredita pronta e acabada. No entanto, na contra-mão da retórica, que

considera a globalização como a vitória da racionalidade, intensificam-se as contradições que se tornam visíveis nas desigualdades sociais geradas nesse contexto. O processo de globalização se revela como excludente e incapaz de produzir progresso infinito; abundante; ilimitado; inovador. Dessa forma, perde sua credibilidade, e, por isso, é pertinente analisar esse processo considerando não apenas a sua pretensão de ser, mas aquilo em que se configura para além da sua retórica.

Nesse sentido, é que se fundamenta esta análise, cujo objetivo é demonstrar que a globalização não é um processo autônomo, inevitável, produzido pelas forças do mercado, restando apenas adaptar-se a esse processo sem contestação. É aqui que se insere a questão da ideologia e é por isso que, em torno desta questão, construo o esboço teórico e metodológico deste trabalho. Ou seja, a escolha dos autores, nos quais busquei fundamento para a discussão, foi feita de forma muito criteriosa, no sentido de haver concordância em um mesmo autor e entre os mesmos, em relação aos focos centrais da discussão, quais sejam ideologia, globalização e discurso. O argumento foi construído trazendo à mostra as discordâncias e concordâncias, evidenciadas no pensamento dos autores citados. Esta sistemática de apresentação do tema é mantida também no capítulo seguinte, que trata especificamente dos fundamentos da questão da ideologia e da atualização do termo.

CAPÍTULO 2

IDEOLOGIA E GLOBALIZAÇÃO: reflexões sobre o debate
contemporâneo

Capítulo 2 - Ideologia e Globalização: reflexões sobre o debate contemporâneo

2.1 Ideologia: esboço da construção teórica do termo nas Ciências Sociais

Da criação do termo ideologia atribuída, segundo Abbagnano (1982:506), ao filósofo francês Destutt de Tracy (*Idéologie*, 1801) para indicar “*a análise das sensações e das idéias*” às suas utilizações atuais, vasto é o número de autores e de obras que dão destaque a esta discussão, cuja epistemologia é marcada pelo deslocamento do termo do sentido positivo ao negativo e vice-versa. Napoleão, na primeira metade do século XIX, utilizou o termo em sentido depreciativo, para designar as idéias iluministas da igualdade, fraternidade e liberdade. Posteriormente, Hegel, a propósito da religião, distinguiu três momentos na ideologia: “*doutrina, crença e ritual*”, vinculando o termo “*ideologia*” a esses três eixos e à tríade do “*Em-si*”/ “*Para-si*”/ “*Em-si-e-Para-si*”¹.

Em argumento contrário ao de Hegel, especificamente no que se refere à relação do Estado com a sociedade civil, Marx, para quem a religião era a ideologia por excelência, estabeleceu uma ruptura com o que denominou “*formalismo*” hegeliano, quando definiu o Estado como construção dos homens, através de suas atividades concretas. Esse Estado, para ele, não era uma criação do homem livre, mas alienado. Por isso, na idéia original de Marx, a ideologia vinculava-se à alienação. A partir da investigação sobre as condições de trabalho impostas pela sociedade burguesa aos trabalhadores, nos “*Manuscritos econômico-filosóficos*” de 1844², Marx iniciou seus estudos sobre o modo de produção capitalista. Na “*Sagrada Família*”, ainda confrontando com o pensamento de Hegel e dos neo-hegelianos, Marx afirmou que são os seres humanos

¹ Em Hegel (1992), a ideologia do “*Em-si*” significa doutrina, conjunto de idéias, crenças, conceitos, etc. A do “*Para-si*” indica a existência material da ideologia nas práticas, rituais e instituições ideológicas. É aqui, que se inscreve a noção althusseriana de Aparelhos Ideológicos de Estado. E a do “*Em-si e Para-si*” corresponde à exteriorização da ideologia “*refletida em si mesma*”. Nesse nível, a ideologia deixa de ser concebida como o “*cimento*” da sociedade, no sentido de homogeneidade e passa a significar um processo heterogêneo, vagamente interligado e de alcance localizado.

² Nos “*Manuscritos econômico-filosóficos*” de 1844, Marx escreveu: “*Toda a chamada história universal é apenas a produção do ser humano pelo trabalho humano.*” Nessa obra, Marx analisa o papel do dinheiro, que, segundo ele, se transforma na encarnação das “*capacidades alienadas da humanidade*”, agravando ainda mais as distorções ideológicas.

quem produzem as idéias e não o contrário. O tema da ideologia tornou-se um conceito-chave na obra “*A Ideologia Alemã: teses sobre Feuerbach*”³ (1845-1846), em co-autoria com Engels, significando uma forma de “*falsa consciência*”, vinculada aos interesses de classe. “*A consciência nunca pode ser uma coisa diferente do ser consciente*”. A partir dessa tese, Marx concluiu que a possibilidade de a consciência não remeter ao ser consciente surge com a divisão social do trabalho e a luta entre as classes sociais antagônicas, configuradas no contexto da propriedade privada, onde se origina a ideologia. Na obra de Marx, o conceito de ideologia permaneceu com um sentido negativo, embora tenha sido explicitado por concepções diversas implícitas no seu trabalho. Segundo Thompsom (1995:62), “*depois de Marx, o conceito de ideologia assumiu um papel importante, tanto dentro do marxismo, quanto dentro das disciplinas que emergiam das ciências sociais*”. Mas, na discussão subsequente, o conceito de ideologia tende a perder o sentido negativo e “*é neutralizado de várias maneiras – mesmo que, na esfera do discurso social cotidiano, o termo ‘ideologia’ continue a carregar um sentido negativo, pejorativo até*”. (Thompsom, 1995: 63).

Na intenção de apresentar, de forma introdutória, essa discussão, no que se refere aos aspectos mais relevantes para essa abordagem, fiz alguns destaques sobre a questão da ideologia entre os marxistas, especificamente na Escola de Frankfurt e entre outros autores, em cujas obras encontra-se ressaltada essa questão.

Lukács, em “*História e consciência de classe*” (1922), obra na qual se destaca a variação de sentido do termo ideologia, abordou esse assunto a partir da reconstrução de duas categorias, “*coisificação*” (ou reificação em Marx), utilizando como ponto de partida para a reflexão a teoria do “*fetichismo da mercadoria*”⁴ e “*estranhamento*” (ou alienação em Marx), contribuindo significativamente para o aprofundamento da reflexão a respeito da questão da ideologia, opondo a este termo o conceito de “*totalidade*”, através do qual é descartada a idéia de uma

³ Nessa obra, que só foi publicada em 1931, quando seus autores já não eram mais vivos, Marx e Engels criticaram a tradição *idealista* subjetiva, que supervaloriza o poder das representações.

⁴ Desenvolvida por Marx no primeiro volume de “*O capital*”.

ciência social desinteressada. Para Lukács, nem toda consciência de classe é uma falsa consciência e, por sua vez, a ciência é uma expressão ou codificação da “verdadeira”⁵ consciência de classe. Segundo Eagleton(1996:179), o pensamento de Lukács ultrapassa o limite do entendimento da ideologia como consciência falsa ou parcial, de um lado, e da ciência como um modo absoluto e a-histórico de conhecimento, de outro.

Na obra de Karl Mannheim (*“Ideologia e Utopia”*, 1929), o termo ideologia significava um conjunto de mitos, normas e idéias desvinculadas do real, enquanto a utopia era um conceito referente à efetivação de uma nova ordem social. As obras de Lukács e Mannheim suscitaram a retomada de discussões sobre o tema, visto que, partindo do problema apresentado por Lukács, Mannheim se dispôs a refletir sobre o tipo de objetividade que poderia ser alcançado pelas ciências humanas e sociais se estas renunciassem à pretensão de excluir as valorações e preferissem reconhecê-las e controlá-las criticamente⁶. Para Mannheim, a ideologia contrapunha-se ao conhecimento científico e à utopia. Ele acreditou que, desenvolvendo o enfoque metodológico, que chamou de *“raízes sociais e ativistas do pensamento”*, possibilitaria um novo tipo de objetividade na ciência social. Essa discussão abrange o método que Mannheim descreve como *“a sociologia do conhecimento”*, que consiste em tornar a análise ideológica um método de pesquisa na história social e intelectual, cujo objetivo é analisar os fatores sociais que influenciam o pensamento, garantindo, com isso, *“uma nova visão de todo o processo histórico”*.

Outro enfoque conceitual da ideologia pode ser destacado na teoria crítica. Os autores da Escola de Frankfurt⁷ desenvolvem uma *“explicação distinta e original da natureza e do papel da ideologia nas sociedades modernas”* (Thompson,1995:130), destacando-se o pensamento de

⁵ “A verdade na perspectiva ‘historicista’ de Lukács é sempre relativa a uma determinada situação histórica, e nunca uma questão metafísica inteiramente além da história”. (Eagleton, 1997: 181-182)

⁶ “Um novo tipo de objetividade pode ser obtido nas ciências sociais, mas não por meio da exclusão de valorações, e sim através da percepção e do controle crítico destas”. (Mannheim, 1976:33)

⁷ Dos teóricos da Escola de Frankfurt será destacado apenas e de forma pontual a abordagem que se refere à “indústria cultural” no tratamento do tema da ideologia.

Horkheimer, Adorno, Marcuse, Benjamin e Habermas⁸. Esses autores discutiram a centralidade da comunicação de massa nas sociedades modernas, através de análise crítica do que chamaram de “*Indústria Cultural*”⁹. O conceito de indústria cultural está presente no pensamento de todos os autores da Escola de Frankfurt, embora seja desenvolvido, apresentando peculiaridades e desdobramentos da questão entre os mesmos. Horkheimer, ao estudar Hobbes, identificou neste pensador a caracterização de elementos desmistificadores da ideologia feudal e apontou as limitações da perspectiva de Hobbes, que atribuía à ciência a superação das distorções ideológicas intencionalmente formuladas pelos privilegiados. Mas é na obra “*Dialética do Esclarecimento*” que Horkheimer e Adorno esboçam o conceito de “*indústria cultural*”, através do qual ressaltam a capacidade da ideologia dominante de criar a perspectiva de uma “*ilusão de harmonia*” entre as pessoas; de criar novas formas de ideologia pela indústria cultural; e de repercutir o utilitarismo na linguagem. Destaca-se, também, na obra de Horkheimer e Adorno, a denúncia ao “*funcionamento dos meios de comunicação de massa e a indústria do entretenimento como um sistema que não só assegurou a sobrevivência do capitalismo como continua exercendo função essencial em sua preservação, reprodução e renovação.*” (Konder, 2002:82).

Adorno, utilizando a linguagem da ideologia e da falsa consciência, sugere que a primeira ilusão da identidade entre o conceito e a coisa é a forma forte da ideologia, assim definida:

A ideologia de modo algum assume sempre a forma da filosofia explicitamente idealista. Ela realiza seu trabalho secreto dentro da própria construção fundacional [Substruktion] de algo afirmado como primeiro ou primário (não importa qual o conteúdo do último), no interior da identidade implícita entre o conceito e a coisa, o que justifica o mundo tal como é, mesmo quando uma doutrina prega sumariamente a dependência da consciência em relação ao ser. (ND, p.50/40, apud Jameson, 1997:38).

⁸ Habermas representa um pensamento contemporâneo da Escola de Frankfurt, onde iniciou a elaboração de sua obra, que se destaca pela crítica aos seus antecessores, superando o pensamento dos mesmos.

⁹ De acordo com Jameson, a “*indústria cultural*” está mais próxima de uma teoria da “*vida cotidiana*” do que da “*cultura*” em qualquer sentido contemporâneo da palavra e, nesse sentido, Horkheimer e Adorno permanecem “*modernos*”, pois seu pensamento antecipa o que vem a se tornar a sociedade-imagem.

Em Marcuse, destaca-se a discussão da ideologia individualista da sociedade de consumo, a partir do que denominou de “*conduta e pensamento unidimensional*” (Marcuse, 1967:32), a qual não se opõe às análises da “*indústria cultural*” de Adorno e Horkheimer. No entanto, apresenta divergência, no que se refere ao direcionamento de suas reflexões para os excluídos (marginalizados, negros, hippies, desempregados, povos do Terceiro Mundo, etc.).

A teoria crítica tem na Escola de Frankfurt sua principal instituição. Os fundamentos da Escola de Frankfurt e a natureza dessa teoria foram apresentados, inicialmente, em 1937, por um ensaio de Horkheimer intitulado “*Teoria Crítica e Tradicional*”¹⁰, suplementado, no mesmo ano, por um artigo em co-autoria com Marcuse intitulado “*Filosofia e Teoria Crítica*”. O termo teoria crítica passou a ser usado freqüentemente, representando essa corrente teórica. Marcuse utilizou o termo “*teoria crítica*” em toda sua obra como a teoria da sociedade, baseada “*na filosofia dialética e na crítica da economia política*”. Horkheimer explicou que a utilização da palavra “*crítica*” se dava “*não tanto no sentido da crítica idealista da razão pura, quanto no sentido da crítica dialética à economia política*”. Dessa forma, o sentido Kantiano de “*crítica*” desempenha um papel subordinado ao significado marxista da palavra, constituindo-se em uma das principais tarefas da Escola de Frankfurt, a apresentação sistemática desses componentes do idealismo alemão preservados e materializados, ou superados na “*teoria crítica da sociedade*”. Essa superação implica reflexão dos determinantes históricos do “*conhecimento*”, que é relativizado no sentido materialista do termo. Outra característica da “*teoria crítica da sociedade*” é sua distância cuidadosa e consciente do pragmatismo.

Segundo Slater,

[...] A transição da filosofia para a teoria social é a chave para a pedra de toque da teoria da Escola de Frankfurt, a saber, a crítica da ideologia: A moderna

¹⁰ Esse ensaio, segundo Slater (1978: 50), “*introduz o papel da teoria como meio pelo qual as descobertas de vários ramos científicos são gradualmente unidas ao serem associadas a princípios comuns*”. Esse papel é assumido de várias formas transcendendo a própria esfera da teoria. Ou seja, “*Fundamentalmente, temos aqui um conflito ideológico*”. (idem, 50)

filosofia dialética manteve a concepção de que o livre desenvolvimento do indivíduo depende da concepção racional da sociedade. (Slater, 1978 : 54)

A crítica da ideologia, assim como a polêmica contra o pragmatismo, refere-se à crítica ao idealismo alemão e aponta para um estágio de transcendência da teoria, do qual a Escola de Frankfurt se professa porta-voz. Essa crítica também conduz à luta ideológica, no sentido de que não se constitui mais apenas em um debate acadêmico, mas na apropriação dialética da metafísica para que essa não venha a ser um componente da ideologia fascista, conforme análise de Horkheimer em relação ao vitalismo de Bergson¹¹. No entanto, a “*teoria crítica da sociedade*” não se formulava como uma teoria prática da luta ideológica. Entre os aprendizados da Escola de Frankfurt destaca-se: “*o interesse que a tecnocracia tem em críticas ‘tipo-Iluminista’ e na ‘desmistificação’ da crença e da ideologia a ela associada, a fim de limpar o terreno para o planejamento e o ‘desenvolvimento’ livres de obstáculos.*”(Jameson, 1997: 66).

Portanto, ideologia era um termo tratado na Teoria Crítica, constituindo os debates da época, forjado tanto por aspectos conjunturais e estruturais da organização societária como pelas polêmicas suscitadas no campo acadêmico.

A abordagem da questão da ideologia em Habermas decorre da sua reflexão sobre a dicotomia trabalho e interação, destacando a importância da “*razão comunicativa*”¹². O trabalho, considerado uma atividade essencial para a sobrevivência do homem, desenvolve-se no âmbito da relação sujeito/objeto e é uma atividade instrumental, que segue regras técnicas e funda-se sobre um saber empírico. A interação é entendida como uma atividade de comunicação entre sujeitos, mediatizada por símbolos. A “*razão comunicativa*” vincula-se à linguagem e ao interesse coincidente entre os sujeitos falantes de serem entendidos mutuamente. Posteriormente, segundo Habermas, com a institucionalização do progresso técnico e científico, a ciência e a técnica passaram a ser a principal força produtiva e “*apaga-se da consciência dos homens o*

¹¹ “Se Bergson não tivesse adotado de Comte o pragmaticamente limitado conceito utilitarista de ciência, não se entenderia a necessidade de uma metafísica separada, suplementar, vitalista.” (Horkheimer,1998:156)

¹² A “*razão comunicativa*” distingue-se da “*razão instrumental*”, que é ligada ao trabalho.

dualismo do trabalho e da interação”(Habermas, 1987:64). A ideologia apresenta-se de forma implícita na consciência das massas despolitizadas e, embora sua função continue sendo a de evitar questionamentos sobre os fundamentos da sociedade, passa a ser uma forma de legitimação diferente, que dispensa o artifício da ilusão, pois utiliza-se da técnica e da ciência para atender às necessidades individuais dos seres humanos.

Habermas contrapõe ciência e ideologia, ao afirmar que o progresso técnico-científico é a primeira força produtiva e o fundamento da legitimação. “*Esta nova forma de legitimação perdeu, sem dúvida, a velha forma de ideologia*”.(1987: 80).

A consciência tecnocrática é, por um lado ‘menos ideológica’ do que todas as ideologias precedentes; pois não tem o poder opaco de uma ofuscação que apenas sugere falsamente a realização dos interesses. Por outro lado, a ideologia de fundo, um tanto vítrea, hoje dominante, que faz da ciência um feitiço, é mais irresistível e de maior alcance do que as ideologias de tipo antigo, já que com a dissimulação das questões não só justifica o interesse parcial de dominação de uma determinada classe e reprime a necessidade parcial de emancipação por parte de outra classe, mas também afeta o interesse emancipador como tal do gênero humano.(Habermas, 1987: 80).

Nesse sentido, a intervenção do Estado passa a ser resultado de uma demanda da sociedade. O discurso tecnocrático apresenta-se como constatação óbvia de uma lógica evidente, as massas se despolitizam e a ideologia define-se pela consciência da população despolitizada. Essas condições, segundo Habermas, expressam o contexto de uma sociedade capitalista modificada, na qual não se pode mais utilizar “... *duas das categorias centrais da teoria marxiana, a saber a luta de classes e a ideologia...*”(1987: 76). No entanto, os antagonismos de classe não deixam de existir, mas mantêm-se de forma latente, neutralizados pelas compensações gratificantes do processo de mudança.

Segundo Habermas (1987), o conceito de ideologia em sentido restrito, teorizado por Marx, apóia-se na importância prática da razão instrumental, cujas condições criadas pela burguesia como classe dominante, no modo de produção capitalista, dispensavam na prática os velhos

procedimentos de legitimação do poder estatal, pautados em antigos padrões religiosos, culturais, e recorrendo a “razões” pragmáticas, “científicas”, para justificar um sistema que aparentemente se justifica por si mesmo, nas condições “liberais” da centralidade do mercado e do recuo do Estado. “*As ideologias burguesas podiam ainda reduzir-se a uma figura fundamental da interação justa e isenta de domínio, satisfatória para ambos os lados*”. (Habermas, 1987: 80).

Uma nova forma de legitimação diferente da forma da antiga ideologia, em sentido restrito, é criada. Mas sua função continua sendo igual à da antiga ideologia. “*Sem dúvida, a nova ideologia, tal como a antiga, serve para impedir a tematização dos fundamentos sociais*”. (Habermas, 1987: 81). Para atender as necessidades dos seres humanos utiliza outros meios, mobilizados pela técnica e pela ciência. “*A consciência tecnocrática não pode, pois, basear-se numa repressão coletiva do mesmo modo que as velhas ideologias*”. (ibidem, 81). Esse predomínio da consciência tecnocrática, segundo o autor, “*é mais irresistível e vai muito mais longe do que as ideologias do tipo antigo*” (ibidem, 81). Pois, de certo modo, ela é ideologia, mas de fato já não é mais apenas ideologia.

A nova ideologia distingue-se das antigas pelo fato de separar os critérios de justificação da organização da convivência, portanto, das regulações normativas da interação em geral e, neste sentido, os despolitizar e, em vez disso, os vincular às funções de um suposto sistema de ação racional dirigida a fins. (Habermas, 1987: 81).

O núcleo ideológico da consciência tecnocrática “*é a eliminação da diferença entre práxis e técnica*.” (Habermas, 1987: 82). A tendência de todas as formas de práticas é serem reduzidas a técnicas, inclusive as práticas referentes às ações morais e as que se realizam na esfera da “*ação comunicativa*”¹³. A ciência, também se tecniciza, deixa de ter virtudes éticas e educativas e não reflete mais criticamente sobre si mesma.

A nova ideologia viola assim um interesse que é inerente a uma das duas condições fundamentais da nossa existência cultural: à linguagem ou, mais exatamente, à forma da socialização e individualização determinada pela comunicação mediante a linguagem comum. (Habermas, 1987:82).

¹³ Habermas entende “*por ação comunicativa uma interação simbolicamente mediada*”. (Habermas, 1987: 57)

Para corrigir o pensamento de Marx e de seus antecessores e mestres Adorno e Horkheimer, Habermas sugere conceitos novos como o de “*mundo da vida*”¹⁴, através do qual fortalece a idéia de “*razão comunicativa*” como uma forma de limitar a expansão “imperialista” da “*razão instrumental*”. Essa se desenvolve em função das necessidades do “*sistema*”¹⁵, mas somente a “*razão comunicativa*” pode abranger o inesgotável, que compõe o “*mundo da vida*”. A ideologia embutida na consciência tecnocrática dominante consegue promover um “*esgotamento das energias utópicas*” e o sistema consegue legitimar formas constrangedoramente antidemocráticas de desigualdade e de dominação.

Se houvesse de confirmar-se a relativização do campo de aplicação do conceito de ideologia e da teoria das classes, também o enquadramento categorial em que Marx desenvolveu os pressupostos fundamentais do materialismo histórico – necessitaria de uma nova formulação. (Habermas, 1987: 82-83)

A “*perspectiva da emancipação*”, em Habermas, “*não resulta, de modo nenhum, do paradigma da produção, mas sim do paradigma do agir orientado no sentido do entendimento mútuo.*” (Habermas, 2000: 87). “*O paradigma do conhecimento de objetos tem de ser substituído pelo paradigma da compreensão mútua entre sujeitos capazes de falar e agir.*” (idem, 276).

De acordo com Eagleton(1999:203), a ideologia é para Habermas uma forma de comunicação sistematicamente distorcida pelo poder, ou seja, um discurso que se tornou um meio de dominação e que serve para legitimar as relações de força.

[...] a ideologia marca o ponto em que a linguagem é desviada de sua forma comunicativa pelos interesses de poder que incidem sobre ela. Mas esse cerco da linguagem pelo poder não é apenas uma questão externa: ao contrário, tal dominação inscreve-se no interior de nossa fala, de modo que a ideologia converte-se num conjunto de efeitos inerentes aos próprios discursos particulares.(Eagleton, 1999: 204).

¹⁴ O “mundo da vida” é a realidade inesgotável das vivências humanas, uma realidade que não cabe no sistema.

¹⁵ O sistema consiste na organização necessária na construção da história dos seres humanos, os quais precisam organizar as atividades produtivas para garantir a sobrevivência, bem como organizar a sociedade, as instituições e os conhecimentos.

Dessa forma, sendo a ideologia a linguagem deturpada, contrapõe-se a esta o ato comunicativo “*autêntico*”. Ressalte-se que não se trata da possibilidade de uma linguagem científica capaz de realizar julgamentos e expurgos entre linguagens divergentes, mas de extrair das práticas lingüísticas a estrutura subjacente de uma “*racionalidade comunicativa*”, através da qual seja resgatada dos discursos degradados uma “*situação ideal de fala*”, que seja capaz de fornecer uma norma ou um modelo regulador para a avaliação crítica dessas práticas.¹⁶

Para Habermas, toda linguagem é orientada para a comunicação e, portanto, para o consenso humano. O que se torna um fator limitante dessa convicção é a dominação social e ideológica, que proíbe a comunicação irrestrita, suscitando a transformação dessa situação numa outra forma política de vida.

Portanto, o que se opõe à ideologia, em Habermas, não é a verdade, nem o conhecimento, mas o que chama de “*crítica emancipatória*”¹⁷, ou seja, uma forma particular de racionalidade “*interessada*”, constituída através do desvio da linguagem de sua forma comunicativa, pelos interesses de poder que incidem sobre ela.

O pensamento de Benjamin, segundo Konder, destaca-se pela originalidade em relação à designação do papel do conceito no processo de conhecimento, pois, para ele, o conceito atuava como mediador na relação entre as idéias abstratas e os fenômenos da empiria. A análise dos conceitos não deveria obedecer ao tipo de rigor encontrado em outros autores para que o conceito possa se aproximar da imagem, especificamente o que chama de “*imagem dialética*”, capaz de cristalizar o movimento de uma contradição e realizar o encontro necessário entre o conceito e a imagem. Para ele, uma possível vitória do conhecimento sobre a ideologia passa pela dimensão histórica que, por sua vez, é sacrificada pela distorção ideológica típica do

¹⁶ Habermas trata desse assunto nos dois volumes da obra Teoria da Ação Comunicativa.

¹⁷ A crítica emancipatória resulta da prática da auto-reflexão coletiva.

“*historicismo*”¹⁸, cuja identidade com os antecedentes é marcada pela história dos opressores. Portanto, as noções de progresso e de desenvolvimento são consideradas por ele como ideológicas.

O conceito de ideologia é utilizado, também, por diversos autores não marxistas como Ricoeur, Bourdieu, Foucault, entre outros, e por autores pós-modernos como Baudrillard e Maffesoli.

Para Ricoeur, “*toda ideologia é simplificadora e esquemática*” (Ricoeur, 1990: 69), além de epistemologicamente aproximar-se do que os gregos chamavam de *doxa* (opinião), baseada em critério de probabilidade ou em conveniência argumentativa. “*É por isso que ela se exprime preferencialmente por meio de máximas, de slogans, de fórmulas lapidares*” (ibidem, 71).

Bourdieu não utiliza o termo ideologia, mas redefiniu o conceito de *doxa*¹⁹ para explicar o caráter provisório das atividades concretas dos homens, que não se constituem sempre como conseqüências de opções conscientes, de decisões tomadas por sujeitos. Para ele, “*o mundo social não funciona em termos de consciência; ele funciona em termos de práticas, mecanismos e assim por diante. Ao usarmos a doxa, aceitamos muitas coisas sem conhecê-la, e é a isso que se chama ideologia.*” (in. Žižek, 1999 :268).

Foucault também discorda do conceito marxista de ideologia. Para esse autor, o estatuto político da ciência e as funções ideológicas que podiam veicular eram um dos problemas que se colocava, a ponto de sua questão sobre a loucura ser considerada como “*um problema politicamente sem importância, e epistemologicamente sem nobreza.*” (Foucault, 2002: 2). O marxismo, portanto, por ser uma forma de análise que, segundo Foucault, fundamentou o pensamento de sua geração, além da fenomenologia, constitui-se em uma corrente teórica cuja

¹⁸ O “historicismo”, no sentido marxista, segundo Anderson (1976: 70), é uma ideologia em que “a sociedade torna-se uma totalidade circular ‘expressiva’; a história, um fluxo homogêneo de tempo linear; a filosofia, uma autoconsciência do processo histórico; a luta de classes, um combate de ‘sujeitos’ coletivos; o capitalismo, um universo essencialmente definido pela alienação; e o comunismo, um estado de verdadeiro humanismo para além da alienação”.

¹⁹ O conceito de *doxa* utilizado por Bourdieu é diferente do sentido do termo grego. Nela sujeito e objeto fundem-se um com o outro de maneira indistinguível.

referência é fundamental na discussão da ideologia, visto que o marxismo é considerado por esse autor como uma forma de análise que remete “*ao econômico em última instância; à ideologia e ao jogo das superestruturas e das infra-estruturas.*” (idem., 6).

Embora tenha sido influenciado pelo marxismo, Foucault fez restrições ao conceito marxista de ideologia:

A noção de ideologia me parece dificilmente utilizável por três razões. A primeira é que, queira-se ou não, ela está sempre em oposição virtual a alguma coisa que seria a verdade. Ora, creio que o problema não é de se fazer a partilha entre o que num discurso releva da cientificidade e da verdade e o que relevaria de outra coisa; mas de ver historicamente como se produzem efeitos de verdade no interior de discursos que não são em si nem verdadeiros nem falsos. Segundo inconveniente: refere-se necessariamente a alguma coisa como o sujeito. Enfim, a ideologia está em posição secundária com relação a alguma coisa que deve funcionar para ela como infra-estrutura ou determinação econômica, material, etc. Por estas três razões creio que é uma noção que não deve ser utilizada sem precauções. (Foucault, 1979: 7).

No entanto, mesmo afirmando, com tal veemência, fazer restrições ao conceito de ideologia, sua obra contribuiu com abordagem original sobre as fontes de distorções ideológicas, ajudando a pensar as contradições que se manifestam no exercício dos poderes que existem fora da esfera estatal. Nesse sentido, a reflexão de Foucault sobre o conceito de ideologia situa-se no âmbito da dicotomia sujeito/objeto e da discussão do conceito de verdade, no que se refere à abordagem do poder e da dominação.

De acordo com Eagleton, para Foucault, a subjetividade parece ser apenas uma forma de auto-encarceramento, e por isso a questão de saber de onde vem a resistência política tem que permanecer obscura. “*Esse estoicismo ante um poder aparentemente onipresente, ou um fechamento metafísico inescapável, é que fluiria para a corrente do pós-estruturalismo*”. (Žižek, 1999: 218).

Outro assunto que remete à questão da ideologia em Foucault diz respeito ao papel do intelectual,

Ser intelectual era um pouco ser a consciência de todos. Creio que aí se acha uma idéia transposta do marxismo e de um marxismo débil: assim como o proletariado,

pela necessidade de sua posição histórica, é portador do universal (mas portador imediato, não refletido, pouco consciente de si), o intelectual, pela sua escolha moral, teórica e política, quer ser portador desta universalidade, mas em sua forma consciente e elaborada.(Foucault, 1979: 8).

Sobre o papel do intelectual, Foucault diz que “*o papel do intelectual específico deve se tornar cada vez mais importante, na medida em que quer queira quer não, ele é obrigado a assumir responsabilidades políticas enquanto físico atômico, geneticista, informático, farmacologista, etc.*” Para ele, seria perigoso desqualificar esse intelectual sob o pretexto de não interessar às massas, ou de servir aos interesses do Capital e do Estado, ou ainda de que veicula uma “*ideologia cientificista*”.(Foucault, 1979: 12).

O problema político essencial para o intelectual não é criticar os conteúdos ideológicos que estariam ligados à ciência ou fazer com que sua prática científica seja acompanhada por uma ideologia justa; mas saber se é possível constituir uma nova política de verdade. [...] Em suma, a questão política não é o erro, a ilusão, a consciência alienada ou a ideologia; é a própria verdade.(Foucault, 1979: 14).

Para Foucault, a função social de uma proposição é o que define o seu valor de verdade, como um reflexo dos interesses de poder que ela promove. Na tese da “*ideologia da legitimação*”, o poder não se confina aos exércitos e parlamentos, mas é uma rede de força penetrante e inatingível, tecida nos gestos mais simples e nas declarações mais particulares. Essa visão representou um caminho novo na abordagem do poder, que culminou no abandono do conceito de ideologia por Foucault e seus seguidores.

Quanto aos autores pós-modernos, segundo Konder, para Baudrillard, a questão da ideologia é descartada como uma falsa questão, visto que ele preconiza a inexistência de fronteiras entre o real e o virtual. Já Maffesoli diferencia-se dos demais autores pós-modernos por considerar importante a discussão da ideologia, embora utilize termos nem sempre claros para se referir a essa questão, como “*conjunto complexo*”; “*conjunto de interações*”; “*dualidade*”; “*duplicidade*”; e “*ambivalência*” da ideologia. Para ele, a ideologia deve ser tratada em abordagem que permita a mobilidade explicativa e que não se prenda ao modelo científico do conceito.

Entre o modernismo, que pretende compreender os processos históricos como totalidades, cujo sentido pode ser apreendido, e o pós-modernismo, há um esforço teórico de compreensão desta questão. Destaco o pensamento de Marx como um referencial obrigatório nesta abordagem, bem como dos marxistas citados; a Teoria Crítica como corrente teórica, na qual a questão da ideologia perpassa a obra de seus autores e o Estruturalismo e Pós-Estruturalismo.

No Pós-Estruturalismo, Laclau (1979; 2002) entre outros autores contemporâneos tratam da discussão da ideologia a partir do resgate das idéias de Gramsci sobre este assunto e da contestação do pensamento de Marx sobre a ideologia como “*falsa consciência*”. O pensamento de Laclau merece destaque pelo fato de ter suscitado uma revalorização do tema da ideologia e, também, pela forma de abordagem do tema, enfocando elementos essenciais para a análise de processos em curso, contribuindo de forma significativa para a discussão do tema da ideologia, que esteve na condição de obsoleto e hoje é tratado como um dos temas importantes da atualidade.

Para Jameson, a crítica marxista da cultura, além de desmistificar as distorções ideológicas, “*também deve buscar, através e além dessa demonstração da função instrumental de um dado objeto cultural, projetar seu poder simultaneamente utópico como a afirmação simbólica de uma forma de classe específica e histórica da unidade coletiva.*” (Jameson, 1992: 301). Pressupondo a interpretação, a hermenêutica, Jameson identifica uma “*hermenêutica negativa*” na crítica das ideologias e uma “*hermenêutica positiva*” no resgate do conhecimento novo que está sendo construído na cultura.

Segundo Eagleton,

A palavra ‘ideologia’ é, por assim dizer, um texto, tecido com uma trama inteira de diferentes fios conceituais; é traçado por divergentes histórias, e mais

importante, provavelmente, do que forçar essas linhagens a reunir-se em alguma Grande Teoria Global é determinar o que há de valioso em cada uma delas e o que pode ser descartado. (Eagleton, 1997: 15)

Entre outros autores, que merecem destaque na discussão da ideologia, ressalto o pensamento de Gramsci (1978; 1982; 1984; 1984^a; 2001) e de Althusser (1983)²⁰, cujas obras são de importância crucial na atualidade, principalmente no que se refere à interlocução entre ideologia e discurso. Nestas abordagens, ideologia é um conceito de pertinência constitutiva, embora alguns autores prefiram substituir este termo. Nas teorias do discurso e na análise do discurso, Althusser constitui-se uma referência, pela acuidade com que trata o que denomina de “*interpelação do sujeito*”²¹. A tese central do seu estudo “*a ideologia interpela os indivíduos enquanto sujeitos*”(p.93) articula outras duas proposições. A primeira, “*a ideologia é uma ‘representação’ da relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência*”(p.85) e a segunda, “*a ideologia tem uma existência material*”(p.88). No argumento de sua tese central o autor afirma que

[...] só há ideologia pelo sujeito e para os sujeitos. Ou seja, a ideologia existe para sujeitos concretos, e esta destinação da ideologia só é possível pelo sujeito: isto é, pela categoria de sujeito e de seu funcionamento. [...] Dizemos que a categoria de sujeito é constitutiva de toda ideologia, mas, ao mesmo tempo, e imediatamente, acrescentamos que *a categoria de sujeito só é constitutiva de qualquer ideologia na medida em que toda ideologia tem a função (que a define) de ‘constituir’ indivíduos concretos como sujeitos.* (Althusser, 1983: 93).

Para este autor, a ideologia vincula-se à reprodução social, como locus onde se promove a aceitação da ideologia dominante. Para ele, nas sociedades de classes, as condições para a reprodução social implicam a existência de um “*aparelho (repressivo) do Estado*”, composto pelo governo, exército, polícia, prisões, tribunais, etc. e dos “*aparelhos ideológicos de Estado*

²⁰ A obra “*Aparelhos Ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado*” de Althusser foi publicada em Žižek, S. (org.) Um mapa da ideologia, Rio de Janeiro: Contraponto, 1999. pp. 105-142.

²¹ Segundo Althusser (1983: 103-104): “No sentido corrente do termo, sujeito efetivamente significa: (1) uma subjetividade livre, um centro de iniciativas, autor e responsável por seus atos; (2) um ser sujeitado, que se submete a uma autoridade superior e que, portanto, é desprovido de qualquer liberdade, exceto a de aceitar livremente a sua submissão. Esta última observação nos dá o sentido dessa ambigüidade, que é meramente um reflexo do efeito que a produz: o indivíduo é *interpelado como sujeito (livre) para que se submeta livremente aos mandamentos do Sujeito, isto é, para que aceite (livremente) sua sujeição*, ou seja, para que ‘realize por si mesmo’ os gestos e atos de sua submissão. *Os sujeitos se constituem pela sua sujeição.* Por isso é que ‘caminham por si mesmos’”.

(AIE)”, constituído pelas escolas, partidos, igrejas, famílias, empresas, jornais, etc. Na ação do aparelho repressivo, o que prevalece é a repressão, e na ação dos AIE, o que prevalece é a ideologia, pois a repressão é secundária, ou até mesmo simbólica. Althusser propôs uma teoria da ideologia em geral, fundamentado na idéia de que o que o homem representava na ideologia era “*a sua relação com as suas condições reais de existência. É essa relação que está no centro de toda representação ideológica.*”(Althusser, 1983:79). As ideologias, segundo Althusser, nasciam das condições de existência das classes sociais, mas deviam ser sempre pensadas através dos aparelhos que as viabilizavam e das práticas nas quais se concretizavam, sendo esta a sua existência material. Esse pensamento é polemizado neste estudo, no qual a ideologia é tratada como uma dimensão que se entrecruza nas práticas sociais, sendo através destas que se materializa. Nesta análise, também faço um questionamento sobre o tratamento da ideologia em geral, desenvolvido por Althusser, visto que “*o ideológico, como o sentido em geral, é produzido como desvio, como diferença interdiscursiva*” (Verón, 2004:59). Segundo Veron (2004: 59), não se pode buscar o ideológico em um nível específico do discurso, porque “*as condições de investimento de sentido não são as mesmas nas diferentes matérias significantes, nem nos diferentes tipos de discurso*”. Dessa forma, “*uma ideologia pode, de maneira sempre fragmentária, manifestar-se no plano dos ‘conteúdos’ de um discurso. Mas, na medida em que o ideológico tem o estatuto de uma gramática de produção de discurso, jamais poderia ser definido no plano dos ‘conteúdos’*”.

Por isso é que considero pertinente adotar neste estudo a concepção de Gramsci, que trata da hegemonia²² como conceito fundamental na abordagem da questão da ideologia. Para ele, o conceito de ideologia como “sistema de idéias” deveria ser analisado historicamente.

A maneira pela qual o conceito de Ideologia como ‘ciência das idéias’, como ‘análise sobre a origem das idéias’, passou a significar um determinado

²² Segundo Gruppi (1078:1), “o termo hegemonia deriva do grego *egbestai*, que significa ‘conduzir’, ‘ser guia’, ‘ser líder’; ou também do verbo *egbemoneou*, que significa ‘ser guia’, ‘preceder’, ‘conduzir’, e do qual deriva ‘estar à frente’, ‘comandar’, ‘ser o senhor’. Por *eghemonia*, o antigo grego entendia a direção suprema do exército. Trata-se, portanto, de um termo militar.”

‘sistema de idéias’ deve ser examinado historicamente, já que logicamente o processo é fácil de ser analisado e compreendido. (Gramsci,1984:61-62).

O autor considerou um erro na abordagem sobre o valor das ideologias o fato “*de que se dê o nome de ideologia tanto à superestrutura necessária de uma determinada estrutura, como às elucubrações arbitrárias de determinados indivíduos. O sentido pejorativo da palavra tornou-se exclusivo, o que modificou e desnaturou a análise teórica do conceito de ideologia*”.(idem, ibidem, p. 62).

A questão da ideologia em Gramsci merece destaque, principalmente, pela originalidade com que o autor inseriu a discussão no âmbito da sociedade civil²³ e pela ousadia com que identificou o que chamou de erros na abordagem da ideologia. O autor indicou três erros que resultaram de uma simplificação dos fenômenos ideológicos e que consistiram numa visão “*ideológica*” da ideologia.

O processo deste erro pode ser facilmente reconstruído: 1) identifica-se a ideologia como sendo distinta da estrutura e afirma-se que não são as ideologias que modificam a estrutura, mas sim vice-versa; 2) afirma-se que uma determinada solução política é ‘ideológica’, isto é, insuficiente para modificar a estrutura, mesmo que acredite poder modificá-la; afirma-se que é inútil, estúpida, etc.; 3) passa-se a afirmar que toda ideologia é ‘pura’ aparência, inútil, estúpida.etc. (Gramsci, 1984: 62)

A identificação destes erros permitiu a construção de uma nova visão sobre a questão da ideologia, pois, diferente da idéia de Marx e Engels, que consideravam a ideologia como “*falsa consciência*”²⁴ da realidade, atribuindo-lhe um sentido negativo e localizando-a no âmbito da superestrutura, Gramsci esboçou um raciocínio de superação desse pensamento, quando identificou como equivocada a visão da ideologia, que desqualifica os fenômenos ideológicos; quer seja pela localização em uma das esferas da estrutura social; quer seja pelo

²³ Anderson (1986) e Eagleton (1997) levantaram questões sobre a vinculação do tema da ideologia à sociedade civil, desenvolvida por Gramsci. Anderson considera um erro, e Eagleton uma incoerência localizar a ideologia apenas na “sociedade civil” em vez de no Estado. Para Eagleton, esse tratamento dado à discussão supõe que o termo “sociedade civil” pudesse designar todo o conjunto de “*instituições intermediárias entre o Estado e a economia*”. (Eagleton, 1997: 106). Segundo Hall (2003: 174), “*Gramsci tem dificuldades em estabelecer a fronteira entre Estado e sociedade civil, pois situá-la não é algo simples ou incontroverso*”.

²⁴ “Não se pode qualificar o ideológico como da ordem do falso, do mascarado, da alienação, a não ser que tenhamos, nós mesmos, um discurso absoluto, um discurso que seria a re-produção exata do real. Um tal discurso, não submetido a nenhuma imposição que poderia marcá-lo na produção, nunca existiu”. (Verón, 2004:57)

sentido que lhe é atribuído. Ou seja, a ideologia se configurou em um espectro muito mais amplo do que aquele atribuído por Marx e Engels, muito embora o pensamento destes autores tenha expressado, segundo Gramsci, em “*Cadernos do cárcere*” (1975: 453 e 491), uma superação do pensamento original sobre o assunto, no qual os teóricos pretendiam decompor as idéias até chegarem aos “*elementos originais*” delas, ou às “*sensações*” das quais as idéias, supostamente, derivavam, tratando-se de uma concepção “*fisiológica*” da ideologia. Gramsci reconheceu que, mesmo tendo realizado “*uma clara superação*” da ideologia, Marx e Engels adotaram o termo atribuindo-lhe um sentido pejorativo e, nessa mesma obra, o termo ideologia “*é usado em seu sentido mais elevado, de concepção do mundo implicitamente manifestada na arte, no direito, na atividade econômica e em todas as manifestações da vida individual e coletiva*”.(p.364). Em “*Concepção dialética da história*” (1984^a), o autor classificou uma diferença interna à ideologia que lhe parecia ser fundamental.

É necessário, por conseguinte, distinguir entre ideologias historicamente orgânicas, isto é que são necessárias a uma determinada estrutura, e ideologias arbitrárias, racionalistas, ‘desejadas’. Na medida em que são historicamente necessárias, as ideologias têm uma validade que é validade ‘psicológica’: elas ‘organizam’ as massas humanas, formam o terreno sobre o qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam, etc. Na medida em que são ‘arbitrárias’, elas não criam senão ‘movimentos’ individuais, polêmicas, etc. (Gramsci, 1984^a: 62-63).

Ao fazer essa diferenciação, o autor apresentou, como solução para o problema da transição para uma nova “*consciência*”, a ação dos “*intelectuais orgânicos*”, cujo papel era “*disseminar*” essa consciência nos diversos campos cultural, político e econômico. Assim, introduziu a questão da hegemonia, referindo-se à adesão aos fenômenos ideológicos, vinculando o processo de obtenção de hegemonia à ação dos “*intelectuais orgânicos*” da classe trabalhadora. Para Gramsci, a ideologia não se restringia a fenômeno localizado, mas caracterizava-se como um elemento que dava coesão e unificava as práticas de determinado contexto. As “*ideologias orgânicas*” possibilitavam a condução das massas, a tomada de posições, a luta para a conquista de interesses. Ou seja, eram práticas hegemônicas de

construção social. Essa ideologia era identificada como formadora dos processos sociais. Por outro lado, existiam as “*ideologias arbitrárias*”, as quais não tinham a adesão que as “*ideologias orgânicas*” apresentavam e, portanto, movimentos localizados e individualizados constituíam-se sua expressão. As “*ideologias arbitrárias*” não apresentavam características hegemônicas e não conseguiam se impor na constituição dos processos sociais.

A análise destas afirmações, creio, conduz ao fortalecimento da concepção de ‘bloco histórico’, no qual, justamente, as forças materiais são o conteúdo e as ideologias são a forma – sendo que esta distinção entre forma e conteúdo é puramente didática, já que as forças materiais não seriam historicamente concebíveis sem forma e as ideologias seriam fantasias individuais sem as forças materiais. (Gramsci, 1984^a: 63)

A concepção de “*bloco histórico*”²⁵ imbrica-se ao conceito de hegemonia. Pois a possibilidade de formação unificada de um determinado contexto social, que se constitui no que o autor denominou de bloco histórico, necessita da construção de uma hegemonia nas formas de pensar e de agir²⁶.

Para Gramsci:

O fato da hegemonia pressupõe indubitavelmente que se deve levar em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida; que se forme certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa. Mas também é indubitável que os sacrifícios e o compromisso não se relacionam com o essencial, pois se a hegemonia é ético-política também é econômica; não pode deixar de se fundamentar na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica. (Gramsci, 1984 : 33)

²⁵ “A estrutura e as superestruturas formam um ‘bloco histórico’, isto é, o conjunto complexo – contraditório e discordante – das superestruturas é o reflexo do conjunto das relações sociais de produção. Disso decorre: só um sistema totalitário de ideologias reflete racionalmente a contradição da estrutura e representa a existência das condições objetivas para a inversão da práxis.” (Gramsci, 1984^a, 52). Laclau define bloco histórico, em *Hegemonia e estratégia socialista* (1985), como “um espaço social e político relativamente unificado através da instituição de pontos nodais e da constituição de identidades tendencialmente relacionais”.

²⁶ Nessa mesma linha de raciocínio, que considera nessa discussão o domínio da cultura, dos valores, dos costumes, das práticas discursivas e das práticas sociais, destaca-se, também, o pensamento de Lênin, que entendia o termo ideologia como consciência de classe e não no sentido negativo de “*falsa consciência*” como era concebido por Marx e Engels. A hegemonia para ele era entendida como direção moral, cultural e ideológica e não apenas como direção política. “*Segundo o ponto de vista proletário, a hegemonia pertence a quem se bate com maior energia, a quem se aproveita de toda ocasião para golpear o inimigo; pertence àquele a cujas palavras correspondem os fatos e que, portanto, é o líder ideológico da democracia, criticando-lhe qualquer inconseqüência*” (Lênin, 1979:89). Dessa afirmação pode-se depreender que a ideologia é condição para a conquista da hegemonia, a qual não pode ser assegurada se não levar em conta o campo cultural, no sentido mais amplo.

Foi nesse nível que Gramsci efetuou a transição da ideologia como “*sistema de idéias*” para a ideologia como “*prática social*”, usando o termo hegemonia tanto para designar a forma como determinado poder governante conquistava o consentimento de seus subjugados a seu domínio, como para denominar o consentimento e a coerção. Nesses termos é que o pensamento de Gramsci representa um salto qualitativo entre visões da tradição idealista, que consideram a ideologia como “*consciência*” e “*idéias*” e o pensamento contemporâneo que trata a ideologia como “*prática social*” e “*discurso*”, tornando-se possível resgatar neste autor os fundamentos para a recomposição de tratamento teórico-metodológico compatível com a abordagem da questão da ideologia na atualidade.

No próximo item, será destacado com maior aprofundamento a questão da ideologia em abordagens contemporâneas, que dão ênfase específica à discussão da ideologia como um tema de relevância no estudo de problemas referentes ao contexto da globalização.

2.2 A questão da ideologia nas principais abordagens contemporâneas das Ciências Sociais

A retomada da discussão da ideologia como um conceito importante na abordagem da sociedade contemporânea tem sido implementado, principalmente, por autores ingleses, ou afiliados a escolas inglesas, destacando-se, entre estes, Eagleton, Norval, Laclau, Thompson, Hall, Freedon, Glynos e Žižek. Este último é professor dos departamentos de Filosofia e Sociologia da Universidade de Liubliana (Eslovênia) e destaca-se como um dos principais autores contemporâneos que tratam do tema da ideologia, tanto em estudos e obras acadêmicas como em matérias jornalísticas publicadas em jornais de vários países, inclusive no jornal brasileiro Folha de São Paulo, fonte do material empírico utilizado na composição analítica deste trabalho.

Na obra²⁷ *“Um mapa da ideologia”*(1999), organizada por Slavoj Žižek, o autor apresenta dois ensaios de sua autoria: um introduzindo e outro concluindo a obra. Em *“O espectro da ideologia”* (pp. 7-38), introdução da obra, o autor discute o conceito de ideologia e sua pertinência na atualidade, através de interlocução instigante com diversos autores, cujo pensamento foi delineado pela construção do referido conceito. Em *“Como Marx inventou o sintoma?”* (pp. 297-331), fechamento do livro, o autor expõe sua argumentação sobre o assunto, a partir da análise da forma mercadoria no pensamento de Marx e do sonho em Freud e Lacan.

Nestes ensaios, o autor contribui de forma significativa para a compreensão da ideologia *“como matriz geradora que regula a relação entre o visível e o invisível, o imaginável e o inimaginável, bem como as mudanças nesta relação”* (p.7). Em *“O espectro da ideologia”*, Žižek destaca a crítica da ideologia na atualidade, pontuando que o abandono à noção de ideologia dá-se pela amplitude conceitual do termo, o qual *“pode designar qualquer coisa”* (p.9) : da *“personificação ideológica padronizada”* (p.10) à *“mistificação ideológica”* (pp10-11), que dá suporte à isenção da responsabilidade de agir. Também considera que *“o conceito de ideologia deve ser desvinculado da problemática ‘representativista’: a ideologia nada tem a ver com a ‘ilusão’, com uma representação equivocada e distorcida de seu conteúdo social.”*(p.12). Segundo o autor, a tarefa da crítica *“pós-moderna”* da ideologia consiste em *“nomear dentro de uma ordem social vigente os elementos que apontam para o caráter*

²⁷ Esta obra compõe-se de quatorze ensaios de autores clássicos e contemporâneos sobre a questão da ideologia e constitui-se um trabalho de referência nesse assunto, não apenas pela escolha criteriosa dos textos, mas pelo ineditismo de evidenciar a ideologia como um tema fundamental na teoria social. Além do mérito pela escolha e organização desse trabalho, Žižek apresenta dois artigos de sua autoria nessa obra. Destaca-se, também, nessa obra o artigo de Jameson sobre a ideologia no capitalismo tardio; de Eagleton e outros sobre as contribuições da escola de Frankfurt e o pensamento de Lukács sobre o tema da ideologia; de Pêcheux sobre a visão dos pós-estruturalistas franceses nessa questão; de Therborn e outros o debate sobre a *“tese da ideologia dominante”*, a partir do pensamento de Gramsci e Althusser; de Bourdieu em entrevista com Eagleton sobre o distanciamento dessa questão e de Barrett sobre o pensamento de Gramsci e Laclau, no que se refere à discussão da ideologia.

antagônico do sistema e, desse modo, ‘nos alienam’ da evidência de sua identidade estabelecida” (p.13)

Entre outros autores, Barrett (1999) também se baseia em Gramsci para elaborar suas reflexões sobre o tema da ideologia, quando comenta a obra de Gramsci, Laclau e Mouffe, sobre ideologia, política e hegemonia. Nesse sentido, afirma que, embora tenha levantado “*muitas questões não resolvidas na área de uma teoria da ideologia*”(p. 235), o pensamento de Gramsci encontra-se “*no ponto crítico do marxismo como uma teoria política viável*” (p.235), destacando-se nesse debate questionamentos importantes da análise marxista sobre o conceito de ideologia como a imbricação entre ideologias e classes sociais e a atribuição negativa ao sentido de ideologia. Em claro confronto a essas posições, Gramsci afirma que as ideologias são “*necessárias*”, quando as denomina de “*historicamente orgânicas*” e quando explica, que, através dessas ideologias, os homens “*adquirem consciência de sua posição, lutam, etc*”.

De acordo com Barrett (1999), outro aspecto de destaque na abordagem de Gramsci é a consideração do termo hegemonia e o tratamento do conceito de hegemonia como central na sua discussão sobre a política e a ideologia. O tratamento da ideologia como um “*campo de luta*”, os conceitos de “*guerra de posições*” (batalha pela conquista da hegemonia política) e “*guerra de movimentos*” (tomada do poder estatal, quando a hegemonia já estiver assegurada) são componentes de uma conceituação de estratégia, que implica o deslocamento das classes e incorpora uma teoria da função política dos intelectuais, os quais eram vistos como atores importantes, no que se refere ao nível ideológico do conflito de classe. Da obra de Gramsci, é destacado, ainda, como contribuições importantes, o esboço de uma teoria não determinista da ideologia; a não aceitação de uma explicação reducionista da superestrutura, quando mostra que o capitalismo mais do que um sistema de produção é uma forma de vida; e a questão das

ideologias serem ou não serem tratadas como “*pertinentes às classes*”. Este último item, segundo Laclau e Mouffe, nunca foi articulado na teoria marxista clássica, a partir da qual toda teoria da ideologia deveria necessariamente ser tratada mediante a categoria classe social, entendida como fundamental para a análise do capitalismo.

Na obra de Laclau e Mouffe(1985), é destacado o problema do “*reducionismo*” na teoria política marxista, na qual a ideologia política é vista exclusivamente como uma ideologia de classe. Para esses autores, uma aplicação possível à análise da teoria política é a teoria da interpelação dos sujeitos de Althusser, através da qual os sujeitos ideológicos são construídos. Também se destacam as idéias “*pós-estruturalistas*” como uma “*mudança de paradigma*”, no que se refere ao questionamento do marxismo como teoria sistêmica. Nesta mudança, a “*ideologia*” é um elemento central dos debates e os problemas teóricos são “*superados*”, mas não “*solucionados*”. Para Laclau e Mouffe, “*tudo depende de como se concebe a ideologia*”(p.67.), daí a ruptura com a concepção crítica da ideologia, a rejeição ao tratamento da ideologia de forma determinista, fundada na base/superestrutura e a insistência na afirmação de que, em Gramsci, “*os elementos ideológicos articulados por uma classe hegemônica não têm pertinência necessária a uma classe*”(Idem.). Na conclusão da obra “*Hegemonia e Estratégia Socialista*”(1985), os autores negam que a economia seja auto-regulada e sujeita a leis endógenas; negam que os agentes sociais se constituam, em última instância, num núcleo classista; e negam que a posição da classe esteja necessariamente vinculada a “*interesses*”.

Outros aspectos a serem ressaltados na obra de Laclau e Mouffe são o “*caráter incompleto de toda totalidade*” e, portanto, a rejeição de um modelo da sociedade como totalidade; a afirmação de que a “*‘Sociedade’ não é um objeto válido de discurso*”(p.111); a argumentação de que “*não há nenhum princípio isolado que determine e constitua todo o campo das diferenças*”(Idem.); e a proposição de quatro termos para a análise das relações sociais, quais

sejam, articulação, discurso, momento e elemento. A expressão “*novos movimentos sociais*” pode ser considerada como uma elaboração original e influente no pensamento político de Laclau e Mouffe, abrindo caminho para um novo radicalismo político. A categoria “*discurso*” refere-se, sobretudo, ao sentido e é um termo que suscita muita polêmica, definido como “*a totalidade estruturada que resulta da prática articulatória*”(Laclau e Mouffe,1987: 82), incluindo-se nessa categoria fenômenos lingüísticos e não lingüísticos. Para Laclau e Mouffe, o uso do termo discurso não representa “*uma ameaça à realidade ontológica*”, visto que não há um questionamento da materialidade referencial, ou seja, da existência do objeto. Segundo Barret (1999), Laclau e Mouffe não diluem tudo no discurso: eles defendem que o não-discursivo só pode ser pensado em “*categorias discursivas contextualizantes, sejam elas científicas, políticas ou de outra natureza*”(Barret, 1999: 258); não assumem uma posição de relativismo epistemológico; ressalta que, para eles, “*o ideológico não consistiria no desconhecimento de uma essência positiva*”(Laclau,1983: 24) como, por exemplo, uma ilusão sobre os verdadeiros interesses de classe e destaca o tratamento dado à questão da “*positividade*” e da “*negatividade*” em “*Hegemonia e estratégia socialista*”.

Thompson (1995) constrói uma importante mediação teórica e metodológica entre os temas da ideologia e da cultura moderna, centrando sua discussão nos conceitos de ideologia, cultura e comunicação de massa. O autor desenvolve uma valiosa contribuição ao debate da ideologia no mundo contemporâneo, além de apresentar uma revisão bibliográfica aprofundada sobre os temas centrais articulados na análise. Em item intitulado “*Repensando a ideologia na era da comunicação de massa*”(p.341), o autor apresenta quatro teses, nas quais se encontram orientações teóricas para a “*análise da ideologia na era da comunicação de massa*”(Idem). Das teses apresentadas, destaco como ponto de convergência nesta análise o argumento de que a comunicação não é o único local da ideologia (p.341); a tese de que “*o desenvolvimento*

da comunicação de massa aumenta, significativamente, o raio de operação da ideologia nas sociedades modernas [...]” (p.343); a “personalização generalizada dos problemas políticos”(p.347) feita pela mídia e a afirmação de que os produtos da mídia, assim como todas as formas simbólicas, “não são ideológicos em si mesmos; antes, são ideológicos somente enquanto, em circunstâncias sócio-históricas específicas, servem para estabelecer e sustentar relações de dominação”(p.346).

Hall(2002; 2003) também considera importante o debate da ideologia no contexto atual e utiliza-se do pensamento de Gramsci, de Althusser e de Laclau para desenvolver análise de processos contemporâneos, como fez com o “thatcherismo”, o qual analisou como uma ideologia política, que articula temas como nação, tradição, família, dever com temas neoliberais pautados na competição e no individualismo. Esse autor compreende por ideologia

[...] os referenciais mentais – linguagens, conceitos, categorias, conjunto de imagens do pensamento e sistemas de representação – que as diferentes classes e grupos sociais empregam para dar sentido, definir, decifrar e tornar inteligível a forma como a sociedade funciona. O problema da ideologia, portanto, concerne às formas pelas quais idéias diferentes tomam conta das mentes das massas e, por esse intermédio, se tornam uma “força material”.
(Hall, 2003: 267)

Embora discorde do pensamento de Hall em relação à forma idealista com que trata o conceito de ideologia, considero importante assinalar o interesse deste autor por este tema, visto que se trata de um autor contemporâneo bastante estudado, cujo pensamento é marcado por instigantes questionamentos no campo dos estudos culturais. Essa referência contribui, também, para reforçar o argumento de que, embora o conceito de ideologia tenha sido proclamado como obsoleto por alguns autores, não se pode prescindir dessa noção em um mundo, constituído pelo conflito ideológico, pelas guerras de informação e pelas lutas constantes, em busca de poder político e econômico, envolvendo todos os aspectos da vida social.

Uma abordagem sobre a questão da ideologia, hoje, tem que enfrentar, além das vicissitudes inerentes à discussão específica do tema, a resistência à validade do mesmo para o entendimento dos processos sociais contemporâneos.

A questão da ideologia no contexto da globalização é um tema que precisa ser construído, no esforço de compreensão dos processos sociais em curso e do conjunto de idéias que os consolidam. Os caminhos teórico-metodológicos para construção desta perspectiva necessitam ser definidos em novos marcos passíveis de entendimento do fenômeno com a complexidade que significa estudar assuntos referentes a realidades em curso.

2.3 Ideologia e hegemonia na prática discursiva

Esta reflexão visa dar início à discussão da hegemonia como conceito fundamental na abordagem da questão da ideologia na contemporaneidade. A pergunta que norteará o raciocínio a ser desenvolvido neste item é: só se pode falar em ideologia em uma perspectiva hegemônica? Ou somente uma construção hegemônica confere identidade à ideologia? Estas indagações conduzem a dúvida sobre quando, como e por que os fenômenos sociais são ou deixam de ser intangíveis. A busca da investigação científica gira em torno da tentativa de encontrar respostas tanto para os fenômenos intangíveis como para aqueles que não o são. Muitas dessas tentativas esbarraram na metafísica de projetar o desconhecido ao sobrenatural, como se o conhecimento resultasse da descoberta da “verdade” e como se a “verdade” estivesse localizada em algum compartimento do saber, ou da realidade, passível de ser atingida, mas inatingível pela dinâmica com que se engendra, distanciando sua constituição do conhecimento desta. Esse jogo entre compreensão e ação, entre teoria e prática, influencia as diversas maneiras de conceituar e interpretar os fatos sociais e, portanto, diz respeito ao debate da ideologia. No que se refere ao tema específico deste item, ou seja, à discussão da

hegemonia como possibilidade discursiva da questão da ideologia na contemporaneidade será enfocado apenas o pensamento de Gramsci, como autor inscrito na tradição do marxismo clássico, onde ganha vulto a discussão da ideologia e da hegemonia, e por outro lado, o pensamento de Laclau como autor contemporâneo que considera importante essa discussão, fazendo-a ressurgir no debate atual de forma tão instigante quanto necessária à reestruturação de bases teóricas para essa discussão.

Entre os autores contemporâneos que poderiam ser destacados nesta reflexão, Laclau foi escolhido, não apenas pelo diálogo que desenvolve com Gramsci ao elaborar o seu raciocínio mas pela riqueza discursiva com que reconstrói e trata os termos ideologia e hegemonia para pensar o contexto atual, tendo-se tornado uma referência obrigatória para além dessa questão, dado seu destaque no contexto da “*virada lingüística*” do século XX, a partir da qual deixou-se de considerar os conceitos como teorias totalizantes e passou-se a considerá-los como discursos no interior de uma formação discursiva.

Para Laclau (2002), duas idéias devem ser consideradas no tratamento da ideologia. A de que a ideologia é constitutiva do social e a onipresença da ideologia. Criticando a amplitude que o conceito de ideologia tomou, o autor afirma que este conceito tornou-se um discurso totalizante de tal forma que a noção de ideologia passou a abarcar tudo²⁸, perdendo o seu poder de explicitação específica. Nesse sentido, a ideologia é o lugar do vazio, é uma tentativa de resposta, que busca fechar as lacunas; ou é a pretensão de fechamento das lacunas. Ou seja, se, em última instância, tudo resulta em algo inerentemente ideológico, então a teoria da ideologia é um campo que pode ser dissolvido. Daí, o declínio desse objeto teórico resultar não do estreitamento do seu campo de operação, mas ao contrário de sua

²⁸ Žižek no artigo “*Espectro da ideologia*” também corrobora com esse pensamento quando afirma que a noção de ideologia torna-se “forte demais” abarcando, inclusive o terreno extra-ideológico, que fornece o padrão pelo qual podemos medir a distorção ideológica. (1996, p. 21)

expansão indefinida. Assim, afirma que a ideologia morreu nesse sentido, ou seja, como “*resultado de seu próprio êxito imperialista*” (Laclau, 2002: 12), e anuncia, também, a sua ressurreição esboçando um raciocínio de reconstrução e uso do termo como categoria importante na análise dos processos sociais em curso. Segundo o autor, a noção de fechamento metafísico deve ser posta em questão, empregando nesse argumento três noções necessariamente inter-relacionadas, qual seja “*sentido originário*”; “*auto-transparência*”; e “*fechamento*”. Algo é “*originário*” na medida em que não requer ir fora de si mesmo para encontrar o fundamento que o constitui como tal; é “*auto-transparente*” na medida em que suas dimensões internas estão entre si em uma relação de estreita solidariedade; e existe um “*fechamento*” em si mesmo na medida em que o conjunto de seus efeitos pode ser determinado sem necessidade de ir mais além do sentido originário. “*Cada uma dessas noções sem ser exatamente um sinônimo das outras duas, requer a presença destas para realizar seu próprio sentido*” (Laclau, 2002: 18). A inter-relação dessas três noções constitui o sentido pleno, a partir do qual se pode esboçar o que o autor chama de “*distorção constitutiva*”. A noção de distorção “*implica algo mais que o mero deslocamento e dá lugar a algum tipo de ocultamento*” (Laclau, 2002: 19). A dimensão do fechamento suscitada pela distorção é projetada pelo “*ato de ocultamento*”, implicando duas conseqüências principais referentes à questão da ideologia, quais sejam a dimensão do fechamento é algo que está ausente na realidade, do contrário não haveria ocultamento. Nesse caso, a operação ideológica consiste em atribuir a função impossível²⁹ do fechamento a um conteúdo particular, e a segunda conseqüência resulta de que essa dialética passa por toda a representação ideológica. O resultado deste argumento é que a ideologia é uma das dimensões de toda representação, no entanto é uma divisão insuperável que é estritamente constitutiva.

²⁹ O autor explicita que a operação do fechamento é impossível, mas ao mesmo tempo necessária; “*impossível em razão do deslocamento constitutivo que está na base do todo estrutural; necessária porque sem essa fixação fictícia do sentido não haveria sentido em absoluto*” (Laclau, 2002:19)

[...] Por um lado, o fechamento como tal, sendo uma operação impossível, não pode constituir-se em torno de um conteúdo próprio e se mostra somente através de sua projeção em um objeto diferente de si mesmo. Por outro lado, este objeto particular que em certo momento assume a função de encarnar o fechamento de um horizonte ideológico será deformado como resultado desta função encarnante. Entre a particularidade do objeto que intenta levar a cabo a operação do fechamento e esta última operação há uma relação de mútua dependência para a qual é requerida a presença de cada um de seus pólos, mas cada um deles, ao mesmo tempo limita os efeitos do outro. (Laclau, 2002: 20).

A partir desta explicação, o autor passa a descrever e a denominar os processos referentes à transformação de determinado assunto de um dado contexto em ideologia, o que é possível de ser observado quando a particularidade que define esse assunto “*começa a encarnar algo mais e diferente de si mesma*”, provocando o que o autor chama de “*efeito ideológico strictu sensu*”, que diz respeito à “*crença em que há um ordenamento social particular que constituirá o fechamento e a transparência da comunidade.*” (Laclau, 2002: 21). Esta, afirma o autor, é uma “*ilusão necessária*”, devendo o argumento ser entendido como “*uma apresentação da ideologia como dimensão do social que não pode ser suprimida, não como crítica da ideologia*”.(idem, ibidem, p. 21).

Há ideologia sempre que um conteúdo particular se apresenta como mais que si mesmo. Sem esta dimensão de horizonte teríamos idéias ou sistemas de idéias, mas nunca ideologias. (Laclau, 2002: 21).

A partir desta afirmação, o autor categoriza que o que a distorção ideológica projeta é um objeto particular. É a plenitude impossível da comunidade. Essa operação que atribui “*a uma cadeia particular de conteúdos a função de representar a plenitude ausente da comunidade é ideológica no sentido estrito do termo*” (Laclau, 2002: 35), implicando duas distorções. A primeira é a “*encarnação*”, que consiste na representação de um objeto possível por uma cadeia particular de conteúdos. A segunda distorção indica que essa “*encarnação*” só é possível na medida em que uma relação equivalencial subverte o caráter diferencial de cada componente da cadeia.

[...] Podemos também ver por que a distorção tem que ser constitutiva: porque o objeto representado é, por sua vez, impossível e necessário. Esta ilusão de

fechamento pode ser negociada em várias direções, mas nunca eliminada. A ideologia é uma dimensão que pertence a toda experiência possível. (Laclau, 2002: 36).

Mas, é somente explorando a dialética da encarnação/deformação³⁰, que é possível entender como essa distorção se torna visível. Essa dialética é esboçada pelo autor a partir das categorias denominadas de “*deformação*”, “*equivalência*”, e “*cadeia equivalencial*”. A “*deformação*” é inerente a um processo de (falsa) representação ideológica e consiste em fazer com que um certo conteúdo seja equivalente a um conjunto de outros conteúdos; a “*equivalência*” não significa identidade, mas o que é preservado em cada uma das transformações e a “*cadeia equivalencial*” corresponde à “*plenitude ausente da comunidade*”, ou seja, o caráter específico de cada identidade transformada é “*subvertido através de sua participação na cadeia equivalencial*”.

Outros conceitos são esboçados no raciocínio desenvolvido pelo autor como o de “*relação equivalencial*”, que se define pela deformação dos conteúdos. Ou seja, “*o específico da equivalência é a destruição do sentido através de sua proliferação*”, (Laclau, 2002: 24), visto que “*quanto mais estendida a cadeia tanto mais essa denominação haverá de prevalecer sobre as referências particulares dos componentes individuais*” (idem, ibidem, p. 25), sendo esta a razão pela qual a proliferação do sentido é feita pela destruição do mesmo. O conceito de “*enumeração equivalente*” também faz parte desse raciocínio compreendendo a definição do sentido de um termo. “*Cada um dos componentes da cadeia equivalencial nomeia algo diferente de si mesmo, mas esta denominação só tem lugar na medida em que o componente é parte da cadeia*” (idem, ibidem, p.25). Com esta explicação, o autor afasta a possibilidade de entendimento desse raciocínio como um determinismo, como algo pré-construído, ou seja, a denominação não existe desde sempre, mas é construída no processo. Daí, os termos “*vazio*” e “*flutuante*” e seus derivados “*esvaziamento*” e “*flutuação*” serem introduzidos como “*as*

³⁰ Segundo o autor, a distinção entre encarnação e deformação é válida do ponto de vista analítico, pois “*encarnação refere-se a uma plenitude ausente que utiliza um objeto diferente de si mesma como meio de representação, enquanto que ‘deformação’ refere-se a uma relação de equivalência entre objetos particulares.*” (Laclau, 2002: 23)

duas faces de uma mesma operação discursiva” (idem, ibidem, p.27). Decorre disso o que o autor indica como conclusão inevitável:

[...] entender o trabalho do ideológico dentro do campo das representações coletivas é o mesmo que entender esta lógica da simplificação do terreno social que temos denominado ‘equivalência’ e suas duas operações centrais: a flutuação e o esvaziamento. (Laclau, 2002: 27)

A partir do esboço desse raciocínio, o autor apresenta, como conseqüências dessas conclusões para uma teoria da ideologia, a crise da noção de ideologia, a história do que chama “*segunda concepção de ideologia*” (Laclau, 2002: 53) e faz considerações sobre o campo específico de uma teoria contemporânea da ideologia, que se constitui pelo estudo dos mecanismos que possibilitam a ilusão de um “*fechamento*”³¹. “*Estes mecanismos giram em torno das formas de representação de um objeto que é ao mesmo tempo necessário e impossível*” (idem, ibidem, p. 53). O que explica a operação ideológica é o que está na base da distorção constitutiva.

A operação ideológica consiste em:

[...] um duplo processo pelo qual existe uma relação de dependência mútua entre o fechamento como operação impossível e a particularidade do objeto que a encarna – relação na qual cada pólo limita parcialmente os efeitos do outro. (Laclau, 2002: 53).

Aqui é introduzido um conceito para explicar a forma com que as equivalências se processam e consiste no que o autor denomina de “*restos de particularidade*”, sem os quais a cadeia seria dissolvida pela identidade entre seus componentes, pois estão presentes no interior da cadeia, tornando-se essenciais para qualquer equivalência. O autor ressalta que os “*restos de particularidade*” dos componentes de uma determinada cadeia limitam seus possíveis deslocamentos. Ou seja, a expansão de uma “*cadeia de equivalências*” pode ocorrer indefinidamente até que tenham sido estabelecidos seus componentes centrais. A partir de então essa expansão encontra certos limites como a possível incompatibilidade entre componentes novos e os “*restos de particularidade*”, havendo uma resistência do sentido

³¹ A “*ilusão de um fechamento*” se constrói discursivamente, através da operação do movimento duplo e contraditório de uma “*cadeia de equivalências*”, na qual pode haver uma expansão tanto indefinida como limitada pelos “*restos de particularidade*” dos componentes da cadeia.

estabelecido, dificultando o estabelecimento de equivalências novas. É neste ponto onde a “*ilusão do fechamento*” se constrói discursivamente, através da operação desse “*movimento duplo e contraditório*”. Dessa forma se encerra a explicitação desse raciocínio desenvolvido pelo autor, de forma instigante, precisa, encadeada e rica em detalhes.

Na obra em foco, o autor mostra as condições teóricas impossíveis em que poderia ter lugar o fim do ideológico. Ou seja, isto só seria possível

[...] se a distorção passasse a ser uma dissolução efetiva e a equivalência, identidade: neste caso tudo se resolveria em um Uno indiferenciado. E o projeto do místico haveria triunfado. Mas ocorreria também se a lógica equivalencial fosse eliminada e o resto de particularidade se expandisse a ponto de dominar a totalidade do objeto. (Laclau, 2002: 55).

A finalização desse tema é feita pelo autor de forma categórica. Ou seja,

[...] Este é o sonho das diferentes versões do ‘fim da ideologia’, associadas geralmente ao ideal de práticas administrativas puras, não políticas. Em ambos os casos o fechamento não seria uma ilusão senão uma realidade. Mas, ambos são sonhos impossíveis, o que nos garante que seguiremos vivendo em um universo ideológico. (Laclau, 2002: 55).

Dessa forma, em sendo a questão da ideologia um ponto comum, no sentido de que não se pode ignorar a sua existência, embora se possa questionar o potencial explicativo de sua teoria, é necessário encontrar categorias que dêem suporte a esta compreensão. Portanto, a hegemonia tem sido empregada como categoria essencial neste debate, sendo objeto de reflexão de Laclau e Mouffe em “*Hegemonia e estratégia socialista*” (1985).

Nesta obra, Laclau e Mouffe (1985) reconstróem o conceito de hegemonia vinculando-o a uma lógica política, polemizando, principalmente, com o marxismo, o revisionismo e o sindicalismo revolucionário, discutidos como respostas dadas à crise. Para eles, o termo hegemonia refere-se sempre a uma intervenção contingente. São as relações hegemônicas que podem dar conta do presente. “*Articulação e Discurso*”³²; “*Sujeito*”³³; “*Antagonismo e*

³² “[...] chamaremos articulação qualquer prática que estabeleça uma relação entre elementos de tal modo que a sua identidade seja modificada como um resultado da prática articulatória. A totalidade estruturada resultante dessa prática articulatória, chamaremos discurso.” (Laclau & Mouffe, 1985))

Objetividade”³⁴; “Equivalência e Diferença”³⁵; e Hegemonia são algumas das categorias explicativas que os autores utilizam na tentativa de argumentar a existência de outro fundamento para explicação dos processos sociais que não esteja no âmbito da economia.

Inicialmente ressaltam que o conceito de hegemonia é produzido pela conexão de diferentes categorias teóricas, e que a hegemonia emerge das práticas articulatórias, uma vez que “*supõe o caráter aberto e incompleto do social*”. Estas práticas se constituem “*não apenas dentro de dados espaços sociais e políticos, mas entre eles*”. No entanto, o momento articulatório não é suficiente para falar de hegemonia, é necessário “*uma confrontação com práticas articulatórias antagonísticas*”. Uma prática pode ser definida como hegemônica quando constituída por “*elementos flutuantes*” possíveis de serem articulados por campos opostos constantemente redefinidos. “*As duas condições de uma articulação hegemônica são a presença de forças antagonísticas e a instabilidade das fronteiras que as separam*”. Nesses termos, os autores apresentam duas diferenças básicas entre seu pensamento e o de Gramsci. A primeira é que os sujeitos não se constituem necessariamente no âmbito das classes sociais, e a segunda é que a formação social não se estrutura em torno de um único centro hegemônico, visto que “*nenhuma lógica hegemônica pode dar conta da totalidade do social e construir seu centro, pois neste caso uma nova sutura teria sido produzida e o conceito de hegemonia teria se auto-eliminado. A abertura do social é, então, a pré-condição de toda prática hegemônica*”.

Assim, antagonismo é um conceito diferente de contradição, embora estejam ambos no nível macro. Pois a contradição tem um elemento teleológico, remete ao conceito de mediação e a uma totalidade; e o antagonismo vincula-se ao conceito de articulação, é contingente, é

³³ “*A discussão dessa categoria requer a distinção de dois problemas muito diferentes, os quais freqüentemente têm sido confundidos no debate recente: o problema do caráter discursivo ou pré-discursivo da categoria sujeito; e o problema da relação entre diferentes posições de sujeito.*” (Idem.)

³⁴ Antagonismo é definido como forma precisa de presença discursiva do limite de toda objetividade. (Idem)

³⁵ “*A equivalência cria um segundo sentido que, embora parasitário do primeiro, subverte-o: as diferenças cancelam umas às outras na medida em que elas são usadas para expressar algo idêntico subjacente a todas elas.*” (Idem)

transitório, não é estrutural. O sujeito social é descentrado, ou seja, ele não é mais definido a partir da posição que ocupa no sistema de produção. As posições de sujeito são identificadas no nível do antagonismo, no nível macro. A ciência não produz objetividade, produz sentidos. O social é fixação de sentidos. O discurso é uma prática articulatória e remete a práticas sociais e à vida política. Por isso é que o termo discurso é considerado pelos autores como mais indicado à abordagem da lógica relacional do que o termo ideologia. Também para eles parece que os fundamentos de uma determinada prática são estruturados pelo discurso, ou seja, tudo se constrói e se resolve no campo da retórica; ou da semiótica, melhor dizendo, esse campo possibilita o entendimento dos fundamentos dos fenômenos sociais e a elaboração de estratégias passíveis de solucionar os diversos problemas.

De acordo com Laclau, para Žižek, que sumariza a existência de uma multiplicidade de idéias associadas ao termo ideologia, o “*nível zero*” da ideologia consiste em (des)apreender uma formação discursiva como um fato extradiscursivo, e é precisamente o grau zero do ideológico dessa pressuposta realidade extradiscursiva o que constitui a falsidade por excelência da ideologia (Žižek, 1999:16). Nesses termos, é que se impõe o discurso como campo de abordagem que “*neutraliza*” a compreensão da “*falsa consciência*” e da “*consciência*” compreendidos no conceito clássico de ideologia.

De acordo com Eagleton, (1997: 107) “*o conceito de hegemonia expande e enriquece a noção de ideologia emprestando a esse termo um corpo material e um gume político*”. Este autor também considera a hegemonia uma categoria mais ampla que a ideologia, pois “*inclui a ideologia, mas não pode ser reduzida a ela*”. (Idem. *ibidem*. p.105). Como já foi discutido, este conceito, em Gramsci, refere-se ao modo como o poder dominante conquista o consentimento dos dominados para seu domínio, quer seja através do consentimento, ou da

coerção. Associando a hegemonia ao campo da sociedade civil, Gramsci abre um leque de possibilidades de análises intermediárias entre o Estado e a economia, conferindo materialidade à noção de ideologia, que passa a ser entendida não como um “*sistema de idéias*”, mas como prática social vivida. A conquista da hegemonia em Gramsci é estabelecida pela liderança moral, política e intelectual da vida social, através da difusão de uma “*visão de mundo*” particular pelo tecido da sociedade como um todo, de forma que o interesse da sociedade em geral é igualado ao interesse específico difundido.

Nesse sentido, considero que é possível identificar uma ideologia específica, como por exemplo, a ideologia da globalização, não só por constituir-se como o conjunto de idéias sobre um determinado modo de viver, mas por configurar-se como um “*corpo material*”, caracterizado politicamente. Portanto, argumento que a construção hegemônica projeta determinada ideologia, dá-lhe visibilidade, possibilita a configuração de determinada ideologia no conjunto da prática social. Isto não significa dizer que a existência de uma condiciona-se à da outra, mas apenas que a ideologia que se sobressai, caracterizando um determinado contexto, esboça-se a partir de uma construção hegemônica. O problema de como a hegemonia é estruturada, em que ou de que se constitui, o que especificamente lhe dá suporte e faz com que se prolifere, quais as práticas que lhe conferem significado, entre outros, é que remete necessariamente à abordagem da ideologia como veículo e locus de configuração das práticas sociais de um determinado contexto. Por isso é que considero a questão da ideologia de fundamental importância para se entender os processos sociais em curso. Ressalto ainda que esta questão não se encerra nos limites do debate sobre o alcance e as limitações do economicismo, haja vista o fato de estar presente tanto em abordagens inscritas nesta tradição como naquelas que professam a superação dos limites das teorias macroestruturais da sociedade. Este ecletismo da questão da ideologia, no entanto, não a torna

um “genérico”, no sentido de sua abrangência ou similitude, nem a dilui em algo que pode ser tudo; ou nada; ou, ainda, uma mistura, onde as partes não podem ser identificadas. Mas, ao contrário, demarca a sua característica como constitutiva dos processos sociais, tanto no campo da estruturação e disseminação de idéias como no âmbito das práticas sociais onde estas idéias surgem, realizam-se em ações e passam a ser válidas, como determinada forma de vida, que, semelhante a um ciclo contínuo, novamente passam a ser questionadas, reconfiguradas e vividas em nova perspectiva hegemônica. O gráfico de como se processa esta configuração precisa ser delineado no âmbito de um contexto específico.

CAPÍTULO 3

Globalização, Ideologia e Discurso

Capítulo 3 - Globalização, Ideologia e Discurso

3.1 Discurso e processo de produção de sentido

Pensadores como Benjamin, Bakhtin(1986;1992) e Habermas (1987; 1989; 2002) desenvolveram importantes considerações teóricas sobre o nexos entre ideologia e discurso, do qual enfoco neste capítulo, especificamente, o que se refere à compreensão da linguagem.

Segundo Konder (2002), para Benjamin, não há nada no mundo que não participe de algum modo da língua, por isso a linguagem tem uma significação decisiva no seu pensamento. Para ele, a realidade se expressa, por um lado, na língua, naquilo que se pode dizer sobre o real; por outro lado, o real só existe na medida em que se pode conhecê-lo e se consegue dizê-lo. A teoria da linguagem desenvolvida por Benjamin é marcada por uma dimensão teológica ao afirmar que existe a linguagem das coisas que é divina e a linguagem dos homens que a complementa e é capaz de dar nomes às coisas. Esse poder nomeador em dado momento constitui-se na função comunicativa. Posteriormente, ao analisar a ascensão da burguesia ao poder e a organização da sociedade capitalista, Benjamin passou a examinar características históricas, dedicando-se à reflexão das diferenças internas que apareciam no campo da comunicação.

Em Bakhtin (1986; 1992), cuja perspectiva é diferente da de Benjamin, a linguagem está sempre sendo criada, tem uma existência dinâmica, transforma-se continuamente, e os falantes desempenham um papel essencial nesse processo de criação permanente. Para ele, as pressões ideológicas conservadoras provocam distorções na linguagem, mas acredita na possibilidade de mobilização democrática e de ação emancipadora por parte das massas. Estudioso da cultura popular, Bakhtin resgata também no âmbito da linguagem elementos como os palavrões, que são reconhecidos e apreciados por ele como contribuições à “*criação de uma atmosfera de liberdade*” (Bakhtin, 1986: 31). O riso é destacado como uma potencialidade da cultura popular,

desempenhando papel decisivo ao evitar que as expressões ideológicas sérias sejam sedimentadas e não haja espaço para contestação. Para ele, o riso nunca se deixa absorver inteiramente pelo discurso “*oficial*”.

No plano da teoria do conhecimento, Habermas(1987; 1989) se opõe às tendências positivistas, as quais analisam os sujeitos humanos como coisas objetivas, baseando-se na intersubjetividade como elemento capaz de compreender a realidade social com alguma objetividade. Para ele, os sujeitos se constituem na interação; a dinâmica das relações entre os sujeitos precede a dinâmica das subjetividades individuais; e a chave que possibilita a compreensão da dinâmica das subjetividades na dinâmica da intersubjetividade (da interação) é a linguagem, que, em conexão com o trabalho³⁶ e o exercício do poder, constitui o contexto objetivo, através do qual se dá a compreensão das ações sociais.

Apesar de divergirem entre si, esses três autores reconhecem a impossibilidade de eliminação das ambigüidades da linguagem, indicando a inesgotabilidade do campo daquilo que pode ser dito, haja vista a complexidade da linguagem, a qual ultrapassa as fronteiras da lingüística, da gramática e de outras áreas científicas em que se pretende analisá-la.

O movimento do discurso sobre a realidade não constitui uma ordem acabada em si mesma, uma vez que na linguagem se reconhece a realidade constituída, ao mesmo tempo em que expressa também a realidade a ser criada, aquela que está sendo inventada. A linguagem é mais do que o meio que possibilita a comunicação, à medida que é também um elemento constitutivo da identidade individual e coletiva, da tomada de consciência de si. No entanto, mesmo sendo essencial no modo de existência característico do ser humano, a linguagem refere-se a uma

³⁶ Na teoria da “razão comunicativa”, Habermas reflete sobre o papel do trabalho e o papel da linguagem na humanização do ser humano.

realidade que a abrange, que extrapola os limites dos seus domínios, que a precede, assim como a fala pressupõe os seres falantes.

Nesse sentido, embora haja uma tendência predominante de conceber discurso como linguagem e vice-versa, nesta tese o discurso não é uma dimensão da linguagem, que exclui as práticas sociais, como acreditava Foucault. É uma dimensão inseparável da realidade, que descreve uma articulação entre linguagem e ação.

Outras abordagens também se destacam nesse debate. Para Wittgenstein³⁷, na obra “*Investigações Filosóficas*”, iniciada em 1936, a linguagem funciona em seus usos. Assim, há que se indagar sobre suas funções práticas e não sobre os significados das palavras. A “*significação de uma palavra é seu uso na linguagem. E a significação de um nome elucidase muitas vezes apontando para o seu portador*”. (1991:28). Já as funções práticas da linguagem são múltiplas e variadas. A linguagem é considerada pelo autor como um conjunto de “*jogos de linguagem*”. Esta expressão define “*uma linguagem primitiva*”; “*os processos de denominação das pedras e da repetição da palavra pronunciada*”; ou “*o conjunto da linguagem e das atividades com as quais está interligada*” (1991:12). Portanto, não há uma única função comum das expressões da linguagem, nem algo que possa ser considerado como o jogo de linguagem. Ou seja, a linguagem, para o autor, não pode ser considerada, a partir de uma única estrutura lógica e formal, visto que uma proposição constitui-se de pequenos segmentos, que são diferentes, múltiplos e parcelados. Dessa forma, o todo da linguagem não pode estar contido em

³⁷ O conjunto da obra de Wittgenstein, segundo os intérpretes, está dividido em duas fases bem distintas. A primeira, que corresponde ao “*Tractatus Lógico-Philosophicus*” e a segunda que se refere às “*Investigações Filosóficas*” e demais obras. A principal diferença entre o pensamento do autor nessas duas fases consiste em que na primeira fase sua obra caracterizava-se por uma perspectiva logicista, que foi considerada pelo autor como incapaz de elucidar todos os problemas da linguagem, pois resultava de uma maneira “*supersticiosa*” de abordagem. Na segunda fase, a linguagem, para o autor, engendra ela mesma superstições, das quais é preciso desfazer-se. Nesse sentido, a tarefa primordial da filosofia é neutralizar os efeitos enfeitiçadores da linguagem sobre o pensamento. Para o autor, somente substituindo a atitude metafísica pela atitude prática é que se pode desvendar como a linguagem funciona.

uma proposição. Por isso é que cada segmento de uma proposição constitui-se em um “*jogo de linguagem*”, a partir das semelhanças existentes entre eles. “*Os jogos de linguagem figuram muito mais como objetos de comparação, que, através de semelhanças e dissemelhanças, devem lançar luz sobre as relações de nossa linguagem*”. (1991: 57). O pensamento de Wittgenstein é considerado como de fundamental importância no contexto do que se denominou de “*virada lingüística*”, que consiste na construção de campos de investigação da realidade social, baseados em estudos sobre a linguagem, como elemento componente da formação social.

Para Fairclough,

as ideologias são significações/construções da realidade(o mundo físico, as relações sociais, as identidades sociais) que são construídas em várias dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação.(Fairclough, 2001: 117).

Thompson (1984, 1999) corrobora também com esta posição, embora faça isso através de outra perspectiva teórico-metodológica, quando afirma que determinados usos da linguagem e de outras ‘*formas simbólicas*’ são ideológicos.

Os usos da linguagem considerados como forma de prática social pressupõe a utilização do termo discurso como um modo de ação e de representação, construídos na relação dialética entre as práticas sociais, das quais destaca-se a relação entre discurso e estrutura social. “*O discurso é socialmente constitutivo. [...] O discurso contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, o moldam e o restringem [...]*.” (Fairclough, 2001: 91). Ressaltar a relação dialética entre discurso e estrutura social é importante porque afasta a possibilidade de considerar o discurso como resultante de uma determinação social, ou seu oposto considerar o discurso como fonte da construção social, atribuindo a essa construção uma determinação idealizada ou idealista, na qual a realidade social é entendida como produto das idéias.

Assim, a constituição discursiva da sociedade não emana de um livre jogo de idéias na cabeça das pessoas, mas de uma prática social que está firmemente enraizada em estruturas sociais materiais, concretas, orientando-se para elas. (Fairclough, 2001: 93).

É nessa perspectiva que desenvolvo algumas reflexões, no âmbito desta discussão, sobre a possibilidade de aplicação analítica da dimensão ideológica do processo de globalização. Utilizar a perspectiva do discurso na análise ideológica de fenômenos sociais contemporâneos é uma tarefa difícil e instigante, não apenas no que se refere ao resgate do termo ideologia, que, embora esteja presente em diversas tradições teóricas, configura-se como um conceito de difícil apreensão. Mas, principalmente, por se referir a fatos sociais, que não são passíveis de mensuração ou verificação diretas, necessitando, portanto, de intermediações pela análise da linguagem, das práticas, dos comportamentos e das ações.

A prática social, segundo Fairclough, tem várias orientações, entre essas a econômica, a política, a social e a ideológica. O discurso pode estar implicado em todas elas sem que se possa reduzi-las ao discurso; ou simplificá-las ao discurso; ou, ainda, torná-las iguais através do discurso. Dessa forma, considero pertinente a intenção de captar a dimensão ideológica da globalização, através da utilização da análise de discurso como estratégia teórico-metodológica do processo de investigação.

A investigação da dimensão ideológica da prática discursiva implicada no processo da globalização sugere a utilização do conceito de hegemonia. Como uma categoria mais ampla que a ideologia, a hegemonia pode ser tratada em vários aspectos: ideológicos, culturais, políticos e econômicos. Portanto, a título do exercício analítico proposto, coloco a globalização como hegemonia contemporânea, da qual pretendo investigar o aspecto ideológico, através da materialidade da prática discursiva de textos de comunicação da imprensa escrita. A hegemonia é

uma categoria essencial nesta análise, pois tanto se presta à definição do contexto proposto para investigação como para a identificação das formas hegemônicas de práticas discursivas, que sedimentam o processo de globalização, como possibilidade da formação social contemporânea.

De acordo com Fairclough,

[...] as práticas discursivas são investidas ideologicamente à medida que incorporam significações que contribuem para manter ou reestruturar as relações de poder. Em princípio, as relações de poder podem ser afetadas pelas práticas discursivas de qualquer tipo, mesmo as científicas e as teóricas. Isso impede uma oposição categórica entre ideologia e ciências ou teoria que alguns autores que escrevem sobre linguagem / ideologia sugerem (Zima, 1981; Pêcheux, 1982). Mas daí nem todo discurso é irremediavelmente ideológico. As ideologias surgem nas sociedades caracterizadas por relações de dominação com base na classe, no gênero social, no grupo cultural, e assim por diante, e, à medida que os seres humanos são capazes de transcender tais sociedades, são capazes de transcender a ideologia. Portanto, não aceito a concepção de Althusser (1971) de 'ideologia em geral' como forma de cimento social que é inseparável da própria sociedade. Além disso, o fato de que todos os tipos de discurso são abertos em princípio, e sem dúvida de certo modo concretamente, ao investimento ideológico em nossa sociedade não significa que todos os tipos de discurso são investidos ideologicamente no mesmo grau. (Fairclough, 2001: 121-122).

Nesse sentido, embora a linguagem se apresente como um campo fecundo para a compreensão de aspectos significativos sobre a questão da ideologia e tenha sido escolhida nesta abordagem como elemento intermediário, que possibilitará a verificação empírica do problema proposto, acredito que não se constitui em um locus exclusivo para reflexão desta questão, tanto nos aspectos epistemológicos como ontológicos. Também corroborando com o pensamento de que há uma variação de grau, no que se refere ao conteúdo ideológico das práticas discursivas, afastando a possibilidade de tomar por absoluto um aspecto instrumental na composição da análise, qual seja a linguagem, cujo sentido constitui-se no seu imbricamento com outros elementos que compõem o contexto estrutural, conjuntural e factual do processo da globalização, escolhido nesta aplicação analítica como campo de investigação e análise.

De acordo com Laclau (2002: 21), a existência da ideologia pode ser afirmada “*sempre que um conteúdo particular se apresenta como mais que si mesmo*”, ou seja, quando “*encarna*” algo mais e diferente de si mesmo. Esta afirmação é elucidativa para o trato metodológico da questão da ideologia nesta abordagem, visto que permite a construção de estratégias para verificação da materialidade da ideologia na prática discursiva, que compõe o material da análise proposta.

A ideologia é aqui entendida como uma prática que transversaliza as demais e não como um espaço definido, restrito e definitivo na estruturação do processo social. Em sendo uma prática, entre as práticas sociais, a ideologia possibilita a construção do processo de globalização nos moldes deterministas em que é proposto, ou seja, como se fosse uma realidade fechada; inevitável; e avassaladora, sem perspectiva possível de resistência e de mudança. Mas, na contramão da retórica, ou mesmo no interior dela, intensificam-se as ambivalências do processo de globalização, que se revela como excludente e incapaz de produzir progresso infinito; abundante; ilimitado; inovador. Compreender esse processo, considerando não apenas sua pretensão de ser, mas aquilo em que se configura para além de sua retórica torna-se, aqui, pertinente.

Portanto, o processo de produção de sentido de um determinado discurso não se faz nele mesmo, visto que o sentido resulta da utilização, aplicação, apropriação e adequação do discurso ao fato do qual constitui a expressão, ou seja, o discurso tanto denomina os fatos como os antecipa, a partir de analogias referenciais. Neste processo de formação, a prática discursiva se constitui como uma dimensão da prática social, e, por isso, a produção de sentido não está dissociada do contexto ao qual se refere.

Nesta análise da dimensão ideológica da globalização em discursos da imprensa escrita, a escolha intencional do período de dez anos, compreendido entre 1995 e 2004, para realização do encaminhamento metodológico da abordagem proposta, visa identificar conteúdos ideológicos nas formulações que dão suporte ao processo de globalização. Por exemplo, a

constituição do Estado mínimo, tornando-o mero garantidor da propriedade e dos contratos, e a idéia de que o mercado tem poder para auto-regular-se e automaticamente regular toda a economia.

Nestes dois exemplos, há conteúdos ideológicos explícitos, pois não é possível aos países com alto índice de desigualdade social “globalizar-se” sem a intervenção do Estado no que se refere à proteção social, e não é possível ao mercado regular automaticamente a economia e as relações sociais, sem que tenha esse poder de arbitragem. Segundo a terminologia utilizada por Žižek, acredito que este é um caso de “*personificação ideológica padronizada*” (Žižek,1996:10), pois o mercado é resultante de decisões políticas e econômicas; não possui identidade e essência próprias; não é um ser autônomo; não tem poder de determinar processos sociais e não é capaz de fazer desaparecer a questão social.

Essa suposição é tomada, no âmbito deste estudo, como um pressuposto da investigação e análise de discursos sobre a globalização na imprensa escrita.

3.2 Imprensa escrita, ideologia e análise de textos de comunicação

O campo da comunicação é muito fecundo para a análise da ideologia, além de ser considerado um espaço privilegiado desta discussão. Quando se trata de discursos, a imprensa escrita torna-se um material para análise de qualidade superior.

Segundo Verón (2004:239), “*a imprensa escrita representa um domínio totalmente excepcional para a análise dos discursos*”, visto que as sociedades pós-industriais são midiáticas. Pois, além de ser “*uma espécie de laboratório para o estudo das transformações socioculturais...*” também se constitui em “*uma rede de produção de discursos*” bastante complexa.

A abordagem do domínio da imprensa escrita suscita questões que são imprescindíveis do ponto de vista da teoria da discursividade social, entre elas destaca-se o aspecto de que a imprensa escrita é tratada como um “*ambiente onde se constrói a materialidade da escrita*”(Verón, 2004:240), através de uma forma dominante específica e não como um dos lugares de manifestação das leis da língua. Outro ponto de destaque nessa abordagem, enfatizado por Verón, é que a imprensa escrita é um bom domínio para exercitar a estratégia, que consiste em confrontar-se com o complexo como tal, em seu próprio nível. O autor também argumenta que, a partir de objetos complexos, os macrofuncionamentos discursivos sobredeterminam os microfuncionamentos lingüísticos. Para ele, é no nível dos macrofuncionamentos que se pode perceber a influência das condições produtivas sobre os discursos e, por conseguinte, o enraizamento desses últimos na sociedade e na evolução histórica.

Nas sociedades industriais, os lugares de manifestação desses macrofuncionamentos discursivos são as mídias. A mídia para Verón (2004:241) é “*um conceito sociológico e não tecnológico*”, pelo fato de que não se trata apenas de dispositivo tecnológico particular, que consiste na produção de imagens e de sons, mas envolve um sistema de práticas de utilização, no qual se inclui o vídeo doméstico, a televisão de massa e o computador pessoal e impressora. Sobre a imprensa escrita, Verón sugere a utilização do termo discurso impresso, o qual inclui escrita, imagem e paginação, enquanto o termo imprensa escrita supõe apenas a existência da escrita. Neste trabalho, adotei a expressão “imprensa escrita” pelo fato do objeto de análise tratar-se de arquivo eletrônico de textos do jornal escolhido. Portanto, não compõe este arquivo, do qual foi extraído o corpus empírico, as imagens publicadas na edição impressa. Trata-se de arquivo que contém apenas a íntegra dos textos, constantes nas edições especificadas.

Para Verón (2004), uma superfície discursiva que supostamente possa ser analisada é um objeto multifacetado, cujas propriedades resultam do entrecruzamento de uma pluralidade de níveis de determinação diferentes.

[...] ‘a análise dos discursos’ consiste na identificação, na superfície discursiva, dos traços que remetem às condições de produção dos discursos. Esses traços são o suporte de operações que devem ser reconstituídas, operações que tomam a forma de regras de criação desses discursos. (Verón, 2004:250).

Na superfície discursiva, todos os traços estão no mesmo nível. A pertinência da análise consiste em distinguir o que concerne ao tipo, gênero e estratégia daquilo que diz respeito ao suporte tecnológico. Para processar essa distinção, é necessário levar em conta os complexos fenômenos de regulação, implicados no sistema produtivo da imprensa escrita e o comportamento de compra e sentido na recepção. O comportamento de compra “*é um ‘efeito’ localizado na recepção*” (p. 253), que não diz nada sobre os efeitos de sentido dos discursos. Estes são “*os objetos das preferências assim manifestadas*” (p. 253).

Neste trabalho, utilizo a premissa de que a ideologia permeia a construção do sentido no discurso analisado, em qualquer que seja o enfoque teórico sobre o qual se refere a abordagem conceitual do processo de globalização.

Thompson (1995) afirma que, “*embora a comunicação de massa seja de interesse fundamental para a análise da ideologia, é importante acentuar que ela, de modo algum, é o único local para operação da ideologia nas sociedades modernas*” (1995: 342).

Considerando esta afirmação, fundamento a escolha deste campo para a extração do material empírico de análise. Por comunicação de massa, estou adotando o conceito de Thompson, segundo o qual é entendida “*como uma produção e difusão institucionalizadas de bens simbólicos via transmissão e armazenamento de informação e comunicação*”. (1995: 348).

Para este autor, “[...] *o desenvolvimento da comunicação de massa, e, especialmente, dos*

meios eletrônicos, tem enormes conseqüências para a propagação e difusão dos fenômenos ideológicos”. (Thompson, 1995: 343)

Por isso escolhi estudar a dimensão ideológica da globalização em discursos da imprensa escrita, pois estaria extraindo o material de análise de um dos campos mais aceitos, como espaço de construção e difusão da ideologia e, ao mesmo tempo, estaria tratando da questão da ideologia na globalização, em cujo contexto a discussão da comunicação está implicada; quer seja pelo avanço científico e tecnológico nesse campo, inerente ao processo de globalização; quer seja pela nova perspectiva de interação social dada pela utilização dos meios de comunicação.

Foi somente com o desenvolvimento dos meios impressos da comunicação de massa que os fenômenos ideológicos puderam emergir como fenômenos de massa, pois, antes disso, a circulação das formas simbólicas estava restrita a locais particulares ou a estratos específicos, ou redes de indivíduos. A chegada dos meios eletrônicos, e, especialmente, da televisão, acentuou mais ainda o caráter e o potencial de massas dos fenômenos ideológicos. Os meios eletrônicos possibilitam às formas simbólicas circularem numa escala sem precedentes, alcançarem vastas audiências, invadirem o espaço de uma maneira mais ou menos simultânea. Nunca, anteriormente, a capacidade de circulação das formas simbólicas foi tão grande como na era da comunicação de massa mediada eletronicamente. (Thompson, 1995: 343-344)

Essa constatação de Thompson é útil para a verificação da dimensão ideológica da globalização nos discursos objeto desta análise. Pois, ao tentar esboçar esta dimensão em abordagem conceitual do termo globalização, verifiquei a necessidade de considerar neste estudo o conceito de hegemonia, a partir do qual um fenômeno ideológico pode ser potencialmente considerado como fenômeno de massas. Nesse sentido, a compreensão massificada que passa a ter o termo globalização parece que qualifica a ideologia que se configura como dimensão constitutiva do processo de globalização. É nesse ponto onde se projeta a discussão sobre o potencial de análise que a ideologia representa no contexto da globalização.

3.3 Ideologia e discurso: potencialidade analítica no estudo da globalização

A questão da ideologia é o foco da discussão deste estudo, por isso o referencial teórico-metodológico, definido em função deste tema, associa autores, em cuja abordagem é possível embasar o construto teórico e elaborar estratégias metodológicas, que dão suporte ao desenvolvimento deste trabalho. Nesse sentido, como a construção teórica sobre a ideologia foi estruturada a partir da análise do fenômeno em curso da globalização, elegi a abordagem sobre discurso, inscrita no campo da linguagem³⁸, como o universo sobre o qual é processada a análise, acreditando que, com esta escolha, é possível contribuir tanto com a discussão da ideologia, que se constitui em matéria intrínseca das abordagens sobre discurso, como também esboçar com maior clareza os argumentos necessários à fundamentação da tese proposta.

No argumento de Norval (2000: 313), a virada lingüística vem acompanhada de uma revalorização do tema da ideologia e é indicativa não apenas de uma renovação na natureza e função da linguagem, mas também de uma realização na qual a língua não só reflete o mundo, mas é parte constitutiva dele. Já a ideologia fica no espaço de mediação entre discurso e ação social. Para essa autora, a tarefa do analista de ideologias é *“investigar as formas de representação; conferências; discursos políticos e outros, que contribuem para configurar nosso mundo e nossa compreensão dele”*(idem, ibidem, p.316); o foco do estudo da ideologia é a análise do processo de despolitização, e o ponto de partida da análise é a onipresença da ideologia.

Nesta tese, o pressuposto de que a ideologia na globalização se configura pelo determinismo em que se pauta esse processo, definido como algo autônomo, irrefutável, capaz de engendrar a história, sendo este o motivo pelo qual a globalização aparece como inevitável, constitui-se em ponto de partida para investigação e análise.

³⁸ A linguagem apresenta-se como um campo fecundo para a compreensão de aspectos significativos sobre a questão da ideologia.

A característica da inevitabilidade é um indicativo da dimensão ideológica do processo de globalização, que pode ser verificada em qualquer um de seus aspectos conceituais, ou seja, na globalização tecnológica, política, econômica, cultural e social. Pois acredito que há uma interpenetração de um aspecto em outro na composição dessa textura do social e, dessa forma, a investigação da dimensão ideológica desse processo não pode se restringir a nenhum desses aspectos, a não ser que a ideologia fosse concebida como detentora de um espaço definido na estrutura social. Por isso, considero pertinente utilizar a análise de discursos³⁹ como estratégia teórico-metodológica do processo de investigação e análise.

Em se tratando de estudo que realiza tal investigação, através da materialidade de discursos da imprensa escrita, considero adequada a escolha do período compreendido entre a segunda metade dos anos 90 do século XX e a primeira metade dos anos 2000 do século XXI, ou seja, de 1995 a 2004, pelos seguintes motivos: os anos 90 são indicativos da consolidação do processo de globalização no mundo; a transição de um século para outro é um elemento importante de comparação entre os cinco últimos anos da década de 90 e os cinco primeiros dos anos 2000; a discussão de novos paradigmas para o enfrentamento das questões do novo século é uma tônica nos debates sobre questões contemporâneas; o caráter de transitoriedade constitutivo da atualidade e o estudo de fenômeno em formação exigiu a definição de um período mais extenso a ser considerado na coleta de dados.

O material empírico que constitui o corpus⁴⁰ dessa pesquisa foi extraído do arquivo eletrônico de textos do jornal Folha de São Paulo⁴¹, composto por textos integrais das edições impressas,

³⁹ O termo análise de discursos é utilizado por Verón(2004)para demarcar o campo da semiótica e diferenciar sua abordagem da análise do discurso conhecida como AD, que se inscreve no campo da lingüística. Utilizei a denominação dada por Verón, visto que baseada nessa abordagem, esbocei a metodologia de análise para esse estudo.

⁴⁰ Um corpus é constituído por grupos de textos que devem ser homogêneos do ponto de vista das condições extratextuais, seja na produção, ou no reconhecimento. Essa homogeneidade é postulada e os textos devem ser equivalentes.

⁴¹ Esse veículo de comunicação foi escolhido pelo fato de manter como autores, em suas diversas editorias, teóricos renomados e personalidades influentes não só do Brasil, mas do mundo. Esse fator é importante nessa abordagem que se refere ao debate teórico da globalização.

acessível via Internet, referente ao período acima especificado. Segundo informações históricas constantes na Folha Online e página própria na Internet, o jornal foi fundado em 1921 e na década de 80 tornou-se o mais vendido no país. Trata-se de um jornal, que possui circulação nacional, organizado em cadernos temáticos diários e suplementos. Os cadernos diários são: Folha Brasil, cuja editoria trata da vida política, institucional e dos movimentos sociais; Folha Ciência, noticia as últimas descobertas e pesquisas mais recentes e importantes no Brasil e no mundo; Folha Cotidiano, contém informações nas áreas de segurança, educação e direito do consumidor; Folha Dinheiro, destaca a conjuntura econômica, brasileira e internacional, e o mundo dos negócios; Folha Esporte, aborda o tema como espetáculo e fenômeno empresarial; Folha Ilustrada, dedica-se à cobertura nas áreas de cultura e entretenimento; Folha Mundo, publica diariamente as principais notícias internacionais. Os suplementos são: Folha Informática, circula às quartas-feiras e trata do uso da Internet e dos computadores; Folha Equilíbrio, circula às quintas-feiras e aborda os temas da saúde e da qualidade de vida; Folha Turismo, circula às quintas-feiras e traz os principais destinos do Brasil e do mundo, apresentados com fotos e serviços; Folhinha, circula aos sábados e publica reportagens e fotos de assuntos de interesse das crianças, também traz personagens, quadrinhos, passatempos, brincadeiras e promoções; Folhateen, circula às segundas-feiras com assuntos de interesse dos adolescentes como música, cultura, ensino, comportamento e sexo; Mais!, circula aos domingos e aborda temas de literatura, sociologia, filosofia e artes; Revista da Folha, circula aos domingos na Grande São Paulo e é uma revista semanal de moda, decoração, família, comportamento, atualidades e consumo; Folha Veículos, circula aos domingos e informa sobre venda, compra, manutenção e dúvidas referentes aos automóveis; Folha Construção, circula aos domingos e apresenta materiais e técnicas de construção, além de temas relacionados à decoração; Empregos, circula aos domingos e reúne reportagens e serviços direcionados aos profissionais, mercado de trabalho e carreira; Folha Negócios, circula aos domingos, informando sobre o mundo dos negócios e possui seções

internas como Gestão, Finanças, Feiras e Congressos; Folha Imóveis, circula aos domingos, voltado para assuntos desse mercado; Guia da Folha, circula às sextas-feiras e divulga a programação de cultura e entretenimento da Grande São Paulo; Folha Sinapse, mensal, circula na última terça-feira do mês com reportagens e seções que vinculam o profissional, o acadêmico, o pessoal. As várias editorias que compõem o jornal constam nos cadernos A ao F. O caderno A contém 29 páginas e compõe-se de: “Primeira Página”; “Editorial”; “Opinião” (2 páginas); “Brasil” (15 páginas); “Mundo” (10 páginas). O caderno B contém a editoria “Dinheiro” com 10 páginas. No caderno C, a editoria “Cotidiano” tem 6 páginas. No caderno D, editoria “Esporte” com 6 páginas. Caderno E, editoria “Ilustrada”, 10 páginas. O caderno F é de classificados. Dos suplementos publicados aos domingos destaque o “Mais!” com 10 páginas: capa; os dez + (p.2); + autores (pp.3-7); + livros (p.8); + ciência (p.9); + sociedade (p.10), por trazer autores e colunistas conceituados, tornando-se referência como caderno cultural.

Nesta pesquisa, a primeira seleção de matérias foi feita através da utilização da ferramenta de busca por palavra, disponível no arquivo eletrônico de textos do referido jornal. A busca da palavra globalização resultou na coleta de 8.227 matérias jornalísticas, que foram lidas⁴² e classificadas em um dos cinco enfoques conceituais da globalização, definidos neste estudo. A classificação das matérias em cada enfoque conceitual do discurso-objeto, conforme síntese na tabela 1 e catálogo anexo contendo os dados de classificação, foi feita a partir da análise do “*fragmento discursivo*” considerado. A unidade; ou o fragmento discursivo considerado na composição do corpus foi a matéria inteira. Esta é a primeira etapa do processo de investigação e análise, a qual permite verificar a viabilidade de tratamento empírico do tema da globalização em suas diversas perspectivas de análise conceitual, bem como selecionar as matérias jornalísticas para a investigação e análise mais aprofundada. A escolha desse material a ser destacado na análise constitui a segunda etapa do processo de pesquisa e realiza-se mediante a identificação de

⁴² De acordo com Verón (2004:70), o analista de discursos, por definição, sempre é colocado em posição de reconhecimento, pois ele faz leituras dos discursos.

argumentos divergentes, o que permite a realização de um comparativo entre os discursos, uma vez que “*a abordagem comparativa é o princípio de base da análise dos discursos*” (Verón, 2004:62). O método de constituição deste corpus é baseado na identificação de “*desvios interdiscursivos*”⁴³, visto que “*a estruturação dos discursos sempre é um fenômeno interdiscursivo*” (idem, ibidem, p.69) e do “*efeito ideológico*”, que “*é, em contraposição, o do discurso absoluto: aquele discurso que se mostra como o único discurso possível acerca daquilo de que se fala.*” (Verón, 1980:198). Neste procedimento não foi observado nenhum critério quantitativo, no entanto, o material selecionado totalizou em uma amostra, que corresponde aproximadamente a 10% do quantitativo do universo da etapa anterior, ou seja, 806 unidades, organizadas ano a ano e classificadas em cinco arquivos, referentes a cada aspecto conceitual específico do termo globalização considerados neste estudo.

A partir dessa seleção, organizei em cada ano outro arquivo constando de uma seleção das unidades destacadas para a análise, as quais passaram por um outro processo de classificação, organizado nos seguintes pontos de análise: definição de globalização; ideologia da globalização; e inevitabilidade da globalização. Este novo agrupamento de dados, que também não foi baseado em critérios quantitativos, totalizou em 423 unidades, sendo 251 referentes aos anos estudados da década de 90, e 172 correspondentes aos anos 2000⁴⁴. O agrupamento deste material empírico constitui a terceira etapa deste processo investigativo e permite um tratamento ao corpus da pesquisa, no sentido da construção do argumento da tese proposta. Nesta base de dados foi realizado o quarto procedimento metodológico utilizado na seleção, organização e classificação

⁴³ A noção de desvio designa o próprio princípio de estruturação interna de um corpus de texto.

⁴⁴ Foram analisados também o total de 64 entrevistas de importantes teóricos e personalidades sobre assuntos pertinentes ao tema da globalização e 42 resenhas escritas por teóricos ou jornalistas sobre obras lançadas nos respectivos anos, tratando do tema da globalização. Desse total, 24 entrevistas e 24 resenhas referem-se ao período de 1995 a 1999, e 40 entrevistas e 18 resenhas referem-se ao período de 2000 a 2004. Esse material foi extraído da amostra definida para análise e organizado ano a ano. As entrevistas e resenhas foram selecionadas porque chamou a atenção o fato de tantas obras terem sido lançadas sobre esse assunto nesse período e tantos autores estarem preocupados com o destino do mundo na globalização e utilizando o jornal como veículo de discussão de suas idéias. A análise desse material foi realizada, visando fundamentar a discussão sobre a influência do debate teórico nos discursos da imprensa. O resultado dessa análise não será objeto de apreciação nessa tese, mas em trabalhos posteriores, devido ao volume de dados selecionados para compor os capítulos quarto e quinto.

do material empírico, referente à extração de trechos das matérias para compor a estrutura analítica dos dados. O resultado desta etapa encontra-se estruturado nos capítulos quarto e quinto desta tese, que se referem, respectivamente, à apresentação e análise dos extratos de cada matéria sobre definições da globalização e sobre ideologia e inevitabilidade da globalização.

A intenção desta análise é a possibilidade de construção do argumento de que a característica da inevitabilidade é constitutiva da materialidade da ideologia no processo de globalização; de que as dimensões conceituais da globalização se entrecruzam na prática social; de que a ideologia se constitui de forma transversal em relação às práticas sociais e de que a configuração da dimensão ideológica da globalização é passível de ser traçada.

O ideológico não é, portanto, algo da ordem ‘superestrutural’: é uma dimensão que atravessa toda a sociedade. O que não significa que todo sentido produzido numa sociedade seja ideológico: afirmar que o ideológico está por toda parte não é o mesmo que dizer que tudo é ideológico. (Verón, 2004: 56).

Portanto, a aparente abrangência da consideração dos principais aspectos conceituais do termo globalização não significa uma pretensão de abarcar em um só estudo um tema de tão vasta discussão. Por outro lado, não significa uma tentativa de esboçar uma teoria geral; ou generalizável sobre o assunto. Mas, apenas, refere-se ao entendimento que pretendo construir do que vem a ser a questão da ideologia na contemporaneidade, ou seja, parafraseando Žižek (1996: 14), que por sua vez parafraseia Derrida, trata-se apenas de dar destaque à moldura escolhida, que é componente do conteúdo enquadrado. O desafio não é dos menores. Como diz Konder, enquanto o enigma da esfinge era seguido da proposição “*decifra-me; ou te devoro*”, a complexidade da questão da ideologia na contemporaneidade sugere a reelaboração dessa frase para “*decifra-me, enquanto te devoro*”. Foi este impulso investigativo que conduziu a operação de busca e tratamento do material empírico, cujos dados quantitativos foram sistematizados em forma de tabelas.

Nessas tabelas são apresentados o quantitativo dos dados analisados em cada etapa sequencial do processo de investigação e análise, bem como o demonstrativo percentual destes dados. Com

base nos números apresentados são feitas algumas considerações de esclarecimentos, observações e curiosidades, que podem ser extraídas da análise numérica dos dados.

Tabela 1 – Classificação do total de matérias por ano em cada aspecto conceitual do termo globalização

ASPECTOS CONCEITUAIS DA GLOBALIZAÇÃO							
ANO	Tecnológico	Político	Econômico	Cultural	Social	TOTAL	%
1995	16	175	228	98	23	540	6,57
1996	27	310	402	221	40	1000	12,16
1997	26	418	448	311	42	1245	15,13
1998	16	366	311	269	22	984	11,97
1999	08	324	235	210	34	811	9,86
2000	08	354	228	227	44	861	10,46
2001	12	620	199	297	36	1164	14,14
2002	08	331	163	234	29	765	9,29
2003	06	205	132	123	16	482	5,87
2004	02	116	126	116	15	375	4,55
TOTAL	129	3219	2472	2106	301	8227	100%

Analisando os dados constantes da tabela 1, pode-se notar que o quantitativo de matérias, cuja ênfase é o aspecto tecnológico da globalização, é o menor entre os demais aspectos conceituais e há uma grande diferença em relação aos outros itens em estudo, tornando-se inferior até mesmo ao aspecto social, que ocupa a segunda posição dessa ordem crescente.

Vale destacar que alguns fatos conjunturais influenciaram na elevação do total de matérias em alguns anos, devido ao aumento de matérias referentes ao mesmo fato. Por exemplo, no ano de 1997, ocorreu em Porto Alegre o Fórum Social Mundial, e no ano de 2001, houve o 11 de setembro, data marcada pelo atentado às torres gêmeas nos Estados Unidos. Estes fatos geraram um grande número de matérias jornalísticas, justificando assim a elevação do quantitativo de matérias sobre a globalização nos anos especificados, os quais se inserem em

períodos distintos, ou seja, no período referente aos anos 90 e no período referente aos anos 2000, tornando comparáveis estes dois períodos considerados na análise. Dessa forma, pode-se verificar que os anos 90 totalizaram 4580 unidades, enquanto que os anos 2000 totalizaram 3647 unidades, portanto, 933 unidades a menos que o período anterior. A partir desta observação, pode-se constatar que houve um declínio no interesse pelo tema da globalização; quer seja pela desmistificação do tema; quer seja pelo avanço do processo da globalização como contexto histórico; quer seja pela consolidação do tema no debate teórico, ou seja, as especulações sobre o tema vão dando lugar a reflexões mais aprofundadas e mais organizadas em torno de núcleos temáticos centrais na discussão.

A tabela 2 apresenta o resultado do quantitativo de matérias que foram destacadas para análise na segunda etapa da pesquisa, correspondendo, aproximadamente, a 10% do total de dados constantes do material empírico analisado.

Tabela 2 – Matérias destacadas por ano em cada aspecto conceitual da globalização

ASPECTOS CONCEITUAIS DA GLOBALIZAÇÃO							
ANO	Tecnológico	Político	Econômico	Cultural	Social	TOTAL	%
1995	07	45	29	20	09	110	13,65
1996	06	63	63	26	19	177	21,97
1997	09	28	30	16	09	92	11,42
1998	05	22	14	17	09	67	8,31
1999	01	26	12	14	10	63	7,81
2000	03	23	14	12	06	58	7,19
2001	05	40	20	18	12	95	11,79
2002	01	19	11	23	09	63	7,81
2003	03	14	10	11	02	40	4,96
2004	00	11	10	11	09	41	5,09
TOTAL	40	291	213	168	94	806	100%

Nesse outro agrupamento de dados, pode-se verificar que a ordem crescente do número de matérias entre os aspectos conceituais destacados, ou seja, tecnológico, social, cultural,

econômico e político, se repete ano a ano, mantendo os percentuais de distribuição em relação à tabela anterior. Esta constatação é um ponto importante de análise, uma vez que antes de iniciar a pesquisa presumi que o aspecto tecnológico fosse o principal tema do discurso em análise. No entanto, entre as implicações do processo de globalização, as questões política e econômica são as que mais se sobressaem como foco principal da citada abordagem discursiva. Outrossim, destaco como resultado inesperado desta investigação, o aparecimento de matérias referentes aos demais aspectos conceituais específicos da globalização, enfocados na abordagem teórica deste trabalho, quais sejam os aspectos cultural e social.

Tabela 3 – Seleção de matérias destacadas por ano e por item de análise (definição de globalização), referente a cada aspecto conceitual do termo globalização.

DEFINIÇÃO DE GLOBALIZAÇÃO							
ANO	Tecnológico	Político	Econômico	Cultural	Social	TOTAL	%
1995	05	09	10	02	03	29	9,73
1996	-	10	17	08	06	41	13,76
1997	06	09	15	06	01	37	12,42
1998	01	08	08	01	01	19	6,38
1999	-	17	08	05	04	34	11,41
2000	01	12	08	07	01	29	9,73
2001	02	27	03	06	06	44	14,77
2002	01	09	03	08	04	25	8,38
2003	04	09	02	05	-	20	6,71
2004	-	02	06	05	07	20	6,71
TOTAL	20	112	80	53	33	298	100%

Na tabela 3, onde sistematizei o quantitativo de matérias escolhidas referentes ao item de análise definição de globalização, pode-se observar que, do total de 298 unidades, somente 20 foram incluídas no aspecto tecnológico da globalização, seguido do aspecto social com 33, do aspecto cultural com 53, do aspecto econômico com 80 e do aspecto político com 112 unidades. Portanto a discussão referente à questão política da globalização continua sendo o

assunto mais abordado no material empírico selecionado, reforçando uma premissa básica deste estudo que consiste na afirmação de que a globalização não diz respeito apenas à abordagem econômica, mas a várias outras áreas do conhecimento, visto que se trata de fenômeno circunscrito nos mais diversos aspectos da vida social. O material de análise desse corpus encontra-se sistematizado no quarto capítulo.

A tabela 4 refere-se ao quantitativo de matérias selecionadas para o item de análise sobre ideologia da globalização.

Tabela 4 – Seleção de matérias destacadas por ano e por item de análise (ideologia da globalização), referente a cada aspecto conceitual do termo globalização.

IDEOLOGIA DA GLOBALIZAÇÃO							
ANO	Tecnológico	Político	Econômico	Cultural	Social	TOTAL	%
1995	-	01	01	04	01	07	9,72
1996	-	08	04	03	02	17	23,62
1997	01	03	06	-	01	11	15,28
1998	02	02	-	03	-	07	9,72
1999	-	03	-	-	01	04	5,55
2000	-	03	01	-	-	04	5,55
2001	01	02	02	01	01	07	9,72
2002	-	-	04	01	01	06	8,34
2003	-		01	-	-	01	1,38
2004	-	03	03	02	-	08	11,12
TOTAL	04	25	22	14	07	72	100 %

Os dados selecionados sobre a ideologia da globalização, apresentados na tabela 4, mostram uma oscilação ano a ano no quantitativo de matérias. No entanto, a abordagem do tema pode caracterizar-se como constante no discurso em estudo. Também neste item de análise, pode-se perceber que o quantitativo crescente de matérias segue a mesma tendência do corpus anterior, ou seja, o aspecto tecnológico é o menos enfatizado na discussão, seguido do social, do cultural, do econômico e do político. Parece que a tônica do debate se dá em torno das

questões políticas, implicadas no processo de globalização. Este indicativo reforça a idéia de que a economia não está isenta de determinações políticas e sociais e aponta para a perspectiva de que o século XXI será marcado pela política. No que diz respeito à globalização, pode-se perceber que essa característica do discurso estudado confirma-se no processo factual em que se estrutura, visto que o aspecto político da globalização contém a maior abrangência de assuntos associados e possui várias interfaces com os demais enfoques conceituais destacados nesta análise.

Tabela 5 – Seleção de matérias destacadas por ano e por item de análise (inevitabilidade da globalização), referente a cada aspecto conceitual do termo globalização.

INEVITABILIDADE DA GLOBALIZAÇÃO							
ANO	Tecnológico	Político	Econômico	Cultural	Social	TOTAL	%
1995	-	05	04	01	01	11	20,76
1996	-	06	05	-	03	14	26,42
1997	-	-	03	01	01	05	9,44
1998	-	-	05	02	06	13	24,53
1999	-	-	-	01	01	02	3,77
2000	-	02	01	-	01	04	7,55
2001	-	-	02	-	-	02	3,77
2002	-	-	-	-	-	-	-
2003	-	01	-	-	-	01	1,88
2004	-	01	-	-	-	01	1,88
TOTAL	-	15	20	05	13	53	100%

Analisando os dados numéricos da tabela 5, pode-se perceber que o debate sobre a suposta inevitabilidade da globalização foi muito mais intenso nos anos 90 do que nos anos 2000.

Por paradoxal que possa parecer, no que se refere ao aspecto tecnológico, que constitui o fundamento da inevitabilidade da globalização, não foi selecionada nenhuma matéria, enfocando esse item de análise. Ou seja, não foram encontradas matérias; ou pelo menos não foram encontradas matérias sobre o aspecto tecnológico como um fator indicativo da inevitabilidade da

globalização, que merecessem destaque. A ausência de matérias enfocando este aspecto pode ser indicativa tanto de que esta discussão constitui um ponto pacífico, dispensando polêmicas, como a de que o assunto ainda não foi suficientemente problematizado para fazer parte do interesse da mídia. Esta constatação indica mais um resultado inesperado deste processo investigativo. O que parecia óbvio não se confirmou no discurso analisado, tornando ainda mais instigante a questão da suposta inevitabilidade da globalização e mais vinculada ao tema da ideologia. Ressalto que, somente depois de terminada a etapa de escolha das matérias, percebi a ausência de textos selecionados no item especificado, o que pode ser observado com clareza na tabela. Portanto, não houve intencionalidade na quantificação do resultado deste trabalho de classificação dos dados em nenhuma etapa do processo investigativo adotado.

A análise dos dados numéricos constantes nas tabelas é apresentada neste capítulo, visando destacar pontos importantes, que são utilizados na compreensão da análise do discurso objeto nos capítulos seguintes, bem como explicitar descobertas deste processo investigativo, extraídas da análise dos dados, que não poderiam ser feitas sem a apresentação desse resultado de quantificação, o qual se tornou útil para demonstrar o trabalho de classificação e categorização do material empírico utilizado. A partir deste demonstrativo, o discurso da imprensa escrita sobre o tema da globalização é tratado em outro nível da análise proposta, nos capítulos seguintes.

Uma espécie de vitrine dos extratos das matérias destacados para análise, cujas referências constam logo após a citação dos referidos trechos, compõe os capítulos quarto e quinto. Esta estratégia foi adotada para facilitar a leitura e a compreensão da abordagem analítica, visto que em alguns comentários há indicação dos dados referenciais. Esta forma de apresentação também permite que sejam feitas, em leitura corrente, outras observações, vinculadas a informações constantes nos dados de referência. Nesses capítulos, constam, em nota de rodapé, referências aos 133 autores das matérias destacadas para a análise, contendo dados

relacionados ao período em que escreveram as respectivas matérias. Considerei conveniente organizar e apresentar neste capítulo uma lista dos autores citados nos capítulos seguintes, com respectiva indicação de páginas, onde constam suas citações e da nota de rodapé, onde constam suas referências. A apresentação desta lista visa facilitar a consulta do material empírico; destacar os autores utilizados; remeter às páginas onde há citação dos mesmos e indicar a nota de rodapé, referente a esses autores. Prefiri inserir a lista neste capítulo, em vez de nas páginas iniciais, porque se diferencia de uma lista convencional, preconizada pelas normas vigentes e se aproxima mais de uma compilação de dados, para facilitar a leitura e análise.

Lista dos autores citados nos capítulos 4 e 5 por ordem alfabética do último sobrenome, com respectiva indicação das páginas e notas onde constam suas citações.

Nº	NOME DO AUTOR	NOTA	PÁGINAS
01	ALCOFORADO, Fernando	82	154
02	ALENCAR, Kennedy	53	135
03	ANTUNES, Ricardo	170	245
04	ASCHER, Nelson	103	172
05	BATISTA JR., Paulo Nogueira	59	137, 157-8,161, 218, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227-8, 228-9, 234, 236, 248, 252-3, 254
06	BECK, Ulrich	117	180
07	BELLUZZO, Luiz Gonzaga	83	154-5, 236
08	BENTES, Ivana	102	172, 239
09	BERNARD, François de	122	183
10	BIONDI, Aloysio	179	250
11	BONASSA, Elvis César	93	164, 168
12	BOURDIEU, Pierre	63	140, 165
13	BOUTROS-GHALI, Boutros	126	187
14	BRAGA, João	135	195
15	BRAGA, José Carlos de Souza	84	155
16	BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos	58	137, 186, 239
17	CALLIGARIS, Contardo	136	196-7

18	CAMARGO, Aspásia	66	142
19	CAMDESSUS, Michel	87	162
20	CAMPOS, Roberto	57	136-7, 253
21	CANTANHÊDE, Eliane	148	206
22	CARIELLO, Rafael	163	236
23	CASTELLS, Manuel	113	178-9, 182
24	CASTRO, Armando de Barros	79	149
25	CASTRO, Reginaldo Oscar	67	143
26	CHAUÍ, Marilena	159	230-1
27	CHESNAIS, François	86	157
28	COELHO, Teixeira	134	194
29	CONY, Carlos Heitor	154	225, 251-2, 252
30	CORSI, Francisco Luiz	49	133
31	COSTA, Jurandir Freire	77	148
32	COUTINHO, Luciano	78	149, 152
33	DELFIN NETO, Antônio	130	190
34	DUPAS, Gilberto	109	175-6, 192, 202
35	ECO, Umberto	116	179
36	ERCÍLIA, Maria	45	129, 131
37	FARIA, Antônio Carlos de	167	242
38	FELDMANN, Paulo Roberto	156	227
39	FERNANDES, Florestan	50	133, 241-2
40	FERNANDÉZ Y FERNANDÉZ, Eloi	181	251
41	FILLION, Odille	101	171
42	FIORI, José Luis	157	231
43	FLORES, Joaquim Herrera	149	207
44	FORRESTER, Viviane	155	227
45	FRIAS FILHO, Otávio	151	215
46	FUKUYAMA, Francis	104	173
47	FURTADO, Celso	74	146, 153-4, 159
48	GABEIRA, Fernando	89	162
49	GALVÃO, Marcos Bezerra Abbott	131	190-1
50	GAMEZ, Milton	173	246
51	GARRAFA, Volnei	144	204-5
52	GIANNOTTI, José Arthur	114	179, 198
53	GIDDENS, Anthony	69	143-4, 180
54	GOHN, Maria da Glória	120	181-2

55	GONÇALVES, Marcos Augusto	96	164, 250
56	GRAJEW, Oded	141	202
57	GRAUWE, Paul de	129	189-190
58	GUSHIKEN, Luiz	177	247
59	HABERMAS, Jürgen	125	185, 197
60	HOBSBAWM, Eric	111	177-8, 198
61	IANNI, Octávio	162	235-6
62	IGLESIAS, Enrique V.	146	205
63	JAMESON, Frederic	139	200
64	JORGE, Eduardo	176	247
65	KURZ, Robert	55	135, 152, 158, 169, 173, 181, 183, 196, 220
66	LACERDA, Antônio Corrêa de	81	153, 160
67	LAFER, Celso	90	162-3
68	LEIS, Héctor Ricardo	119	181
69	LÉVY, Pierre	47	131, 132
70	LIMA, Venício	94	165
71	MAAR, Wolfgang Leo	98	166
72	MAISONNAVE, Fabiano	147	206
73	MARTINS, Ives Gandra da Silva	172	245
74	MATSUURA, Koichiro	166	238-9
75	MATTOSO, Jorge	171	245
76	MAZZEO, Antônio Carlos	48	133
77	MENA, Carlos Eduardo	108	175
78	MENDES, Cândido	112	178, 186, 255
79	MERCADANTE, Aloizio	85	156
80	MICELI, Sérgio	161	234
81	MOISÉS, José Álvaro	137	198
82	MOTA, Vinicius	133	193
83	NASSIF, Luis	140	201, 247, 258
84	NEGRI, Antônio	68	143
85	OLIVA, Alberto	158	229
86	ORTIZ, Renato	65	141-2, 147, 237
87	PATTEN, Christopher	145	205
88	PEIXOTO, Nelson Brissac	91	163
89	PINOTTI, José Aristodemo	100	168-9
90	PIOVESAN, Flávia	62	139, 207
91	RATTNER, Henrique	169	244

92	RIBEIRO, Darcy	175	246
93	RICUPERO, Rubens	54	135, 136, 138, 139, 147, 152, 156, 165, 167, 173, 174, 183, 188, 189, 191-2, 204, 216, 218, 221, 224, 226, 233, 254, 255, 256, 257
94	ROUANET, Sérgio Paulo	123	184, 193, 194, 196
95	ROBERTSON, Roland	99	168
96	ROSSI, Clóvis	75	146, 159, 160, 170-1, 176, 177, 243, 244, 257
97	SACHS, Jeffrey D.	110	176, 190
98	SADER, Emir	115	179, 240
99	SANTOS, Boaventura de Souza	105	174, 175, 177, 184
100	SANTOS, Joel Rufino dos	168	243
101	SANTOS, Laymert Garcia dos	128	188
102	SANTOS, Milton	61	139, 144, 147, 167-8, 192, 194-5, 230, 233-4, 255
103	SARDENBERG, Carlos Alberto	174	246
104	SASSEN, Saskia	70	144
105	SCHUTTE, Giorgio Romano	153	222
106	SCHWARTZ, Gilson	46	129, 139, 145, 146-7, 148, 156, 172, 191, 215, 223-4, 226, 240
107	SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva	164	238
108	SEN, Amartya	142	203
109	SETUBAL, Maria Alice	64	141
110	SETÚBAL, Olavo Egydio	107	174
111	SEVCENKO, Nicolau	92	163
112	SILVA, Carlos Eduardo Lins da	72	145
113	SILVA, Fernando de Barros e	95	164, 228
114	SINGER, Paul	56	136, 149-150, 242
115	SMITH, Peter H.	73	145
116	SODRÉ, Muniz	88	161-2
117	SOLIMEO, Marcel Domingos	152	220-1
118	SOUZA, Herbert de	178	249
119	SOUZA, Josias de	124	185
120	SPINDOLA, Lytha	180	251
121	STEINBRUCH, Benjamin	182	253
122	STIGLITZ, Joseph	132	191
123	TAVARES, Maria da Conceição	52	134, 150-1, 192, 237
124	TOLEDO, José Roberto de	71	144, 169-170, 226
125	TOURAINÉ, Alain	51	134, 137, 142-3, 147-8, 160, 182, 186, 203-4, 216-7, 219, 220, 231, 232-3, 248, 254

126	UNGER, Roberto Mangabeira	165	238, 257
127	VALENZUELA, Maria Soledad Alvear	150	207
128	VASCONCELLOS, Gilberto Felisberto	127	188, 200-1
129	VIANNA, Hermano	97	165
130	VIEIRA, Liszt	106	174, 204
131	VIOLA, Eduardo	118	181
132	ZINI JR. Álvaro Antônio	80	151, 153
133	ZIZEK, Slavoj	160	232, 235

Nos itens e subitens em que foram divididos os capítulos quarto e quinto, os extratos das matérias foram apresentados em ordem cronológica, que pode ser observada pela data da publicação, constante dos dados de referência, inseridos logo após o trecho destacado. A ordem cronológica foi adotada para permitir a análise da construção do debate sobre a globalização na seqüência em que estava se processando.

No quarto capítulo, que trata das definições de globalização, constantes no material empírico, cada aspecto conceitual do termo globalização foi destacado em item separado. Foi feita também uma separação em subitens referentes ao período considerado na coleta de dados empíricos, o qual foi dividido em dois, ou seja, matérias referentes ao período de 1995 a 1999, e matérias referentes ao período de 2000 a 2004. A organização dos dados nesses dois períodos visa estabelecer um paralelo entre as principais questões tratadas nos últimos anos da década de 90 do século XX, e nos primeiros anos da década de 2000 do século XXI. O resultado desta análise é apresentado em cada subitem especificado.

No quinto capítulo, fragmentos discursivos referentes à ideologia e à inevitabilidade da globalização foram tratados, desvinculando-os dos respectivos aspectos conceituais, onde haviam sido inseridos. Este procedimento visa explicitar a interligação entre os aspectos conceituais estudados; projetar a discussão para além do limite de assuntos tratados em cada

enfoque conceitual; verificar que o tema pode se constituir em discussão específica; e esboçar o contorno da ideologia no discurso da globalização.

CAPÍTULO 4

Globalização: definições em fragmentos discursivos

Capítulo 4 - Globalização: definições em fragmentos discursivos

Este capítulo compõe-se da análise de cento e oitenta e oito matérias jornalísticas, cujas citações, referentes à definição de globalização, foram classificadas e organizadas de acordo com a pertinência aos aspectos conceituais do termo globalização, escolhidos para a estruturação desta tese. O objetivo da análise é destacar o aspecto conceitual da globalização e, por isso, os dados conjunturais foram suprimidos dos fragmentos discursivos considerados. Os extratos das matérias analisados visam destacar, também, o debate da globalização em construção, no citado jornal.

A referência aos autores dessas matérias, apresentadas em notas de rodapé, indicam a inserção e/ou posição e/ou ocupação, assumidas pelos mesmos à época em que os textos foram publicados no jornal em estudo.

O resultado é uma surpreendente sucessão de questões e reflexões que estão apresentadas em ordem cronológica, separadas em cada aspecto conceitual da globalização, para permitir, nesta demonstração do material empírico trabalhado, focar o debate na medida da sua construção e nas diversas aplicações em que o tema se esboça.

4.1 Aspectos conceituais da globalização em discursos da imprensa escrita no período de 1995 a 2004

4.1.1 Análise do material empírico do período de 1995 a 1999

4.1.1.1 Aspecto Tecnológico

No período de 1995 a 1999, destaca-se como tônica da discussão em análise assuntos como Internet, endereço eletrônico, ciberespaço, cibercultura, entre outros. De acordo com o material analisado, pode-se observar que, no Brasil, em meados de 1995, a globalização ainda

era, relativamente, uma incógnita; a Internet era pouco explorada, causando perplexidade entre as pessoas. Quanto ao aspecto tecnológico, quando se fala de globalização, este passa para o plano natural definido como um fenômeno natural, ou seja, ondas, fases, torrente, como destaca a autora⁴⁵.

A globalização vem acontecendo em ondas, é um fenômeno social e econômico complexo. A Internet é a pontinha mais visível, a metáfora mais evidente da morte de um tipo de estruturação social e o nascimento de outro. [...]A Internet é uma revolução que começou muito discreta, com pessoas em casa descobrindo novos usos para aquela rede que interligava escolas. Uma das coisas fascinantes da Internet é que ela propicia um prazer da comunicação gratuita, do simples intercâmbio de idéias e opiniões como um fim em si mesmo que parecia morto e enterrado há muito tempo. [...]Esse processo não tem volta. (ERCILIA, M. Revolução de papel. Folha de S. Paulo, São Paulo, 22 ago. 1995. Ilustrada, p. 4-5.)

Em matéria posterior, a mesma autora reflete sobre a ênfase dada ao computador em veículos diversos da mídia e em telenovelas, uma delas apresentando um computador como um de seus personagens.

Pela primeira vez uma novela de TV inclui um computador entre seus personagens. [...] Metade das revistas na banca mais próxima traz siglas estranhas como e-mail, www e FTP. [...] O computador encontrou em 1995 um lugar no imaginário brasileiro. É estrela de outdoors, esquetes de humor, reportagens e colunas. A revolução do computador pessoal no Brasil, se acontece um pouco tarde, vem alavancada por uma palavrinha mágica: Internet. [...] (ERCILIA, M. A Internet na terra do sol. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 31 dez. 1995. Revista da Folha, p. 6; 8; 10; 11.)

Aspectos teóricos da discussão da globalização são tratados por Schwartz⁴⁶.

[...] Quase sinônimos, tecnologia e globalização marcam os destinos da economia contemporânea. O curioso, entretanto, é que a guerra de padrões tecnológicos ainda está acontecendo. Se o horizonte da globalização é a sociedade de massas, a massificação de algumas das mais importantes tecnologias ainda é uma miragem. [...] Exemplos semelhantes podem ser encontrados em outros nichos: televisão de alta definição, telefonia celular, trens de alta velocidade. Padrões, culturas, protocolos, interesses nacionais e ambições monopolistas são às vezes mais importantes que o horizonte, ainda incerto, de uma estrutura homogênea global. [...] (SCHWARTZ, G. Globalização não tem padrões tecnológicos. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 31 ago. 1997. Dinheiro, p. 2-2 8/15250.)

⁴⁵ Maria Ercília, repórter local da Folha de São Paulo.

⁴⁶ Gilson Schwartz, articulista da Folha, professor da USP.

Considero importante o fato de ter encontrado, no corpus da pesquisa, matérias cujo objetivo não é, apenas, noticiar fatos, mas refletir sobre a nova realidade imposta pela globalização. Assim é que podem ser destacados textos inteiros destinados ao esclarecimento de questões referentes à globalização:

Sobre a possibilidade de padronização do pensamento:

[...] Esse é um temor dos que denunciam a expansão da cultura norte-americana, sustentando a idéia de que o mundo viverá sob o domínio de um novo império. [...] No entanto, a globalização dos mercados tem construído tendências em sentido oposto. Culturas de minorias étnicas, regionais ou nacionais ganharam mercado em termos de música ou literatura, como no caso da "worldmusic". O mundo "menor porque globalizado" está sendo ainda construído. É cedo para dizer que perfil assumirá e quais serão as perdas e ganhos. [...] (**Folha de S. Paulo**, São Paulo, 02 nov. 1997. Caderno Especial, p. Especial-10 11/414.)

Sobre a conservação das diferenças culturais entre os países e das culturas locais,

[...] Nada indica que isso vá ocorrer. Não é porque um chinês se alimenta esporadicamente com um sanduíche do McDonald's (é a globalização culinária) que ele cortará os vínculos com sua cultura local. Não se pode igualmente menosprezar a capacidade de preservação das chamadas culturas típicas, que são dinâmicas e resistiram a outros impactos tecnológicos ao longo da história, como o surgimento do rádio e da TV. [...] (ibidem.)

Sobre a pessoa globalizada:

[...] Há uma idéia caricatural da globalização que se manifesta por hábitos individuais de consumo. A rigor, comprar um queijo dinamarquês num supermercado paulistano já é participar, ao menos de alguma maneira, da globalização. De certo modo, só a corrente mais eufórica (e mais ingênua) sobre os efeitos maravilhosos das novas tecnologias acreditaria na existência de uma "pessoa globalizada". Hoje em dia, nem pelo consumo alguém se globalizaria. [...] (ibidem)

Sobre o mundo globalizado, do ponto de vista tecnológico:

[...] É a rapidez, o barateamento e a confiabilidade no tráfego de informações. No século 19 já existia um tipo de comunicação mundial. O Império Britânico, por exemplo, possuía meios de levar a Metrópole a se comunicar com as colônias. Mas era um processo lento, caro e limitado em termos de quantidade de informação. Hoje, o que caracteriza esse novo momento é a velocidade da informação pelo mundo. [...] (ibidem.)

Sobre o aumento da velocidade na comunicação entre as pessoas:

[...] A globalização é um fenômeno com ramificações industriais, de prestação de serviços, comerciais ou financeiras. Mas esse conjunto de atividades não assumiria o atual dinamismo se o custo da comunicação não tivesse caído vertiginosamente, e se novas tecnologias não tivessem acelerado a velocidade na troca de dados.[...](**Folha de S. Paulo**, São Paulo, 02 nov. 1997. Caderno Especial,p.Especial-511/1098.)

A discussão da globalização tecnológica gira em torno da digitalização da mídia e das novas tecnologias da comunicação.

O mundo nunca foi tão pequeno _e só encolheu tanto por causa da tecnologia. A indústria da telecomunicação vive uma explosão sem precedentes, somada ao barateamento e à popularização da informática. Paralelamente, começa a se esboçar uma convergência entre a infra-estrutura de comunicação e a indústria da mídia, à medida que ambas se digitalizam. É essa conjunção que torna possível um mundo globalizado nos moldes de hoje. [...] (ERCILIA, M. Tecnologia reduz o tamanho do mundo. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 02 nov. 1997. Caderno Especial, p. Especial-5 11/536.)

Refletindo sobre o universal, Lévy⁴⁷ afirma que:

[...] No universal fundado pela escrita, o que deve ser mantido intocado pelas interpretações, traduções, difusões e conservações é o sentido. O significado da mensagem deve ser o mesmo lá e cá, hoje e sempre. Esse universal é indissociável de uma pretensão de fechamento semântico. Seu esforço de totalização luta contra a pluralidade aberta de contextos atravessados pelas mensagens, contra a diversidade das comunidades que os fazem circular. Da invenção da escrita seguem-se as exigências muito especiais da descontextualização dos discursos. Tal fato, o domínio globalizante do significado, o anseio pelo "todo", a tentativa de instaurar em cada lugar o mesmo sentido (ou, no âmbito da ciência, a mesma exatidão), está, para nós, associado ao universal. [...] (LÉVY, P. A globalização dos significados. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 07 dez. 1997, Mais! p. 5-3 12/2929.)

A dissociação entre a universalidade e a totalização é discutida pelo autor como decorrente da utilização do ciberespaço.

[...] De fato, o maior acontecimento cultural anunciado pela emergência do ciberespaço é a dissociação entre estes dois operadores sociais ou máquinas abstratas (muito mais que conceitos!) que são a universalidade e a totalização. A causa é simples: o ciberespaço dissolve a pragmática da comunicação que, desde a invenção da escrita, havia conjugado o universal e a totalidade. [...] A interconexão generalizada, utopia mínima e motor primeiro do crescimento da Internet, emerge como uma nova forma do Universal. Mas cuidado! O processo em curso de interconexão mundial realiza uma forma do Universal - diversa, porém, da forma estática da escritura. Aqui, o Universal não se

⁴⁷ Pierre Lévy, sociólogo e historiador da ciência, professor do Departamento de Hipermedia da Universidade de Paris 8, autor de "As Tecnologias da Inteligência" e "O Que É Virtual" (Ed. 34). Ele escreve mensalmente na Folha.

articula mais sobre o fechamento semântico requerido pela descontextualização, antes pelo contrário. Esse Universal não totaliza mais pelo sentido, mas reúne pelo contato, pela interação geral. [...] (LÉVY, P. A globalização dos significados. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 07 dez. 1997, Mais! p. 5-3 12/2929.)

Por sua vez, a cibercultura,

[...] Longe de ser uma subcultura de fanáticos da rede, a cibercultura exprime uma mutação maior da própria essência da cultura. A chave da cultura do futuro é o conceito de universal sem totalidade. Nessa proposição, o universal significa a presença virtual da humanidade diante de si mesma. O universal abriga o aqui e agora da espécie, o seu ponto de encontro, um aqui e agora paradoxal, sem local nem tempo claramente assinaláveis. [...] (LÉVY, P. O terceiro estágio da humanidade. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 18 jan. 1998. Mais! p. 5-3 1/7844.)

A totalidade é vista como “*um universo semântico integrado*” e a cibercultura “*inventa uma forma de suscitar a presença virtual do ser humano diante de si mesmo diversa da imposição de uma unidade do sentido*” (Lévy). Em relação a essas categorias, o autor distingue a história em três grandes etapas:

[...] 1) a das pequenas sociedades fechadas, de cultura oral, que viviam numa totalidade sem universal; 2) a das sociedades "civilizadas", imperiais, com base na escrita, as quais fizeram surgir um universal totalizante; 3) a da cibercultura, enfim, correspondente à mundialização concreta das sociedades, que inventa um universal sem totalidade”. [...] O "universal" ainda é o universal, na acepção mais profunda, porque é indissociável da idéia da humanidade. [...] Em suma, a cibercultura dá forma a uma nova espécie de universal: o universal sem totalidade. E, repito, trata-se sempre do universal, acompanhado de todas as ressonâncias que se queira da filosofia das luzes, pois ele entretém uma profunda relação com a idéia de humanidade. Com efeito, o ciberespaço não engendra uma cultura do universal porque se encontra, de fato, em toda parte, mas porque sua forma ou sua idéia implica, de direito, o conjunto dos seres humanos (idem, ibidem)

O aspecto tecnológico da globalização no período de 1994 a 1999 caracteriza-se no discurso analisado de forma pouco estruturada, apresentando uma sucessão de temas interligados e referentes, mas sem uma elaboração teórica mais aprofundada, o que confirma o caráter inicial da discussão e também a inserção deste tema em outros assuntos mais polêmicos e mais estruturadores do processo de globalização, tornando este enfoque mais diluído e mais inserido no âmbito de outros aspectos destacados do fenômeno.

4.1.1.2 Aspecto Político

Em todos os países capitalistas, os Estados têm dificuldades em controlar suas economias nacionais, segundo Mazzeo⁴⁸ e Corsi⁴⁹, o que pode ser observado através da incapacidade de assegurar um crescimento próximo ao pleno emprego, da crise fiscal do Estado, da desregulamentação da economia, das privatizações, da crise do ‘welfare state’, entre outros fatos.

[...] O capital sofre um processo crescente de desterritorialização com o mercado financeiro global. Esse processo complexo abre a possibilidade de profundas alterações nas formas de sociabilidade capitalista, obrigando, inclusive, a redefinição dos Estados nacionais, na medida em que o processo de integração econômico-financeira envolve diversos países que acabam constituindo blocos econômicos transnacionais, como demonstram a CEE, o Nafta e o Mercosul. Nesse sentido, a internacionalização da produção e dos mercados financeiros e a liberalização do comércio diminuem sobremaneira a capacidade de os Estados controlarem, por meio de políticas macroeconômicas, suas economias. [...](MAZZEO, A. C. e CORSI, F. L. A globalização da economia e a crise dos Estados nacionais. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 09 jun. 1995. Dinheiro. p. 2-2.)

O debate das instituições transnacionais é ressaltado por Fernandes⁵⁰ e traz contribuições importantes quando afirma que “[...] *instituída em junho de 1945, a ONU (Organização das Nações Unidas) ultrapassou as fronteiras de meio século de existência. Exerceu influências construtivas em várias esferas, da política internacional e diplomacia ao desenvolvimento econômico, cultural e social*”. No entanto,

[...] ao fundar suas estratégias humanitárias na ‘intervenção a partir de cima’ _e não havia outro critério, dada sua ordem institucional_ a ONU e seus organismos subordinaram-se aos interesses e patrocínio dos governos. [...] (FERNANDES, F. O dilema da ONU. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 24 jul. 1995. Opinião, p. 1-2.)

O aspecto ideológico da globalização é ressaltado por Touraine⁵¹, através do dualismo evidente desse processo.

⁴⁸ Antonio Carlos Mazzeo, professor do Departamento de Ciências Políticas e Econômicas da Faculdade de Filosofia e Ciências da Unesp (Universidade Estadual Paulista). Autor de “Burguesia e capitalismo no Brasil” e “Estado e burguesia no Brasil”.

⁴⁹ Francisco Luiz Corsi, professor do Departamento de Ciências Políticas e Econômicas da Faculdade de Filosofia e Ciências da Unesp e autor de “Os rumos da economia brasileira ao final do Estado Novo”.

⁵⁰ Florestan Fernandes, sociólogo, professor titular da USP.

⁵¹ Alain Touraine, sociólogo, diretor da Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais em Paris. Publicou no Brasil, entre outros, "A Crítica da Modernidade" (Vozes). Ele escreve uma vez por mês na série "Autores" da Folha.

Nos últimos anos, não se fala de outra coisa senão da globalização. A palavra impõe-se, de fato, para descrever a abertura de todos os países ao mercado mundial - abertura por vezes entusiasta, como na Polônia ou na Hungria pós-comunistas, por vezes lenta e vacilante, como no Brasil ou na França. O termo é usado também, de maneira ainda mais simples, para dar nome à difusão generalizada de uma sociedade de consumo que, à primeira vista, transformaria o planeta num imenso "duty-free. Essa noção tão cômoda, porém, choca-se com duas realidades contrastantes. A primeira é o crescente dualismo presente na grande totalidade dos países: todos participam do mercado mundial, mas, nos países ricos, 20% da população ficam de fora do processo econômico - cifra que atinge na América Latina o patamar de 50% e eleva-se em determinadas regiões, sobretudo na África, a 80%. Uma tal realidade, de tão evidente, faz o tema da globalização parecer mais ideológico do que descritivo. (TOURAINÉ, A. Um mundo em pedaços. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 13 ago. 1995. Mais! p. 5-13.)

Florestan Fernandes reflete sobre o Estado e o governo no mundo global, em artigo publicado no dia posterior à sua morte.

Os analistas teimam em separar o Estado, com seu aparato institucional, da sociedade real. Em consequência, trabalham com abstrações. O que são o Estado ou a "crise de governabilidade, vistos em si e por si, senão meros fantasmas? De outro lado, há uma erosão inegável das instituições e estruturas sociais. Se ela não for entendida, o que se percebe não passa de uma realidade caótica. A "crise de autoridade aparece em interação com a desagregação social. A sociedade desaba, levando de roldão Estado e governo. Por sua vez, a calamidade que atingiu o poder público acelera os processos de desorganização da personalidade, da cultura e da sociedade. Costumes e expectativas de comportamento entram no furacão, retirando do cotidiano a "normalidade preestabelecida. Por falta de condições materiais e morais, Estado e governo omitem-se, desempenhando suas funções de modo precário. Seu desgaste indica que está na sociedade a chave do drama. [...] (FERNANDES, F. A situação histórica concreta. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 20 ago. 1995. Mais! p. 5-5.

Em clara demonstração de interface entre os aspectos político e econômico, Tavares⁵² discute a dinâmica da economia globalizada e aponta para a necessidade de regulação política dessas transações financeiras.

[...] O mundo da globalização financeira permite aos aventureiros do mundo das finanças mandar milhões de dólares em um dia para qualquer paraíso fiscal. A capacidade efetiva de intervenção dos Bancos Centrais, pelo menos com os instrumentos atualmente disponíveis, tende a ser relativizada pela avassaladora dinâmica do capital financeiro desregulado. (TAVARES, M. C. Sobre repúblicas e vice-reinados. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 27 ago. 1995. Dinheiro, p. 2-4.)

⁵² Maria da Conceição Tavares, economista, professora emérita da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), professora associada da Universidade de Campinas (Unicamp) e deputada federal (PT-RJ).

De acordo com Alencar⁵³,

[...] Globalização é um processo de crescimento da interdependência nas relações comerciais, industriais, financeiras e tecnológicas entre os países. Esse processo é entendido também como uma padronização cultural global imposta pelos valores do sistema capitalista. (ALENCAR, K. Globalização provoca desintegração social. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 02 nov. 1995. Cotidiano, p. 3-6.)

Outros fatores, também, são associados ao termo globalização.

[...] Globalização - A palavra já é velha, mas se transformou na maior característica do final do século. Já não é só globalização da economia. É também da informação e do comércio, mas igualmente do crime organizado. Agora, vai se falar também de "global governance" ou administração global. (Agenda para 95. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 05 fev. 1995. Brasil, p. 1-8.)

A razão de ser da globalização, segundo Ricupero⁵⁴,

[...] É a promessa de que a unificação do espaço econômico até se confundir com os limites do planeta trará consigo uma alocação mais eficiente de recursos e, em consequência, uma economia de escala gigantesca, muito mais satisfatória para produtores e consumidores. [...] (RICUPERO, R. O que falta à neo-utopia? **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 17 fev. 1996. Dinheiro, p. 2-2.)

Outro fator de destaque na discussão da globalização, com interface entre os aspectos político e econômico, é o fenômeno da desintegração estatal e monetária, verificado em alguns países.

Assim é que Kurz⁵⁵, ao analisar o processo de criação da nova moeda européia, hoje denominada Euro, afirma que:

[...] É uma contradição em termos um Banco Central ser criado como instituição político-financeira sem que os contornos de um poder político correspondente estejam delineados. A moeda européia seria a primeira moeda na história a não estar vinculada a um verdadeiro poder estatal. (KURZ, R. Por que a União Européia pode se tornar uma 'ruína nova em folha, **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 17 mar. 1996. Mais! p. 5-10.)

Para esse autor, a razão da existência desse fenômeno explica-se pelo fato de que:

⁵³ Kennedy Alencar, repórter local da Folha de São Paulo.

⁵⁴ Rubens Ricupero, secretário-geral da Unctad (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento) e ex-ministro da Fazenda (governo Itamar Franco).

⁵⁵ Robert Kurz, sociólogo e ensaísta alemão; publicou no Brasil, entre outros, "O Colapso da Modernização" e "A Volta do Potemkin" (Paz e Terra); co-editor da revista "Krisis"; ele escreve uma vez por mês na série "Autores" da Folha.

[...] o processo de racionalização e globalização, além de excluir e "alijar" um número cada vez maior de pessoas, faz com que essa questão seja traduzida também em termos de conflito regional. (idem, ibidem)

Ao refletir sobre as dificuldades de algumas das economias de maior índice de globalização, como as do Japão e da Alemanha, Ricupero afirma que:

[...] Seria injusto querer emitir um juízo definitivo sobre a globalização, fenômeno ainda incipiente e incompleto. Não se pode, por outro lado, negar que ela não conseguiu até o momento realizar a promessa de um crescimento mais rápido. (RICUPERO, R. A profecia de Braudel e a globalização. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 30 mar. 1996. Dinheiro, p. 2-2.)

Em outra matéria, o autor define a globalização como:

[...] a fase final de um processo iniciado cinco séculos atrás com as grandes viagens ibéricas de abertura das rotas marítimas das Índias e das Américas. Iniciou-se, assim, um processo que, bem ou mal, pôs fim ao isolamento e ao desconhecimento mútuo em que até então se desenvolviam civilizações dos diversos ramos da humanidade. O que hoje ocorre debaixo dos nossos olhos, após a superação da última divisão ideológica da Guerra Fria, é a unificação do espaço econômico e dos mercados em escala planetária, atraindo e incorporando áreas até então isoladas, como foram a China de Mao, o Vietnã, os antigos socialistas europeus. [...] (RICUPERO, R. Marginalizados e excluídos. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 27 abr. 1996. Dinheiro, p. 2-2.)

A regulamentação política do mercado mundial também é assunto tratado por Singer⁵⁶.

[...] À medida que a globalização do capital destrói a soberania do Estado-nação, a esquerda perde sua base natural de ação política e mesmo quando conquista o governo, se vê constrangida a praticar a política econômica exigida pelo "mercado". Esquece-se que a globalização foi em parte o resultado deliberado de políticas impostas pelos Estados Unidos, no pós guerra, e da recusa das grandes potências a regulamentar politicamente o mercado mundial de capitais. [...] (SINGER, P. A nostalgia das revoluções perdidas. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 14 abr. 1996. Mais!p.5-3.)

A globalização é inevitável, para Campos⁵⁷, e tem que se tornar a meta a ser atingida.

[...] A globalização é um movimento oposto ao que preponderou na economia internacional no período de entre-guerras, quando se verificou uma progressiva compartimentalização política do espaço econômico mundial, e as economias individuais foram ficando mais dirigistas e fechadas. [...] Resistir à globalização de mercados é perder eficiência e sacrificar o crescimento, cujo componente mais dinâmico é o comércio internacional. Resistir à globalização financeira significa menor capacidade de absorver investimentos. O nacionalismo, no passado, serviu ora para mobilizar energias

⁵⁶ Paul Singer, economista, professor titular da Faculdade de Economia e Administração da USP e pesquisador do Cebrap (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento).

⁵⁷ Roberto Campos, economista e diplomata, deputado federal pelo PPB do Rio de Janeiro. Foi senador pelo PDS-MT e ministro do Planejamento (governo Castello Branco). Autor de "A Lanterna na Popa" (Ed. Topbooks, 1994).

ora para provocar conflitos. Hoje só resta seu potencial de conflito. [...] (CAMPOS, R. Parem o mundo que eu quero saltar... Folha de S. Paulo, São Paulo, 07 jul. 1996. Brasil, p. 1-4.)

Discutindo sobre as ambigüidades do nacionalismo, Touraine afirma que:

[...] Em todas as partes do mundo, o modelo liberal de nação, definido como a comunidade de cidadãos, como a expressão concreta da soberania popular, parece hesitar, tornar-se impotente ou revelar a limitação relativa de sua base social. [...] Vivemos ao mesmo tempo, portanto, o fim dos impérios e a ascensão de novos nacionalismos estribados nas classes populares que se sentem excluídas, marginalizadas ou exploradas pelo triunfo da economia globalizada e o crescente dualismo social por ela desencadeado na maioria dos países. Não será com o olho no passado, na subversão dos antigos regimes pelo espírito nacional e republicano que encontraremos hoje em dia o sentido da afirmação nacional; ao contrário, é preciso que vejamos nos novos nacionalismos uma resposta à globalização, ou seja, àquilo que no início do século chamava-se imperialismo. [...] É a idéia democrática que pode recriar o espaço de liberdade e a vontade de integração e igualdade que nos fará sair do desequilíbrio atual, numa época em que apenas os ricos parecem capazes de agir, enquanto que aos pobres só resta a sujeição. [...] (TOURAINÉ, A. Ambigüidades do nacionalismo. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 25ago. 1996. Mais! p. 5-11.)

As reformas públicas exigem novas soluções para o investimento cultural, de acordo com Bresser Pereira⁵⁸.

[...] O aumento do papel do mercado era inevitável, dadas as distorções provocadas pelo crescimento do Estado desde os anos 30, mas seus efeitos podem ser perversos em termos de equidade e de consolidação da democracia, e constituem uma ameaça a uma cultura democrática. O mercado é bom alocador de recursos, mas é intrinsecamente concentrador de renda, ao privilegiar os setores sociais nos quais a oferta é menor do que a procura (os detentores de conhecimento técnico e organizacional) e os setores econômicos com poder de mercado (as grandes empresas multinacionais). [...] (BRESSER PEREIRA, L. C. Espaço público não-estatal ; Culturas e democracia. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 01 set. 1996. Mais! p. 5-12.)

Sobre o conceito de globalização, Batista Jr.⁵⁹ destaca resposta apresentada por Barbosa Lima à Folha.

Em entrevista recente à Folha, Barbosa Lima foi submetido à pergunta inevitável: "A globalização interessa ao Brasil?". A sua resposta foi simples e direta: "O antigo liberalismo veio a se chamar neoliberalismo e hoje se chama globalização. É uma maneira de procurar palavras que disfarçam a essência profunda desse conceito, que é a prosperidade das grandes potências." Seria difícil colocar melhor a questão em duas frases. [...] (BATISTA JR., P. N. Um

⁵⁸ Luiz Carlos Bresser Pereira, professor da Fundação Getúlio Vargas em São Paulo. Foi ministro da Administração Federal e Reforma do Estado.

⁵⁹ Paulo Nogueira Batista Jr., economista e professor da Fundação Getúlio Vargas-SP.

cidadão anacrônico. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 16 jan. 1997. Dinheiro, p. 2-2 1/6599.)

A intensidade e dinâmica do debate e a divergência entre os autores em relação à compreensão do processo de globalização, às formas de condução do problema e ao encaminhamento apresentado pelos governos é percebida a cada matéria. Assim é que o argumento anterior de que é necessário aderir à globalização financeira e dos mercados é contestado.

[...] A verdadeira globalização não é apenas a unificação dos mercados ou do espaço econômico. Essa é uma visão reducionista que rebaixa o fenômeno a um dos seus componentes. A globalização é, na verdade, ou deve ser a unificação em dimensão planetária do espaço para a ação e a promoção do homem em todos os campos de bem-estar material e espiritual. Sua força principal vem da política e da cultura, não da economia. Foi o fim do confronto ideológico que criou as condições para facilitar a integração econômica e não o inverso. Na base disso tudo vamos encontrar as revoluções na ciência e na tecnologia, em outras palavras, na cultura. Como havia ocorrido no Renascimento, permitindo a era das descobertas marítimas, ou na Revolução Industrial. É por esse motivo que a globalização digna desse nome é sinônimo de respeito à diversidade cultural, é a observância universal dos direitos humanos, a co-responsabilidade de todos para dispensar proteção contra o mal. Iludem-se os que julgam possível a sobrevivência de uma globalização confinada à esfera econômica. Esquecem que a globalização da época vitoriana, da belle époque, foi aniquilada pela guerra de 1914. E que deu lugar ao totalitarismo político e econômico dos anos 30 e à Segunda Guerra Mundial. (RICUPERO, R. Genocídio na aldeia global. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 31 mai. 1997. Dinheiro Página: 2-2 5/15114.)

Em matéria posterior, o autor afirma que:

[...] A fim de merecer o nome, a globalização tem de incluir, não excluir, integrar, não marginalizar. Caso a evolução dos últimos anos acabe por provocar desintegração social e por empurrar nações e continentes à periferia da história, a globalização teria traído sua promessa e seu próprio nome. [...] (RICUPERO, R. Ventos de mudança. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 05 jul. 1997. Dinheiro. p. 2-2 7/1999.)

Destacando dois debates ocorridos⁶⁰ no Brasil sobre a globalização, o autor enfoca quão

⁶⁰Os debates foram realizados no Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, onde o economista e colaborador da Folha, Paulo Nogueira Batista Jr., apresentou resultados da pesquisa que faz sobre o assunto. O outro debate aconteceu em Brasília, no centro de treinamento do Banco do Brasil, onde Gilson Schwartz, autor do artigo, participou da mesa com o embaixador Ronaldo M. Sardenberg, titular da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. Segundo Schwartz, para Sardenberg, a globalização existe, mas não é um fenômeno absoluto ou que se imponha da mesma forma para todos os países.

polêmica está sendo essa discussão e indaga: “*afinal, a globalização é um fenômeno real ou não passa de propaganda ideológica?*”

[...] para Paulo Nogueira Batista Jr. [...] a globalização não passa de uma invenção "paleoliberal", ou seja, é uma reformulação de teses liberais clássicas, reacionárias e imperialistas. [...] O embaixador Sardenberg divide o espectro das interpretações da globalização em quatro vertentes principais: a conservadora, a liberal, a pós-moderna e a mais crítica. Enquanto Batista Jr. procura desmistificar através de dados econômicos as perversidades de uma economia mundial desequilibrada, o titular da SAE alerta para dimensões geopolíticas, culturais e tecnológicas que inviabilizam a antiga opção brasileira pelo desenvolvimento autóctone, ou seja, fechado ao resto do mundo. Mas ambos concordam na urgência de abandonar visões defensivas ou passivas diante da chamada globalização.[...] Os brasileiros não são os únicos a se enredarem nessa polêmica. O debate e a literatura recentes nos países asiáticos compartilham a mesma vocação para a crítica de noções lineares e supostamente aplicáveis do mundo todo, caso da "globalização". [...] (SCHWARTZ, G. Globalização é relativa para governo brasileiro. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 22 jun.1997.)

A aceitação irrestrita dos países à globalização é questionada por Santos⁶¹,o qual aponta mudanças decorrentes desta posição.

[...] A globalização constitui um choque brutal diante dessa vocação de harmonia quebrada pelas guerras. Isso é devido à primazia do econômico sobre o político, do instrumental sobre a finalidade e do dinheiro sobre o homem.[...] Quando a globalização aparece como um dado absoluto, portanto abstrato, imposto brutalmente, mas de modo indiscriminado, às sociedades e aos territórios, instala-se uma nova forma de uso do território, impondo-lhe modificações súbitas aos conteúdos quantitativos e qualitativos e alterando todas as relações mantidas dentro de um país, já que o território é sempre unitário. Essa desordem aumenta na medida em que os respectivos países aceitam sem restrição a tese da globalização. [...] (SANTOS, M. A revanche do território. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 03 ago. 1997. Opinião p. 1-3 8/970.)

A “*globalização dos direitos*” conquistados com a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 é posta em questão pela globalização econômica, segundo Piovesan⁶².

[...] A partir da declaração universal, deflagram-se os processos de internacionalização e globalização dos direitos humanos, na medida em que a forma pela qual um Estado trata seus nacionais interessa ao mundo. Por sua vez, os indivíduos convertem-se em sujeitos de direitos consagrados em tratados internacionais de proteção. Passados 49 anos, da era da globalização

⁶¹ Milton Santos, geógrafo, professor emérito da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. Autor de "A Natureza do Espaço, Técnica e Tempo, Razão e Emoção" (Hucitec, 1996); "O Espaço do Cidadão" (Ed. Studio Nobel), entre outras obras.

⁶² Flávia Piovesan, procuradora do Estado, coordenadora do Grupo de Trabalho de Direitos Humanos da Procuradoria Geral do Estado (SP), professora de direito constitucional e de direitos humanos da PUC/SP e membro da Comissão Justiça e Paz.

dos direitos transita-se para a da globalização econômica. A ordem internacional passa a se orientar fundamentalmente pelo paradigma econômico, que estimula a competitividade internacional e a formação de um mercado sem fronteiras, sob a inspiração do neoliberalismo econômico. (PIOVESAN, F. A declaração de 1948 e a globalização. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 31 dez. 1997. Cotidiano, p. 3-2 12/14000.)

“O neoliberalismo é um programa de destruição metódica da coletividade”. Com esta afirmação, Bourdieu⁶³ questiona o discurso dominante referente ao poder ilimitado da economia e faz referência ao tratamento personificado que é dado ao mercado.

[...] Será que o mundo econômico, como quer o discurso dominante, é realmente uma ordem pura e perfeita, que desdobra implacavelmente a lógica de suas conseqüências previsíveis, pronta a reprimir todas as falhas, por meio de sanções por ela infligidas, seja de maneira automática, seja _mais raramente_ por intermédio de seus braços armados, o FMI (Fundo Monetário Internacional) ou a OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico), ou de políticas por ela impostas: diminuição do custo da mão-de-obra, redução das despesas públicas e flexibilização do trabalho? E se ela fosse, na verdade, a simples concretização de uma utopia, o neoliberalismo, convertido assim em programa político _uma utopia que, com o auxílio da teoria econômica por ela favorecida, acaba por se considerar como a descrição científica do mundo real? [...] A globalização dos mercados financeiros, aliada ao progresso das técnicas de informação, assegura uma mobilidade de capital inaudita e confere aos investidores, ciosos da rentabilidade a curto prazo de seus investimentos, a possibilidade de comparar continuamente a rentabilidade das maiores empresas e condenar, portanto, os fracassos relativos. As próprias empresas, vítimas de tal ameaça permanente, devem ajustar-se de maneira bem rápida às exigências dos mercados, sob pena, como se diz, de "perderem a confiança do mercado" e, dessa forma, o apoio de acionistas que, preocupados em obter uma rentabilidade a curto prazo, se acham cada vez mais aptos a impor sua vontade aos "managers", fixando-lhes normas e orientando sua política em matéria de emprego e de salário. Entre essas coletividades, associações, sindicatos e partidos, um lugar especial é ocupado pelo Estado - pelo Estado nacional ou, melhor ainda, supranacional, ou seja, europeu (etapa rumo a um Estado mundial), capaz de controlar e delimitar eficazmente os lucros obtidos nos mercados financeiros e, sobretudo, de conter a ação destruidora que esses últimos exercem sobre o mercado de trabalho, organizando, com a ajuda dos sindicatos, a elaboração e a defesa do interesse público, que, quer queira, quer não, nunca deixará de ser considerado, mesmo ao preço de um erro de cálculo matemático, como a forma suprema da realização humana. [...] (BOURDIEU, P. A máquina infernal. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 12 jul. 1998. Mais! p. 5-7 7/5238.)

⁶³ Pierre Bourdieu, sociólogo francês, professor do Collège de France, autor de “Sobre a Televisão”, “Contrafogos” (Jorge Zahar Editor) e “A Dominação Masculina” (Bertrand Brasil), entre outros. Reportagem escrita para o “Le Monde Diplomatique”, traduzida por José Marcos Macedo.

Considerando o conteúdo semântico da palavra globalização, cujo vocábulo indica inclusão, integração e, no entanto, se caracteriza por um processo marcado por mudanças e rupturas profundas, com grande impacto sobre as relações econômicas, sociais e culturais, o processo de globalização desencadeou um novo contexto de desigualdades sociais, como argumenta Setubal⁶⁴.

[...] Se a globalização sinaliza com o aumento das desigualdades e da pobreza como um todo, esse novo projeto deve forjar, em contraposição, um modelo de desenvolvimento integral, integrado e sustentável, capaz de superar o ciclo de reprodução da pobreza e da exclusão social. [...] Tal projeto só se concretizará se um novo contrato social for pactuado, com a redefinição clara das responsabilidades de seus três principais protagonistas: setor privado, Estado e terceiro setor, conformado pelas diversas organizações da sociedade civil. [...] (SETUBAL, M. A. O desafio de criar co-responsabilidade. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 06 out. 1998. Dinheiro, p. 2-2 10/2376.)

O descentramento do mundo é uma questão importante no contexto da globalização. Ortiz⁶⁵ destaca o medo como uma das expressões desse descentramento. Também enfoca a naturalização dos problemas e a descrição personalizada do fenômeno feita por governantes e mídia.

[...] Discute-se muito sobre o destino do Estado-nação no contexto de um mundo globalizado. Para alguns, ele se tornou obsoleto; para outros, permaneceria intacto em face das mudanças recentes - bastariam alguns ajustes para recolocá-lo na "boa direção". Essa polarização entre posições excludentes tem um quê de reducionista. A rigor, o que chamamos globalização redefine o papel do Estado-nação sem necessariamente implicar seu desaparecimento. O problema é determinar o que se entende por "redefinição". Cabe lembrar que a globalização tem ritmos diferenciados nos domínios em que se expressa. Por exemplo, a economia e a cultura são fortemente atravessadas pelas transformações atuais. Há, de fato, uma economia em escala global e um efetivo movimento de mundialização da cultura. Mas o mesmo não ocorre em relação à esfera da política. A globalização traz um dado novo. Ela sugere uma pergunta amarga: o poder (ou partes substantivas dele) passa necessariamente pelo Estado-nação? Se dissermos que sim, a crise, em princípio, poderá ser equacionada dentro dos limites das políticas nacionais. Medidas objetivas, evidentemente diversificadas, poderiam ser consideradas para enfrentá-la, com relativo sucesso. Se a resposta for negativa, porém, as consequências são outras. Devemos admitir (o que suspeito seja verdadeiro) que parcelas substantivas

⁶⁴ Maria Alice Setubal, socióloga, diretora-presidente do Cenpec (Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária) e consultora do Unicef sobre educação para a América Latina e o Caribe.

⁶⁵ Renato Ortiz, doutor em sociologia e antropologia pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (França), professor titular do Departamento de Sociologia da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas).

de poder se articulam fora do Estado-nação (corporações transnacionais, bancos, FMI, G-7 etc.). Ou seja, o Estado não tem capacidade de controlar um conjunto de variáveis que atinge duramente sua população. Seus objetivos lhe escapam das mãos. Há um divórcio entre poder e política: abre-se um abismo entre a arte de governar e ter poder. E é sintomática a maneira como a crise atual tem sido descrita por governantes e mídia - "onda", "maré", "vamos esperar o mercado se acalmar". Os termos sugerem uma naturalização dos problemas, como se eles pertencessem ao reino da natureza e nada pudesse ser feito para contê-los. Os fatos escapariam ao entendimento e ao alcance dos homens. A "calmaria" é celebrada entusiasticamente: "As Bolsas subiram". Mas a desconfiança persiste, não há garantia a respeito do futuro. Ninguém controla o "oceano": a "onda" pode retornar. Mas onde residiria esse poder? Se o processo de globalização, como dizem os estudiosos, implica um descentramento das relações sociais, é difícil precisar a existência de um único espaço de poder (por exemplo, o FMI). Mas já não existe "um" centro; torna-se impossível circunscrevê-lo, até mesmo nomeá-lo. Em tempos de globalização, o medo é uma das expressões do descentramento do mundo. (ORTIZ, R. Globalização, poder e medo. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 07 out. 1998. Opinião, p. 1-3 10/3096.)

Segundo Camargo⁶⁶, a noção de globalização vem sendo construída em diversos episódios da história da humanidade.

[...] A globalização se instalou entre os homens, por surtos e contágios, desde o início das civilizações. É um velho e grandioso sonho de poder, presente desde as descobertas do fogo e da agricultura, que misteriosamente se difundiram por todo o planeta. As formas de globalização variaram no tempo e nem sempre foram duradouras. Alexandre, o Grande, tentou unir Ocidente e Oriente, mas seu império sucumbiu sem ele; e nada foi mais fugaz e global do que o pensamento grego, que ressurgiu 2.000 anos depois, revigorado pelo Renascimento. [...] (CAMARGO, A. A globalização domesticada. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 12 out. 1998. Opinião, p. 1-3 10/5336.)

O aspecto ideológico do chamado pensamento único é destacado por Touraine.

[...] Para uns, é a abertura ao mercado que permite reforçar efetivamente o Estado; para outros, são as pressões populares que obrigam o Estado a resistir aos aspectos mais irracionais da economia globalizada. As duas respostas não são contraditórias, mas complementares. É preciso, contudo, distingui-las claramente e sem apriorismos ideológicos. Os partidários da primeira resposta pensam que o mais importante é desembaraçar o Estado do antigo corporativismo que o esmaga e substituir um sistema político centrado no Estado pelo jogo "normal", à inglesa, dos partidos políticos. Essa solução foi batizada de "terceira via". [...] Essa terceira via une duas idéias: conferir o máximo de liberdade e responsabilidade possíveis ao maior número de pessoas, mas também lhes proporcionar os meios de ação ("empowerment"). [...] Será que essas análises cedem à tentação de criar categorias e classificações artificiais? De modo algum. Seu propósito é convencer que as escolhas ideológicas dos últimos 50 anos entre capitalismo e socialismo não

⁶⁶ Aspásia Camargo, doutora em sociologia pela Universidade de Paris, pesquisadora da Fundação Getúlio Vargas e assessora especial do ministro das Relações Exteriores. Foi presidente do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) de 1993 a 1995.

possuem mais sentido hoje em dia, que a solução social nos moldes escandinavos também perdeu sua razão de ser. Todas essas soluções encontram-se no centro. Por outro lado, no interior desse último, existem diferenças reais e profundas entre uma centro-direita e uma centro-esquerda, diferenças que a idéia de pensamento único falsamente ignora.(TOURAINÉ, A. Desvio à esquerda. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 06 dez. 1998. Mais! Página: 5-3 12/1945.)

Há quem argumente, a exemplo de Castro⁶⁷, que o conceito de globalização deve ser modificado.

[...] A crise financeira internacional _o Muro de Berlim do capitalismo_ precisa ser analisada à luz dos direitos humanos. É preciso modificar o conceito de globalização, que não pode continuar sendo um diálogo da guilhotina com o pescoço.(CASTRO, R. Globalização e direitos humanos. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 10 dez. 1998. Opinião, p. 1-3 12/3643.)

A comemoração do aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos é, segundo Negri⁶⁸, um convite à reflexão sobre o processo de globalização em curso.

[..] Logo (para que os bois já não tenham deixado o curral quando tomarmos consciência), deveremos nos perguntar sobre que base constitucional, sobre que tábua de direitos, o sistema jurídico da globalização será fundado: se na liberdade dos mercados ou então naquela continuidade dos direitos políticos e sociais propostos pela Declaração Universal. (NEGRI, A. Um produto do sangue da terra. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 27 dez. 1998. Mais! p. 5-3 12/9925.)

A “*Terceira Via*”, no argumento de Giddens⁶⁹, pode ser uma opção às questões da democracia e do Estado-nação, impostas pela globalização.

[...] Para recuperar confiança e legitimidade, a Terceira Via advoga um minucioso pacote de reformas que, juntas, poderiam definir um novo Estado democrático. O novo Estado democrático baseia-se sobretudo na delegação de poder, não somente de cima para baixo, mas também de baixo para cima: delegação de cima para baixo, para localidades e regiões, e de baixo para cima, para órgãos transnacionais. [...] O governo não se detém mais nas fronteiras do Estado-nação: numa era de globalização, o governo mundial tem de constar da ordem do dia, o que por sua vez implica um movimento de mão dupla das autoridades democráticas. A chave do novo Estado democrático é “democratizar a democracia”, alcançando mais transparência nos negócios

⁶⁷ Reginaldo Oscar de Castro, advogado, presidente nacional da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil).

⁶⁸ Antonio Negri é cientista social italiano, autor de "A Anomalia Selvagem" (Ed. 34), entre outros; escreve mensalmente na Folha, na seção "Autores".

⁶⁹ Anthony Giddens, sociólogo, principal teórico do Novo Trabalho inglês, um dos idealizadores da política da Terceira Via do governo Tony Blair e autor de "O Estado-Nação e a Violência" (Edusp), entre outras obras.

públicos e experimentando novas formas de participação democrática não-ortodoxa, inclusive referendos e democracia direta. A "democratização da democracia" anda de mãos dadas com o fomento da participação de órgãos da sociedade civil. [...] A tese de que o governo pode e deve cumprir um papel fundamental na sociedade civil é um elemento essencial da política da Terceira Via. [...] A ênfase na comunidade pode parecer a alguns críticos em desalinho com o impacto da globalização. Na verdade, ambos são perfeitamente compatíveis, já que a globalização implica não somente se libertar da arena local como também regressar a ela, criando novas pressões e novas oportunidades para a restauração da comunidade. [...] Os neoliberais, ao contrário, tenderam a mesclar um nacionalismo categórico e isolacionista com a defesa do livre mercado. A Terceira Via busca encontrar um novo papel para a nação num mundo cosmopolita. A ordem global emergente não poderia se sustentar como "puro mercado". Reafirmar o papel da nação é uma atitude importante como força estabilizadora, como freio à infundável fragmentação. Os aspectos desagregadores do nacionalismo não desaparecerão, é claro. Mas precisamos justamente de uma versão mais cosmopolita da nacionalidade para mantê-los sob controle. (GIDDENS, A. A Terceira Via em cinco dimensões. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 21 fev. 1999. Mais! p. 5-4 a 5-5 2/7339.)

Ao refletir sobre o contexto da globalização, Santos ressalta a mitificação do dinheiro no mundo contemporâneo.

[...] Erigido em dado supremo das vidas econômica, social, cultural e política do nosso tempo, o dinheiro funciona como motor e como ator, impondo sua lei e invadindo tudo. Ele se comporta como se fosse dotado de uma racionalidade pura, exercendo-se, de modo inflexível, sobre as outras racionalidades. [...] (SANTOS, M. O chão contra o cifrão. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 28 fev. 1999. Mais! p. 5-3 2/9734.)

A exclusão ganha novos contornos no contexto da globalização, como discute Sassen⁷⁰, na citação de Toledo⁷¹.

[...] Não há dúvida de que a globalização aumenta os níveis de iniquidade entre lugares e dentro das cidades, entre aqueles que se beneficiam das novas formas de concentração de atividades estratégicas e aqueles que trabalham nos setores tradicionais", afirma Sassen. "Além disso", diz, "a globalização está deixando pessoas excluídas de uma maneira como não acontecia 20 anos atrás. Sempre houve pobres, mas o nível de exclusão de qualquer possibilidade de sobrevivência alcançou uma dimensão totalmente nova. Precisamos que governo e sociedade civil trabalhem para reduzir os efeitos dos poderosos mercados globais. [...] (TOLEDO, J. R. Cidades globais desafiam as megacidades. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 02 mai.1999. Caderno Especial, p. 3 5/396.)

⁷⁰ Saskia Sassen, professora de sociologia da Universidade de Chicago, autora dos livros "As Cidades na Economia Mundial" e "Globalization and its Discontents".

⁷¹ José Roberto de Toledo, repórter local da Folha de São Paulo.

A discussão sobre o lugar do trabalho também se intensifica e passa a ser destacada entre as questões da globalização. A discussão teórica influencia na formação de opinião sobre um determinado assunto, pois é comum nas reportagens haver referência a algum teórico conceituado no âmbito de discussão do assunto tratado. É o que se pode observar neste trecho de reportagem, escrita por Silva⁷², abordando a questão da ameaça aos empregos nos países desenvolvidos, causadas pela importação de produtos manufaturados no Terceiro Mundo, onde o custo é menor devido à mão de obra mais barata.

As alterações no mercado de trabalho no decorrer deste século, em especial nos últimos 30 anos, a "Terceira Revolução Industrial", criaram o que tem sido chamado de "sociedade global de risco", caracterizada, entre outros aspectos, pelo desemprego estrutural. Ou, como diz o sociólogo alemão Ulrich Beck, a "brasilização do Ocidente", processo em que o paradigma do trabalho passa a ser emprego temporário e informal. [...] (SILVA, C. E. L. Sociedade global tira poder de pressão do trabalhador. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 30 mai.1999. Caderno Especial. p. Especial-3 5/11218.)

As assimetrias da globalização é assunto tratado com destaque, bem como a suposta capacidade de auto-regulação, atribuída aos mercados.

[...] Para Smith⁷³, o termo "globalização" tem sido usado de modo muito abrangente, quando na realidade há importantes assimetrias nos fluxos internacionais de informação, capitais, trabalho e comércio. Criou-se um consenso de que a crise ocorreu por falta de credibilidade nos governos e nas políticas econômicas. A sua superação dependeria, portanto, de reformas estruturais e não apenas de medidas de ajuste macroeconômico convencionais. É o que se conhece como o pós-"consenso de Washington". Esse novo consenso liberal tende a subestimar as tensões políticas próprias a qualquer projeto de transformação do Estado, pois aplica à esfera do setor público a mesma lógica suposta na análise de mercados que supostamente são capazes de se auto-organizar. Para Smith, as tensões e conflitos são inerentes à reforma das instituições. [...] (SCHWARTZ, G. Reforma do Estado é falso consenso liberal. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 06 jun. 1999. Dinheiro, p. 2-2 6/1781.)

A diferença entre globalização dos sistemas produtivos e globalização virtual é explicada por Furtado⁷⁴. Há também no discurso desse autor uma advertência sobre a visão determinista do processo de globalização.

⁷² Carlos Eduardo Lins da Silva, repórter da Folha de São Paulo, Sucursal de Brasília.

⁷³ Peter H. Smith, cientista político de San Diego, coordenador de um projeto de pesquisa que compara experiências de países latino-americanos e asiáticos.

⁷⁴ Celso Furtado, economista, autor de "Formação Econômica do Brasil" (ed. Nacional), entre outras obras.

[...] A globalização é vista atualmente como um imperativo histórico que condiciona a evolução de todas as economias. Mas não devemos perder de vista a diferença a que já nos referimos entre globalização em nível dos sistemas produtivos e a globalização virtual dos fluxos financeiros e monetários. A primeira globalização é processo antigo, decorrente da evolução tecnológica, enquanto a segunda ocorre principalmente em torno dos centros de poder que se estruturam no mundo desenvolvido, tendo como pólos os Estados Unidos, a Eurolândia e o Japão. (FURTADO, C. A reconstrução do Brasil. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 13 jun. 1999. Dinheiro, p. 2-6 6/4562.)

A questão da “*governança global*”, através de organismos supranacionais como a ONU, a OMC e o BC mundial, também ganha destaque na matéria de Rossi⁷⁵.

[...] Governança não significa mero governo. Significa um quadro legal, instituições e práticas estabelecidas que imponham limites e dêem incentivos ao comportamento dos indivíduos, organizações e empresas. [...] Os pilares da "governança global" estariam dados pelas seguintes instituições: 1) "Uma ONU mais forte e mais coerente, que constitua um fórum com liderança mundial, voltado para preocupações humanas e de equidade"; 2) Um Banco Central mundial; 3) Uma Organização Mundial do Comércio "que assegure ao mesmo tempo o comércio internacional livre e justo, com um mandato extensivo à política de concorrência global"⁷⁶. [...] (ROSSI, C. Relatório defende 'governança global'. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 11. jul.1999. Brasil, p. 1-16 7/3706.)

Uma curiosidade importante no mundo virtual refere-se à suposta universalidade da língua inglesa, através da Internet. No entanto, essa suposição não é comprovada.

A temporada recente de reavaliação das virtudes da globalização ainda não chegou à Internet. Nesse território, ainda predominam as visões mais ingênuas de um futuro promissor, de liberdade universal e redução das barreiras estatais e nacionais. Talvez um pouco mais de cautela, sem xenofobia, fosse mais que oportuno no mundo virtual.[...] Um dos aspectos mais importantes nessas informações é a importância que os divulgadores dos relatórios dão à língua falada ou usada pelos frequentadores da Internet. E nada é mais sintomático da existência de barreiras culturais e nacionais do que a própria língua. Ocorre que não são franceses ou nacionalistas xenófobos que chamam nossa atenção para esse fato, e sim os analistas de mercado. Eles dividem o mundo por língua falada e em nenhum momento pressupõem que a Internet universalizará o inglês. Ao contrário, nos mercados com maior potencial de expansão (Europa e Ásia) o uso do inglês é notoriamente minoritário. No Brasil, no entanto, os mais apressados acreditam que sem inglês não há como "entrar" no mundo da Internet e, por extensão, na modernidade tecnológica. Esses estudos, preparados por especialistas em marketing, indicam que o futuro desse mercado global será mais promissor para as empresas com capacidade de gerar conteúdos fiéis às línguas e (por extensão)

⁷⁵ Clóvis Rossi, membro do Conselho Editorial da Folha de São Paulo.

⁷⁶ Os trechos citados pelo autor nessa reportagem foram retirados da Edição 1999 do Relatório sobre Desenvolvimento Humano, preparado pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento).

às culturas locais. (SCHWARTZ, G. A Internet ainda não mudou o mapa-múndi. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 26 set.1999. Dinheiro, p. 2-2 9/10084.)

A reflexão sobre o debate do “*fim do Estado-nação*” conduz, segundo o autor, a um dos temas políticos cruciais do início do século XXI, que se refere à sociedade nacional na globalização.

[...] A globalização tem ainda outras implicações. Ela debilita a força do Estado-nação justamente no momento em que há uma concentração de poder em núcleos e instituições transnacionais. A rigor, sem a necessidade de entrarmos no falso debate do “fim da nação”, muito da política contemporânea se faz à revelia do Estado-nação. Em certa medida é possível dizer que o Estado é fonte de política, mas esvaziado de poder. Decisões econômicas, tecnológicas e sociais se fazem fora de sua esfera. [...] É possível traçar coletivamente o caminho de uma sociedade nacional num mundo globalizado? [...] Uma sociedade desigual na qual a discriminação é cinicamente aceita sem disfarces. Essa situação, que comentaristas políticos franceses chamam de “brésilianisation”, é vista hoje como um paradigma do futuro global. Pesadelo para os europeus, o Brasil torna-se uma referência nefasta, condensando em seu território a estupidez da barbárie congelada no tempo. (ORTIZ, R. As marcas do tempo. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 18 out. 1999. Opinião, p. 1-3 10/86.)

A organização da sociedade no contexto da globalização é uma constante preocupação.

[...] A globalização atual e as formas brutais que adotou para impor mudanças levam à urgente necessidade de rever o que fazer com as coisas, as idéias e também com as palavras. [...] Tal visão renovada da realidade contraditória de cada fração do território deve ser oferecida à reflexão da sociedade em geral, tanto à sociedade organizada nas associações, sindicatos, igrejas, partidos etc., como também à sociedade desorganizada, que encontrará nessa nova interpretação os elementos necessários para a postulação e o exercício de uma outra política, mais condizente com a busca do interesse social. [...] (SANTOS, M. Nação ativa, nação passiva. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 21 nov. 1999. Mais! p. 5-3 11/10711.)

As ambivalências da globalização são ressaltadas no paradoxo identificado em protesto anti-globalização.

[...] É paradoxal e até irônico que as pessoas protestem contra o comércio global nas ruas de Seattle, a pátria da Boeing e da Microsoft, esta última o símbolo da economia global. [...] (RICUPERO, R. Bestificados em Seattle. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 05 dez.1999. Dinheiro, p. 2-2 12/1689.)

A crítica à globalização fundamenta-se nos altos índices de desigualdades sociais e de questões polêmicas e sem soluções imediatas como o suposto fim do Estado e da história.

[...] os países democráticos podem expressar em voz mais alta sua crítica a uma globalização que tem muitos efeitos econômicos positivos, sem dúvida,

mas que também provocou uma grave crise de vontade social e de intervenção política, crise que tem efeitos cada vez mais desastrosos e que já se tornam insuportáveis. (TOURAINÉ, A. O fim das missas ultraliberais. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 12 dez. 1999. Mais! p. 12 12/4682.)

A tônica da discussão pertinente ao aspecto político da globalização nesse período foi a referência ao suposto fim do Estado-nação; fim da história; a sociedade global; a governança global; a naturalização do fenômeno da globalização; o nacionalismo, entre outros.

4.1.1.3 Aspecto Econômico

O aspecto econômico do processo de globalização, embora não se constitua em um campo exclusivo, destaca-se como um fator fundamental desse contexto. No discurso analisado, é possível constatar que até as atribuições específicas deste enfoque são condicionadas a outros fatores, inclusive de ordem política.

[...] O fenômeno da globalização financeira vem mostrando que séculos depois da criação da ciência econômica exige-se da economia que seja mais política do que a própria economia política original. O fenômeno central da dinâmica financeira é a construção da confiança e a percepção de que o lado "hard", material, estrutural da economia não faz sentido fora de um jogo que contém sempre uma alta dose de simulação. [...] O mais difícil é reconhecer que o pânico financeiro, a crise que revela as bolhas especulativas, resulta da pura e repentina perda de confiança, processo essencialmente político no sentido mais amplo. Não que a solidez dos fundamentos econômicos seja irrelevante. Ocorre apenas que eles também desmancham no ar. (SCHWARTZ, G. Globalização financeira exige uma nova política. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 22 jan. 1995. Mundo, p. 2-3.)

O significado de modernização se modifica no contexto da globalização, segundo Costa⁷⁷.

[...] O que é modernização? Nos discursos oficiais, modernização significa integração do país na economia internacional capitalista. Brasileiramente traduzido, isto quer dizer: redução do tamanho ou eliminação das estatais; quebra de monopólios; incentivo à competição entre empresas comerciais e industriais; aumento da produtividade; privatização de todo e qualquer serviço público que dê lucro às empresas etc. [...] O que se espera da modernização? Também de acordo com os discursos, que haja aumento das riquezas com a consequente melhoria do nível de vida de todos. [...] (COSTA, J. F. Os restos da festa. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 09 jul. 1995. Mais! p. 5-12.)

⁷⁷ Jurandir Freire Costa, psicanalista e professor de medicina social na Universidade Estadual do Rio de Janeiro; é autor de "Inocência e Vício - Estudos sobre o Homoerotismo" e "A Ética e o Espelho da Cultura".

As mudanças atuais referentes ao enfraquecimento do Estado-Nação não implicam submissão às imposições do processo de globalização, como reflete Coutinho⁷⁸.

[...] A globalização é uma etapa recente (pós-80) e mais avançada do processo de internacionalização da economia mundial, caracterizada pelos seguintes pontos: a) pela aceleração da mudança tecnológica (3ª Revolução Industrial) nas economias centrais, sendo este processo heterogêneo e desigual, de tal forma a reiterar os desequilíbrios comerciais e a afirmar cada vez mais o policentrismo econômico; b) pela reorganização dos padrões de gestão e de organização da produção, combinando os movimentos de globalização e de regionalização (formação de blocos econômicos); c) pela ausência de um padrão monetário mundial estável (crise do dólar), [...]; d) pelo aumento da concentração das estruturas de mercado (número crescente de oligopólios mundiais) e da concentração da propriedade global, por meio das fusões e dos investimentos cruzados internacionalmente. [...]; e) pela integração global dos mercados de câmbio e de títulos financeiros (especialmente títulos públicos e papéis securitizados de grandes empresas), [...]. Este é o conteúdo que se deve atribuir rigorosamente à globalização. Diante dela, não resta dúvida de que os Estados nacionais perderam estatura e força. Mas isso não deve levar à conclusão de que é melhor curvar-se às tendências, cedendo passo aos grandes interesses capitalistas, no sentido da liberdade total de movimentação de capitais, privatização selvagem, aquisição de ativos, abertura comercial. [...] (COUTINHO, L. O Brasil face à globalização. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 06 ago. 1995. Dinheiro. p. 2-4.)

Sobre o ajuste das instituições financeiras às imposições da globalização e sua desvinculação dos interesses nacionais Castro⁷⁹ afirma,

[...] que a globalização, ao tornar vertiginosa a magnitude e a velocidade dos fluxos financeiros internacionais, contribui para explicitar os paradoxos inerentes à natureza dos bancos centrais: há que estruturá-los para controle dos espaços nacionais, ainda que sacrifiquem potencialidades nacionais; há que torná-los independentes dos interesses "nativos" sejam eles nacionais ou regionais. [...] (CASTRO, A. B. Do economicismo tardio. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 09set. 1995. Dinheiro, p. 2-2.)

As mudanças no mercado de trabalho são analisadas por Singer, como as elevadas taxas de desemprego e a crescente precarização das relações de trabalho.

[...]Por precarização das relações de trabalho entendemos a substituição de relações formalizadas de emprego, que no Brasil se expressam em registro na Carteira de Trabalho, por relações informais, de compra e venda de serviços,

⁷⁸ Luciano Coutinho, professor titular do Instituto de Economia da Universidade de Campinas (Unicamp). Foi secretário-geral do Ministério da Ciência e Tecnologia (governo Sarney).

⁷⁹ Armando Barros de Castro, economista, professor de pós-graduação em economia da PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo) e analista sênior da Fundação Sistema Estadual de Análises de Dados.

que tomam geralmente as formas de "terceirização, de contratação por tempo limitado, de assalariamento sem registro, de trabalho a domicílio e outras.[...]Em todas as economias que entraram na "globalização", isto é, que permitiram a plena e irrestrita internacionalização de seus capitais, é patente a acelerada precarização das relações de trabalho, a ponto de o trabalho assalariado formal estar se transformando de regra em exceção e privilégio, uma espécie de apanágio de uma elite de trabalhadores.[...]O desemprego elevado e quase irreduzível se tornou característico das economias capitalistas "globalizadas" a partir da década dos 70. Ele é corretamente atribuído aos enormes ganhos de produtividade ensejados pela revolução da microeletrônica e da telemática.[...]A conclusão geral a tirar disso é que é impossível combater o desemprego sem combater a precarização ao mesmo tempo. Reconquistar o cumprimento da legislação do trabalho em vigor parece ser o primeiro passo para barrar e depois reverter o processo de precarização das relações de trabalho.[...]O que, provavelmente, exigirá mudanças fundamentais na globalização. Não se trata de revertê-la, mas de completá-la: a internacionalização do capital deve ser limitada pelo restabelecimento de algumas prerrogativas dos Estados nacionais e pelo estabelecimento de instituições reguladoras do intercâmbio comercial, que tenham a reformulação das relações de trabalho como um dos seus objetivos fundamentais. (SINGER, P. A precarização é causa do desemprego. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 10 dez. 1995. Dinheiro, p. 2-2.)

A questão do “*ajuste estrutural*” do mercado de trabalho, proposto pelos defensores neoliberais, segundo Tavares, faz parte de uma visão simplista e propagandística, que se fundamenta em vários mitos, relativos ao desemprego.

[...]Mito nº 1 - O desemprego é um fenômeno mundial, associado à globalização, do qual o país, para modernizar-se, não pode escapar. Falso. A globalização é um processo que vem se desenvolvendo há várias décadas _via transnacionalização da produção e do comércio internacional_ assumindo dimensões mais amplas com a desregulamentação financeira deflagrada pelos Estados Unidos na primeira metade dos anos 80. [...] Portanto, mais que decorrência inevitável da globalização, o desemprego tem que ver com o posicionamento do país frente a este processo e com as políticas que adote para correspondente reestruturação produtiva. [...]Mito nº 2 - O desemprego é consequência do processo de modernização tecnológica em curso no país, através do qual as empresas se adequam às novas condições de concorrência determinadas pela abertura da economia. Falso. É óbvio que a introdução de novos equipamentos e métodos de produção tende a reduzir o coeficiente de emprego por unidade de produto, cuja contrapartida é o aumento da produtividade do trabalho, a qual, se apoiada num vigoroso processo de investimento líquido, sustentaria tanto o crescimento quanto a elevação da competitividade da produção nacional. [...]Mito nº 3 - Os elevados custos da mão-de-obra no Brasil e a excessiva regulamentação das relações de trabalho reduzem a competitividade da produção nacional; sua diminuição estimularia os investimentos e o emprego. Falso. O custo por hora trabalhada no Brasil é um dos mais baixos do mundo _US\$ 2,5 incluindo os pagamentos indiretos e encargos tributários, enquanto na Coreia alcança quase US\$ 5,0, na Itália é superior a US\$ 19,0 e nos Estados Unidos e no Japão situa-se em torno a US\$

16,0. [...]O tema do desemprego é demasiadamente sério para ser tratado de forma superficial e dogmática, com receitas pré-fabricadas de duvidosa eficácia. O que o país realmente necessita é de uma política de investimento, financiamento e organização social inseridas numa proposta de desenvolvimento global que possibilite enfrentar os gigantescos problemas de exclusão social, agravados dramaticamente pelo atual modelo econômico, cuja permanência põe em risco nossa própria sobrevivência como nação. (TAVARES, M. C. Os mitos sobre o desemprego. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 11 fev. 1996. Dinheiro, p. 2-4.)

Globalização é a palavra usada para designar um processo novo, cujo início não pode ser delimitado, nem os seus desdobramentos, como argumenta Zini Jr.⁸⁰.

[...] Simplificando, a globalização é a aceleração dos contatos, trocas e viagens internacionais. Estes sempre existiram e, por si só, não caracterizam aquele processo novo.[...] Mas a velocidade das trocas tem crescido exponencialmente nos últimos dez anos. A globalização é a ampliação das trocas entre pessoas e empresas de países diferentes.[...] Três conjuntos de fatores dão combustível a essa expansão. O primeiro é a revolução tecnológica propiciada pela informática, que aumentou a capacidade de processar informações para os indivíduos e as grandes empresas.[...] O barateamento da transmissão de informações e interurbanos nacionais e internacionais vem a seguir. [...] Por fim, a diminuição do preço do transporte internacional e o grande aumento na sua oferta completa a lista. [...] Por enquanto, a globalização tem causado grande perplexidade, pois teme-se que ela possa causar desemprego, diminuição da soberania dos Estados e maior massificação das culturas populares. [...] (ZINI JR, A. A. Globalização. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 05 mai. 1996. Dinheiro, p. 2-10.)

As causas da culminância do processo de globalização em “*um único mercado global*” são enumeradas, envolvendo não apenas a questão financeira, mas política e tecnológica. Essa constatação permite verificar que, mesmo sendo possível separar conceitualmente aspectos diferenciados do termo globalização, o fenômeno não se configura através de características isoladas do processo, do qual resulta. Assim é que esses aspectos são formados por um conjunto de práticas que culminam em um determinado efeito, o qual pode ser destacado como pertinente a um dos aspectos conceituais específicos, muito embora resulte de um conjunto de relações sociais. Nesse sentido, é que se justifica a interconexão entre os diversos aspectos conceituais do termo globalização.

⁸⁰ Álvaro Antônio Zini Jr., professor titular da Faculdade de Economia e Administração (FEA) da USP e autor do livro "Taxa de Câmbio e Política Cambial no Brasil", Edusp, 1992.

[...] O que hoje se denomina "globalização", ou seja, a unificação do espaço econômico em um único mercado global, teoricamente destinado a assegurar a livre circulação de bens, investimentos e fluxos financeiros, originou-se de uma variedade de causas. [...] Algumas foram políticas, como o colapso do comunismo e da URSS e a afirmação das economias de mercado. Outras foram de natureza tecnológica, como as inovações em transportes, comunicações e eletrônica, que possibilitaram transmitir dados e fluxos financeiros e integrar as etapas de produção em escala planetária. (RICUPERO, R. Mudaria o Natal ou mudei eu?. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 11 mai. 1996. Dinheiro, p. 2-2.)

O crescimento econômico e sua sustentabilidade são questionados, a partir de reflexão sobre a atuação da moeda como um “*robô social*”.

[...] Na economia moderna, inverteu-se a relação entre mercadoria e moeda. Não é mais a moeda que figura entre duas mercadorias qualitativamente diversas, mas justamente o contrário: a mercadoria figura no meio de dois modos de manifestação da mesma forma abstrata chamada "moeda". Essa operação só faz sentido, obviamente, se ao final resultar uma soma monetária maior que no início. A moeda tornou-se um "capital produtivo" que multiplica a si mesmo. Ao contrário dos antigos produtores não-comerciais, o objetivo não é a reprodução material da própria vida, mas o acúmulo de ganhos em forma de moeda. [...] Somente por meio dessa nova lógica econômica pôde nascer um mercado totalizado, no qual empresários voltados ao lucro concorrem entre si e no qual todos dependem de sua capacidade de "ganhar dinheiro". A moeda agora está presa a um circuito cibernético fechado sobre si mesmo. Ela se torna independente em seu movimento absurdo como fim último e começa a levar uma vida fantasmagórica. [...] Se a economia empresarial _em busca de menores custos, menores taxas de câmbio, salários mais baixos e outras vantagens_ auferir ganhos no plano monetário, no plano dos recursos naturais ela promove uma orgia do desperdício. (KURZ, R. O programa suicida da economia. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 02 jun. 1996. Mais! p. 5-13.)

Esse aspecto da globalização financeira é definido como um estágio da internacionalização, que ao mesmo tempo amplia a riqueza e causa vulnerabilidades.

A globalização pode ser definida como estágio mais maduro da internacionalização - processo histórico que remonta ao século 19. O aspecto mais marcante desta nova etapa é a globalização financeira. Em pouco tempo formou-se um gigantesco mercado mundial de riqueza mobiliária cujo volume saltou de US\$ 7 bilhões em 1983 para US\$ 35 trilhões em 1995.[...] A globalização multiplicou tremendamente o volume da riqueza mobiliária e agravou a vulnerabilidade da economia real à volubilidade das expectativas. É chegada a hora de criar mecanismos ordenadores institucionalizados _a saúde financeira do mundo não deveria depender de arranjos improvisados, como foi o caso do pacote de salvamento do México, estruturado às pressas pelo presidente Clinton. (COUTINHO, L. Globalização perigosa. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 04 ago. 1996. Dinheiro, p. 2-7.)

A economia se destaca no processo de globalização, devido à possibilidade de mensuração de seus efeitos, embora se trate de um fenômeno que envolve vários aspectos, como indica Lacerda⁸¹.

[...] A globalização é um fenômeno que não se restringe aos aspectos econômicos, envolvendo também a questão tecnológica, a cultural e outras não menos importantes.[...] Mas, se há uma área em que o processo de globalização se mostra mais mensurável, é a economia. O espetacular crescimento dos fluxos financeiros internacionais, aliado à revolução no campo das telecomunicações e da informática, tornou os mercados nacionais cada vez mais vulneráveis aos movimentos especulativos. Os dados não deixam dúvida. A globalização não é um fenômeno tão recente, mas foi magnificado nos últimos anos com a sofisticação do mercado financeiro, a informatização e a desregulamentação em curso na maior parte dos países. [...] (LACERDA, A. C. A globalização e os economistas. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 12 ago. 1996. Dinheiro, p. 2-2.)

A visão de onipotência e onipresença do mercado é apontada como um tratamento ideológico da questão.

[...] A globalização, como já discutimos aqui, é o processo de intensificação das trocas econômicas, políticas e culturais na atual fase de expansão do capitalismo. Uma das formas pelas quais ela ocorre é por meio dos investimentos externos (tanto capital de risco para abertura de empresas, quanto inversões financeiras).[...] O aspecto prejudicial para os países em desenvolvimento é o cancelamento de alguns instrumentos eficazes que permitem orientar investimentos e estimular setores estratégicos. Com isso, a promoção do desenvolvimento fica bastante restrita.[...] Mas, para os que acreditam que o mercado resolve tudo, como alguns ideólogos de Brasília, é assim que deve ser. (ZINI JR., A. A. Investimentos e OMC. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 03 nov. 1996. Dinheiro, p. 2-6).

As questões do desemprego e da concentração de renda são destacadas como tendências dominantes do processo de globalização.

A visão que temos da economia internacional neste fim de século é a de um mundo submetido a uma espécie de imperativo tecnológico: o processo histórico já não é monitorado pelo poder exercido por "grandes potências", mas pela inovação técnica, a qual parece orientada para a desestruturação dos sistemas sociais que moldaram nossa civilização. As tendências dominantes da dinâmica social contemporânea são: a) o aumento do desemprego, que já não é apenas cíclico, mas assume a forma de exclusão, criando barreiras crescentes à mobilidade e à ascensão social; e b) a concentração do patrimônio e da renda, que se traduz no aprofundamento do fosso entre uma minoria de menos de um décimo da cidadania e a massa da população.[...] O

⁸¹ Antônio Corrêa de Lacerda, economista, presidente do Conselho Regional de Economia de São Paulo (Corecon-SP) e professor do departamento de economia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

processo de globalização modifica esse quadro em benefício dos agentes que controlam a tecnologia e em detrimento das organizações sindicais. As empresas transnacionais escapam ao controle dos Estados, na medida em que estão capacitadas para transferir atividades produtivas de um país para outro. Essa a razão pela qual nas economias industrializadas, nos últimos tempos, têm prevalecido um quadro recessivo e um notório debilitamento da ação sindical. Na economia que se globaliza, a fonte principal de impulso dinâmico decorre da capacidade de inserção internacional e só subsidiariamente de iniciativas geradas pelo mercado interno.[...] (FURTADO, C. Os desafios da globalização. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 01 dez. 1996. Opinião, p. 1-3.)

O processo de globalização é definido por Alcoforado⁸², como uma consequência natural do desenvolvimento do capitalismo.

[...] Após a 2ª Guerra Mundial, três acontecimentos foram determinantes para o aprofundamento do processo de globalização: 1) a mundialização das atividades das empresas multinacionais, tanto no setor manufatureiro quanto no de serviços; 2) a rápida expansão dos mercados financeiros mundiais no final dos anos 70, estimulados pela desregulamentação e pelo advento das novas tecnologias da informação e 3) a exaustão do modelo de crescimento industrial, demonstrada pelo declínio das taxas de crescimento do PNB (Produto Nacional Bruto), da taxa de produtividade do capital e das margens de lucro dos países industrializados membros da OCDE nas três últimas décadas. [...] O processo de globalização está contribuindo enormemente para aumentar o risco de desregulação ou da perda de controle das economias nacionais e do sistema capitalista mundial nas condições atuais. [...] (ALCOFORADO, F. Globalização e desregulação mundial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 28 dez. 1996. Dinheiro, p. 2-2.)

Ao discutir a suposta inevitabilidade do processo de globalização, Belluzzo⁸³ refere-se a uma visão ideológica sobre o assunto e afirma que a globalização resulta de políticas capitalistas do pós-guerra.

[...] São muitos os que defendem, desde uma posição supostamente "científica", a inevitabilidade de uma inserção passiva das economias nacionais no chamado processo de globalização. Dois pressupostos estão implícitos nesta formulação: 1) a globalização conduzirá à homogeneização das economias nacionais e à convergência para o modelo anglo-saxão de mercado; 2) esse processo ocorre de forma impessoal, acima da capacidade de reação das políticas decididas no âmbito dos Estados Nacionais. Para não comprar material de "desmanche" ideológico, seria conveniente lembrar que o processo de globalização, sobretudo em sua dimensão financeira _de longe a mais importante, foi o resultado das políticas que buscaram enfrentar a desarticulação do bem-sucedido arranjo capitalista do pós-guerra.

⁸² Fernando Alcoforado, engenheiro e consultor empresarial. Foi coordenador de Energia do Estado da Bahia (1988-91) e secretário do Planejamento de Salvador (1986-87).

⁸³ Luiz Gonzaga Belluzzo, professor titular de Economia da Unicamp (Universidade de Campinas). Foi chefe da Secretaria Especial de Assuntos Econômicos do Ministério da Fazenda (governo Sarney) e secretário de Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo (governo Quéricia).

(BELLUZZO, L. G. Globalização e inserção nacional. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 29 dez. 1996. Dinheiro, p. 2-4.)

O desenvolvimento capitalista se dá através de uma irracionalidade inteligível. Essa constatação refere-se a como o debate sobre a globalização vem se esboçando a partir da discussão de seus aspectos conceituais e, principalmente, enfoca a mitificação atribuída ao processo por grande parte de seus interlocutores, como também discute Braga⁸⁴.

A globalização capitalista nem é mito, como pretende certo esquerdismo nacionalista atrapalhado, nem é sinfonia do equilíbrio geral dos mercados liberalizados, como quer o apologeta cosmopolita da periferia. Ela é a denominação consagrada, ainda que enganosa, por sugerir homogeneidade mundial, para a atual realidade do sistema de poder internacional, dominado por Estados Unidos, Japão e Alemanha, [...] Do que se trata é desta autonomização financeira em que os valores dos títulos superam os da riqueza produtiva, com o dinheiro exercendo todo o seu fetiche, como objeto animado pela virtude mágica de acrescentar-se na espiral dos juros, de ser venerado, obedecido às cegas, verdadeira encarnação do "espírito" do capital. Característica escamoteada em tantas análises vulgares da globalização e dos riscos que o processo de inserção deve levar em conta. É compreensível sobretudo quando provenientes da verve de operadores de tal folia na periferia do capitalismo. O operador do fetiche não o domina; é por ele dominado. É incômoda, portanto, a designação de fenômenos como sobrevalorização da taxa de câmbio e valorização fictícia do capital como coisas próprias do fetiche.[...] A globalização é um fenômeno mais fundo do próprio desenvolvimento capitalista e enquanto tal ela tem dimensões irreversíveis, como a interdependência econômico-produtiva e monetário-financeira das nações. Reversível é a política do "laissez-faire" que os pacotes políticos retrógrados nela introjetam. As tarefas complexas da própria globalização acabarão por derrotá-la se não regredirmos ao século 19, quando se chegou a pretender que a economia mandasse na sociedade. Já é crescente, mesmo no âmbito do governo brasileiro, a percepção de que, na globalização, para um país ser vitorioso é preciso ser soberano sem xenofobismo, mas também sem cosmopolitismo de araque. (BRAGA, J. C. S. O cosmopolitismo de araque. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 05 jan. 1997. Mais! p. 5-3 1/2061.)

Embora denuncie os efeitos danosos da globalização, Mercadante⁸⁵ trata esse fenômeno como uma força avassaladora, assumindo uma posição de passividade e denúncia diante desse processo.

⁸⁴ José Carlos de Souza Braga, professor-doutor do Instituto de Economia da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas), pós-doutorado pela Universidade da Califórnia (Berkeley, EUA). Foi secretário-especial de Abastecimento e Preços do Ministério da Fazenda (1986-1987) e presidente do Conselho Regional de Economia-SP (1985).

⁸⁵ Aloizio Mercadante, economista e professor universitário na PUC e Unicamp. Foi deputado federal e candidato a vice-presidente da República na chapa de Lula e é membro da executiva nacional do PT.

[...] Nesse cenário a globalização é uma etapa superior do processo de internacionalização da economia, que subordina os destinos dos povos e nações ao interesse das grandes empresas e bancos da economia transnacionalizada, concentrando cada vez mais poder nas grandes potências industrializadas.[...] O desemprego em massa, a exclusão social crescente e a violência urbana degradam a qualidade de vida nas grandes cidades. As privatizações aliviam conjuntamente os graves problemas cambiais e fiscais dessa política econômica e empurra para frente o nosso reencontro com o subdesenvolvimento. (MERCADANTE, A. Globalização e subdesenvolvimento. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 06 abr. 1997. Dinheiro, p. 2-5 4/1981.)

Uma síntese do discurso da globalização pode ser verificada, assim como uma definição do termo está presente na maioria dos fragmentos discursivos destacados.

[...] É a nova expressão para um fenômeno antigo, a organização de empresas e economias em escala planetária. No século 19, falava-se em "imperialismo", palavra que acabou carregada de uma conotação crítica e reativa.[...] Na segunda metade do século 20, a internacionalização das empresas começa a ganhar cada vez mais força. Nos anos 50 e 60, o destaque maior é a expansão das multinacionais. Nos anos 70 e 80, a vanguarda vai para bancos e outras instituições financeiras, cujo poder aumenta com a crise da dívida externa dos países em desenvolvimento. Nos anos 90, além das multinacionais e dos bancos globais, ganham força os processos de liberalização comercial, culminando com a criação da Organização Mundial do Comércio (OMC).[...] Para os otimistas, trata-se de um movimento histórico cuja essência é o avanço da economia de mercado em todo o planeta, quebrando barreiras institucionais, culturais e econômicas. Para os pessimistas, a globalização é, sobretudo financeira, animada por uma disponibilidade sem precedentes de dinheiro ocioso num mundo que cresce pouco, desemprega muito e convive, ainda, com formas cada vez mais sofisticadas de exclusão social e desigualdade tecnológica. (SCHWARTZ, G. Economia. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 13 abr. 1997. Mais! p. 5-7 4/5070.)

Reflexões sobre o desemprego e a desigualdade enfatizam as ambigüidades no contexto da globalização.

[...] É um mundo de cabeça pra baixo. As crianças, em vez de estar na escola, trabalham. Os adultos, que deveriam trabalhar, não encontram emprego! O desabafo do participante de uma reunião da Organização Mundial do Trabalho acentua o teatro do absurdo em que se transformou uma economia cada vez mais insensível aos seres humanos. Agoniza o século em meio ao agravamento de seus dois maiores problemas: o desemprego e a desigualdade. A ligação umbilical entre os dois está implícita no comentário. Se há empregos para crianças, mas não para adultos, haveria também para estes últimos se eles aceitassem receber salário de criança. [...] (RICUPERO, R. Vida em tempo parcial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 23 ago. 1997. Dinheiro, p. 2-2 8/11109.)

Em resposta a questões que permitem compreender como funciona a globalização e suas

conseqüências, Chesnais⁸⁶ destaca no seu pronunciamento o regime de acumulação financeiro mundializado e o mascaramento ideológico que é dado ao discurso.

[...] 1. O que distingue a globalização das fases anteriores do capitalismo, como o imperialismo do século 19? A mundialização é bem mais que uma fase suplementar do processo de internacionalização do capital industrial, desencadeada há mais de um século. Estamos diante de um novo modo de funcionamento sistêmico do capitalismo mundial ou, em outros termos, de uma nova modalidade de regime de acumulação. Por trás do termo vago de "mundialização" encontra-se um novo regime de acumulação, ao qual dou o nome de "regime mundializado sob égide financeira". [...] 2. Que papel desempenha o capital financeiro nesse processo? O regime de acumulação mundializado sob égide financeira vive, muito mais do que em 1914 ou 1929, à sombra de um capital financeiro altamente concentrado. [...] 3. Quais os efeitos positivos da globalização? As transformações do regime de acumulação não têm nada de irreal. O discurso sobre a "mundialização dos benefícios" é a cobertura ideológica que busca mascarar os fundamentos do regime de acumulação financeiro-rentista, bem como seu pobre desempenho em termos de desenvolvimento, revelado pelo último relatório do Unctad. Não há muito como negar o fato de que o novo regime de acumulação permite ao capital explorar a fundo e para seu exclusivo benefício as vantagens da liberalização. [...] 4. Quais são os limites da globalização? A modalidade atual de "desenvolvimento", compreendido como extensão e transplante do nível de industrialização e do nível de vida dos países avançados não representa mais uma perspectiva viável para o conjunto dos países e continentes do mundo. [...] 5. Quais os riscos de os estados perderem autonomia e se tornarem apenas cumpridores das decisões de órgãos como a OMC (Organização Mundial do Comércio)? Não há quase nada a se esperar das organizações internacionais, e menos ainda da Organização Mundial do Comércio. [...] Se o Acordo Multilateral vier à luz, a abdicação de soberania em favor dos grandes interesses capitalistas serão quase totais. Em nome da panacéia do mercado, dar-se-á um golpe de Estado legal e em escala mundial, para maior benefício dos mais ricos e poderosos. 6. Quem ganha e quem perde com a globalização? Como disse Robert Reich (ex-secretário do Trabalho do governo Clinton) em seu livro de 1991, a mundialização é uma modalidade de funcionamento do capitalismo na qual "os ricos ficam mais ricos e os pobres ficam mais pobres". [...] (CHESNAIS, F. Novo capitalismo intensifica velhas formas de exploração. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 02 nov. 1997. Caderno Especial, p. Especial-4 11/473.)

A limitação da atualidade em relação à migração e à integração internacional dos mercados são dados inusitados do processo de globalização.

A "globalização", outra suposta novidade deste fim de século, não passa de uma nova palavra para fenômenos antigos. Nas décadas que antecederam a Primeira Guerra, o grau de integração internacional dos mercados era, sob muitos aspectos, comparável ou até maior do que o atual. No que diz respeito à circulação internacional de trabalhadores, por exemplo, o processo recente de "globalização" é bem mais limitado do que o daquela época.[...] Até mesmo

⁸⁶ François Chesnais, economista francês, um dos principais teóricos da gênese e dos efeitos da globalização, é também um de seus maiores críticos.

os movimentos líquidos de capital, relativamente ao tamanho das economias, eram maiores do que são hoje. Não por acaso, as crises cambiais e financeiras deste final de século, supostamente um produto da inédita "globalização financeira", guardam muita semelhança com as crises de cem anos atrás. O estudo da história pode não servir para muita coisa. Mas permite, pelo menos, desmascarar certas pretensões da propaganda vulgar.[...] Seja como for, o fato é que está ficando cada vez difícil defender-se das banalidades "globalizadas". Tudo parece conspirar para o rebaixamento dos nossos padrões de reflexão e sensibilidade.[...] (BATISTA JR., P. N. O mesmo, mas de outra maneira. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 19 fev. 1998. Dinheiro, p. 2-2 2/8193.)

A globalização também é vista como a expressão de uma crise.

[...] Quase se tem a impressão de que a política, apesar de toda a globalização do capital, reconquistou a sua pretensão hegemônica diante da economia. Mas as aparências enganam. É justamente o processo da globalização, incontrolável pela política, que impeliu os governos da União Européia a semelhante aventura. [...] A própria globalização não é um projeto, mas a forma cambiante de uma crise secular: os potenciais da terceira revolução industrial superam as fronteiras do moderno sistema de mercado. As consequências são conhecidas: em todo o mundo, o poder de compra da economia interna decai, já que cresce o arrocho salarial, o desemprego estrutural de massas aumenta e a classe média é degradada. Esse processo de crise leva à aniquilação e concentração do capital (onda de fusões). As grandes empresas buscam refúgio nos mercados globais e são obrigadas a diversificar os seus produtos e o seu marketing. Os Estados perdem grande parte de sua receita fiscal e lançam-se, por sua vez, no mercado financeiro internacional para fazer frente ao refluxo de capital monetário. Mas tal processo de globalização como fuga da crise tem seus limites. [...] (KURZ, R. Moeda sem força. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 19 abr. 1998. Mais! p. 3-5 4/9046.)

Com a denominação de “*canibalismo do capital*”, Kurz define as fusões entre firmas, geradas no processo de globalização.

[...] Tanto o marxismo quanto o liberalismo viam a concentração de capital como um processo imanente e inevitável na evolução dos mercados.[...] Os "global players" do grande capital internacional não são os sujeitos, mas o objeto do próprio movimento vertiginoso de concentração de capital. A globalização do mercado, a autonomização do sistema financeiro e a concentração do capital em novas superestruturas se revelam momentos vinculados e intercambiáveis do mesmo processo, que há muito se tornou incontrolável. [...] A crise alimenta a globalização e a globalização alimenta a concentração do capital. Até grandes firmas, de renome internacional, fazem água. [...] Agora os peixes grandes não devoram somente os pequenos, mas também os outros peixes grandes. Em uma série de fusões nacionais e internacionais sem igual na história, o capital celebra uma orgia do canibalismo.[...] O processo de concentração, de fato, é idêntico ao processo de crise. As grandes empresas só se fundem em unidades cada vez maiores porque o terreno do capital total torna-se cada dia menor. Por mais colossais que sejam, as megaempresas revelam-se ínfimas quando comparadas ao oceano da maioria social, que elas já são incapazes de integrar. (KURZ, R. A

orgia do capitalismo. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 31 mai. 1998. Mais! p. 3-5 5/14722.)

O principal foco da crítica à globalização passa a ser a contestação da lógica do mercado. Ao esboçar uma síntese das principais mudanças geradas no contexto da globalização, há discursos mais otimistas em relação à perspectiva de construção de outro quadro social, a partir de uma utopia.

[...] Neste fim de século prevalece a tese de que o processo de globalização dos mercados há de se impor no mundo todo, independentemente da política que este ou aquele país venha a seguir. Trata-se de um imperativo tecnológico, semelhante ao que comandou o processo de industrialização que moldou a sociedade moderna nos dois últimos séculos. [...] Com efeito, se a lógica dos mercados tivesse prevalecido sem restrições, tudo leva a crer que a internacionalização das atividades econômicas (o processo de globalização) teria se propagado muito mais cedo, reproduzindo, numa versão ampliada, a experiência da Inglaterra, onde a participação do comércio externo na renda nacional ultrapassou 50% já nos anos 70 do século passado. [...] Vejamos algumas das mudanças de mais relevo na configuração do quadro global: 1. O declínio da governabilidade das economias de maior peso relativo não se explica sem ter em conta a internacionalização dos mercados financeiros. [...] 2. A União Européia nasceu por iniciativa da França, tendo como principal objetivo promover um entendimento político consistente com a Alemanha. [...] 3. O processo de conversão à economia de mercado e de criação de instituições democráticas nos países do Leste Europeu resultou ser muito mais traumático do que se havia imaginado. [...] 4. As nações asiático-orientais, em particular a China, são hoje, sem lugar a dúvida, os líderes da nova onda de transformações que estão redefinindo a face do planeta. [...] 5. As economias latino-americanas estarão submetidas a pressões crescentes para desregular os seus mercados, o que acarretará efeitos diversos em função do grau de heterogeneidade de suas estruturas sociais. [...] A globalização em escala planetária das atividades produtivas leva necessariamente a grande concentração de renda, contrapartida do processo de exclusão social a que fizemos referência. Os novos desafios, portanto, são de caráter social, e não basicamente econômico, como ocorreu na fase anterior do desenvolvimento do capitalismo. A imaginação política terá assim que passar ao primeiro plano. Equivoca-se quem imagina que já não existe espaço para a utopia. Ao contrário do que profetizou Marx, a administração das coisas será mais e mais substituída pelo governo criativo dos homens. (FURTADO, C. O Desafio futuro. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 16 ago. 1998. Mais! p. 4-5 8/6727 e p. 5-5 8/6558.)

O chamado “*pensamento único*” começa a ser colocado em questão até pelos defensores do liberalismo.

[...] Ninguém é capaz de antever, por ora, o desfecho que terá a crise global, mas, entre suas vítimas, talvez a mais notória seja o chamado “Consenso de Washington”. É o rótulo que levou o receituário de reformas econômicas para os mercados ditos emergentes, composto por privatizações em massa,

liberalização dos mercados de bens e capitais, desregulamentação acentuada da economia, forte redução do papel do Estado. [...] Tornou-se tão hegemônico que chegou a ser chamado de “pensamento único”. [...] (ROSSI, C. Crise no mundo quebra consenso neoliberal. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 20 set. 1998. Dinheiro, p. 2-10 9/8397.)

A elucidação da “*nova sociedade de mercado*” é reveladora do investimento ideológico com que é tratado o assunto.

Chegou o tempo dos grandes perigos. Alguns anos atrás, falava-se da globalização como de um fenômeno geral, em que se mesclavam as novas tecnologias da informática, o aumento do comércio internacional, o desenvolvimento da malha financeira, o crescimento das economias emergentes e a hegemonia norte-americana. Fenômeno muito heterogêneo, na realidade, mas cuja evolução tentávamos nos convencer de que formava um todo, sendo preciso aceitá-lo ou rejeitá-lo em bloco. Repetíamos que nascia um mundo novo, uma nova sociedade de mercado. E aqui estamos nós, brutalmente desiludidos com essa visão indefensável. De fato, vemos com toda clareza que a crise agora em curso nada tem a ver com a sociedade informatizada, que a economia dos países emergentes, além de não ameaçar a posição dos países industriais, fragiliza-se a cada dia que passa e que, afinal, a hegemonia militar ou cultural americana não é decisiva nesse cenário. [...] (TOURAINÉ, A. O Brasil em alerta. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 18 out. 1998. Mais! p. 3-5 10/7421.)

A forma mitificada com que é tratada a sociedade de mercado é ressaltada mais uma vez.

[...] Os fatos desfizeram os mitos de que a política cambial era intocável e que a desvalorização traria a completa desorganização da economia. [...] Não é o caso de “chorar o leite derramado”, mas é de lamentar que a mudança na política econômica tenha sido tratada como mito intocável durante tanto tempo. (LACERDA, A. C. Restrição externa e crescimento. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 14 jul.1999. Dinheiro, p. 2-2 7/5086.

No final da década de 90, o diretor-gerente⁸⁷ do FMI questiona o “*Consenso de Washington*”, através de discurso sobre a insuficiência das receitas liberais.

[...] “Existe um inter-relacionamento vital entre crescimento e desenvolvimento social. Esse vínculo tem sido demasiado frouxo nos nossos programas até agora”, admitiu. [...] Em todo o caso, o fato de o “Consenso” estar agonizando não significa que haja fórmulas precisas para superá-lo. Afinal, Camdessus não rejeita as idéias básicas do modelo; apenas pede que sejam humanizadas e que seja dada “voz aos pobres”. Pedir “guerra à pobreza”, como faz agora o diretor-gerente do FMI, é fácil. Ganhá-la é outra história, que nem sequer começou a ser rascunhada. [...] (ROSSI, C. FMI questiona ‘Consenso de Washington’. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 30 set. 1999. Brasil, p. 1-8 9/11649.)

⁸⁷ Michel Camdessus, diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), defendeu, em discurso, a “*humanização da globalização*”.

Em uma versão bem humorada, a definição de globalização expressa a intensidade de penetração da hegemonia americana e de aceitação e assimilação da cultura americana como cultura universal.

[...] Cérebros conservados em formol, a serviço dos poderes estabelecidos, animaram-se a declarar que a década não foi perdida. [...] Passamos a aceitar as banalidades da cultura americana de massas como expressão do "universal".[...] Eis uma sugestão: "globalização" é o processo pelo qual as trivialidades produzidas nos EUA _algumas inocentes, outras nem tanto_ são transmitidas em tempo real para o resto do mundo.[...] Perdeu-se de vista que a função da palavra é, como dizia Fernando Pessoa, "perturbar os espíritos" e "indisciplinar as almas". (BATISTA JR., P. N. A década prostituída. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 30 dez. 1999. Dinheiro, p. 2-2 12/11409.)

No enfoque econômico desse período, os temas mais tratados foram referentes ao mercado de trabalho, à precarização das relações de trabalho, ao desemprego, ao sistema financeiro internacional, à submissão da economia, ao ajuste estrutural do mercado de trabalho, à concentração de renda, à lógica de mercado, ao pensamento único, à nova sociedade do mercado. Na discussão desses temas várias críticas foram desenvolvidas. Da conseqüência natural do desenvolvimento do capitalismo aos mitos envolvidos nessa questão foram assuntos polemizados nessa amostra do material empírico. Nesse sentido, a questão da ideologia vem se apresentando e a constatação de que os diferentes aspectos conceituais da globalização estão interconectados entre si vai sendo esboçada.

4.1.1.4 Aspecto Cultural

Os discursos discriminatórios servem à dominação e à exclusão social, como destaca Sodré⁸⁸.

[...] Drácula, bem o sabem os aficionados, não se reflete no espelho —logo, é sem imagem. O mito do vampiro tem sido persistente no imaginário contemporâneo, talvez porque indique, com alguma magia, a armação da cultura em construção de uma identidade. O conde Drácula é o inverso da identidade normalizada pela cultura pequeno-burguesa. E, para coroar todas as suas inversões antropológicas, não aparece no espelho. Mais uma razão, assim, para a atualidade desse mito. Na sociedade da imagem (anagrama de magia) ou dos dispositivos de visão, o sujeito só existe se aparece no "espelho", isto é, se tem condições socioculturais de ter imagem publicamente

⁸⁸ Muniz Sodré, professor titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro e escritor.

reconhecível.[...] Ao contrário do que possam pensar os otimistas das chamadas tecno-democracias ocidentais, apologistas do mundo neoliberal, a globalização cultural só tem exacerbado a discriminação étnica. [...] (SODRÉ, M. Uma genealogia das imagens do racismo. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 19 mar. 1995. Mais! p. 6-6.)

Analisando o gosto por músicas com conteúdo crítico irreverente, que misturam o idioma vernáculo com o inglês, Gabeira⁸⁹ afirma:

[...] O idioma dominante que conquista o mundo numa marcha avassaladora, navegando pela Internet, pelos canais de TV e pela música popular, perde aqui, nos Mamonas e em Falcão, todo seu poder ameaçador. Na verdade, despojado da pronúncia exata de suas palavras, das leis gramaticais, ele é engolido pelo nosso idioma e se transforma apenas num instrumento que amplia o vocabulário. Falcão e os Mamonas, com esse artifício, fazem o mesmo que os três porquinhos que construíram uma casa de cimento ou o caçador que salvou a avó de Chapeuzinho Vermelho. Eles derrotam o lobo mau, eles comem o lobo. Mas os perigos não param no idioma. Globalização significa consumo universal: [...] Se o idioma e o consumo forem equacionados, restará ainda um novo obstáculo. A globalização não reorganiza apenas a linguagem universal nem o estoque de produtos que teremos de usar, de Nova York a Nova Deli, ela é uma reestruturação do charme, do que é atraente ou não, in ou out. [...] (GABEIRA F. Mamonas cantam medo da aldeia global. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 04 dez. 1995. Ilustrada, p. 5-10.)

Os “*riscos de degeneração da democracia*” no mundo globalizado são tratados no argumento de Lafer⁹⁰.

[...] Em síntese, e para arrematar, explicitando os termos de referência deste texto, no contexto de um colóquio voltado para os riscos de degeneração da democracia: 1. uma das condições de governabilidade no mundo contemporâneo é a capacidade de o sistema político processar, simultaneamente, a cultura do saber e a do informar, sob pena de ficar à deriva, sem condição de exercer a função hierárquica de coordenação da gestão da sociedade; 2. a boa governança (“good governance”) como um indispensável ingrediente ético de governabilidade democrática transita, no dia-a-dia da relação governantes-governados, por um apropriado esclarecimento da opinião pública; 3. este apropriado esclarecimento requer uma mediação entre a cultura do informar, tal como hoje a opera a mídia, e o pluralismo da cultura do saber, tal como a desenvolvem os intelectuais; 4. as dificuldades desta mediação residem na lógica da fragmentação que permeia a cultura do informar da mídia e na consequente dificuldade que tem de incorporar, na avaliação dos eventos, a lógica da globalização da cultura do

⁸⁹ Fernando Gabeira, articulista da Folha de São Paulo. Foi presidente do Partido Verde.

⁹⁰ Celso Lafer, professor-titular da Faculdade de Direito da USP. Foi ministro das Relações Exteriores (1992) e embaixador, chefe da Missão Permanente do Brasil junto às Nações Unidas e à Organização Mundial do Comércio, em Genebra. Esse texto é uma versão revisada de palestra apresentada no fim de 1995 em Ivrea (Itália), no 15º Seminário de Filosofia Política, anualmente organizado pelo Centro Studi di Scienza Politica Paolo Farneti (Turim), Fondazione G.G. Feltrinelli (Milão), Scuola Normale Superiore (Pisa) e Biblioteca Cantonale (Locarno), que teve como tema geral “Degeneração da Democracia”.

saber; e 5. o hiato entre o informar centrífugo e o saber centrípeto compromete o esclarecimento da opinião pública e é um dos riscos de degeneração da democracia no mundo contemporâneo, posto que paralisa a atuação consistente e consciente de uma cidadania ativa.(LAFER, C. A informação e o saber. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 11 fev. 1996. Mais! p. 5-10.)

A formulação bipolar da discussão local/global, nacional/universal não se constitui mais objeto válido do discurso contemporâneo, segundo Peixoto⁹¹.

[...] A questão não é mais a metamorfose do local em universal, a antiga dialética do particular e do geral, que incentivava obras de caráter regionalista e nacional. Aqui, trata-se de obras que se utilizam da sua condição localizada para terem espectro global. Artistas que, trabalhando nas entrelinhas da dissonância industrial nacional, que alia o mais moderno ao mais precário, conseguem dar uma dimensão para seus trabalhos que seria difícil em países social e economicamente mais sistemáticos. Porque têm as feições e a escala da nossa desmedida metropolização. [...] (PEIXOTO, N. B. A escala desmedida de Babel. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 14 abr. 1996. Mais! p. 5-7.)

A questão da identidade ainda precisa ser muito refletida, para que possa apresentar um conteúdo crítico, como discute Sevcenko⁹².

“Somos, ainda hoje, uns desterrados em nossa terra.” Com essa frase lapidar, inscrita logo no início do clássico "Raízes do Brasil", o professor Sérgio Buarque de Holanda assinalou muito mais do que a agenda da sua geração, fixando de fato o núcleo elementar da consciência intelectual brasileira.[...]Nesse sentido, não há imagens do Brasil ou imagens da Europa (ou dos Estados Unidos ou do Primeiro Mundo, como quer que seja), como se fossem projeções autênticas de espelhos gigantescos. O que há são sistemas de imagens do Brasil e sistemas de imagens da Europa, que podem ser articulados e multiplicados para compor a retórica de um presente congelado da imagem, que nega o presente fluido, carregado das tensões da história. Assim, a questão da identidade como se formula agora, diferentemente do momento do professor Sérgio Buarque, alimenta a iconolatria, em vez de avançar a crítica. Se éramos uns "desterrados na nossa terra", somos agora uns retratados no lugar e no papel que nos cabe nesse latifúndio. [...] (SEVCENKO, N. As guerrilhas pela "ocultura". **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 14 abr. 1996. Mais! p. 5- 5.)

A cultura local é que se torna universalizada, na reflexão de Bonassa⁹³.

⁹¹ Nelson Brissac Peixoto, professor do departamento de comunicação e semiótica da Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP) e coordenador do projeto "Arte / Cidade".

⁹² Nicolau Sevcenko, professor de história na USP, professor visitante do King's College, da Universidade de Londres, editor associado do "The Journal of Latin American Cultural Studies" e autor de "Orfeu Extático na Metrópole" (Companhia das Letras).

⁹³ Elvis César Bonassa, repórter local da Folha de São Paulo.

[...] Esse caminho indica também que Bergman captou um dos sentidos da globalização: contra a homogeneização das mercadorias, a cultura se universaliza quanto mais se torna local. [...] (BONASSA, E. C. No palco, o obscuro Bergman faz rir. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 30 mai.1996. Ilustrada, p. Especial -1.)

A desvinculação do espaço público, gerada no processo de globalização, torna a democracia um produto de consumo, segundo Lima⁹⁴, citado em Silva⁹⁵.

[...] A globalização, além de ser tida como inexorável por todos, disse Lima, passou a "delimitar e agendar o espaço da discussão política". O problema, concluiu, é que a mídia atua como se estivesse fora desse processo, quando na verdade está no seu centro.[...]Por outro lado, concluiu, essa nova mídia está criando uma forma de consumo totalmente fragmentada, onde cada um procura no veículo que achar mais adequado informações de caráter individual. Está nascendo uma "democracia de supermercado", sem qualquer vínculo com o espaço público. [...] (SILVA, F. B. Mídia mundializada ameaça democracia. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 10 jul. 1996. Cotidiano, p. 3-6.)

A estratégia ideológica de promoção da padronização cultural é criticada por Gonçalves⁹⁶.

[...] A globalização cultural é tomada como peça ideológica de uma estratégia de domesticação em escala planetária, que resultaria na configuração de um mundo integrado e organizado nos moldes de um gigantesco Estado-nação. Para que esse processo exista é necessário imaginar um centro irradiador, cuja hegemonia econômica, tecnológica e cultural poderia ser coroada com a conquista final do planeta. Seu nome é conhecido: imperialismo capitalista.[...] Curiosamente, entretanto, uma das características importantes do que se entende hoje por cultura global é justamente a maior visibilidade de manifestações étnicas, regionalistas ou oriundas de sociedades "excluídas" - do cinema iraniano à literatura africana.[...] Essa sobreposição é sugestiva e ajuda a compreender o estágio atual da mundialização cultural: um processo em curso, sugerido, mas não concluído, no qual formas culturais nacionais ou locais entram crescentemente em contato, desterritorializam-se, geram mediações e criam "terceiras culturas". As "terceiras culturas", na definição de Featherstone, são um "conjunto de práticas, conhecimentos, convenções e estilos de vida que se desenvolvem de modo a se tornar cada vez mais independentes dos Estados-Nação". [...] Seja qual for a perspectiva que se adote, o fato é que está em curso uma nova etapa da internacionalização, embora seu futuro permaneça em aberto. [...] (GONÇALVES, M. A. Intercâmbio aproxima países e anuncia "cultura global", **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 02 nov. 1997. Caderno Especial, p. Especial-10 11/930.)

A globalização é definida como resultado de uma profunda imbricação entre o global e o local.

⁹⁴ Venício Lima, antropólogo, professor da UnB (Universidade de Brasília).

⁹⁵ Fernando de Barros e Silva, reportagem especial para a Folha.

⁹⁶ Marcos Augusto Gonçalves, editor de Domingo da Folha de São Paulo.

[...] Reduzida a seus termos essenciais, é essa, no fundo, a definição da globalização: tudo o que é global é relevante para o local; tudo o que é local tem alguma relevância para o global. Errado seria deduzir daí que a causa de nossos males é não estarmos suficientemente inseridos no mundo globalizado. [...] (RICUPERO, R. A crise dos quinhentos anos. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 09 mai.1999. Dinheiro, p. 2-2 5/2758.)

A oposição entre cultura e subordinação comercial no debate da globalização é destacada por Bourdieu.

[...] Assim, a opção não é entre a "globalização", isto é, a submissão às leis do comércio, portanto ao reino do "comercial", que é sempre o oposto do que se entende de modo mais ou menos universal por cultura, e a defesa das culturas nacionais ou essa ou aquela forma de nacionalismo ou localismo cultural. Os produtos kitsch da "globalização" comercial, a dos jeans, da Coca-Cola ou do seriado, ou a do filme comercial de grande orçamento e efeitos especiais, ou ainda a da "world fiction", cujos autores podem ser italianos ou ingleses, se opõem em todos os aspectos aos produtos da internacional literária, artística e cinematográfica, cujo centro está em toda parte e em lugar nenhum, embora tenha sido por muito tempo e talvez ainda seja Paris, lugar de uma tradição nacional de internacionalismo artístico, ao mesmo tempo que Londres e Nova York. [...] (BOURDIEU, P. Bourdieu desafia a mídia internacional. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 17 out. 1999. Mais! p. 5-8 10/6537.)

Uma reflexão importante sobre a questão cultural no mundo globalizado é apresentada por Vianna⁹⁷.

[...] Qualquer uma das mais de 2.000 filiais do Starbucks Coffee, a cadeia vitoriosa que sofisticou o conceito de fast-food nos Estados Unidos dos anos 90, deveria conter um altar para Vasco da Gama ou para a Companhia das Índias. É o caminho inverso do McDonald's (agora território do lúmpen norte-americano), que impõe a coca-cola para todo o planeta: no Starbucks, o consumidor pode escolher entre o Brazil Ipanema Bourbon, o Ethiopia Sidamo, o decaf Sumatra ou o decaf Guatemala Antigua, entre dezenas de outras possibilidades.[...] Um recente anúncio de página inteira publicado no "New York Times", assinado por organizações como o Greenpeace US, o Wild Earth e o International Forum on Globalization, anunciava a catástrofe: "Pegando carona nas cargas e lastros de navios, em aviões e carros, milhões de insetos, bactérias e vírus, sementes, plantas e animais ganharam nova mobilidade global. Transplantados entre continentes, eles se tornam agentes importantes na crise de extinção global. Você pode ajudar a parar com isso".[...] A bioinvasão já faz parte das preocupações urgentes do governo norte-americano. [...] (VIANNA, H. Quem se arrisca por pimenta? **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 24 out. 1999. Mais! p. 3-5 10/9165.)

Assuntos como fragmentação da cultura pela mídia, penetração de idioma, lógica da globalização da cultura, discriminação ética, local/global, identidade, padronização cultural,

⁹⁷ Hermano Vianna é antropólogo, autor de "O Mundo Funk Carioca" e "O Mistério do Samba" (Jorge Zahar). Ele escreve mensalmente na seção "Brasil 500 d.C.", da Folha.

forma de consumo fragmentada, oposição entre culturas e subordinação comercial são, entre outros, tratados no âmbito de discussão da globalização cultural nesse período. As críticas associadas a esses conteúdos são marcas dos dados apresentados, as quais tratam da irreverência na utilização da língua inglesa como uma ampliação vocabular do português à inversão processada no conceito de fast food, onde, em vez de significar uma padronização de oferta de produtos, significa a opção de escolha de produtos do mundo todo em um só estabelecimento.

4.1.1.5 Aspecto Social

A globalização é entendida como um processo social e não técnico, e a “*sociedade global*” como uma formação social das relações de produção capitalistas. Portanto, segundo Maar⁹⁸, um dos temas centrais desse processo é o “*fim da sociedade do trabalho*” e a exclusão social.

[...] É preciso fazer a crítica dessa globalização em seus aspectos essenciais, revelando-a como presente histórico e não destino fatal. [...] Ser crítico passa a ser comparável a desafiar as leis da natureza! Mas a globalização é uma forma capitalista de globalização, assim como a liberdade liberal era uma (muito restrita) liberdade que alienava todos os aspectos não-formais da cidadania no plano da sociedade civil. A globalização globaliza, sobretudo um “padrão racional” para aparecer como totalidade: por exemplo, o seu modo de ver a exclusão, “ser não-global” que poderia ser incluído numa “razão global” (a brecha para o Brasil!). A exclusão, porém, precisa ser apreendida nos termos dos mecanismos que a geram operando nesse processo de globalização. A temática prioritária _e não o resultado mais imediato_ do processo de globalização capitalista é o “fim da sociedade do trabalho”, a redução do fator trabalho na produção. Não por acaso: o “trabalho” não é reduzido por ser pouco importante, mas por continuar decisivo, exigindo ser domado e limitado nos termos das relações de produção vigentes. A exclusão social _nacional ou global_ nada mais é do que a face social concreta gerada pela limitação do trabalho vivo no modo de produção capitalista. O concerto ideológico em torno do “fim” da sociedade do trabalho e da socialização pelo trabalho procura, sobretudo apagar a vinculação dos mecanismos geradores da exclusão com a esfera do trabalho social, que colocaria a nu os limites da razão global. (MAAR, W. L. Globalização: mito e realidade. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 07 ago. 1995. Opinião, p. 1-3.)

⁹⁸ Wolfgang Leo Maar, professor de ética e filosofia política na Universidade Federal de São Carlos, pós-doutorado na Universidade de Kassel (Alemanha) e autor de “O que é Política”, entre outros livros.

A exclusão gerada pelo processo de globalização é um assunto constante no debate da globalização do discurso em análise.

[...] Pode parecer contraditório falar em globalização e exclusão, pois a primeira dessas forças deveria, em princípio, completar o processo de integração das diversas famílias de civilizações, iniciado pelos descobrimentos e prosseguido pela expansão ocidental. A globalização seria, assim, o último estágio de um movimento que derrubou barreiras _a última sendo o Muro de Berlim_ e obrigou povos até então segregados não só a se reconhecerem mutuamente na sua fundamental unidade humana, mas a viverem em interdependência. O fenômeno é sobretudo econômico e se manifesta de muitas formas. Nas finanças, os fluxos de capital, em particular os de curto prazo e as operações de câmbio, adquiriram volume, velocidade e volatilidade tais que escapam aos controles governamentais e envolvem o globo como rede de malhas finas. [...] A busca dessa síntese de equilíbrio entre globalização e redistribuição, entre crescimento e equidade, dominará, nesta passagem de século, o debate interno e o internacional. Longe de termos assistido ao "fim da história, com o fim da disputa ideológica entre livre mercado e comunismo, seremos testemunhas de novos embates enquanto não se conseguir encaminhar solução para os flagelos do desemprego e da marginalização. (RICUPERO, R. À margem da história. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 04 nov. 1995. Dinheiro, p. 2-2.)

O chamado “*mundo sem fronteiras*” e a “*aldeia global*” são ilusões, no discurso de Santos. Mas a possibilidade de realizar mudanças e diminuir os índices de desigualdades sociais é viável, mediante a utilização do progresso técnico e científico direcionado ao suprimento das demandas sociais surgidas no contexto da globalização.

[...] Daí a ilusão de vivermos num mundo sem fronteiras, uma aldeia global. Na realidade, as relações chamadas globais são reservadas a um pequeno número de agentes, os grandes bancos e empresas transnacionais, alguns Estados, as grandes organizações internacionais. Infelizmente, o estágio atual da globalização está produzindo ainda mais desigualdades. E ao contrário do que se esperava, crescem o desemprego, a pobreza, a fome, a insegurança do cotidiano, num mundo que se fragmenta e onde se ampliam as fraturas sociais. A droga, com sua enorme difusão, constitui um dos grandes flagelos desta época. O mundo parece, agora, girar sem destino. É a chamada globalização perversa. Ela está sendo tanto mais perversa porque as enormes possibilidades oferecidas pelas conquistas científicas e técnicas não estão sendo adequadamente usadas. Não cabe, todavia, perder a esperança, porque os progressos técnicos obtidos neste fim de século 20, se usados de uma outra maneira, bastam para produzir muito mais alimentos do que a população atual necessita e aplicados à medicina reduziriam drasticamente as doenças e a mortalidade. Um mundo solidário produzirá muitos empregos, ampliando um intercâmbio pacífico entre os povos e eliminando a belicosidade do processo competitivo, que todos os dias reduz a mão-de-obra. É possível pensar na realização de um mundo de bem-estar, onde os homens serão mais felizes, um

outro tipo de globalização. (Santos, M. Por uma globalização mais humana. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 30 nov. 1995. FOVEST, p. Especial A-3.)

A globalização contém elementos culturais e sociais, que segundo Robertson⁹⁹, citado por Bonassa, a economia não dá conta de explicar ou tende a subestimar.

[...] Pensar apenas em termos de movimentação de capitais internacionais e abertura de mercados significa sucumbir a uma visão estreita, ideologizada, da globalização. [...] Do ponto de vista social, é preciso pensar também globalmente soluções para problemas gerados pela concentração de renda e falta de emprego. Sem isso, o fenômeno da globalização, nos moldes economicistas, pode gerar a perda de referenciais e acentuar posturas de defesa que acabam por reforçar, por exemplo, o nacionalismo. É um risco batizado por Robertson de "direitização globalizada." Por essa razão, para Robertson, a discussão não é meramente teórica, mas também política. As características da globalização serão definidas, nos próximos anos, com base no conflito entre as posições divergentes: pura homogeneização econômica ou defesa dos aspectos sociais e culturais. (BONASSA, E. C. Sociólogo inglês defende globalização humanista. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 18 abr. 1996. Ilustrada, p. 4-9.)

Em meados da década de 90, as incertezas do mundo globalizado ainda era matéria de destaque.

[...] De fato, o mundo assiste hoje a um processo extremamente delicado de transição da era industrial para algo que ninguém ainda sabe ao certo o que será. Sabe-se, contudo, que tem algo a ver com informação e os métodos para a sua transmissão. A globalização da economia aliada à revolução tecnológica, que substitui trabalhadores por computadores e robôs, levaram a um ambiente de extrema competitividade. [...] Ao mesmo tempo em que se cria uma elite muito bem formada e bem remunerada, amplia-se o número dos excluídos, daqueles que não encontram nem mesmo uma forma de obter dinheiro suficiente para alimentar-se e às suas famílias. Ou seja, está-se armando uma bomba social que, se nada for feito, poderá explodir provocando consequências funestas. Mil canais de televisão não alimentam ninguém, muito menos aqueles que nem sequer possuem um aparelho de TV. [...] (Mil canais. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 16 jun. 1996. Opinião, p. 1-2.)

O conceito de cidadania não pode estar vinculado à capacidade de consumo e a “*globalização da economia*” precisa ser confrontada, conforme Pinotti¹⁰⁰.

[...] Fico perplexo por constatar um pacto de silêncio diante da exclusão social e do desemprego, da ausência total de políticas públicas nas áreas que

⁹⁹ Roland Robertson, sociólogo inglês, professor da Universidade de Pittsburgh, nos Estados Unidos. Robertson combate a visão economicista da globalização, que restringiria, segundo ele, o seu verdadeiro alcance.

¹⁰⁰ José Aristodemo Pinotti, professor-titular de ginecologia da Faculdade de Medicina da USP e deputado federal pelo PMDB de São Paulo.

definem a qualidade de vida do cidadão, [...] como se a cidadania se concretizasse na face burguesa e pequena do consumismo e dela não fizessem parte educação, saúde, moradia, emprego, segurança, enfim, dignidade de vida, que, junto com liberdade e participação, definem a cidadania. [...] Nascida da ruína das ditaduras de direita e de esquerda, como um minimalismo corrompido do processo democrático, que perde seu nacionalismo e seus ideais igualitários, a globalização cresce e se expande na ausência do medo das transformações de esquerda. Nesse novo regime, a liberdade individual predomina sobre a coletiva, o cidadão é substituído pelo burguês, e a idéia de felicidade é extremamente individual e estreita. Trata-se de uma nova e poderosa religião - por isso o pacto de silêncio, da qual o templo é o "shopping center", e o "deus presidente do mundo" é o poder econômico (George Orwell). [...]. (PINOTTI, J. A. Pacto de silêncio. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 04 abr. 1997. Opinião, p. 1-3 4/1355.)

A crise na sociedade do mercado também é um assunto polemizado nessa discussão.

[...] Para seu divertimento, o mundo liberal escuta a "profecia" da crise como uma história da carochinha. Mas, como a cultura pós-moderna da mídia não pode mais, de toda forma, distinguir entre realidade e "filme", seus adeptos acreditam que tudo não passa de um jogo, depois do qual todos sairão confortavelmente para jantar. Por isso, não só os profetas da crise de conjuntura, mas também os propagandistas pós-modernos de uma jovialidade equívoca, tentam zombar de toda e qualquer advertência da crise como um pensamento "milenarista", irracional e apocalíptico. [...] De uma sociedade que deixa apodrecer seus museus, suas bibliotecas e seus monumentos culturais, bem como suas universidades e sua literatura, a fim de gastar dinheiro em automóveis, nada mais há para herdar senão uma montanha de sucata. [...] Mas _e a cultura de massas? Ela não poderia conter conteúdos emancipatórios? [...] O problema não é a cultura de massas como tal, mas o fato de seu conteúdo esgotar-se na forma comercial. Os meios técnicos não são independentes das relações sociais em que se manifestam. [...] O capitalismo, na verdade, nunca teve uma cultura própria, pois ele nada mais representa que o vazio bocejante do dinheiro. [...] O que apareceu como cultura capitalista foram sempre traços de cultura pré-moderna, que se converteram aos poucos em objetos de mercado, ou formas de protesto cultural contra o próprio capitalismo, que igualmente foram adaptadas para os fins comerciais. Hoje o capitalismo devorou tudo, ocupando-se agora em digeri-lo ou transformá-lo em lixo. [...] (KURZ, R. Os bobos da corte do capitalismo, **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 11 jan. 1998. Mais! p. 3-5 1/4787.)

O processo acelerado de urbanização do mundo atual constitui um fator de intensificação das desigualdades sociais.

No início do próximo milênio, em 2006, pela primeira vez na história da humanidade a quantidade de pessoas morando em cidades deve ser maior do que a população rural do planeta. Não é uma mera curiosidade, mas uma revolução.[...] Como observa o relatório "A Situação das Cidades do Mundo" (ONU), de 1999, o progresso de uma nação mantém uma alta correlação com a viabilidade das suas áreas urbanas: "As cidades são a chave para o desenvolvimento". Apesar de uma pequena queda, o ritmo da urbanização

continuará forte no início do novo milênio. Tanto que, se o crescimento fosse concentrado em um só lugar, a cada mês o mundo teria uma nova cidade do tamanho de Hong Kong (6,1 milhões de habitantes). Mas isso tem um preço. "O número de moradores urbanos vivendo em pobreza absoluta cresceu rapidamente nos anos 80, especialmente na América Latina, África e nas economias asiáticas menos favorecidas." O alerta consta do "Relatório Global sobre Aglomerações Humanas", que resume o encontro (Habitat) promovido pela ONU em 96 sobre o tema. Agravada pela globalização, a desigualdade entre cidades é um dos maiores custos da revolução urbana. [...] À aceleração da desigualdade somou-se a crise do Estado, que tirou dos governos muito de seu poder de investimento em infra-estrutura e serviços sociais. Como resultado, para uma parcela crescente da população, a vida urbana também passou a ser sinônimo de desemprego, miséria, violência, favelas, congestionamentos e poluição.[...] (TOLEDO, J. R. Urbanização cria uma Hong Kong por mês. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 02 mai. 1999. Caderno Especial, p. 2 5/597.)

Os dados referentes às desigualdades sociais do mundo globalizado são alarmantes e inacreditáveis. Até mesmos órgãos oficiais internacionais destacam este fato.

O planeta chega às vésperas de um novo século com "desigualdades mundiais na renda e níveis de vida de proporções grotescas". É o que informa a edição 1999 do Relatório sobre o Desenvolvimento Humano preparado pelo Pnud (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), tomando como base dados relativos a 1997 para 174 países. A qualificação de "grotesca" para as desigualdades ampara-se no seguinte fato: "A diferença de renda entre os 20% mais ricos da população mundial e os 20% mais pobres, medida pela renda nacional média, aumentou de 30 para 1 em 1960 para 74 para 1 em 1997". No fundo, essa é uma tendência muito mais antiga, se se levarem em conta estatísticas do século passado, naturalmente menos completas e refinadas: em 1870, por exemplo, os 20% mais ricos tinham renda apenas 7 vezes maior que a dos 20% mais pobres. O relatório cita esse dado para justificar a tese central deste ano, a de que a integração econômica do planeta _a chamada globalização_ tem contribuído para aumentar a desigualdade. Os desníveis sociais não aumentaram apenas entre países, mas também dentro de certos países. Mesmo nações ricas, como as da OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico, que reúne as 29 nações supostamente mais industrializadas), "registraram grandes aumentos na desigualdade, depois dos anos 80 _especialmente a Suécia, o Reino Unido e os Estados Unidos". A menção específica aos EUA e ao Reino Unido não é casual: o relatório faz uma forte crítica à globalização da forma como vem sendo feita, com forte hegemonia do liberalismo, de que Reino Unido e EUA são campeões. "Houve uma maior atenção às normas, padrões, políticas e instituições para abrir os mercados mundiais do que para as pessoas e seus direitos", diz o Pnud. Embora olhe a situação mundial de uma perspectiva de médio e de longo prazo, o relatório não deixa de citar problemas conjunturais que contribuíram poderosamente para tornar "grotesca" a desigualdade atual. [...] Para o crescimento da desigualdade, contribuiu igualmente o fato de que as regiões historicamente marginalizadas (a maior parte da África, por exemplo) somaram-se países como a Rússia e a Venezuela, que, nos anos recentes, "pouco têm se beneficiado da expansão dos mercados e do avanço da tecnologia". A brecha na riqueza de nações e indivíduos chegou a tal ponto que o relatório afirma que "os ativos dos três maiores multimilionários são

superiores ao PIB conjunto de todos os países menos desenvolvidos e dos seus 600 milhões de habitantes".[...] O relatório acaba sendo a mais devastadora crítica à globalização, da forma como vem se impondo no planeta, sem, no entanto, negar o "enorme potencial" desse mesmo processo."Temos mais riqueza e tecnologia e mais compromissos em relação à comunidade mundial do que antes. Mercados mundiais, tecnologia mundial, idéias mundiais e solidariedade mundial podem enriquecer a vida das pessoas, por toda parte, aumentando muito suas escolhas", reconhece o Pnud.[...].(ROSSI, C. Distribuição de renda é 'grotesca', diz ONU. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 11 jul. 1999. Brasil, p. 1-16 7/3704.)

Essa citação sobre relatório de órgãos internacionais foi destacada para comprovar que também há a veiculação de dados oficiais nas matérias jornalísticas, a partir dos quais pode ser dimensionado o volume e a intensidade dos problemas sociais gerados no contexto da globalização.

4.1.2 Análise do material empírico do período de 2000 a 2004

4.1.2.1 Aspecto Tecnológico

No período de 2000 a 2004, pode-se observar uma mudança em relação ao uso da Internet e de mecanismo tecnológicos, pois as matérias não enfatizam mais a Internet como uma incógnita, como um fator de desenvolvimento, ou, ainda, como um objetivo a ser alcançado, visto que já faz parte do contexto. A tônica da discussão gira em torno da interatividade; da blogosfera; dos neologismos utilizados na e pela linguagem da comunicação em rede; das experiências virtuais; do redimensionamento da mídia em função das novas tecnologias; dos programas de interação virtual da TV, entre outros.

[...] Somos hoje seres globais porque estamos todos integrados à imagem via satélite do planeta que vemos todas as noites na TV como imagem normal. Essa imagem pertence à nossa época tanto quanto a Internet, que nos coloca em interação com o mundo quando e onde queremos. [...] (FILLION, O. A era da interatividade. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 14 jan. 2001. Mais! p. 8-9.)¹⁰¹

¹⁰¹ Odille Fillion, repórter do "Le Monde", de onde foi originada a reportagem, traduzida por Paulo Migliatti.

Outro fator bastante destacado nas matérias foi o aparecimento de neologismos advindos, segundo Schwartz, da língua inglesa e incorporados na linguagem da globalização como XML(“extend markup language”); “wi-fi” (“wireless frequencies”, frequências em que são transmitidas as informações sem fio, contrapondo ao “hi-fi” dos anos 50); “F2F”(“face to face”); “fleshmeet”(encontro carnal); “facemail”(mensagem transmitida durante uma conversação face a face).

[...] Tais neologismos parecem indicar fragmentação, violência digital, diluição de direitos e perda de horizontes universais para as práticas humanas. [...] (SCHWARTZ, G. Globalização e internet X apontam nova onda mundial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 11 nov. 2001. Dinheiro, p. B2.)

A televisão é reconhecida como veículo que “*vem monitorando e promovendo mudanças sociais significativas*”, como ressalta Bentes¹⁰²:

[...] Estamos assistindo a uma reconfiguração do campo televisivo com a convergência entre TV e internet, a entrada de capital estrangeiro no negócio e a busca incessante por novos formatos. Acontecimentos mundiais transmitidos ao vivo, jogos e "reality shows", zoológicos e laboratórios humanos interativos que devassam a intimidade são alguns desses novos campos de batalha. [...] Na busca de criar fatos midiáticos continuamente, capturar nossa atenção e comprar nosso tempo, a televisão convoca o próprio espectador ou usuário a participar do processo de produção da informação. [...] (BENTES, I. Guerrilha de sofá. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 31 mar. 2002. Mais! p. 6-7.)

Nesse período, constata-se um maior aprofundamento das questões envolvidas na discussão tecnológica da globalização. A especulação dá lugar à informação sobre as características e aplicações da tecnologia no mundo contemporâneo.

[...] O surgimento da blogosfera no mundo anglófono e sua transformação qualitativa, em menos de dois anos, numa instância ou espaço dotado de características específicas e de dinâmica própria resultaram igualmente de uma longa série de progressos tecnológicos graduais convergindo num momento histórico preciso que, por diversas razões, quase parecia requerer sua criação. [...] Outro fator importante é que, na maioria das vezes, a blogosfera não produz informação: somente a discute, coteja, filtra. [...] (ASCHER, N. De Gutenberg à blogosfera. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 23 jun. 2003. Ilustrada, p. E10.)¹⁰³

¹⁰² Ivana Bentes, professora da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, organizadora de "Cartas ao Mundo" (Companhia das Letras) e autora de "Joaquim Pedro de Andrade" (ed. Relume-Dumará).

¹⁰³ Nelson Ascher, poeta, escreve para a Folha de São Paulo.

4.1.2.2 Aspecto Político

As questões da democracia e do Estado-nação estão sempre presentes na discussão da globalização, sendo um dos destaques principais no elenco de abordagens pertinentes ao que estou chamando de aspecto político da globalização.

[...] Por outro lado, com a globalização transnacional do capital, a política democrática em bases nacionais perdeu toda capacidade efetiva de regular a vida social. Nesse processo, também os partidos políticos perdem sua capacidade de formação de opinião e regridem para um sistema de cliques mafiosas, onde a liderança pessoal toma o lugar dos processos públicos de tomada de decisões. [...] (KURZ, R. Raposas no galinheiro. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 05 mar. 2000. Mais! p. 5-15.)

A interligação dos diversos aspectos da economia globalizada com outros itens da vida social é uma discussão constante. O destaque é sobre a semelhança entre a questão moral na era da globalização e a do período histórico da colonização.

[...] No fundo, o debate sobre os aspectos desumanizadores da globalização não é diferente em essência da discussão moral sobre a colonização e os índios. [...] Esses precedentes nos convidam a refletir sobre a necessidade de dotar a economia de consciência moral se queremos evitar repetir, sob forma atualizada, a espoliação e a opressão da era do Descobrimento. E moral aqui significa algo mais que respeitar os contratos ou não enganar os acionistas. [...] (RICUPERO, R. Comemorar o quê? **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 12 mar. 2000. Dinheiro, p. 2-2.)

A globalização, para Fukuyama¹⁰⁴, é um imperativo histórico, que definirá a organização política dos países.

[...] Quando uma economia baseada em informação se torna mais complexa e passa a depender mais de recursos tecnológicos, o planejamento central acaba sendo substituído pela tomada de decisão descentralizada. É o que conhecemos como economia de mercado. Mas há outro fator em ação. É a globalização, aliada à revolução da tecnologia da informação. O país que optar por uma economia rigidamente controlada pelo governo acabará se distanciando dos países economicamente flexíveis. [...] (FUKUYAMA, F. Será que o socialismo vai retornar? **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 18 mai. 2000. Caderno Especial 2, p.12-13.)

¹⁰⁴ Francis Fukuyama é professor de administração pública na George Mason University e autor de *The End of History and the Last Man*.

Os movimentos antiglobalização caracterizam-se pela luta por uma “*globalização alternativa*”, conforme discute Santos¹⁰⁵.

[...] A grande maioria dos manifestantes em Praga não protestou contra a globalização. Protestou contra a globalização predadora, protagonizada pelo capitalismo global, mas em nome de uma globalização alternativa, mais justa e equitativa, que permita uma vida digna e decente à população mundial, e não apenas a um terço dela, como acontece. O êxito de movimentos e organizações que lutam por essa globalização alternativa deve ser medido pelo seu impacto em cada um dos quatro níveis do processo de decisão política, os quais, por ordem crescente de sua efetividade, são os seguintes: definição dos temas da agenda política; transformação da retórica dos decisores; alterações institucionais; e mudanças efetivas de atuação. (SANTOS, B. S. Praga, Brasil. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 02 nov. 2000. Opinião, p. A3.)

A ruptura com o atual contrato social precário está iminente e, segundo Vieira¹⁰⁶, é dada pela corrupção em que o Estado está imerso.

[...] Entre as múltiplas funções do Estado, existe uma que nunca mereceu uma análise atenta dos observadores políticos. O Estado é também um aparelho de saque. É inegável que os detentores do poder sempre se banquetearam com o dinheiro público. [...] (VIEIRA, L. Corrupção, Estado e nação. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 20 nov. 2000. Opinião, p. A3.)

Muitas outras discussões relacionadas à questão mais ampla do Estado-nação são objeto de reflexão entre os autores, como a questão da soberania, ressaltada por Setubal¹⁰⁷ e por Ricupero, nos trechos a seguir.

[...] A soberania sempre foi um dos temas mais recorrentes no discurso político do mundo moderno. [...] (SETUBAL, O. Soberania X globalização. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 19 out. 2000. Opinião, p. A3.)

[...] Como naquela primeira fase da internacionalização da economia, não é verdade que a globalização acabe com a soberania, mas sim que ela fortalece desmesuradamente a soberania de alguns em detrimento de outros. [...] (RICUPERO, R. A vitória do barão do Rio Branco na questão do Amapá. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 01 dez. 2000. Brasil, p. A9.)

¹⁰⁵ Boaventura de Sousa Santos, sociólogo, professor catedrático da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (Portugal).

¹⁰⁶ Liszt Vieira, doutor em sociologia, professor da PUC-RJ e da UFF, autor de "Cidadania e Globalização" (Ed. Record) e de "Os Argonautas da Cidadania" (no prelo).

¹⁰⁷ Olavo Egydio Setúbal, engenheiro, presidente da Itaúsa (Itaú Investimentos S.A). Foi Prefeito de São Paulo (1974-79) e Ministro da Relações Exteriores (1985-86).

A nova sociedade global e pós-industrial requer novos instrumentos para o aperfeiçoamento da diplomacia clássica, que deverão partir de três pontos cruciais, de acordo com Mena¹⁰⁸.

[...] A afirmação das novas identidades _que surgiu de forma autônoma e paralela à globalização. Essas identidades são atualmente de natureza múltipla ou plural. A principal fonte de identidade do último século foi a nação, que serviu de base aos outros tipos de identidades.[...] Consumo e comunicação _nos quais a sociedade pós-industrial se estrutura.[...] As políticas internas e externas _são outra mudança das que têm afetado decisivamente as funções da diplomacia. Elas se originam da virtual fusão entre as políticas interna e externa. Os efeitos de ambas podem ser sentidos fortemente nos respectivos âmbitos de ação. Isso revela que os problemas cruciais que enfrenta a sociedade atual não podem ser resolvidos de maneira efetiva dentro das fronteiras de cada país. [...] (MENA, C. E. Modernizar a diplomacia. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 15 mar. 2001. Opinião, p. A3.)

Sobre o Fórum Social Mundial, Santos afirma que:

[...] Estamos perante um novo horizonte civilizatório, uma proposta de luta política que extravasa aspectos significativos do patrimônio político progressista que herdamos dos séculos 19 e 20. Distingo três aspectos principais. A primeira novidade reside na concepção de poder e de opressão. [...] A segunda novidade diz respeito à equivalência entre os princípios da igualdade e da diferença. [...] A terceira novidade diz respeito à democracia e à conquista do poder. [...] O que está em causa é uma globalização contra-hegemônica em que caibam vários mundos e várias concepções de emancipação social. [...] (SANTOS, B. S. O novo milênio político. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 10 abr. 2001. Opinião, p. A3.)

Em matéria intitulada “*A hegemonia e suas dores*”, Dupas¹⁰⁹ adverte de forma instigante que a hegemonia não é resultado direto dos indicadores comerciais e financeiros.

[...] no capitalismo global o crescimento do déficit comercial do seu país hegemônico, com presença dominante no comércio internacional por meio de suas grandes empresas, pode ser sintoma de vitalidade, e não de um desequilíbrio competitivo. É cedo para dizer se a globalização dos processos produtivos, liderados principalmente pelas grandes corporações norte-americanas, acabará por determinar novas referências para os conceitos clássicos de desequilíbrio comercial. O que sabemos é que os atuais déficits externos dos grandes países da periferia, como o Brasil, agravaram-se após as políticas de abertura econômica, seja pelo crescimento das importações maior que das exportações, pelo crescimento dos juros das dívidas ou pelo aumento do fluxo de lucros remetidos pelos mesmos capitais que vieram para a privatização ou para a compra de empresas locais; capitais esses dos quais

¹⁰⁸ Carlos Eduardo Mena, advogado e cientista político, embaixador do Chile no Brasil.

¹⁰⁹ Gilberto Dupas, economista, coordenador-geral do Gacint-USP (Grupo de Análise da Conjuntura Internacional da Universidade de São Paulo) e autor, entre outras obras, de “*Ética e Poder na Sociedade da Informação*”. Foi membro do Conselho Diretor do Instituto de Estudos Avançados, da USP, secretário Estadual da Agricultura e Abastecimento em São Paulo e presidente da Caixa Econômica Estadual (governo Montoro).

dependemos cada vez mais para fechar nosso déficit. Como se vê, para nós o predominante são as dores. (DUPAS, G. A hegemonia e suas dores. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 29 mai. 2001, Editoria: OPINIÃO Página: A3.)

A perplexidade é um tema que acompanha a discussão da globalização, quer seja referente ao deslumbramento em relação às inovações e potencialidades desse processo; quer seja no que diz respeito à falta de atitude crítica diante de fatos demonstrativos da característica de exclusão, que tem marcado esse processo.

A tal da globalização não serve apenas para que todos os que têm dinheiro - e nem é preciso muito - possam comer Big Mac na China ou em Bali, em Brasília ou em Dacar. Está servindo igualmente para globalizar a perplexidade - ao menos na América Latina. É visível o esgotamento do modelo dito neoliberal, Consenso de Washington, "pensamento único" ou como diabos se queira chamá-lo. Para os críticos perenes, o esgotamento é consequência do fracasso do modelo em promover o desenvolvimento e, mais ainda, em introduzir maior equidade em sociedades profundamente desiguais. Para os críticos moderados, o esgotamento é a prova da insuficiência da receita. [...] (ROSSI, C. Globalizados. E perplexos. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 29 jun. 2001. Opinião, p. A2.)

Ao se referir à conferência de cúpula dos países ricos, membros do Grupo dos Oito (G8), em Gênova, Itália, de 20 a 22 de julho de 2001, Sachs¹¹⁰ apresenta uma síntese sobre as duas visões da globalização: a do G8 e a dos manifestantes.

[...] Tanto os manifestantes quanto os líderes do Grupo dos Oito (G8) se acusarão uns aos outros de não entender as realidades da globalização. Os líderes do G8 dirão que a globalização não só é inevitável como boa para o desenvolvimento. Os manifestantes dirão que a distância entre os ricos e os pobres está aumentando. [...] A globalização ajuda parte dos países em desenvolvimento a crescer, mas deixa centenas de milhões, até mesmo bilhões, de pessoas para trás, incluindo muitos dos mais pobres cidadãos do mundo. Ao fingir que a globalização ajuda a todos, os países do G8 estão pintando um quadro pouco realista, que estimula uma reação adversa. [...] O principal problema da globalização é que boa parte dos países em desenvolvimento não se tornaram parte do processo. [...] Um diálogo sensato entre os defensores e os oponentes da globalização deveria começar por meio do reconhecimento de que embora a globalização esteja gerando imensas vantagens para muitos dos países pobres, há um grande número deles que fica para trás, na pobreza, que talvez esteja se intensificando, em parte devido à globalização. [...] (SACHS, J. Meias verdades se chocam em Gênova. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 07 jul. 2001. Dinheiro, p. B2.)

¹¹⁰ Jeffrey D. Sachs, professor da cátedra Galen L. Stone de Economia e diretor do Centro para o Desenvolvimento Internacional da Universidade Harvard.

Os movimentos de protesto contra a globalização demonstram que uma “*globalização alternativa*” é possível. Essa proposição vem sendo tratada por Santos em seus artigos.

São quatro as principais lições do que se passou em Gênova durante a reunião do G-8. Nós as teremos presentes no segundo Fórum Social Mundial, de Porto Alegre, em fevereiro de 2002. Primeira lição: esta globalização é insustentável. Segunda lição: está em curso uma globalização alternativa. [...] Terceira lição: o diálogo entre as duas globalizações é inadiável. O capitalismo global, que pensava ter o caminho livre depois do Muro de Berlim, é obrigado a erigir muros de aço e de cimento para que os seus representantes possam continuar a tomar decisões.[...] Quarta lição: de Gênova 2001 a Porto Alegre 2002 há um longo caminho a percorrer. À medida que cresce a globalização contra-hegemônica, cresce a responsabilidade de seus protagonistas. Essa responsabilidade vai ser medida em três níveis: organização, atuação e objetivos. [...] (SANTOS, B. S. As lições de Gênova. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 30 jul. 2001. Opinião, p. A3.)

No mesmo ano, 2001, é constatado que o deslumbramento com a globalização está dando lugar à crítica. Pois, até defensores incondicionais da globalização estão questionando seus efeitos, impactos e possibilidades.

[...] Para quem já se havia habituado a uma certa solidão nas críticas a aspectos do neoliberalismo e da globalização, começa a parecer multidão a quantidade de gente _e de gente ilustre_ que pula para o bote dos críticos. O espaço não permite listar todos os revisionistas do "pensamento único". Mas parece óbvio que o passeio triunfal do neoliberalismo e do modo de globalização a ele associado está sendo bruscamente interrompido. Ainda há vida no planeta Terra?(ROSSI, C. Não empurrem. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 30 ago. 2001. Opinião Página: A2.)

A “*utopia de um mercado global e sem Estado*” é criticada por Hobsbawm¹¹¹

[...] Independentemente de quais fossem as perspectivas antes dos terremotos econômicos de 1997-98, hoje está claro que a utopia de um mercado global e sem Estado, baseado no "laissez-faire", não vai se concretizar. A maior parte da população do mundo, e certamente aquela que vive sob regimes democráticos liberais merecedores do nome, vai continuar a viver em Estados operacionalmente eficazes, mesmo que em algumas regiões desafortunadas o poder do Estado e a administração tenham virtualmente se desintegrado. Logo, a política vai continuar a existir. As eleições democráticas, também. Resumindo: vamos enfrentar os problemas do século 21 armados com um conjunto de mecanismos políticos gravemente inadequado para lidar com

¹¹¹ Eric Hobsbawm é professor emérito de história econômica e social da Universidade de Londres e autor de, entre outros, "A Era dos Extremos" (Companhia das Letras) e "Revolucionários" (ed. Paz e Terra). O texto acima foi publicado na "New Statesman".

eles. Esses mecanismos estão confinados dentro das fronteiras de Estados-nação, cujo número está crescendo, e enfrentam um mundo global que está além de seu âmbito de atuação. [...] (HOBSBAWM, E. A falência da democracia. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 09 set. 2001. Mais! p. 6-7.)

A exclusão gerada pela globalização demonstra que neste contexto não é possível manter a esperança de um mundo com menos desigualdades, como afirma Mendes¹¹².

[...] O Terceiro Mundo decompôs-se como esperança de desenvolvimento equilibrado no fim do último meio século. E o fundamentalismo mantém em vigília o sentimento de auto-estima, resistente para além da miséria e da marginalidade econômica, crônica neste mundo, vasto mundo, para além dos que olham o G7, na fotografia da grande risada final de todos os seus encontros. [...] (MENDES, C. O canivete e a guerra santa. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 14 set. 2001. Opinião, p. A3.)

Para não criminalizar os movimentos antiglobalização, Castells¹¹³ preconiza que é essencial distingui-los de outras guerras.

A bárbara matança de milhares de pessoas nos Estados Unidos abalou os alicerces de nossas sociedades, ao colocar em questão os princípios da coexistência e da civilidade nas quais elas se fundamentam. Mas o dia 11 de setembro de 2001 tem um significado ainda mais dramático: nessa data foi desencadeada a primeira guerra mundial do século 21, uma guerra na qual, queiramos ou não, já estamos mergulhados. Qual é essa guerra? De quem contra quem? Como se prevê que ela vai se desenrolar? Só compreendendo em que guerra nos metemos poderemos agir sobre ela a partir de nossos diferentes valores e interesses. Não é um choque de civilizações _essa é uma idéia falsa difundida por aqueles que reduzem o multiculturalismo de nossa espécie à oposição etnocêntrica entre Ocidente e "os outros". Não é um choque de religiões, porque a grande maioria dos muçulmanos e a quase totalidade dos governos dos países islâmicos se opõem ao terrorismo e, em grande medida, apostam na integração na economia mundial e na comunidade internacional. Tampouco é um choque entre os pobres e o capitalismo mundial, embora a exclusão social leve ao desespero do qual se alimenta o fanatismo. É essencial distinguir essa guerra da oposição ao modelo neoliberal representada pelo movimento antiglobalização, já que traçar paralelos ou aproximações entre as duas coisas levaria à criminalização do movimento antiglobalização e ao sufocamento do grande debate democrático sobre os conteúdos da globalização, debate esse que apenas começou. [...] Estamos diante de uma guerra definida em termos mais precisos: é a guerra das redes fundamentalistas islâmicas terroristas contra as instituições políticas e econômicas dos países ricos e poderosos, em particular dos Estados Unidos, mas também da Europa ocidental - países estreitamente vinculados em sua economia, em suas formas de democracia e em sua aliança militar. [...]

¹¹² Candido Mendes, presidente do "senior board" do Conselho Internacional de Ciências Sociais da Unesco e membro da Academia Brasileira de Letras e da Comissão de Justiça e Paz.

¹¹³ Manuel Castells, doutor em sociologia pelas Universidades de Paris e Madrid. Tradução de Clara Allain.

(CASTELLS, M. Guerra das redes. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 21 set. 2001. Caderno Especial, p. Especial-8.)

Com a intensificação das desigualdades, Giannotti¹¹⁴ afirma que a globalização gera uma “*nova barbárie*”.

[...] A chamada globalização até agora aprofundou as diferenças regionais, relegando partes da humanidade à instabilidade ou à miséria permanente. Desse modo, globaliza as sementes do terror, cria novos bárbaros capazes de ameaçar a tranquilidade das novas Romas. Não podem vencê-las, mas ameaçam o mundo de nova barbárie. [...] (GIANNOTTI, J. A. A ocultação do real. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 07 out. 2001. Mais! p. 12-13.)

Apesar das novas formas de violência suscitadas no contexto da globalização, Sader¹¹⁵ acredita que construir a paz é possível e necessário.

[...] A situação é fruto da polarização em que a globalização liberal tenta encerrar a humanidade: a violência da globalização liberal e a globalização da violência. Se ficarmos encerrados nos termos que a hegemonia norte-americana tenta impor ao mundo, esse será cada vez mais inseguro para todos e injusto para a grande maioria.[...] Somente os que lutam por um outro mundo possível, os que querem deslocar os termos em que a globalização liberal quer encerrar a humanidade, podem contribuir decididamente para a paz no mundo. [...] Um mundo sem guerras é possível, contanto que não nos deixemos levar pela apropriação do tema da paz justamente por aqueles que são os principais responsáveis pelas guerras, pela produção do armamento material e espiritual do clima belicoso que domina o mundo. Um mundo em paz é possível, contanto que lutemos contra as guerras e pelo desarmamento material e moral de todos, com uma ordem mundial que contemple o interesse de todos, de forma equitativa e duradoura. (SADER, E. Guerra e paz. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 08 out. 2001. Opinião, p. A3.)

Um conflito mundial na era da globalização teria efeitos catastróficos, segundo Eco¹¹⁶.

[...] Todos os incidentes que previ derivam do fato de que existe a globalização e, nessa situação, interesses e exigências das forças em conflito estariam estreitamente entrelaçados, como já estão, num novelo que não pode ser desentrelaçado sem ser destruído. O que significa que, na era da globalização, uma guerra global é impossível, isto é, levaria à derrota de todos. (ECO, U. Cenários de uma guerra global. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 21 out. 2001. Mundo, p. A22.)

¹¹⁴ José Arthur Giannotti é filósofo e professor emérito da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, autor de, entre outros, "Certa Herança Marxista" (Companhia das Letras). Ele escreve mensalmente na seção "Brasil 502 d.C."

¹¹⁵ Emir Sader, professor de sociologia da USP e da Uerj e autor de "Século 20 - uma Biografia Não-Autorizada" (Perseu Abramo), entre outras obras.

¹¹⁶ Umberto Eco, escritor e ensaísta italiano. Autor da obra "O Nome da Rosa", entre outras.

Alguns autores, como Giddens, propõem que a solução para os problemas atuais do mundo está na intensificação da globalização e não no contrário.

[...] A globalização nunca foi resultado de políticas escolhidas conscientemente e não pode ser revertida por decisão nossa. Ademais, apesar das perspectivas sombrias que se apresentam para boa parte do mundo no momento atual, a globalização oferece benefícios, incluindo vantagens para os países mais pobres, que não podem ser alcançados de nenhuma outra maneira. A definição mais simples de globalização é "interdependência crescente".[...] Para que possamos emergir dos tempos sombrios em que ingressamos será necessária mais globalização, e não menos. A globalização diz respeito, entre outras coisas, ao progresso do direito internacional. [...] O movimento antiglobalização afirma que o abismo entre ricos e pobres no mundo está aumentando e que a responsabilidade disso cabe à globalização. A primeira idéia é questionável e a segunda é falsa. [...] (GIDDENS, A. O fim da globalização. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 28 out. 2001. Mundo, p. A34.)

Na afirmação de Beck¹¹⁷, a globalização “*não pode retroceder*”. Fatos como o ataque terrorista do dia 11 de setembro expõe a falsa promessa do neoliberalismo e reforça a idéia de que o fim do Estado é uma falácia.

Os terroristas não apenas expuseram a vulnerabilidade da civilização ocidental. Também mostraram os conflitos que a globalização pode causar. De repente, os axiomas aparentemente irrefutáveis do neoliberalismo _que a economia sobrepujará a política, que o papel do Estado diminuirá_ perdem sua força num mundo de riscos globais. Depois de 11 de setembro, os governos redescobriram as possibilidades e o poder da cooperação internacional, por exemplo, para manter a segurança interna. Subitamente, a necessidade do Estado, o antiprincípio do neoliberalismo, é onipresente. Nesse sentido, o terrorismo atingiu exatamente o oposto do que pretendia: provocou uma era de governo globalizado, a invenção da política interfronteiras por meio de redes e da cooperação. Viu-se que a resistência simplesmente acelera o desenvolvimento da globalização. Aqui, então, está o paradoxo central: globalização é o nome dado a um estranho processo que é impulsionado tanto por seus defensores quanto por seus adversários. [...] A globalização é um processo ambíguo, mas que não pode retroceder. [...] [...].(BECK, U. Terror e Estado mínimo são o Chernobyl da globalização. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 08 nov. 2001. Dinheiro, p. B4.)

¹¹⁷ Ulrich Beck, sociólogo alemão, que cunhou a expressão “brasilianização do Ocidente”, para defender a tese de que, mesmo nos países mais ricos, haverá mais flexibilização e erosão do trabalho formal, regulamentado e protegido pelo Estado, de forma que o paradigma do trabalho passa a ser emprego temporário e informal. Autor de “A Sociedade do Risco – a caminho de um outro moderno” (1986); “Modernização Reflexiva – Política, Tradição e Estética na Ordem Social Moderna”, escrito em parceria com Giddens e Scott Lash e “O Admirável Mundo Novo do Trabalho”.

Para Viola¹¹⁸ e Leis¹¹⁹,

[...] Com o fim da Guerra Fria, a década de 1990 foi marcada simultaneamente pela intensificação da globalização econômica e pela erosão da governabilidade mundial. Essa defasagem entre as dimensões econômica e política da globalização atingiu um ponto de inflexão no dia 11 de setembro. Seguindo os autores que assumem a globalização como um fenômeno multidimensional (econômico, político, militar, ecológico, social e cultural), é possível observar que, na última década as relações internacionais foram dirigidas pela economia e, na década de 2000, serão as questões de segurança e de governabilidade as que deverão comandar o cenário. [...] (VIOLA, E. e LEIS, H. A globalização político-militar. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 10 nov. 2001. Opinião, p. A3.)

A oposição entre universalismo e nacionalismo é ressaltada a partir de discussão sobre a “*moeda hegemônica*”.

[...] Toda crise capitalista é, em potencial, também uma crise do dinheiro, pois é este que constitui o meio e ao mesmo tempo o irracional fim em si mesmo do processo de exploração. O dinheiro, no entanto, nunca é dinheiro em si, mas sempre moeda. A moeda representa a designação que cada nação dá a seu dinheiro. Por um lado, a forma dinheiro em si é universal e expressa o universalismo abstrato, destrutivo do capital. Mas a forma exterior e real com que o dinheiro se manifesta é necessariamente nacional _moeda corrente mesmo. A moeda corrente da liderança econômica e político-militar assume então o caráter de uma moeda hegemônica que constitui o principal meio de reserva dos bancos centrais e na qual se desenvolve a maioria das transações comerciais e financeiras. Entretanto também essa moeda hegemônica é necessariamente condicionada por fatores nacionais. É aí que se mostra no plano econômico um aspecto da contradição interna do capitalismo: a oposição entre universalismo e nacionalismo. [...] (KURZ, R. O declínio da última moeda hegemônica. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 02 dez. 2001. Mais! p. 14-15.)

A forma de articulação e de atuação do movimento antiglobalização, através de redes com extensão global, apresenta-se, para Gohn¹²⁰, como uma das principais novidades no campo político, referentes ao processo de organização da sociedade civil.

[...] O movimento antiglobalização criou um novo ator sociopolítico de caráter mundial que pautou, na agenda dos grandes problemas internacionais, um dos maiores desafios do século 21: como atuar diante do choque entre as diferentes culturas nacionais e da ampliação dos conflitos étnicos. Ele fez isso

¹¹⁸ Eduardo Viola, professor do Departamento de Relações Internacionais da Universidade de Brasília.

¹¹⁹ Héctor Ricardo Leis, professor do Departamento de Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina.

¹²⁰ Maria da Glória Gohn, professora titular da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas e autora de "Teoria dos Movimentos Sociais" (Loyola), entre outros.

ao denunciar as contradições existentes entre a voracidade da globalização econômica no plano das nações e seus mercados e os efeitos destrutivos da globalização no plano cultural, no nível local. [...] O que o movimento antiglobalização está demonstrando é que as lutas sociais voltaram à cena internacional como fonte de pressão por mudanças que levem a transformações do modelo civilizatório em curso. Ele foi gerado pelo próprio sistema a que se contrapõe: a globalização capitalista. [...] A novidade no movimento antiglobalização é que ele está unindo, sem apagar as diferenças, num campo de ação comum, grupos políticos e tribos culturais que até então nem sequer se sentavam juntos para dialogar, ou seja, o movimento antiglobalização é, em si, um novo ator sociopolítico. [...]. (GOHN, M. G. De Seattle a Gênova. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 27 jan. 2002. Mais! p. 14-15.)

Castells considera a discussão da globalização como “*um grande debate ideológico*”, embora se trate de fenômeno objetivo. Essa discussão articula questões centrais da definição e do debate da globalização.

[...] A esta altura, cada qual tem sua opinião sobre a globalização. Esse é o principal mérito do movimento global contra a globalização: ter posto na pauta do debate social e político algo que se apresentava como o caminho único e indiscutível do progresso da humanidade. Como é próprio de todo grande debate ideológico, este se dá em meio à confusão e à emoção, mortos incluídos. [...] A começar pela própria definição de globalização. Trata-se de um processo objetivo, não de uma ideologia, embora tenha sido utilizado pela ideologia neoliberal como argumento para arvorar-se como a única racionalidade possível. E é um processo multidimensional, não apenas econômico. Sua expressão mais determinante é a interdependência global dos mercados financeiros, propiciada pelas novas tecnologias de informação e comunicação e favorecida pela desregulação e liberalização desses mercados.[...] As migrações também contribuem para uma globalização crescente do trabalho em setores menos especializados. A globalização inclui o mundo da comunicação, com a interpenetração e concentração dos meios de massa em torno de sete grandes grupos multimídia, ligados por diversas alianças a uns poucos grupos dominantes em cada país (na Espanha, quatro ou cinco, dependendo de como se conte). E a comunicação entre as pessoas também se globaliza com a internet [...]. (CASTELLS, M. A necessidade de representação. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 27 jan. 2002. Mais! p.12-13.)

Touraine afirma que é um contra-senso entender a economia como um setor isento de controles sociais e políticos.

[...] Não existe nenhuma lógica econômica que imponha suprimir todos os controles sociais e políticos da economia. Ao contrário, o pensamento econômico reconhece o papel crescente, predominante mesmo, dos fatores sociais e políticos do crescimento econômico. O fato de o sistema econômico ser amplamente dominado por empresas e bancos norte-americanos não impede que um capitalismo extremo, na forma de um liberalismo sem limite, seja de fato o inimigo real de todos os que se opõem à globalização, mais ainda que o Estado norte-americano. [...] (TOURAINÉ, A. Da dominação

econômica à política guerreira. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 05 mai. 2002, Mais! p. 3.)

A discussão sobre as determinações entre o global e o local é tratada de forma instigante, a partir da consideração de fato ilustrativo.

A imagem do povo demolindo o Muro de Berlim com martelos e picaretas foi o símbolo visual que resumia a promessa dos anos 90: a abolição de todas as barreiras - entre as economias, pela ação da liberalização e da globalização; entre os homens, pelo fim da confrontação da Guerra Fria e do apartheid. Doze anos depois, os dirigentes europeus discutem em Sevilha como edificar muralha contra os imigrantes do Terceiro Mundo, o gabinete israelense decide erguer cerca para impedir a infiltração de terroristas palestinos, o país mais rico do mundo multiplica as barreiras contra o aço, os produtos sensíveis, a agricultura. [...] A mensagem é inconfundível: não é o global que determina o local, conforme querem os adeptos da globalização, mas o contrário. [...] (RICUPERO, R. Reconstruindo muros. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 30 jun. 2002. Dinheiro, p. B2.)

A questão da hegemonia também aparece no discurso em análise, no qual a atual hegemonia norte-americana é qualificada de global e prenunciada como decadente.

[...] O término inevitável dessa era do "capital fictício" ameaça não somente arrastar a economia norte-americana, totalmente endividada, para o precipício, alargando a crise ardente da economia mundial a ponto de convertê-la num incêndio de extensão global, mas ameaça também, numa perspectiva mais ampla, colocar em questão a capacidade de financiamento da máquina militar dos EUA e provocar o fim da hegemonia global. (KURZ, R. A fuga para a frente. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 24 nov. 2002. Mais! p. 11.)¹²¹

O "global" do termo globalização enfrenta uma crise generalizada, segundo Bernard¹²². A denominação de sanatório da globalização ao local de reunião do Fórum Econômico Mundial expressa a veemência do argumento dessa crise.

[...] O "global" da globalização está em crise, e esta é, antes de tudo, uma crise de confiança interna e externa, setORIZADA e também geral, tocando desde os países mais industrializados até os menos avançados. A estação de esqui de Davos se torna novamente o sanatório que era o teatro de operações de "A Montanha Mágica", de Thomas Mann. É o sanatório da globalização. [...] (BERNARD, F. Diferenças entre global e mundial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 28 jan. 2003. Opinião, p.A3.)

¹²¹ Texto de Robert Kurz, traduzido por Luiz Repa.

¹²² François de Bernard, presidente do GERM (sigla em francês para Grupo de Estudos e Pesquisas sobre a Mundialização). Autor de "O Governo da Pobreza" (Editora Nova Harmonia, 2003).

A tolerância e a construção de uma “*cidadania cosmopolita*” serão imprescindíveis na guerra das diferenças, mas ainda não seria a paz, como afirma Rouanet¹²³.

[...] O nacionalismo tem sido historicamente uma das principais matrizes da intolerância. Com o seu patriotismo helvético, Rousseau não hesitou em dizer que odiar o estrangeiro era quase uma obrigação cívica. Por sua própria natureza, o discurso do nacionalismo é dualista _nós e eles, brasileiro e estrangeiro. O primeiro pólo da dicotomia é sempre exaltado, e o segundo é investido negativamente. Esse dualismo simplificador alimenta todos os estereótipos. [...] O nacionalismo esteve em surdina durante o período da Guerra Fria, quando o mundo estava, por assim dizer, dividido em dois internacionalismos rivais. Hoje em dia, duas tendências se confrontam. Por um lado, o processo de globalização está enfraquecendo o Estado nacional, privando assim o nacionalismo de parte do seu suporte material. Mas, por outro lado, o nacionalismo ressurgiu, tanto na potência hegemônica, que mais do que nunca acredita no seu "manifest destiny" de nação eleita, quanto na Europa, que se revolta contra o unilateralismo americano, e em países como o Brasil, que se sente vulnerável a pressões econômicas externas. O futuro dirá qual das duas tendências vai prevalecer, mas é certo que durante muito tempo o nacionalismo continuará vivo como fonte de intolerância. [...] Mas a tolerância não pode ser a última palavra. A implantação de uma cultura da tolerância é um cessar-fogo na guerra das diferenças, mas ainda não é a paz. [...] (ROUANET, S. P. O eros das diferenças. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 09 fev. 2003. Mais! p. 10-12.)

Os movimentos sociais organizados em rede global constituem-se, para Santos, no processo de globalização contra-hegemônica e posicionam-se entre a “*globalização econômica*” e a “*globalização da guerra*”.

[...] Em sua versão atual, o momento de acumulação primitiva consiste na combinação da globalização econômica neoliberal com a globalização da guerra. Contra ela está em curso a globalização contra-hegemônica, solidária, protagonizada pelos movimentos sociais e ONGs de que o 3º Fórum Social Mundial foi uma manifestação eloqüente. [...] (SANTOS, B. S. Suicídio coletivo? **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 28 mar. 2003. Opinião, p. A3.)

Referindo-se a estudo da ONU, Souza¹²⁴ destaca, entre outras conclusões, a afirmação da ONU de que “*o prestígio da democracia na América Latina depende da política*”. Ela precisa mostrar-se “*relevante*”, apontar “*caminhos*”, transformar eleitores em “*cidadãos integrais*”. O estudo da ONU propõe o debate aberto do problema e lista quatro pontos que julga centrais: o

¹²³ Sergio Paulo Rouanet, diplomata e ensaísta, autor de "As Razões do Iluminismo" e "Mal-Estar na Modernidade" (Companhia das Letras).

¹²⁴ Josias de Souza, repórter da Folha de São Paulo da Sucursal de Brasília.

exercício da política; o papel do Estado; o modelo econômico e a globalização, conforme resumo dos tópicos.

[...] 1) "A política, primeira condição": há uma crise política na América Latina. "Um perigo para a democracia, [...] não só em sua capacidade de expansão, mas também em sua sustentabilidade". 2) "A necessidade de uma nova estabilidade": há uma "crise de estabilidade" na América Latina. [...] "É freqüente a falta de distinção entre o interesse público e o privado." [...] "Com Estados débeis, mínimos, só se pode aspirar à conservação de democracias meramente eleitorais". 3) "Uma economia para a democracia": a sustentabilidade da democracia depende da redução dos níveis de pobreza. [...] "O pensamento único, a receita universal [...] atenta contra o desenvolvimento da democracia e da própria economia." [...] À tese de que "questões técnicas não são votadas", os estudiosos da ONU contrapõem o argumento de que "o bem-estar de uma sociedade não se decide em laboratório de técnicos". 4) "Poder e políticas democráticas sob a globalização": até agora, enfatizaram-se apenas as questões "financeiras e comerciais". Esquece-se o principal: "Os poderes exteriores deixaram de ser exteriores". [...] O poder nacional "não pode se extinguir em nome de um incontrolável poder global". (SOUZA, J. Política tem de recobrar relevância no continente, defende estudo. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 21 abr. 2004. Mundo, p. A14.)

Em análise sobre a guerra, Habermas¹²⁵ mostra a contradição entre a pretensão de uma ordem política mundial e a condução de políticas contrárias à preservação dos direitos humanos internacionais.

[...] Mas a ambição de poder global não é um fim em si mesmo para os novos ideólogos. O que distingue os neoconservadores da escola dos "realistas" é a visão de uma política americana de ordem mundial que salta dos trilhos reformistas da política dos direitos humanos conduzida pela ONU. [...] (HABERMAS, J. A guerra e seus juízos contraditórios. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 27 abr. 2003. Mundo, p. A30.)

A interconexão entre os aspectos conceituais da globalização pode ser verificada nessa abordagem. A questão da organização política, que constitui as relações internacionais, foi tratada a partir da análise de elementos específicos da economia como comércio, investimentos e finanças.

¹²⁵ Jürgen Habermas, filósofo alemão, expoente da segunda geração da Escola de Frankfurt, professor de filosofia e sociologia na Universidade de Frankfurt. Autor, entre outras obras, de "Teoria da Ação Comunicativa" (1981). Defende o universalismo e a vocação de transparência do discurso para articular consensos, a partir do choque de argumentos. Recentemente, abordou o impasse do Estado diante da globalização.

[...] Entretanto, com o colapso da União Soviética, a globalização se tornou o novo sistema de relações internacionais, substituindo o sistema do equilíbrio de poderes. E, mais amplamente ainda, se tornou o novo sistema político que organiza o mundo em torno da Organização das Nações Unidas e do sistema institucional internacional criado em torno dela.[...] O comércio, os investimentos diretos e as finanças passaram a ter como espaço todo o mundo, e a competição econômica tornou-se generalizada. Começava, assim, a era do sistema global, na qual os Estados-nação se tornaram mais interdependentes, mas não perderam sua soberania. Pelo contrário, contradizendo o que afirma o saber convencional, os Estados-nação tornaram-se ainda mais estratégicos no plano das relações econômicas, à medida que a globalização é a competição entre as empresas apoiadas por seus respectivos Estados nacionais _ou, mais diretamente, a competição entre os Estados nacionais por meio das suas empresas. [...]. (BRESSER PEREIRA, L. C. O gigante fora do tempo. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 25 mai. 2003. Mais! p. 16-17.)

A preocupação com a globalização hegemônica também é objeto de teorização.

[...] O drama na globalização hegemônica é que só se sai do especulativo para cair no conjuntural. O caminho estreitíssimo é o da folga que conseguirmos internamente nessa camisa-de-força. E o trunfo é a recuperação do desperdício do antigo sistema; da sua irracionalidade; da efetiva subcapacitação fiscal e dos excessos de bem-estar dos superincludidos, no regime de todo o sempre. [...] (MENDES, C. A esquerda em convalescença dialética, **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 24 jul. 2003. Opinião, p. A3.)

Os temas da democracia e da cidadania também aparecem no debate da globalização.

[...] Quais são, então, as condições do que se pode chamar de desenvolvimento, para retomar uma palavra que fizemos mal em abandonar? Há pelo menos três, todas indispensáveis. E nos três casos a realidade está longe de corresponder às necessidades. A primeira é a cidadania. Essa palavra é mais clara que democracia. [...] O segundo componente é o mais difícil de possuir. Poderia ser chamado de classes sociais ou, mais claramente, coalizões de forças definidas por seus conflitos. A multiplicação dos grupos de interesse semeia a confusão. A polarização social, ao contrário, é dinâmica, sobretudo porque os campos opostos procuram elaborar uma política global, que inclua a diretriz do Estado, um projeto de educação etc. [...]O terceiro elemento é, pelo menos na aparência, o mais fácil de possuir: a crença na razão, que permite superar o mundo paralisante dos particularismos e todas as formas de nostalgia do paraíso perdido. [...] (TOURAINÉ, A. Decepção e esperança na América Latina, **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 28 set 2003. Mais! p. 11.)

A globalização é um “*fenômeno gerador de ansiedade que intensifica as frustrações, solapa os laços tradicionais de solidariedade e marginaliza países*”, na afirmação de Boutros-Ghali¹²⁶, além de provocar um enfraquecimento das democracias.

[...] democratizar a globalização é um dos maiores desafios do século 21. Se não compreendermos a importância e a urgência dessa tarefa, correremos o risco de ver a globalização perverter e distorcer a democracia no nível nacional. Está claro que as democracias, mesmo aquelas que contam com os alicerces mais sólidos, vêm sendo enfraquecidas de maneira marcante em consequência da globalização. Enquanto a sociedade internacional consiste em várias comunidades políticas sintonizadas com um sistema de compartimentação entre Estados, a sociedade global descompartimenta o universal.[...]Mas eu gostaria de acreditar _e me obstino em continuar a acreditar_ que a paz entre as nações baseada na democratização da globalização é concebível e alcançável. (BOUTROS-GHALI, B. Rumo à democracia global? **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 09 mai. 2004. Opinião, p. A3.)

Esse período é marcado pela crítica à globalização. O mercado global e a sociedade sem Estado são chamados de utopia; outra forma de globalização é proposta; o movimento antiglobalização é um ator social emergente; os temas da democracia, do Estado-nação, da soberania e da hegemonia são considerados como atuais e relevantes no contexto da globalização; a articulação da economia com setores sociais e políticos é ressaltada como factual. Nesse sentido, as convicções sobre a globalização estão sendo reconfiguradas e repensadas a partir da sua factualidade.

¹²⁶ Boutros Boutros-Ghali, doutor em direito internacional, diplomata. Foi secretário-geral da ONU de 1992 a 1996. Trecho extraído de artigo, exclusivo para a Folha no Brasil, produzido pelo autor com base em seu discurso na sessão de "Conversações sobre o Século 21", organizada na Unesco em 2004.

4.1.2.3 Aspecto Econômico

O econômico continua sendo focado nessa discussão. Mas, Vasconcelos¹²⁷ alerta que a economia não está isenta de condicionantes.

[...] Ilusório seria pensar, a partir de uma abordagem equivocada do que seja tecnologia, que a produção econômica é capaz de se libertar dos condicionantes da natureza física. Com a dialética da biosfera surge a possibilidade de superarmos a condição de desterrados, energeticamente desterrados, a que se referia Sergio Buarque de Holanda, o inesquecível autor de "Visão do Paraíso". (VASCONCELLOS, G. F. Logorréia e ideofobia nacional. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 30 jan. 2000. Mais! p. 15.)

A aceleração tecnológica e econômica, tornando ultrapassado até o que é atual e a transformação do consumidor em mercadoria virtual fazem da globalização a expressão da falta inerente ao modo de produção capitalista.

[...] A globalização parece ser a consagração máxima do capitalismo, a sua expansão tanto no plano macro quanto no micro a níveis até então inimagináveis. Ora, desde o início da década de 70, Deleuze e Guattari já advertiam que o capitalismo vive da carência, que a falta é constitutiva do seu sistema de produção e consumo. [...] (SANTOS, L. G. Consumindo o futuro. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 27 fev. 2000. Mais! p. 4-8.)¹²⁸

Sobre as mudanças impostas pela globalização para possibilitar mais eficiência, o autor afirma.

[...] A globalização não inventou a concorrência, mas certamente a exacerba. À medida que desaparecem as barreiras que no passado protegiam setores da economia nacional (como a indústria têxtil, por exemplo) ou davam condições mínimas de vida aos elementos mais débeis dentro de cada país (a legislação trabalhista, a Previdência Social), esses setores e elementos se vêem expostos a uma competição mais intensa. A justificativa da mudança é que desse modo se adquire muito mais eficiência, pois as pessoas são obrigadas a dar o melhor de si mesmas. [...] (RICUPERO, R. Ao vencedor, as batatas. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 11 jun. 2000. Dinheiro, p. B2.)

As mudanças no comércio provocadas pela globalização indicam uma tendência para o aumento do poder econômico e das desigualdades.

¹²⁷ Gilberto Felisberto Vasconcellos, professor de Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora (MG) e autor de "O Príncipe da Moeda" (Ed. Espaço e Tempo), "A Salvação da Lavoura" (ed. Casa Amarela), entre outros.

¹²⁸ Laymert Garcia dos Santos é professor livre-docente do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e autor de "Tempo de Ensaio" (Cia. das Letras), entre outros. A reportagem, de onde foi extraída a citação acima, foi originada de texto apresentado como palestra no ciclo "Cotidiano/Arte: O Consumo", do Centro Cultural Itaú, em São Paulo, em janeiro de 2000.

É comum ouvir que a globalização não tem nada de novo, pois começou com a era dos descobrimentos e já havia atingido alta intensidade entre 1870 e 1914. A grande diferença agora, porém, é a envergadura gigantesca e sem precedentes do investimento estrangeiro e da onda de compras de firmas por esse tipo de capital.[...] O que preocupa nessa tendência é que ela aumenta a concentração de poder econômico num mundo já crescentemente desequilibrado pela desigualdade entre países e no interior deles. [...] (RICUPERO, R. Um supermercado de firmas. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 08 out. 2000. Dinheiro, p. B2.)

As visões contrárias à inevitabilidade da globalização se proliferam e se acredita que a globalização pode gerar “*um desenvolvimento integrador*”.

[...] Com efeito, a cada hora nos repetem que, no império da globalização, não temos escolha a não ser a de nos inserir na economia mundial, mesmo ao preço da liquidação da indústria doméstica e com o sacrifício da autonomia decisória. No entanto, esse caminho não só é escabroso, semeado de crises destrutivas, como pode ameaçar a coesão interna da sociedade pelo aumento do desemprego, da desigualdade, das tensões regionais. Minha conclusão é moderada e cautelosamente positiva. É difícil, mas possível, utilizar a globalização para promover um desenvolvimento integrador, desde que se preserve a autonomia de projeto nacional que se traduza em processo gradual de inserção mediante políticas de competitividade tecnológica e exportadora ao nível microeconômico das empresas. (RICUPERO, R. O coração e o mundo. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 10 dez. 2000. Dinheiro. p. B2.)

Já a governança global exige uma série de condicionamentos.

[...] O argumento é sempre o mesmo: gostemos ou não, a globalização exige novas normas em propriedade intelectual e investimentos, em subsídios e compras governamentais, em condições trabalhistas e ambientais, até chegar um dia a impostos e taxas. Recusar essas disciplinas inviabilizaria a governança da globalização. [...] (RICUPERO, R. A escola da vida. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 25 fev. 2001. Dinheiro, p. B2.)

O mercado na globalização é auto-regulável, conforme teoria clássica do pensamento econômico. Ou seja, o mercado auto-regulável surge no século XIX, embora ainda não fosse entendido como uma totalidade auto-regulada, como afirma Grauwe¹²⁹.

[...] De certa forma, a globalização funciona como a "mão invisível" definida por Adam Smith. Ela pressiona os países a ganhar competitividade e força os governos a ser eficientes, gostando ou não. Os que obtiverem sucesso aumentam a competitividade de seus países e são recompensados por mais serviços sociais para os seus cidadãos; os que fracassam reduzem a

¹²⁹ Paul de Grauwe, professor de economia na Universidade de Leuven, Bélgica.

produtividade e a competitividade e são punidos por menos serviços sociais para os seus cidadãos. Nesse sentido, a globalização pode forçar os governos a ser mais atentos às necessidades de seus povos. [...] (GRAUWE, P. Globalização e mais competitividade não derrubam gastos sociais. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 11 nov. 2001. Dinheiro, p. B5.)

A globalização é entendida, também, como um fenômeno natural, como uma “*força poderosa*” e positiva.

[...] Os acadêmicos e os observadores políticos debatem se a globalização é um fenômeno real ou apenas um rótulo; se a globalização é benéfica ou daninha; se a globalização é um processo frágil que pode ser revertido ou um processo robusto que provavelmente ganhará força nos próximos anos. Minha opinião é que a globalização é uma força poderosa e no geral positiva. Oferece aos países ganhos com o aumento do comércio internacional, difusão mais veloz de tecnologias para benefício mútuo, e esperanças de uma queda nos conflitos e na violência entre os países. [...] Evidentemente, a globalização requer regras e mecanismos de governo internacionais. Não pode ser um jogo do rico contra os pobres. Não pode funcionar sem a lei internacional e sem as instituições internacionais.[...] (SACHS, J. O papel das Nações Unidas na globalização. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 25 dez. 2001. Dinheiro, p. B2.)

A crise nos países emergentes advindas da globalização não havia sido prevista pelos idealizadores do “*Consenso de Washington*”, segundo Delfim Neto¹³⁰.

[...] A globalização, obviamente, não foi inventada pelo “Consenso de Washington”. Ele apenas se refere à política econômica que facilitaria a integração de cada país naquele processo. Um fato absolutamente fundamental é que, no “mínimo denominador comum”, Williamson não incluiu a liberdade de movimento de capitais _sobre a qual existia a suspeita (confirmada pelos eventos posteriores) de que poderia produzir crises nos países emergentes. [...] (DELFIN NETTO, A. Consenso de Washington. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 27 mar. 2002. Opinião, p. A2.)

O termo globalização significa um retrocesso em relação ao termo interdependência, na discussão de Galvão¹³¹.

[...] Aproveitando o estado de espírito criado pelas dificuldades e incongruências na economia mundial e pelos desdobramentos dos atentados de 11 de setembro, volto a sustentar que podemos perfeitamente viver sem a palavra globalização. Estaremos melhor sem ela. E não será preciso inventar nenhum neologismo para substituí-la. Bastará voltar um pouco atrás no tempo

¹³⁰ Antônio Delfim Netto, economista

¹³¹ Marcos Bezerra Abbott Galvão, diplomata, mestre em relações internacionais e ex-professor do Instituto Rio Branco, ministro-conselheiro da Embaixada do Brasil em Washington. Escreveu esse artigo em caráter estritamente pessoal.

e resgatar o conceito que marcou uma outra era, mas se referia, basicamente, aos mesmos processos descritos pela palavra da moda contemporânea. Sai a globalização, volta a interdependência. Que temos a ganhar com essa troca? Muita coisa. Diferentemente da globalização, interdependência sugere mutualidade e sujeitos definidos, que "dependem" uns dos outros e agem de modo próprio, embora afetados pelos demais. Há relações de mão dupla. A interdependência (expressão, diz-se, cunhada por Robert Cooper em 1968) nasceu e ganhou corpo quando os países desenvolvidos se viram obrigados a tomar consciência de sua vulnerabilidade e da integração de seus destinos aos do resto da humanidade _Guerra do Vietnã, crises do petróleo, ameaças ao meio ambiente. Já o termo globalização surge nos anos 90, quando o "centro" passa a se sentir invulnerável (antes dos ataques de 11/9) e hegemônico. [...] (GALVÃO, M. A. Volta da interdependência. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 11 jun. 2002. Opinião, p. A3.)

Os problemas gerados pela economia global precisam ser tratados com atenção, segundo Stiglitz¹³².

[...] A globalização preocupa as pessoas comuns, não apenas autoridades. No entanto, suas vozes não estão sendo ouvidas. Repensar a arquitetura econômica global para garantir que elas sejam ouvidas é o desafio mais importante que a comunidade global enfrenta hoje. [...] (STIGLITZ, J. A instabilidade global e suas desastrosas conseqüências. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 07 out. 2002. Dinheiro, p. B6.)

Duas alternativas são ressaltadas para repensar a racionalidade financeira como um imperativo, que possibilitará a construção de uma nova perspectiva de globalização.

[...] Duas merecem destaque. Uma é a emergência da "nova economia", em que a sociedade da informação prenuncia uma economia do conhecimento. Outra é o retorno global da busca por nova "arquitetura financeira".[...] É inevitável a reforma dos mercados e a criação de novas bases para a racionalidade financeira. [...] (SCHWARTZ, G. Construção de 'outro mundo' é possível e necessária. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 01 jun. 2003. Dinheiro, p. B2.)

A globalização financeira também impõe uma dependência em relação aos capitais externos.

[...] A desgraçada orientação imposta à economia latino-americana pelos que apostaram na globalização financeira e perderam produziu uma dependência perversa em relação a capitais externos sem nenhuma confiabilidade. Essa perigosa dependência alterou, por seu turno, a estrutura da composição, tanto do balanço externo como do orçamentário. Isso se deu porque o serviço da dívida se tornou proporção cada vez maior das despesas do governo e dos pagamentos de contas correntes, como vimos acima. Os esforços para reduzir as despesas do governo ficam, assim, muito mais difíceis porque os

¹³² Joseph Stiglitz, professor de economia na Universidade Columbia (EUA). Foi economista-chefe do Banco Mundial.

pagamentos do serviço da dívida são determinados por fatores internacionais fora do controle dos governos. [...] (RICUPERO, R. Escravos de ganho. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 25 jan. 2004. Dinheiro, p. B2.)

A expansão do capital e sua forma de expressão, o dinheiro, são destacados como mecanismos de endeusamento do mercado.

[...] As tendências e os limites da expansão do capital e dos impérios modernos não são da mesma natureza. A expansão do capital tem sua expressão mais geral na apropriação privada da riqueza e na vocação compulsiva para a acumulação sem limites, que se expressa na sua forma mais geral, o dinheiro, que é o deus do mercado. A expansão do capital não se processa, porém, sob a forma de crescimento contínuo. Tem ciclos endógenos de acumulação, de incorporação de progresso técnico, de valorização e de desvalorização do capital financeiro. [...] (TAVARES, M. C. Globalização e império. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 29 fev. 2004. Dinheiro, p. B.2.)

A globalização, para Dupas, é uma força que impõe as regras do contexto atual.

[...] A globalização contemporânea é uma força normativa que impõe diretrizes e política. Se elas conduzem a crises graves ou becos sem saída _a Argentina é caso exemplar, o país que assuma sozinho o risco de haver se comportado como lhe foi exigido. [...] (DUPAS, G. O poder dos atores globais. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 21 mai. 2004. Opinião, p. A3.)

Embora o aspecto econômico tenha sido investido de independência em relação aos demais aspectos conceituais, é possível perceber uma certa indissociabilidade entre os aspectos e, principalmente, entre o aspecto econômico e os demais. Ou seja, nenhuma medida econômica é implementada sem decisão política e sem gerar implicações sociais e culturais.

4.1.2.4 Aspecto Cultural

A questão da “*indústria cultural*” na atualidade é uma das tônicas nessa discussão.

[...] Hoje, a indústria cultural aciona estímulos e holofotes deliberadamente vesgos e é preciso uma pesquisa acurada para descobrir que o mundo cultural não é apenas formado por produtores e atores que vendem bem no mercado. [...] Por estar umbilicalmente ligada ao mercado, a indústria cultural tende, em nossos dias, a ser cada vez menos local, regional, nacional. [...] (SANTOS, M. Da cultura à indústria cultural. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 19 mar. 2000. Mais! p. 18.)

A veemência com que o discurso da globalização está sendo reavaliado é constatada por Mota¹³³.

[...] Passa por uma prova de fogo o discurso sobre a globalização. Chegou o momento da revisão de um viés desse ideário que predominava recentemente, segundo o qual a globalização é unívoca, inevitável e boa. Alguns ensaios a serem lançados na Bienal do Livro podem atestar essa onda feroz de reavaliação que estará à disposição do leitor brasileiro. (MOTA, V. Prova de fogo da globalização. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 27 abr. 2000. Caderno Especial, p. Especial-14.)

Transcender a ordem existente é uma necessidade essencial da condição humana, que não está ultrapassada no âmbito da globalização, vista por Rouanet como realização do sonho iluminista da universalização.

[...] Deixando para trás suas fantasias pubertárias, ela tinha se reconciliado definitivamente com o princípio da realidade e provava sua condição adulta reconhecendo a inevitabilidade do capitalismo globalizado. O homem renunciava à transcendência. Compreendera que a utopia era um passatempo perigoso, porque toda utopia é potencialmente autoritária _e inútil, porque a economia global já é a utopia realizada. [...] A exigência utópica é assim universal tanto no registro antropológico, porque é uma constante da natureza humana, quanto no sentido sociológico, porque a tentação utópica é inevitável em qualquer sociedade organizada hierarquicamente. Se isso é verdade, a sobrevivência da utopia no mundo globalizado é lógica e previsível, e isso nos dois sentidos da palavra. Só o mais enraivecido dos neoliberais poderia afirmar que a economia global teria alterado um dado essencial da condição humana, a necessidade de transcender a ordem existente em direção a um futuro sonhado.[...] (ROUANET, S. P. A morte e o renascimento das utopias. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 25 jun. 2000. Mais! p. 14-17.)

O debate sobre as diferenças, surgidas no contexto da globalização, é outro enfoque de relevância no âmbito de abordagem da globalização cultural.

[...] A globalização tende a nivelar todas as particularidades, porque sua força motriz é a otimização do ganho, através de uma racionalidade de mercado que supõe a criação de espaços homogêneos. A universalização é pluralista, porque seus fins só podem ser atingidos por uma racionalidade comunicativa que supõe o desejo e o poder dos sujeitos de defenderem a especificidade das suas formas de vida. A globalização é a união dos conglomerados. A universalização é a união dos povos. Somos objetos da globalização. Somos sujeitos da universalização. A aceleração dos processos de mundialização, em seus dois vetores, está nos conduzindo, em nossos dias, a uma sociedade mundial. Por enquanto, ela é relativamente amorfa, porque não dispõe ainda de estruturas políticas. Mas já dispõe de uma cultura. É a cultura mundial.

¹³³ Vinicius Mota, editor de Opinião da Folha de São Paulo.

Essa cultura é a unidade tensa de duas culturas: a global e a universal. É por isso que ela é ambígua. A cultura global é impulsionada por processos de globalização, que levam à crescente transnacionalização todas as indústrias culturais, como a do cinema e a do disco. A cultura universal é impulsionada por processos de universalização, que levam à aproximação internacional de escritores, músicos, artistas plásticos, filósofos e cientistas. Apesar disso, não há guerra de morte entre globalização cultural e universalização cultural. Elas são distintas, mas dialeticamente complementares. A mesma revolução técnica que viabilizou a globalização da cultura pode ser usada pelos que pretendem universalizá-la. As duas culturas são partes da modernidade, indissociáveis uma da outra. Sem a cultura global, a cultura universal não teria os meios técnicos para implantar-se, e, sem a cultura universal, a cultura global careceria de conteúdo ético. O universalismo cultural implica uma política de abertura, que, longe de gerar o nivelamento, poderá estimular novos sincretismos, formas inéditas de hibridação. [...] (ROUANET, S. P. As duas vias da mundialização. **Folha de S.Paulo**, SãoPaulo,30jul.2000.Mais!p. 14-15.)

A cultura, para Coelho¹³⁴, está além e acima da globalização.

[...] O melhor entendimento de cultura é o que a apresenta como uma longa conversa. É o que ela é, muito antes e muito além de toda tipologia reduzida que insiste nas distinções entre cultura erudita e popular, fílmica ou televisiva. [...] Cultura é uma longa conversa. Onde há conversa, há cultura. Onde não há conversa não há cultura _nem economia nem política, nada. E a cultura é uma continuada conversa que se dá no local, envolvendo o local, para além e por cima da globalização. A cultura é a conversa local-local, aquela que ora buscamos como alternativa evidente e poderosa a uma globalização de fachada (de fachada porque globaliza, isto é, homogeneiza os discursos, mas não os comportamentos a que remetem, como os da igualdade e liberdade econômicas, o livre-comércio verdadeiro e tantas outras coisas). [...] (COELHO, T. Mercosul muito além do mercado. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 05 nov. 2000. Mais! p. 19.)

A referência à língua como elemento de interação social é uma abordagem de grande relevância no discurso da globalização cultural.

[...] Formas de expressão tão velhas quanto a história, as línguas nasceram da interação com o espaço da vida. Tempo houve em que todas as línguas eram, por assim dizer, "naturais", territorializadas, produtos do ambiente social. Mais tarde, o comércio e as conquistas tanto foram elementos de desagregação quanto de enriquecimento linguístico. [...] Todavia os domínios linguísticos nunca foram universais, ecumênicos. Nem o latim nem o árabe, apesar do vigor com que se propagaram, conseguiram ocupar a totalidade do mundo habitado. E o sonho de uma língua única, encarnado por uma língua artificial, o esperanto, não logrou concretizar-se. [...] A nova arquitetura do mundo, da qual resulta a globalização a que estamos assistindo, se funda na universalidade de um único sistema técnico. E, nas condições atuais, tudo o que se refere a ações hegemônicas na vida econômica, política e cultural

¹³⁴ Teixeira Coelho, ensaísta, escritor e diretor do Museu de Arte Contemporânea (MAC-SP).

parece se dizer em inglês. Mas, da mesma forma que não existe espaço global, senão apenas espaços de globalização, também não existe língua universal, senão apenas uma língua universalizante. Atualmente os espaços linguísticos hegemônicos estão incluídos nos espaços geográficos e de certo modo os englobam, por sua vez. Mas eles já não se superpõem. Esses novos espaços linguísticos são espaços instrumentais, e não espaços vitais, no sentido próprio: são espaços de organização, e não espaços orgânicos.[...] O que se diz ser a supressão do espaço pelo tempo nada mais é do que a afirmação de um tempo despótico, medido por um relógio mundial que só funciona plenamente nos espaços desse tempo despótico que designamos por espaços de globalização. Essa temporalização e essa espacialização não existem, contudo, senão para alguns atores da cena mundial.[...] Por mais que se procure nos fazer acreditar no contrário, não existe uma racionalidade única, nem uma única forma de pensar e de viver no mundo. A descoberta de novas formas de coexistência é uma tarefa urgente que não pode ser abandonada à mera espontaneidade, porque exige um mínimo de organização.[...] (SANTOS, M. O tempo despótico da língua universalizante. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 05 nov. 2000. Mais! p. 16-17.)

Os campos que sofrem influência do processo de globalização são expandidos por Braga¹³⁵.

Para ele, a moda segue a tendência da globalização, uma vez que resulta da mistura de gostos, formas e estilos.

Os franceses dizem com muita propriedade, não só para a moda, mas para tudo na vida, que "tout passe, tout casse, tout lasse". É verdade que "tudo passa, tudo quebra, tudo cansa", e na moda isso é gradativo e não abrupto. As exigências do mundo contemporâneo pela busca frenética do novo ou da novidade são tão significativas que tornam o processo elíptico de criação/apogeu/decadência da moda ainda mais rápido, sendo também bem explorado, divulgado e massificado. [...] Talvez isso tudo seja a globalização metaforizada para a moda. A junção de tudo e de todos dentro de um liquidificador em que o composto foi a liberdade de expressão levada às últimas consequências. Os diametralmente opostos num único conceito de pluralidade multiplicado pela própria pluralidade. Foi o que definiu o sociólogo inglês Ted Polhemus como "supermercado de estilos". Também nos anos 90, o desconstrutivismo, introduzido na moda pelos belgas, trouxe uma intelectualidade ao setor ao se inspirarem no caos para chegarem à forma, uma espécie de desconstruir para reconstruir e, na visão comercial, isso se transformou, por exemplo, em overlock aparente e bainha desfiada. [...] (BRAGA, J. A herança do século 20. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 30 jan. 2001. Caderno Especial, p. 9.)

Elementos cruciais no “*modo de ser*” do mundo globalizado são ressaltados em alusão ao conteúdo ideológico do processo de globalização, expresso na mitificação do mercado.

¹³⁵ João Braga, reportagem especial para a Folha.

[...] Num amálgama de instrução econômica e lavagem cerebral ideológica, inculca-se a imagem de uma pessoa que vive automaticamente, 24 horas por dia, segundo critérios empresariais e introjeta "o mercado" como destino e oportunidade, como conteúdo de vida e identidade, como inarredável círculo de vida unidimensional. Do diretor de museu ao enfermeiro, do artista ao mendigo nas ruas, todas as atividades e ocupações, mesmo aquelas que até hoje não eram entendidas como "econômicas", devem ser vivenciadas do ponto de vista do marketing, sendo essa visão de mundo exercitada desde a infância. O objetivo é a pessoa como "empreendedor próprio": todas as relações sociais devem se transformar em relações de oferta e demanda, todos os contatos em "contatos com clientes".[...] (KURZ, R. A comercialização da alma. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 11 fev. 2001. Mais! p. 14-15.)

Em posição otimista sobre a possibilidade de mudança no contexto da sociedade global, a defesa da construção de uma nova sociedade se contrapõe a posições fatalistas, que se referem ao mercado como um imperativo determinado e determinante do processo de globalização.

[...] O duelo entre globalistas e antiglobalistas opõe os que vêem no mercado uma fatalidade à qual os homens devem submeter-se e os que estão convencidos da capacidade do homem de criar uma economia mais humana. [...] Simplificando ao extremo, os três duelos são variantes de um só combate, que se trava entre os que acham que o mundo pode ser mudado pela razão, pela política e pela cultura, e os que apostam na perenidade do status quo, seja ele definido em termos existenciais, em que ele assume o rosto do destino, seja em termos econômicos, em que ele assume o aspecto do capitalismo global. [...] (ROUANET, S. P. O duelo entre a montanha e a planície. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 04 mar. 2001. Mais! p. 16-17.)

Através de exemplo caricaturado, Calligaris¹³⁶ explicita que o “*homem global*” não poderá ser o protótipo do homem americano, dada a sua especificidade no que se refere aos costumes, gostos e hábitos.

[...] Estamos acostumados a pensar que o processo de globalização é a mesma coisa que a difusão pelo mundo afora do modo de vida americano. Ora, a América, nesse processo, se perde tanto quanto nós nos perdemos. Do ponto de vista do homem global, o americano das pequenas cidades é tão exótico (e desprezível) quanto uma baiana ou um gondoleiro. O desprezo e as caricaturas são aqui formas de repressão. Entende-se por quê. No caso, o integrismo da liberdade que sobrevive e protesta na América profunda é a contestação de um axioma crucial da globalização. Pois ele repete e grita que a liberdade inventada pela Revolução Americana tem pouco a ver com a

¹³⁶ Contardo Calligaris, psicanalista, autor de "Hello Brasil" (Escuta) e "Crônicas do Individualismo Cotidiano" (Ática). Tem uma coluna na editoria "Ilustrada" às quintas-feiras.

liberdade dos mercados. [...] (CALLIGARIS, C. Fratura americana. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 01 jul. 2001. Mais! p. 4-9.)

O interesse pelo conhecimento do processo de globalização se amplia, passando a ser objeto de matéria informativa em editoria específica para o público adolescente, denominada Folhateen.

[...] A palavra globalização designa um conjunto de mudanças políticas, econômicas, sociais e culturais ocorridas no mundo a partir do início dos anos 90. A redução de barreiras para o comércio exterior, a formação de blocos entre países (União Européia, Mercosul, Nafta), a diminuição de restrições para a circulação de cidadãos e o acesso imediato a informações disponíveis em qualquer parte do mundo (com a Internet) são algumas de suas características. As condições para a globalização se tornar um fenômeno intenso acumularam-se na virada da década de 80 para a de 90. Foi quando o desenvolvimento espetacular das tecnologias da informação (telefonia, internet, popularização dos computadores) praticamente aboliu as distâncias. O capital financeiro transformou-se na principal força econômica, com as aplicações nas bolsas deslocando-se de um mercado para outro quase na velocidade da luz. E a queda do regime comunista na União Soviética deu um fim à divisão do mundo entre dois blocos opostos (a chamada Guerra Fria). Já os críticos apontam a globalização como a culpada pelo enfraquecimento dos governos nacionais (subordinados aos interesses externos), pelo aumento do desemprego, provocado por políticas que privilegiam interesses privados, pelas crises financeiras e pela diluição da diversidade cultural, com o mundo todo vendo os mesmos filmes, escutando as mesmas bandas e assistindo aos mesmos seriados de TV, todos norte-americanos. [...] (Nova ordem muda o planeta. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 16 jul. 2001. Folhateen, p. 7.)

As formas de entendimento do citado contexto de mudança são muitas e preconizam desde o retorno a condições políticas já vividas, porém redimensionadas às estratégias racionais inovadoras.

[...] Diante de uma globalização que se impõe sobre mercados ilimitados, muitos de nós desejam um retorno do dado político em outra forma, não no modelo hobbesiano original do Estado de segurança globalizado, ou seja, nas dimensões de polícia, serviço secreto e aparato militar, mas como força civilizadora determinante em nível mundial. No momento, não nos resta muito mais do que a pálida esperança de uma artimanha da razão e um pouco de auto-reflexão. Pois aquele abalo da mudez rompe também os próprios domínios.[...] (HABERMAS, J. Fé e conhecimento. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 06 jan. 2002. Mais! p. 6-7.)

Examinar se a categoria identitária da razão entrou em crise antecede a reflexão sobre a crise da razão, como afirma Giannotti.

[...] Nesse caminho fica evidente que essa racionalização das relações sociais de produção também aprofunda a irracionalidade da exploração do trabalho, assim como aquela do crescimento da riqueza em vista de si mesmo. Não é, desse modo, no próprio nível das relações sociais de produção, crescendo, decrescendo e entrando em crise, conforme se desenvolvem as forças produtivas, que se arma uma crise da razão? Mas não é ela, então, exclusiva e específica ao próprio capital? [...] Graças aos processos de globalização, que de um lado concentram riqueza e de outro, miséria, os movimentos terroristas, que se infiltravam nos poros das sociedades modernas, encontram um terreno fértil para se assumirem como representantes da antiviolença contra a violência sofrida pelas maiorias esfaceladas. [...] (GIANNOTTI, J. A. Nossa barbárie. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 03 mar. 2002. Mais! p. 8-9.)

A globalização, segundo Hobsbawm, amplia, de certo modo, os efeitos da guerra na vida civil, à medida que cresce a “*confiança do mundo em um fluxo constante, ininterrupto, de comunicações, serviços técnicos, entregas e suprimentos*”.

[...] A globalização avançou em quase todos os aspectos _economicamente, tecnologicamente, culturalmente, até lingüisticamente, exceto um: política e militarmente, os Estados territoriais se mantêm como as únicas autoridades efetivas. Há oficialmente cerca de 200 Estados, mas na prática apenas uns poucos contam, dos quais os EUA são avassaladoramente os mais poderosos. [...] (HOBSBAWM, E. A epidemia da guerra. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 14 abr. 2002. Mais! p. 6-7.)

As inovações tecnológicas, a homogeneização cultural e a construção identitária, vinculando ao aumento da “*demandas por comunicação através de imagens*” são destacadas por Moisés¹³⁷, como discussões da contemporaneidade.

[...] Nas condições do mundo globalizado, a demanda por comunicação através de imagens aumentou enormemente em decorrência de um incessante processo de mudanças tecnológicas que afeta a própria construção das identidades dos povos. Enquanto a globalização acelera a difusão e a comercialização de bens culturais em escala mundial, abrindo novas possibilidades de diálogo intercultural e de estímulo à criatividade, ela ameaça, ao mesmo tempo, os valores culturais locais, por vezes substituídos ou embaralhados por tendências de consumo que estimulam a uniformização cultural. [...] (MOISÉS, J. A. Cinema e diversidade cultural. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 24 mai. 2002. Opinião, p. A3.)

¹³⁷ José Álvaro Moisés, professor associado de ciência política da USP, é secretário de Audiovisual do Ministério da Cultura e autor, entre outras obras, de "Os Brasileiros e a Democracia" (Ed. Ática).

O perfil do cidadão global é apresentado conceitualmente e com uma riqueza de especificidades que sugerem imediata reflexão sobre o assunto. Imagine um indivíduo que se insere em uma “*cultura global homogênea*”, mas que não possui “*senso cívico global de responsabilidade*”. Esse e outros perfis de cidadãos contemporâneos são definidos e previsíveis.

HOMEM (OU MULHER) DE NEGÓCIOS TRANSNACIONAL - Indivíduo de elite, viaja para trabalhar em empresas transnacionais, sente-se parte de cultura global homogênea desnacionalizada - Geralmente não possui senso cívico global de responsabilidade. **CIDADÃO SUPRANACIONAL** - É o cidadão de blocos regionais, especialmente da União Européia - Faz parte de uma instância política por cima dos Estados nacionais, intermediária entre o Estado territorial e uma ordem política unificada globalmente. **REFORMADOR GLOBAL** - Intelectual, sente-se desterritorializado e associado à condição humana - Defende o governo mundial ou fortalecimento da ONU - Estratégia: convencer elites de que há melhores propostas de política internacional do que a da tradicional visão realista. **ADMINISTRADOR GLOBAL** - Funcionário internacional, geralmente inspirado no relatório da Comissão Brundtland "Nosso Futuro Comum" - Defende novas formas de cooperação entre Estados para assegurar sustentabilidade - Estratégia: adoção de planos para ações concertadas de Estados e instituições, como a Agenda 21, adotada na Eco-92. **ATIVISTA TRANSNACIONAL** - Militante, geralmente integra organização não governamental - Defende a sustentabilidade ambiental, os direitos humanos, a diversidade cultural e a democracia política - Organiza-se principalmente em redes descentralizadas. - Estratégia: pressões sobre órgãos multilaterais como FMI, Banco Mundial e ONU (Os cidadãos globais, segundo Richard Falk. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 04 ago. 2002. Mundo, p. A29)¹³⁸

Nas definições de globalização e de ideologia, pode-se perceber que uma análise crítica do processo de globalização está sendo elaborada.

[...] Globalização - Palavra enfant terrible que sugere uma grande dispersão de poder incontrolável pelo globo como um todo, escondendo na verdade uma terrível concentração nas mãos de alguns pouquíssimos centros mundiais. (Angelo Segrillo) [...] Ideologia - Quando forjou a palavra em 1798, Antoine-Louis-Claude Destutt de Tracy estava longe de imaginar que tinha criado uma monstruosidade conceitual. Concebida para designar a "ciência das idéias", acabou por significar o seu contrário: o mundo das ilusões e das falsas idéias. (Mary del Priore é professora de história na USP). [...] (Novo Dicionário das idéias feitas. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 21 set. 2003. Mais! p. 4-9.)

¹³⁸ Fonte: "Os Argonautas da Cidadania", de Liszt Vieira (ed. Record, 2001)

O espaço da mídia é utilizado por Jameson¹³⁹ para refletir sobre as categorias tempo e espaço. Para ele, como “*premissa do modernismo e da subjetividade, o tempo cedeu a vez à experiência pós-moderna da fotografia, das cidades e da globalização*”.

[...] O que virá depois do fim da história? Não sendo previsto nenhum reinício, só pode acontecer o fim de outra coisa. Mas o modernismo já terminou algum tempo atrás e, com ele, presume-se, o próprio tempo, já que foi largamente especulado que o espaço tomaria o lugar do tempo no esquema ontológico geral das coisas. No mínimo, o tempo se tornara uma não-pessoa, e as pessoas deixaram de escrever sobre ele. [...] O que é o tempo? Um segredo, insubstancial e onipresente. Um pré-requisito do mundo externo, um movimento entremeado e fundido com corpos que existem e se movem no espaço. Mas será que não haveria tempo se não houvesse movimento? Não haveria movimento se não houvesse tempo? Que pergunta! O tempo é uma função do espaço? Ou vice-versa? Ou os dois são idênticos? Pergunta ainda maior! O tempo é ativo por natureza _é como um verbo, à medida que tanto "amadurece" quanto "traz à tona". E o que ele traz à tona? A transformação. O agora não é o então, o aqui não é o lá _pois, em ambos os casos, há um movimento separando as duas coisas. [...] Será que podemos fazer melhor com o espaço? O que está em jogo é diferente, é claro; o tempo rege o reino da interioridade, no qual se encontram tanto a subjetividade quanto a lógica, o privado e o epistemológico, a autoconsciência e o desejo. O espaço, como reino da exterioridade, inclui as cidades e a globalização, mas também as outras pessoas e a natureza. Não é tão evidente que a linguagem sempre caia sob a égide do tempo (damos nomes aos objetos do reino espacial, por exemplo), e, quanto à visão, a luz interior e o reflexo tanto literal quanto figurativo constituem categorias de introspecção conhecidas. De fato, por que separar as duas? [...] (JAMESON, F. O espaço, a fronteira final. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 02 nov. 2003. Mais! p.8-9.)

O conceito de cidadania, em evidência na atualidade, pressupõe Estado forte e soberania nacional, os quais estão sendo indicados como elementos desnecessários e ultrapassados no contexto da globalização. Nessa reflexão, Vasconcellos cita a obra de Wallerstein, a qual analisa a necessidade do Estado forte para os capitalistas.

[...] Hoje a palavra da moda é "cidadania", conceito burguês que foi colocado em pauta pela Revolução Francesa: toda nação tem obrigação de fornecer direitos participativos iguais para todos os homens. O problema é que a existência de cidadania pressupõe um Estado vigoroso e a nação soberana. O caminho da cidadania não leva a nada se não houver soberania nacional. [...] O sociólogo Wallerstein rema contra a maré neoliberal quando assevera que os produtores capitalistas precisam mais do Estado que os próprios trabalhadores. Segundo ele, não tem o menor fundamento supor que a

¹³⁹ Fredric Jameson, professor de literaturas francesa e comparada na Universidade Duke (EUA). Autor de, entre outros livros, "Pós-Modernismo" e "O Inconsciente Político" (ambos pela ed. Ática). Esse artigo foi publicado originalmente na "Critical Inquiry".

globalização das grandes empresas transnacionais pode evitar os Estados, assim como é falsa a idéia de que as corporações transnacionais querem Estados fracos. Essas empresas não conseguem sobreviver sem estruturas estatais fortes, principalmente nos núcleos centrais do capitalismo. "Estados fortes são sua garantia, seu sangue e o elemento crucial na criação de seus grandes lucros", no dizer de Wallerstein. [...] (VASCONCELLOS, G. F. Immanuel Wallerstein redefine cidadania em tempos neoliberais. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 17 jan. 2004. Ilustrada, p.E5.)

Comentando evento que tratou do tema da globalização, Nassif¹⁴⁰ apresenta trechos de fala de alguns autores que participaram do evento. Nessa síntese, é possível constatar grandes polêmicas sobre a discussão desse tema.

[...] Como colocou na largada a coordenadora da mesa, Ruth Cardoso, a interpretação puramente econômica do fenômeno da globalização se esgotou. Há a necessidade de uma nova teoria das mudanças sociais, devido à globalização da miséria. E em avançar nova teoria da dinâmica da sociedade, em um mundo mais fragmentado do que jamais foi e, no entanto, dinâmico e desigual. O desafio foi proposto inicialmente ao espanhol Manuel Castells, analista brilhante da contemporaneidade. A tese de Castells é que, no mundo atual, instrumentos de representação política não funcionam, porque não há capacidade de ação para assimilar tantas idéias. Existem, então, uma crise de legitimidade e outra de eficiência. [...] Essas crises sempre ocorrem em processos de mudanças na sociedade, porque instrumentos não conseguem mudar na mesma rapidez, ocorrendo uma crise de gestão de problemas. Por isso movimentos de identidade nacional tão importantes quanto o da globalização. Os Estados-nação não irão desaparecer, mas está sendo construído um sistema "ad hoc" de governança mundial, com federações de Estados em rede de co-soberania, como é o caso da União Européia, mas com muitos problemas de funcionamento. [...] (NASSIF, L. As caras da globalização. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 28 mai. 2004. Dinheiro, p. B3.)

Uma reavaliação do discurso da globalização e uma análise crítica de seus processos estão sendo construídas. O questionamento se dá de forma ampla incluindo os temas mais comumente tratados: indústria cultural, debate sobre as diferenças, homogeneização cultural, identidade, massificação cultural. A necessidade de construção de uma nova perspectiva no âmbito da globalização é apontada. O ethos da globalização é questionado e, a partir dessa identificação, é anunciada a transcendência como necessidade da condição humana.

¹⁴⁰ Luis Nassif, economista

4.1.2.5 Aspecto Social

A complexidade da sociedade global é um alerta aos “efeitos perversos” da globalização e um apelo à construção de um novo processo mais vantajoso para todos.

A sociedade global coloca-nos simultaneamente na complexa situação de cidadãos locais e planetários. Parte importante de nosso destino passou a ser decidida por forças e interesses poderosos e mal definidos, operando em dimensões políticas e sociais muito amplas e cada vez mais distantes do indivíduo que vive, mora e atua em determinada cidade e em determinado país. A globalização econômica e a autonomia das novas técnicas, irmãs siamesas, em cujo sangue circulam a tecnologia da informação, a automação radical e a engenharia genética espelham bem o acirramento dessa tensão. Já temos todas as evidências de que os mercados globais e a concentração econômica, além das vantagens do brutal aumento da eficiência produtiva que realimenta a dinâmica capitalista, aumentam as desigualdades entre os países _e entre as pessoas de um país, aumentam o trabalho precário e agravam a pobreza.[...] A sociedade mundial precisa tomar conta de seus caminhos e decidir o que quer assumir dos efeitos perversos dessa globalização desenfreada e aparentemente irreversível, que a todos afeta, procurando separar o seu joio do seu trigo.[...] Em síntese, como fazer da globalização também uma oportunidade para os países não-centrais ao capitalismo mundial, que tendem a acumular seus efeitos negativos mais que suas vantagens? Não tenhamos dúvidas de que encontrar soluções a essas questões será um fator decisivo que poderá nos levar ao florescer de uma nova e alvissareira Renascença ou ao mergulho nas trevas de uma nova Idade Média. (DUPAS, G. Entre a luz e as trevas. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 02 mar. 2001. Opinião, p. A3.)

O surgimento de uma nova cultura como forma de resolver os problemas gerados no processo de globalização é proposto por Grajew¹⁴¹.

A globalização, calcada na competição, nos interesses comerciais e financeiros, na lógica do mercado e do consumismo, em vez de se basear na cooperação e na solidariedade, está levando a humanidade a um grande desastre. Mesmo no setor empresarial, cresce a consciência de que o atual modelo deteriora a sociedade e o meio ambiente, sendo uma grande ameaça à sobrevivência e ao sucesso das companhias.[...] Einstein já dizia: "não se pode resolver um problema usando o mesmo tipo de raciocínio que causou o problema". Apenas o surgimento de uma nova cultura, que promova uma globalização calcada nos valores e direitos humanos, na justiça social, no respeito ao meio ambiente e à diversidade, poderá evitar o grande colapso. [...] (GRAJEW, O. Uma esperança para a humanidade. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 05 set. 2001. Opinião, p. A3.)

¹⁴¹ Oded Grajew, diretor-presidente do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, presidente do Conselho de Administração da Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e idealizador do Fórum Social Mundial (São Paulo, SP).

Há questões, referentes à globalização, que, segundo Sen¹⁴² precisam ser discutidas e esclarecidas.

[...] Os debates sobre a globalização merecem uma compreensão mais clara das questões subjacentes, que tendem a ficar submersas sob a retórica de confronto, de um lado, e as respostas apressadas, de outro. Alguns pontos gerais merecem atenção especial. [...] 1. Os protestos contra a globalização não tratam da globalização. [...] 2. A globalização não é novidade nem se limita à ocidentalização. [...] 3. A globalização em si não é uma loucura. [...] 4. A questão central, direta ou indiretamente, é a desigualdade. [...] 5. A preocupação primária é o nível de desigualdade, não o ritmo quase imperceptível de mudança. [...] 6. A questão não é só determinar se existe algum ganho para todas as partes, mas se a distribuição dos ganhos é justa. [...] 7. O uso da economia de mercado é consistente com diversas condições institucionais diferentes, e elas podem produzir resultados diferentes. A questão central não deveria ser adotar ou não a economia de mercado. [...] 8. A atual arquitetura econômica, financeira e política do mundo, herdada do passado (incluindo o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e outras instituições), foi em larga medida estabelecida nos anos 40, depois da conferência de Bretton Woods, em 1944. [...] 9. Mudanças tanto políticas quanto institucionais são necessárias. As instituições internacionais existentes tentaram, com empenho variado, responder às mudanças da conjuntura. [...] 10. A construção global é a resposta necessária às dúvidas globais. [...] (SEN, A. A pressa e a retórica do confronto. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 09 set. 2001. Mais! p. 8-9.)

A ação política é indicada como saída para confrontar a dominação do “*capitalismo global*”.

[...] O Orgulho e o irracionalismo que conduziram o mundo em conjunto para um desequilíbrio cada vez mais insuportável entre as redes financeiras e econômicas, que acumulam riquezas, e as sociedades fragmentadas, cada vez mais desiguais, não podem continuar se escondendo atrás do tema ambíguo da globalização. Podemos discutir as vantagens e os inconvenientes da crescente internacionalização das trocas, mas esse debate complexo não tem muito a ver com a realidade brutal oculta pela palavra "globalização". Esta proclama a superioridade de uma economia mundializada sobre todos os processos de controle exercidos em nível nacional. Em seu nome, falou-se muito no declínio dos Estados nacionais, quando a realidade observável não corresponde a esse tema de propaganda que busca afirmar o direito de um capitalismo sem controle nem regras a dominar o mundo. [...] Dois grandes tipos de crítica podem ser feitas ao capitalismo extremo. O primeiro é que ele aumenta a desigualdade e a exclusão e desencadeia graves crises regionais. Essas acusações são sérias, principalmente depois do fim do longo período de crescimento econômico nos Estados Unidos. Mas o segundo é ainda mais grave e foi formulado há muito tempo por economistas prestigiosos. O crescimento depende cada vez mais de fatores sociais como a educação, a organização do Estado, o modo de "governança" e também o modo de

¹⁴² Amartya Sen, diretor do Trinity College da Universidade de Cambridge e ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 1998. Autor de, entre outros, "Desigualdade Reexaminada" (ed. Record) e "Desenvolvimento como Liberdade" (Companhia das Letras).

distribuição do produto nacional. O último ponto está ligado ao primeiro tipo de crítica, mas foi o conjunto dessas observações que levou o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional a admitirem abertamente o absurdo das políticas que tudo sacrificam à abertura dos mercados. [...] Só sairemos da dominação do capitalismo dito global quando a maioria de nós estiver convencida da necessidade e da possibilidade da ação política. (TOURAINÉ, A. A política contra a cegueira. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 27 jan. 2002. Mais! p. 8-9.)

O tema da desigualdade inerente ao processo de globalização passou a ser polemizado no discurso em análise, a partir dos anos 2000, quando ocorrem as publicações de estudos nessa área, inclusive realizados por órgãos oficiais internacionais como o Banco Mundial¹⁴³.

[...] A questão não é tão simples como pode parecer, pois existem, de saída, três tipos distintos de desigualdade. A primeira é a desigualdade no interior de cada país, geralmente a que se tem em mente quando se discute se a distribuição de renda melhorou ou piorou no Brasil ou nos Estados Unidos. A segunda é a desigualdade internacional, literalmente entre as nações, como diz a palavra, isto é, as diferenças entre as médias da renda per capita ou do PIB de um país para outro. Já aqui se introduz uma simplificação que distorce a realidade, uma vez que se supõe que todos os brasileiros e todos os americanos recebem a mesma renda. A terceira é a desigualdade global, que combina os dois outros conceitos e procura avaliar as diferenças de renda entre os indivíduos no mundo. [...] (RICUPERO, R. O mundo imita o Brasil. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 31 mar. 2002. Dinheiro, p. B2.)

A possibilidade de construção de uma outra globalização é tema do debate nos anos 2000.

[...] Para enfrentar a globalização, a sociedade civil também se globaliza. Trata-se aqui de uma globalização democrática, a partir de baixo, mostrando ao mundo que uma outra globalização é possível, baseada nos direitos humanos, na democracia, na paz, na solidariedade.[...] uma agenda contemplando propostas concretas de uma globalização democrática, que coloque os direitos e necessidades dos povos acima dos interesses do mercado. [...] (VIEIRA, L. B. Uma outra globalização é possível? **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 28 mai. 2002. Opinião, p. A3.)

O processo de globalização intensificou as desigualdades sociais, como afirma Garrafa¹⁴⁴.

[...] O desenvolvimento científico e tecnológico tem sido amargamente excludente. Os benefícios proporcionados pelas descobertas do século passado continuam inacessíveis para mais de dois terços da população

¹⁴³No ano de 2003, foi lançado no Brasil, pela editora Futura, o Relatório de Pesquisa Política do Banco Mundial, denominado “Globalização, crescimento e pobreza”, no qual, além de teorização e proposição a respeito da política local e internacional no contexto da globalização, contém o quadro da desigualdade nesse contexto, apresentando resultado de pesquisa, através de gráficos comparativos entre os países, que associam diversas variáveis relativas ao tema. Nesse documento, os períodos históricos considerados como marcos da globalização são tratados como “ondas”, dividindo-se em “as ondas da globalização anteriores e as reversões” e no que é chamado de “a nova onda da globalização”.

mundial. [...] Se antes do processo de globalização econômica os interesses e as diferenças sociais eram grandes, agora são assustadoramente maiores. O que hoje define as prioridades na construção de sistemas de saúde pública não são as demandas ou as necessidades detectadas na realidade social, é o mercado. [...] (GARRAFA, V. Por uma ética periférica. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 26 out. 2002. Opinião, p. A3.)

Em 2004, um estudo da ONU (Organização das Nações Unidas), resultado de dois anos de pesquisa, mostra que a globalização, através da abertura comercial, elevou a diferença entre países ricos e pobres.

[...] Nas 168 páginas do documento, os autores reconhecem que os benefícios das aberturas comerciais são “imensos”: “A globalização propiciou sociedades e economias abertas, assim como maior liberdade para o intercâmbio de bens, idéias e conhecimentos”. Como exemplo, cita a China, que retirou 157 milhões da pobreza desde o início da marcha da abertura dos mercados globais, no início dos anos 90. Ao mesmo tempo, porém, o relatório diz que a pobreza (quem vive com US\$ 1 ou menos por dia) cresceu em praticamente todo o mundo, notoriamente na América Latina, na Europa Oriental e na África. O documento ressalta que o funcionamento da economia mundial esconde desequilíbrios persistentes. “Existe uma inquietação crescente acerca do rumo que está tomando a globalização. Suas vantagens estão fora do alcance de muitos, enquanto os riscos de sua aplicação são reais. A corrupção aumentou. O terrorismo mundial ameaça as sociedades abertas. O futuro dos mercados está cada vez mais incerto. A governança global está em crise”.[...] (Globalização aumenta desigualdade, diz ONU. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 25 fev. 2004. Dinheiro, p. B1.)

A globalização tem um potencial integrador importante, embora gere exclusão social e desigualdade, segundo Patten¹⁴⁵ e Iglesias¹⁴⁶.

[...] A exclusão social está no coração das crises políticas que freqüentemente afligem os países latino-americanos. [...] A luta contra a exclusão social também tem lógica econômica. A pobreza reduz o tamanho dos mercados e detém o crescimento econômico. Uma sociedade justa e integradora gera trabalhadores e consumidores mais qualificados, atrai mais investimento estrangeiro e promove um crescimento mais rápido. [...] A globalização torna a integração regional particularmente importante. [...] (PATTEN, C. e IGLESIAS, E. Se nos for dado escolher... **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 30 mai. 2004. Opinião, p. A3.)

¹⁴⁴ Volnei Garrafa, professor titular da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade de Brasília. Foi presidente da Sociedade Brasileira de Bioética e do 6º Congresso Mundial de Bioética, realizado em Brasília, de 31/10 a 3/11/2002.

¹⁴⁵ Christopher Patten, comissário de Relações Exteriores da União Européia. Foi o último governador britânico de Hong Kong (1992-97).

¹⁴⁶ Enrique V. Iglesias, presidente do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento).

Baseado no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), lançado pela ONU em 1990, Maisonnave¹⁴⁷ destaca que economistas da Unicamp, coordenados por Márcio Pochmann, criaram o Índice de Exclusão Social (IES), que, segundo eles, é mais abrangente do que o IDH, pois inclui dados sobre desemprego, homicídios e desigualdade social, entre outros, enquanto o IDH conta somente com três variáveis: escolaridade, expectativa de vida e renda.

[...] “Esses índices melhoram quase por endogamia. Em geral, os governos investem em escolas, água, infra-estrutura, e os países apresentam crescimento econômico”, diz Pochmann. Como exemplo, Pochmann cita o próprio Brasil: “O país teve um crescimento econômico pífio, mas o seu IDH avança”. [...] Por outro lado, países do leste asiático e europeu subiram algumas posições. A China, por exemplo, subiria da 104ª posição para a 89ª e passaria à frente do Brasil. Para o economista Alexandre Barbosa, os países do leste asiático melhoraram por terem apresentado uma “globalização ativa”. Já o Leste Europeu teve bom desempenho em desigualdade social e alfabetização. [...] (MAISONNAVE, F. Índice de exclusão social 'rebaixa' país. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 17 jun. 2004. Dinheiro, p. B12.)

Dados oficiais da ONU são refletidos por Cantanhêde¹⁴⁸, que também questiona a globalização.

[...] o que, afinal, essa tal de globalização está significando para um mundo mais justo, mais equilibrado. A resposta está no próprio Relatório de Desenvolvimento Humano 2004, a ser oficialmente anunciado hoje em vários países: o que mais chama a atenção frisa seus analistas, não são as carências em si, mas "o ritmo de diminuição" delas. A coisa está feia e não anda, ou anda muito devagar. Às vezes, até recua. Entre os 33 países da América Latina e do Caribe, há passos positivos para diminuir a fome e a mortalidade infantil, de um lado, e para aumentar o acesso ao ensino básico, de outro. A má notícia é que, se há esforços para esses programas sociais específicos, o continente está perdendo a batalha principal: a redução do número de pessoas que vivem com menos de US\$ 1 por dia, na mais profunda miséria. No mundo em geral, o dado mais assustador do relatório é justamente nesse sentido. Em 46 países, as pessoas estão mais pobres hoje do que em 1990. Em 25, há mais gente passando fome do que na década passada. Em 20 _na África, sobretudo, graças à Aids, os índices de desenvolvimento humano caíram. O problema do mundo, das regiões, dos países e dos Estados dentro dos países continua sendo não apenas de renda, mas principalmente de má distribuição da renda. O que nos faz pensar: por que os países não conseguem radicalizar contra a corrupção e a favor de políticas redistributivas? E por que, em vez de bombardear o Iraque, as maiores potências não tentam globalizar o bem-estar? [...] (CANTANHÊDE, E. Mundo cão. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 15 jul. 2004. Opinião, p. A2.)

¹⁴⁷ Fabiano Maisonnave, repórter da Redação da Folha de São Paulo.

¹⁴⁸ Eliane Cantanhêde, colunista da Folha de São Paulo.

A exclusão social, para Piovesan e Flores¹⁴⁹, não é inevitável, e o combate à pobreza pode ser realizado através de políticas específicas, direcionadas a grupos socialmente vulneráveis.

No último dia 15 de julho foi divulgado o Relatório de Desenvolvimento Humano de 2004, elaborado pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), que classifica 177 países de acordo com o Índice de Desenvolvimento Humano - elevado, médio ou baixo -, considerando a expectativa de vida, a educação e a renda da população. Duas conclusões do relatório merecem destaque: a) a preocupante tendência de agravamento da pobreza nos países de já reduzido desenvolvimento humano; b) a importância do multiculturalismo para o alcance da justiça social. [...] O combate à pobreza demanda, assim, a adoção não apenas de políticas universalistas, mas também específicas, endereçadas a grupos socialmente vulneráveis, enquanto vítimas preferenciais da pobreza, como é o caso das políticas de ações afirmativas, capazes de promover a igualdade substantiva. A pobreza e a exclusão social não são inevitáveis. Há que assumir a coragem do risco de romper com a cultura da "naturalização" das desigualdades e das discriminações, que, enquanto construídos históricos, não compõem de forma inexorável o destino daqueles que têm mutilada a sua cidadania e a sua dignidade. [...] (PIOVESAN, F. e FLORES, J. H. Pobreza, multiculturalismo e justiça social. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 27 jul. 2004. Opinião, p. A3.)

A globalização é um processo que gera pobreza, segundo Valenzuela¹⁵⁰.

[...] Enquanto a globalização avança, mais de dois terços da população mundial vivem em condições de pobreza. Essa realidade dramática gera movimentos migratórios maciços, degradação ambiental, proliferação de doenças, tensões políticas e, definitivamente, efeitos negativos sobre os fluxos de comércio e de investimentos - efeitos esses que, por sua vez, fazem aumentar os níveis de pobreza global, numa espécie de círculo vicioso. [...] (VALENZUELA, M. S. A. Fundo de combate à pobreza e à fome. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 20 ago. 2004. Opinião, p. A3.)

Os dados constatando o aumento das desigualdades sociais e da pobreza no contexto da globalização tornam-se eloquentes e, a despeito de qualquer polêmica, é visível o empenho em se fazer perceber que é necessário encontrar uma saída para essa questão.

¹⁴⁹ Joaquín Herrera Flores, professor diretor do Programa de Doutorado de Direitos Humanos e Desenvolvimento da Universidade Pablo de Olavide.

¹⁵⁰ María Soledad Alvear Valenzuela, advogada, ministra das Relações Exteriores do Chile. Foi ministra-diretora do Serviço Nacional da Mulher (governo Patricio Alwyn) e ministra da Justiça (governo Eduardo Frei).

4.2 Olhares imaginando um conceito: discursos da imprensa escrita sobre a construção teórica do termo globalização

A importância de tratar discursos da imprensa escrita nesta abordagem atribui-se ao fato de, ao tentar esboçar o debate sobre a globalização no citado discurso, de certa forma, ter sido enfocada a interpretação desta discussão no veículo de comunicação pesquisado. Por isso o título deste item “olhares imaginando um conceito” foi atribuído, na intenção de sugerir essa diversidade interpretativa e autoral que compôs o item anterior, numa espécie de mostruário da construção teórica desta tese nos discursos analisados. De acordo com este desenho, pode ser observado como estes discursos refletem a discussão teórica sobre o assunto, ao mesmo tempo em que suscitam novos questionamentos, que podem ser atribuídos à formação discursiva, característica da linguagem da mídia, como, por exemplo, o recurso da personificação de um elemento constitutivo do processo, como é feito com o mercado. Essa constatação constitui-se em pressuposto da análise, por isso não são destacados trechos do discurso, no qual a personificação do mercado é explicitada. No entanto, o inesperado nesta investigação foi encontrar no discurso analisado questionamentos sobre essa linguagem e sobre a utilização desse recurso. Embora em alguns casos não haja a denominação de personificação podem-se observar reflexões sobre o assunto no discurso objeto. Esta constatação da pesquisa definiu a condução da análise e apresentação dos resultados nesse desenho em que foi esboçado o capítulo. Pois, inicialmente, pensei em selecionar matérias que utilizavam o recurso da personificação ideológica. Mas, diante dos dados, resolvi considerar esse recurso como um pressuposto para a análise, que não necessita de comprovação, já que se encontra tão consolidado na linguagem, extrapolando do âmbito da mídia ao cotidiano.

Constatar que tantos sociólogos tenham interesse por este tema, e que efetivamente venham considerando essa discussão como fundamental no âmbito do debate sociológico foi outro

ponto de definição da seleção e composição analítica dos dados. Esta ressalva está sendo feita pelo fato de que, embora seja comum haver uma associação deste tema com estudos econômicos, foi possível identificar, no discurso analisado, a pertinência do mesmo no debate específico da Sociologia. Este indicativo tornou-se tão marcante que permitiu o delineamento da análise da forma em que foi apresentada no item anterior. Ou seja, destacando reportagens escritas por sociólogos e suas respectivas reflexões sobre o tema.

Outro aspecto constatado foi a característica de construção em que o tema foi tratado no discurso em análise, haja vista as elaborações feitas em torno da análise de fatos conjunturais, as quais desencadeavam a explicitação de questões surgidas no processo de globalização. Ou seja, na forma discurso, é possível revelar questões que se mostram nos fatos, na forma de dados conjunturais. É por isso que foi possível esboçar no item anterior aspectos conceituais dessas questões, extraídos de discursos construídos a partir de informações factuais. Também, é nesta medida, em que o discurso compõe o factual, porque é, através dessa prática, da prática discursiva, que se constitui a materialidade de um tema, a partir da qual a discussão ganha vida própria, no sentido de ser passível de mobilizar estruturas, através de intermediações. Daí ser possível um tema sugerir significações que ultrapassam os limites da descrição de sua contextualidade. É nesse sentido que ressalto a relevância discursiva da significação deste tema e, portanto, de sua construção teórica, cuja materialidade se esboça também no delineamento expressivo e ou discursivo de suas questões.

O caráter de construção em que se encontra o conceito de globalização também denota a incipiência desse processo, cujo aprofundamento de suas relações constitutivas conduzem ao amadurecimento do debate.

O problema de como o discurso pode articular elementos diferentes pode ser verificado, a partir da interpretação do sentido contido e empregado no discurso, bem como de sua configuração nas práticas sociais.

4.3 O jogo articulatório entre os elementos conceituais e ideológicos do discurso em análise

Embora no item 4.1. tenha sido destacado o debate concernente ao conceito de globalização no discurso da imprensa escrita, a questão da ideologia presente no processo de globalização também ficou evidenciada nas reflexões apresentadas nos extratos de matérias. Essa constatação permite delinear o processo articulatório em que elementos conceituais e ideológicos do discurso em análise se constroem na prática discursiva e social do processo de globalização.

Tomando como exemplo a discussão do fim do Estado; ou do fim da história, contida no debate da globalização política, pode-se perceber o jogo semântico articulado nessa discussão. Por um lado, pode-se destacar a idéia do fim como ideológica, no sentido de significar a imposição de uma nova situação, através da pretensão de obtenção de um pensamento único sobre esse assunto. Por outro lado, esta idéia está eivada de conteúdo teórico, quando pretende ser a descrição desse aspecto específico do fenômeno. Ambas as perspectivas possuem correspondência na prática, que implica tanto o desencadeamento de ações, como a sua elaboração discursiva. Esta correspondência entre discurso e prática confere dinamicidade à prática discursiva e justifica esta denominação. Ou seja, o discurso é uma prática, não devido a uma estratégia teórica, mas à descrição de sua factualidade. Pois, através do discurso, tanto é possível expressar um conteúdo fora dele mesmo, como identificar nesse conteúdo a expressão dele mesmo. Assim é possível dizer que as ações de determinados sujeitos são motivadas por determinadas idéias e, nesse sentido, essas idéias estão contidas naquelas ações.

Outro exemplo, que caracteriza o jogo articulatório entre elementos conceituais e ideológicos do discurso em análise, é o da inexistência de fronteiras no mundo globalizado, presente no debate específico da globalização cultural. Ora, como é possível falar de um “mundo sem

fronteiras” em um contexto onde cada vez mais se intensificam as separações existentes, haja vista as desigualdades e exclusões que se constituem em marcas da atualidade? Ou, ainda, como é possível manter um pensamento hegemônico em torno da idéia de um mundo sem fronteiras? Falo de idéia porque à exceção da comunicação via satélite e seus desdobramentos, a inexistência de fronteiras não é algo concreto. As fronteiras territoriais, políticas, culturais, sociais continuam presentes na estruturação do sistema vigente. No entanto, é comum caracterizar a globalização como o mundo sem fronteiras e agir de acordo com esse pensamento. Mais uma vez o discurso articula o ideológico e o conceitual numa espécie de descrição idealizada, que induz o desenvolvimento de práticas sociais.

Na idéia bipolar de global e local, quanta polêmica! É o local que se dilui no global e, portanto, se descaracteriza; ou é a cultura local que se globaliza, ou se universaliza? Aqui a articulação entre elementos conceituais e ideológicos do discurso também é explícita e induz práticas sociais, tanto na primeira idéia como na segunda. Pois, se for o local que se dilui no global, essa definição se presta à caracterização da cultura global, que se resume na homogeneização de hábitos, costumes e consumo. E se for o local que se universaliza, que atinge os vários pontos do planeta, através da utilização de equipamentos e recursos eletrônicos para tal fim, a definição também possui uma correspondência direta na prática, através da qual a universalização do local pode ser representada em ações.

As metáforas, utilizadas para definir o fenômeno da globalização, são exemplos claros desse jogo. Como relato figurado, a metáfora não tem precisão conceitual e não qualifica o problema de que trata. Por isso, se torna incompleta, confusa e falsa.

Estas constatações, entre tantas que poderiam ser apresentadas, no âmbito mesmo deste trabalho, apontam para o desenvolvimento do raciocínio analítico, em torno da ideologia e da característica da inevitabilidade no discurso em análise, que será tratado no próximo capítulo.

CAPÍTULO 5

Ideologia: contornos e características no discurso da
globalização

Capítulo 5 - Ideologia: contornos e características no discurso da globalização

A estrutura deste capítulo baseia-se na análise de extratos referenciados de cento e três reportagens. A composição analítica desses dados faz alusão específica à discussão da ideologia no processo de globalização e sua suposta inevitabilidade, contribuindo para a construção do argumento principal desta tese. Dois destaques são utilizados para efeito de análise. O primeiro é a ocorrência, direta no discurso, de referência à ideologia, como constitutiva do processo de globalização, o que é tratado no item 5.1, e o segundo é a evidência da inevitabilidade, no discurso objeto, como característica atribuída ao processo de globalização. Este assunto é desenvolvido no item 5.2. Ou seja, o primeiro item é composto por extratos de reportagens, cuja centralidade discursiva se constrói em torno da questão da ideologia da globalização e no segundo item o foco da discussão destacada é direcionado para o debate sobre a inevitabilidade da globalização.

Apesar das reportagens terem sido inicialmente classificadas em cada um dos enfoques conceituais da globalização, considereei apropriado apresentar a análise obedecendo à ordem cronológica das reportagens escolhidas como um todo. Esta opção deve-se ao fato de tornar possível verificar a construção do tema da ideologia no discurso em análise, no sequenciamento de sua ocorrência; constatar a interconexão existente entre os aspectos conceituais estudados; comprovar a consistência do debate da ideologia no discurso em foco e analisar a característica da inevitabilidade como uma aplicação do tema da ideologia.

Na construção deste capítulo, foi necessário utilizar extratos mais longos de algumas reportagens para não invalidar o recurso utilizado, pois nestes casos, o corte dos trechos implicaria em perda de sentido do raciocínio desenvolvido por cada autor. A intenção de apresentar a análise dessa forma é evidenciar no discurso objeto os fundamentos da argumentação desta tese. Ou seja, quero constatar no discurso analisado, a existência de

pensamento compatível com o raciocínio de construção desta tese. Por isso os extratos são mais longos, porque o argumento é apresentado no discurso dos autores selecionados. Os autores explicitam a argumentação. O raciocínio que construí está subsumido nesses extratos. Para isso, fui buscar no discurso esses fundamentos e apresento agora com esta formatação: explicitando a análise, através do discurso dos autores.

5.1 A dimensão ideológica da globalização em discursos da imprensa escrita no período de 1995 a 2004

Ao longo do período de 1995 a 2004, pode ser constatado no discurso objeto, que a perplexidade com o tema da globalização foi dando lugar à crítica a esse processo. Nessa formação discursiva o debate da ideologia foi sendo construído, ora de forma clara e designativa, ora de forma especulativa.

Assim é que, no início de 1995, a globalização é apontada como causa de perplexidade e motivo para o surgimento de visões negativistas sobre o impacto desestruturador desse processo.

Se há alguma palavra capaz de definir, por si só, o estado de ânimo do mundo neste início de 1995, essa palavra é perplexidade. [...] As causas para esse estado de espírito são muitas, como é óbvio. Mas é bem provável que uma das principais, se não a principal, é a velocidade com que se processa a globalização. Começou pelo comércio, avançou pela economia em geral e agora é um fenômeno também de informação. O ser humano parece não ter condições de absorver o processo com a mesma rapidez com que ele vai se implantando. E reage com essa sensação difusa de mal-estar. Contribui para a insegurança mais ou menos generalizada o fato de que a globalização atropelou as instituições convencionais com as quais o mundo estava habituado a conviver. O Estado nacional é uma das maiores vítimas da globalização. Vê o seu poder de influir sobre os acontecimentos se reduzir a cada momento, porque as fronteiras são virtualmente eliminadas pelo fenômeno da globalização. Esse estado de espírito negativista tende a se prolongar até que surjam instituições globais capazes de pôr uma certa ordem no fenômeno da globalização, de forma a transformá-lo em terreno de oportunidades mais do que de receios. Essa é a tarefa de estadistas de fato para este final de século. (Perplexidade global. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 08 fev. 1995. Opinião, p. 1-2.)

O sentido é atingido mais rapidamente através de figuras de linguagem, de acordo com Frias Filho¹⁵¹. Daí ser tão utilizada no nosso dia-a-dia a metáfora, a metonímia e menos freqüentemente a metalepse, que consiste na anulação do tempo e na inversão do antes e do depois.

[...] Dizer que as crianças são os cidadãos de amanhã é metalepse. “Os mortos governam os vivos”, uma fórmula de Comte, também. Em matéria de política e economia, nossa atitude não poderia ser mais metaléptica. Numa onda fortemente regressiva, o futuro passa a estar na economia de mercado. O socialismo leva ao capitalismo, a globalização gera xenofobia e a informática aumenta a exclusão. [...] O que assinala a decadência é o relativismo dos valores, o ecletismo do gosto e o internacionalismo das vivências, três emblemas tão presentes que já não damos um passo sem esbarrar neles. A metalepse, na sua volúpia de anular o tempo, é tanto efeito da decadência quanto tentativa, frustrada, de curá-la. Mas nem tudo é pessimismo. É nos períodos de decadência que as ilusões são deslocadas, os mitos desmancham e prevalece um apego saudável ao que é concreto. [...] (FRIAS FILHO, O. F. Metalepse. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 15 jun. 1995. Opinião, p. 1-2.)

Aspectos que caracterizam a globalização, dentre eles o avanço científico e tecnológico, foram descritos inicialmente de forma metafórica. Mas, logo, os fatos foram comprovando que as metáforas não tinham sustentação em si.

[...] Outro grande mito que sucumbiu ao princípio de realidade é o da revolução das telecomunicações e, em especial, da Internet. A Internet é fantástica, mas suas possibilidades ainda são pouco compreendidas. Economicamente, nem mesmo os princípios do marketing nesse espaço virtual estão claros. A segurança dos protocolos usados na rede foi quebrada várias vezes, jogando água fria na onda de compras em lojas virtuais. [...] A conclusão é que a informatização continua, mas o seu sentido e alcance ainda não estão claros. Outro aspecto é o conflito entre o padrão PC e a expansão da cultura de redes. [...] Além dos arranhões no ideal de um mundo globalizado e informatizado, 1995 reservou ainda algumas surpresas para todos os que acreditaram num outro mito deste fim de século: o da racionalidade financeira e do fim dos Estados Nacionais. Os sistemas financeiros, tanto na engenharia das operações quanto no desenho institucional, vêm passando por turbulências e transformações provavelmente sem precedentes. [...] As surpresas dos anos 90 mostram que talvez seja cedo para descartar funções de supervisão e regulamentação. Paradoxalmente, agora são os mercados financeiros que "ricocheteiam", exigindo uma nova reflexão sobre as funções dos Estados Nacionais. (SCHWARTZ, G. Mitos econômicos foram abalados em 95. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 31 dez. 1995. Dinheiro p. 2-2.)

¹⁵¹ Otavio Frias Filho escreve às quintas-feiras na coluna Opinião da Folha de São Paulo.

A explicitação de aspectos importantes da construção do tema deste estudo pode ser encontrada neste argumento clarividente do uso ideológico do termo globalização.

Um dos paradoxos destes nossos estranhos tempos é ver os anunciadores do fim das ideologias e das utopias empenhados em fazer da globalização uma espécie de utopia deste fim de século e do próximo. É como se o colapso do comunismo real e do seu contrário, o anticomunismo, tivessem criado um vácuo ideológico ocupado, por falta de algo melhor, pelas teses "globalistas". Encarada dessa forma, a globalização acaba por adquirir todos os elementos que caracterizam a visão ideológica. Ela é, para começar, uma explicação abrangente e totalizante da realidade social, uma visão-do-mundo que permite aos seus seguidores situarem-se perante os problemas da economia e da política. Ao mesmo tempo, vem ela dar expressão aparentemente objetiva a interesses de classes ou de países que se escondem e disfarçam sob forma de constatações "imparciais" ou previsões inelutáveis. [...] como imagens invertidas num espelho, o caráter crescentemente ideológico que vem adquirindo o debate sobre a globalização, jogo no qual a ideologia pró-globalização gera inelutavelmente uma ideologia de negação e recusa. O nome desse jogo é competição, exacerbada ao extremo pelos mecanismos principais por meio dos quais a globalização vem se implantando: o comércio internacional, os investimentos e os fluxos financeiros. Cada um a seu modo, esses mecanismos tendem a unificar o espaço econômico em escala planetária, obrigando setores antes protegidos por barreiras nacionais ou regionais a aceitarem a agonia e a incerteza da disputa contra adversários duros e implacáveis. [...] Na verdade a competição não deve ser transformada em valor absoluto, tabu ou fetiche como os que caracterizaram as ideologias superadas. [...] Em outras palavras, a competição como fator de maior eficiência econômica tem de ser pesada e medida em função de outros valores sociais relevantes e não tomada isoladamente como ápice de uma pirâmide que hierarquiza e subordina todos os demais valores humanos.[...] (RICUPERO, R. A utopia do ano 2000. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 10 fev. 1996. Dinheiro, p. 2-2.)

O “*pensamento único*” é considerado como ideológico, nesta reflexão. Os destaques da reportagem enfocam tanto aspectos conceituais do discurso como uma importante advertência sobre a possibilidade do processo de globalização gerar um contexto de ruptura social, dadas as desigualdades, a exclusão, o crime e a miséria.

[...] Esse pensamento único repousa sobre três princípios. O primeiro, o menos contestável, é que o mundo entrou numa longa fase de crescimento [...], definido pela expansão de novas tecnologias que dão nascimento a uma sociedade informatizada. O segundo, não menos importante, é a globalização da economia, o que significa a impossibilidade de as empresas e os governos seguirem outra lógica que não a do mercado mundial. [...] A terceira idéia é que, para atingir o desenvolvimento, é preciso aumentar os investimentos,

suprimir os obstáculos ao livre-comércio e à concorrência e libertar a economia das intervenções políticas e administrativas que obedecem a uma lógica diversa, cujos entraves barram o crescimento racional da economia. [...] Esse pensamento único, porém, definido pelo vínculo necessário entre seus três princípios básicos, é mais ideológico que positivo; a imagem um tanto deformada que ele reflete da situação pode conduzir a graves crises sociais, políticas e principalmente econômicas. De fato, a liberdade de comércio e o aumento dos investimentos são condições necessárias, mas não suficientes, do desenvolvimento. O pensamento único corresponde a um mundo onde a economia, ao globalizar-se, divorciou-se da sociedade, onde os controles políticos e sociais sobre a atividade produtiva tornaram-se fracos e desgastados, onde as exigências sociais são cada vez mais estranhas à economia, cada vez mais culturais e segregadas, o que torna mais difícil sua intervenção no campo econômico, mas também mais frágil uma economia que não se funda na vontade popular e em suas expressões políticas. [...] Somos forçados a concluir, portanto, que esse pensamento único tem uma função precisa e importante, embora limitada. Seu objetivo é eliminar todas as formas decadentes e desgastadas dos chamados Estados de mobilização que tiveram papel de destaque na evolução do pós-guerra, tanto na América Latina quanto na Europa Ocidental ou na Europa Oriental comunista. Contudo, seu alcance restringe-se a essa função crítica; ele corresponde somente a uma fase de transição e, por isso, corre o risco de não acompanhar o atual ritmo de mudanças da sociedade. O importante, nos dias de hoje, é sair dessa transição liberal, e não ingressar nela. Se é verdade que muitos países ainda têm de se livrar de políticas pré-liberais ou mesmo antiliberais, é ainda mais urgente diminuir as desigualdades sociais que cresceram assustadoramente, sobretudo nos antigos países comunistas; o problema agora é lutar contra a extrema pobreza, conter o avanço da indústria do crime, do tráfico de drogas e de qualquer tipo de máfia. Restabelecer o controle do Estado sobre as atividades produtivas e lutar contra a extrema desigualdade de rendas, responsável pela fuga de capitais e a miséria de parte da população, é indispensável para transformar a liberdade econômica em desenvolvimento, e não em ruptura social. [...] O primeiro passo nessa direção, talvez o mais importante, consiste em reconhecer (como fez o Banco Mundial) a necessidade de levar a termo não apenas a liberdade de comércio, mas um desenvolvimento de longo alcance que exija reformas sociais e ações políticas tanto quanto a abertura das economias nacionais. (TOURAINÉ, A. Riscos do pensamento único. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 18 fev. 1996. Mais! p. 5-7.)

A opinião acadêmica também é divulgada nos meios de comunicação e, dessa forma, torna-se de domínio público, por exemplo, a ideologização do termo globalização.

O termo "globalização" se tornou o bode expiatório dos tempos atuais. Ideologizada, a palavra é usada para explicar problemas da sociedade atual: prostituição infantil, aumento da violência e criminalidade entre outros. A opinião é do sociólogo inglês Roland Robertson, professor da Universidade de Pittsburgh e estudioso da globalização [...]. (Globalização é bode expiatório moderno. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 12 abr. 1996. Ilustrada, p. 4-6.)

Neste fragmento é possível verificar como o termo globalização vai se caracterizando como ideológico.

[...] A mágica da palavra globalização corresponde, como se sabe, à percepção generalizada de que há um processo em curso que domina de maneira inexorável a economia mundial e tende a destruir fronteiras nacionais. Os Estados nacionais estariam em crise ou declínio irreversível. Em fase de extinção, para alguns mais afoitos. Assim entendida, a globalização é um mito. Um fenômeno ideológico nada sofisticado, que serve a propósitos os mais variados. No plano editorial, por exemplo, ajuda a vender jornais, revistas ou livros superficiais. Nos planos econômico e político, contribui, por exemplo, para apanhar países ingênuos na malha dos interesses internacionais dominantes. No plano cultural, a globalização é um codinome para americanização, para a difusão em escala planetária das vulgaridades que a sociedade americana produz em profusão. [...] É claro que, como toda ideologia de sucesso, a globalização tem um substrato de realidade. A ninguém escapa a extraordinária velocidade do progresso técnico em áreas como telecomunicações e informática, a crescente integração comercial e financeira, a internacionalização dos próprios processos de produção em muitos setores etc. Mas temos que nos resguardar contra a carga de fantasia e mitologia construída em cima desses fenômenos reais. Na verdade, o alcance da globalização é muito menor do que sugere o falatório a que estamos submetidos. [...] (BATISTA JR., P. N. O mito da globalização. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 30 mai. 1996. Dinheiro, p. 2-2.)

O propalado determinismo da globalização é refutado.

Na vaga de entusiasmo suscitado pela queda do muro de Berlim festejou-se prematuramente o fim da história. Pela primeira vez desde a Revolução Russa de 1917, desaparecia da cena o desafio ideológico ao monopólio dos valores ocidentais da democracia representativa e da economia de mercado. Após o excesso de excitação de um século de guerras e revoluções, deveríamos supostamente preparar-nos para um período de monotonia invariável e interminável. Para nossa distração, sobriam apenas os problemas técnicos de uma economia globalizada e determinante de toda vida social. [...] Disso tudo a lição a tirar é que não há nada de determinista ou irreversível em fenômenos econômicos como a globalização. No apogeu vitoriano, o grau de integração do comércio mundial e do movimento de capitais foi igual ou maior do que o atual. Tudo se perdeu com a Primeira Guerra e com o que veio depois. Longe de ser autônoma e toda-poderosa, a economia continua refém da política e da história. E estas _sempre que se pretende ignorar seus problemas, varrendo-os para debaixo do tapete_ vingam-se destruindo o que se quis construir sem elas. Afinal, como lembra o provérbio português, "ódio velho não cansa". (RICUPERO, R. A vingança da história. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 23 mar. 1996. Dinheiro, p. 2-2.)

A dimensão ideológica da globalização é indicada, através da constatação de que, embora não pareça algo óbvio e verificável mediante dados, o mundo aceita a descrição de globalização apresentada por seus defensores.

Falamos de mundialização ou de globalização como se ambos os termos tivessem o mesmo sentido; ora, eles são tão diferentes quanto o são uma descrição e uma ideologia. Não há dúvida de que a economia se mundializa, as grandes empresas traçam estratégias mundiais e os mesmíssimos produtos materiais e imateriais espalham-se pelos cinco continentes. Também não há dúvida de que os circuitos financeiros permitem a cada dia movimentar US\$ 1,4 trilhão no globo e de que as pessoas de todos os países comunicam-se pela Internet. [...] De fato, somos submetidos a uma intensa campanha ideológica que tenta nos convencer de nosso ingresso na sociedade global e da irrefreável tendência do planeta em tornar-se uma imensa zona de livre comércio. É compreensível que essa ideologia difunda-se a partir dos Estados Unidos, pois ela lhes favorece a hegemonia: soa mais elegante dizer que a Coca-Cola, a CNN ou a Microsoft são empresas globais antes de serem norte-americanas, o que entretanto elas não deixam de ser. Menos compreensível é que o resto do mundo aceite tal descrição ideológica. [...] (TOURAINÉ, A. O canto de sereia da globalização. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 14 jun. 1996. Mais! p. 5-6.)

A transformação do discurso da globalização em ideologia é enfocada, através de reflexão desmistificadora da supremacia da economia em relação à política.

Um discurso lançou raízes por todo o mundo, o discurso da globalização. Em poucos anos, ele transformou acontecimentos de fato relevantes numa visão de mundo e, mais precisamente, em ideologia. Sobretudo desde a queda do Muro de Berlim e do colapso de todas as formas de pensamento historicista e de política voluntarista, deixamo-nos arrebatar pela idéia de que o mundo era regido pelas leis impessoais da economia. [...] Logo notamos que tal economia globalizada cria desigualdades e sobretudo a exclusão, e que o mundo como um todo se latino-americaniza no sentido de que se biparte entre uma economia formal e uma economia informal; [...] Não seria necessário indagarmos hoje se nossa imagem da globalização é tão artificial quanto a do capitalismo triunfante ou mesmo do imperialismo do século passado? Essa crítica deve ser movida em dois tempos: primeiro, o que chamamos globalização constitui um fenômeno geral ou um conjunto de tendências esparsas? E depois: a vitória da economia é irreversível? Sobre esses dois pontos, as respostas que se impõem parecem repor no centro das questões a representação do mundo como globalização. O primeiro ponto é o mais fácil de abordar, pois trata-se de realidades observáveis. Quatro grandes transformações devem ser distinguidas. A primeira, a mais visível e culturalmente a mais importante é a criação e difusão mundial de indústrias de comunicação que modificam cabalmente nossa experiência do tempo e do espaço, a natureza das cidades, a relação entre culturas. [...] A segunda é de natureza diversa: trata-se da irrefreável inundação da economia de produção por um capitalismo financeiro que auferia mais lucros na movimentação de capitais do que no investimento produtivo. [...] A terceira não é de ordem nem técnica e cultural nem econômica e financeira, mas política: trata-se da

emergência de novos países industriais. [...] A quarta, afinal, é o que chamamos americanização, ou seja, o contrário da globalização, pois, se é verdade que a cultura de massas americana absorve temas culturais oriundos de todas as partes do globo, não é menos certo que a cultura de massas mundial é essencialmente americana, [...] Tal distinção, ainda que exposta de modo tosco como o fiz aqui, nos municia de elementos para responder à segunda questão. A sociedade informatizada que se vem formando há 20 anos produziu à nossa volta o que Georges Friedmann já costumava chamar de um novo "meio técnico", uma civilização material que modifica todas as categorias de nosso pensamento e nossas condutas. Seria absurdo não cogitar aqui de imperialismo e de dominação americana ou ocidental. [...] Todos embarcamos na sociedade informatizada, mesmo que a participação de cada um seja desigual, mesmo que a repudiamos como invasão cultural. [...] Os que acreditam no caráter "global" da idéia de globalização apressam-se a expandir-lhe a ideologia, pois já estamos em via de perder tais ilusões e somos testemunhas do fiasco da criação de uma nova civilização, do desenvolvimento patológico de um capitalismo financeiro desvinculado da sociedade e da aparição de novos atores políticos em todos quadrantes do globo. Acreditávamos que a economia faria por submergir a política, mas já está em curso a desforra do mundo político. (TOURAINÉ. A. A desforra do mundo político. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 16 jun. 1996. Mais! p. 5-11.)

A “*naturalização da economia*” a as “*leis do mercado*” são indicativas de uma “*pseudofísica ideológica*” e definem um pensamento crítico em relação ao determinismo pregado pelo neoliberalismo.

[...] O neoliberalismo, com sua pseudofísica ideológica das leis de mercado, soltou as peias de todos os demônios do barbarismo moderno e, assim, remontou à irracionalidade do "cientificismo social" do século 19. A naturalização da economia, porém, acarreta como conseqüência lógica a bestialização das relações sociais. Os mentores neoliberais não respondem apenas pelo advento do fundamentalismo, mas também pelo atual regresso ao darwinismo social e ao anti-semitismo. (KURZ, R. A biologização do social. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 07 jul. 1996. Mais! p.: 5-7.)

As exigências para a inserção profissional no mundo globalizado em uma editoria direcionada para o público adolescente são destacadas por Solimeo¹⁵², que considera o mercado de forma personificada, quando lhe atribui a característica de exigente.

[...] Mas não é por ser amplo que o mercado deixa de ser exigente: não basta apenas ter uma formação básica, é preciso ter conhecimentos amplos, saber se adaptar às novas tendências e transformações da sociedade. A globalização não permite mais que um profissional seja ultra-especializado, nem que fique somente nos ensinamentos das escolas de economia. A matemática continua

¹⁵² Marcel Domingos Solimeo, economista do Instituto de Economia Gastão Vidigal.

sendo indispensável.[...] (SOLIMEO, M. D. Mercado exige flexibilidade. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 15 jul. 1996. Folhateen, p. 5-2.)

A irreversibilidade da globalização é contestada neste argumento.

[...] Com efeito, nada é tão perturbador, no mundo atual, como a velocidade com que as verdades de ontem se convertem nas dúvidas de hoje. [...] A lição a tirar de tudo isso é que nada é definitivo e irreversível no êxito de um dia e no fracasso do dia seguinte. As coisas estão em constante eferescência, pois a globalização é apenas o nome simplificado de uma profunda mudança estrutural que levará décadas para se completar, um desses "ciclos longos" de que falava Braudel. Enquanto a terra treme e as camadas se acomodam, não há lugar para repouso, nem para a garantia de primazias conquistadas. Tudo está em questão. Podemos e devemos não gostar disso, podemos e devemos reagir para reconquistar a segurança, anseio profundo do ser humano. Para isso, porém, é preciso não se iludir e perceber com realismo que nunca foi tão verdadeira a queixa de Camões de que "não sabe o tempo ter firmeza em nada". Ou, se preferirem, a descrição de Chesterton da condição criada pelo pecado original: "Estamos todos no mesmo barco e todos com enjôo". Haverá melhor definição da globalização? (RICUPERO, R. A era da insegurança. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 27 jul. 1996. Dinheiro, p. 2-2.)

A utilização da globalização como um termo camuflado, que não especifica o fenômeno contemporâneo e que denomina uma "*falsa novidade*", é ressaltada, através de argumentação e exemplo.

[...] Um fenômeno ideológico semelhante está acontecendo com a chamada globalização, o tema da moda para debates etéreos e pseudo-inovadores. Poucos se dão conta que estamos diante de mais uma falsa novidade. O atual grau de internacionalização da economia, mesmo no campo financeiro, não é um fenômeno inteiramente sem precedentes. Um "survey" da economia mundial, publicado recentemente pela revista "The Economist", lembrou que a mobilidade internacional do capital dos dias de hoje é comparável, em muitos aspectos, à que se observava antes da Primeira Guerra Mundial. Relativamente ao tamanho das economias, os fluxos líquidos de capital entre países eram inclusive maiores naquela época. A Inglaterra, por exemplo, registrou exportação líquida de capitais de 5% do PIB em média, entre 1880 e 1913. Atualmente, lembra a revista, são poucos os países que podem sustentar exportação ou importação de capitais equivalentes a mais de 3% do PIB por um período prolongado. Um livro recente, publicado por dois acadêmicos ingleses, Paul Hirst e Grahame Thompson, destaca também que, ao contrário do que sugere a propaganda da "globalização", o mundo dispõe, há mais de um século, de um sistema econômico genuinamente internacional, apoiado em comunicações eficientes de longa distância (cabos submarinos telegráficos intercontinentais) e em meios de transporte industrializados (navios a vapor e ferrovias). Desde os anos 70 do século passado, e não do atual, grande parte do globo está vinculada por mercados que compartilham informações em

"tempo real". [...] Nos últimos tempos, a "globalização" vem servindo de biombo para políticas indefensáveis, ou difíceis de defender, nos campos cambial, monetário, comercial e tributário. [...] (BATISTA JR., P. N. Globalização como biombo. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 08 ago. 1996. Dinheiro, p. 2-2.)

A globalização, para Schutte¹⁵³, é um projeto político-econômico, mas também ideológico.

[...] Subestimar a nova fase de internacionalização da economia é tão errado quanto considerá-la uma fase natural, a qual temos de nos adequar como um navegante ao sabor da correnteza. [...] A globalização é ligada a um projeto político-econômico detrás do qual se identificam interesses socioeconômicos. É também um projeto ideológico, já que tenta convencer a opinião pública de que os sindicatos e autoridades governamentais devem enquadrar-se nessa lógica. O que deveria ocupar o centro das atenções é o limite da desregulamentação, uma vez que ela vem criando insegurança, caos no sistema financeiro e mais exclusão, aumentando as diferenças sociais em todas as partes do mundo. Não se pode aceitar a ideologia segundo a qual essa é a única e sagrada modernidade. (SCHUTTE, G. R. Globalização: mito ou realidade? **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 17 ago. 1996. Dinheiro, p. 2-2.)

Características atribuídas à globalização, que não condizem com o fenômeno, são demonstrativas da dimensão ideológica do processo.

[...] Os "Bob Fields" dos anos 90 podem se esconder atrás do conveniente biombo da "globalização", fenômeno supostamente impessoal e transnacional. Com esse propósito, constroem-se as mais variadas fantasias e mitologias. Tudo isso com uma única intenção central: persuadir os desavisados de que as políticas nacionais têm de se curvar à força supostamente avassaladora dos imperativos da economia global. [...] Quem conhece a literatura relevante não deixará de perceber o quanto é simplória essa caracterização. A própria expressão "empresa transnacional" é enganosa, na medida em que insinua a ausência de base ou dependência nacional. Ao contrário do que sugere a propaganda a que estamos submetidos diariamente, corporações verdadeiramente transnacionais são raras. As corporações continuam sendo, em sua maior parte, empresas de base nacional. E não há tendência perceptível de predomínio de empresas genuinamente globais. As corporações concentram funções centrais, como pesquisa e desenvolvimento, no seu país de origem. Em geral, as atividades geradoras de maior valor adicionado tendem a se realizar na base doméstica da empresa. Mais correto seria denominá-las empresas internacionais ou multinacionais de base japonesa, alemã, americana etc. Empresas de base nacional, ainda que orientadas para o mercado internacional. A literatura internacional sobre o assunto é vasta. [...] (BATISTA JR., P. N. Um candidato a Roberto Campos. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 03 out. 1996. Dinheiro, p. 2-2.)

¹⁵³ Giorgio Romano Schutte, mestre em Relações Internacionais pela Universidade de Amsterdã. Foi assessor político da FNV (Central Sindical Holandesa) e coordenador da área "Globalização e Trabalho" do Instituto Cajamar.

Outro exemplo indicativo da “ideologia da globalização”, através da disseminação de idéias, que não correspondem ao fenômeno em foco.

Uma das coisas mais impressionantes é o contraste colossal, verdadeiramente gigantesco, entre a literatura especializada e a propaganda ideológica com que somos bombardeados via meios de comunicação de massa. Esse contraste aparece de forma particularmente intensa no debate sobre a famosa "globalização", em especial na questão do caráter supostamente transnacional das grandes corporações. [...] Bem. Toda ideologia de sucesso, por mais vagabunda, tem sempre algum substrato de realidade, alguma conexão com os fatos que lhe confere certa plausibilidade. Não há dúvida de que nas últimas décadas aumentou a proporção de firmas que operam em âmbito internacional. A maioria das corporações industriais e financeiras dos países desenvolvidos mantêm uma parte dos seus ativos produtivos no exterior. Daí não segue, entretanto, que se possa falar no predomínio de empresas "globalizadas". [...] A mensagem é óbvia: enquanto governos da periferia se deixam embalar pela retórica da "globalização" e das empresas "transnacionais", os governos dos países desenvolvidos continuarão fazendo tudo o que estiver a seu alcance para ajudar suas empresas, na América Latina e em outras regiões. A atitude das grandes empresas internacionais parece se caracterizar pela ambivalência. Por um lado, pressionam os governos dos seus países de origem para obter apoio econômico e político em suas operações no exterior. Por outro, constituem a "base material" da ideologia da globalização. Valem-se dela para criar um clima propício à remoção de barreiras contra a sua ação internacional, tirando evidentemente partido do arrivismo ou da venalidade das camadas dirigentes dos países mais atrasados. [...] (BATISTA JR., P. N. O mito da empresa transnacional. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 10 out. 1996. Dinheiro, p. 2-2.)

Este destaque trata da vulgarização da “idéia” de globalização e manipulação de seu conteúdo, considerado mito pelo fato de ser um fenômeno tratado como “*algo homogêneo, linear, equitativo, simétrico ou contínuo*”.

De fato, ultimamente tudo cabe na tal "globalização", que se tornou uma palavra tão popular e esquemática quanto "guerra fria". Aliás, a "globalização" talvez seja exatamente a ideologia que se criou para colocar no lugar da "guerra fria", que, na sua época, explicava e era explicada por tudo o que acontecia no mundo. Uma boa oportunidade para tirar o véu de pura propaganda ou mistificação que muitas vezes envolve o tema é o relatório divulgado na semana passada pela Organização Mundial do Comércio, "Trade and Foreign Investment". Para quem acredita que existe alguma realidade nisso que ganhou o nome popular de globalização, que aliás é o meu caso, o relatório ajuda a colocar os pés no chão. [...] A começar do fato de que hoje dois terços do comércio mundial estão associados às tais empresas, e apenas um terço é de vendas de empresas de base estritamente doméstica. Daqueles dois terços, um é resultado exclusivo de operações conhecidas como "intra-firmas"; o outro terço são exportações de multinacionais para outras empresas. Outro dado eloquente: as vendas de filias de multinacionais já excedem o valor do comércio global de bens e serviços, que chegava a US\$ 6,1 trilhões

em 1995. [...] Como revela o gráfico, os países do centro continuam, de longe, mais globalizados que a periferia. Esse talvez seja o principal mito a desmontar na questão da "globalização". Não se trata de negar o fenômeno, ele é real. Errado é o mito de que se trata de algo homogêneo, linear, equitativo, simétrico ou contínuo. Será irreversível? (SCHWARTZ, G. Globalização não é processo homogêneo. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 20 out. 1996. Dinheiro, p. 2-2.)

A abordagem ideológica do conceito de globalização como uma possibilidade conceitual de tratamento do termo é explicitada neste fragmento.

[...] o debate sobre a globalização está contaminado entre nós por deturpações e falta de clareza. Até certo ponto isso é natural, pois o termo mesmo de globalização possui conteúdo ambíguo e significa muitas coisas diferentes para pessoas distintas. Há no fundo, porém, dois tipos ou categorias básicas de abordagens possíveis do conceito: a objetiva ou a ideológica. A primeira é de caráter descritivo e factual, ou, como se diz no jargão acadêmico, positivo, não como juízo de valor, mas no sentido de constatar algo de existente na realidade concreta, algo que é dado ou colocado pelos acontecimentos. A segunda abordagem é a que busca extrair, dessa realidade objetiva, conclusões normativas, prescrições de políticas a adotar e medidas a tomar em nome de supostos determinismos externos não necessariamente coincidentes com os nossos interesses. [...] (RICUPERO, R. A reeleição de Clinton e a globalização. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 09 nov. 1996. Dinheiro, p. 2-2.)

A denominação de ideologia da globalização é dada pela descrição deste fenômeno como algo novo e irreversível, classificando esta caracterização como fruto de propaganda, de linguagem midiática e de comunicação “*não-especializada*” sobre o assunto.

[...] Não pretendo, caro leitor, voltar a explicar neste artigo porque considero que a chamada globalização não é um fenômeno nem tão abrangente, nem tão novo, nem tão irreversível quanto sugere a propaganda que infesta os meios de comunicação e a literatura não-especializada. Gostaria apenas de chamar atenção para um aspecto curioso desse debate, que passou quase despercebido até agora. Por estranho que talvez possa parecer, há uma afinidade natural entre o pensamento de certos setores da esquerda e a ideologia da globalização. Embora estreitamente ligada ao "neoliberalismo", anátema para as esquerdas de todo o tipo, a ideologia da globalização tem características que facilitam a sua absorção e difusão por intelectuais ou políticos formados dentro da tradição marxista, que tanta influência teve sobre o pensamento das esquerdas. Evidentemente, essa observação não se aplica apenas aos que ainda se consideram de esquerda, mas também aos ex-marxistas que já fizeram a sua apostasia e aderiram proveitosamente ao establishment nacional e internacional. [...] Desde as suas origens no século 19, a ideologia marxista _ou pelo menos certas vertentes mais vulgares do marxismo_ incluiu elementos que também estão bem representados na ideologia da globalização. Primeiro, o economicismo, ou seja, a idéia de que a história da humanidade é comandada, no essencial, por forças econômicas, em

especial pela evolução das relações de produção e pelo progresso tecnológico. Segundo, o determinismo ou fatalismo, ou seja, a propensão a identificar inexorabilidades e irreversibilidades no curso da história. Terceiro, o internacionalismo, em especial a idéia de que a evolução da história econômica tende a romper as fronteiras nacionais e a provocar a obsolescência do Estado nacional. [...] Não é difícil perceber o quanto esse tipo de discurso se distancia da realidade internacional. O mundo continua dividido em nações, que defendem em primeira instância os seus interesses. O Estado nacional só está em declínio em certas regiões da periferia subdesenvolvida, na maior parte da África e da América Latina, por exemplo. Nos países desenvolvidos, assim como nas regiões mais dinâmicas do mundo em desenvolvimento, o Estado nacional continua, no fundamental, forte e prestigiado. [...] (BATISTA JR. P. N. A esquerda em face da "globalização". **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 27 fev. 1997. Dinheiro, p. 2-2 2/13319.)

A representação ideológica da realidade econômica é ressaltada mais uma vez.

[...] É realmente impressionante o tamanho da distância que separa a realidade econômica da sua representação ideológica ou doutrinária.[...] (BATISTA JR., P. N. Economia e ideologia. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 03 abr. 1997. Dinheiro, p. 2-2 4/956.)

O tratamento ideológico dado ao processo de globalização é constatado, através da consideração do mercado de forma impessoal, comparado a um fenômeno natural. O autor¹⁵⁴ faz uma crítica sobre o assunto.

Mercado é um dos raros substantivos que não pedem adjetivos. É o mercado e pronto. Não é bom nem ruim, útil ou inútil, correto ou incorreto. Tem mesmo a força impessoal dos fenômenos físicos, como chover ou amanhecer. Invocado para isso ou para aquilo, ele explica, justifica e em alguns casos santifica qualquer ação individual ou coletiva. [...] Argumentar que a consciência humana tem valores etc. etc. é conversa para bobos antigos e atuais, conceitos superados pela globalização e pelo novo tamanho do Estado. [...] (CONY. C. H. Louvação ao mercado. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 15 mai. 1997. Opinião, p. 1-2 5/7619.)

O custo social de seguir o chamado “*modelo único*” é assunto de destaque e constitui-se em ponto importante para reflexão.

¹⁵⁴ Carlos Heitor Cony, jornalista, escreve na editoria Opinião da Folha de São Paulo.

O que está em jogo, de fato, não é um mero debate acadêmico sobre o sentido e as implicações das transformações econômicas. Trata-se de saber se é verdade ou não que, na selva da globalização, não temos escolha a não ser seguir um modelo que nos promete suor e lágrimas sem garantia de vitória.[...] É preferível, no entanto, realçar aspecto que os panegíricos do modelo único mencionam correndo como se estivessem pisando em brasas. É o custo social em termos de aumento da desigualdade, marginalização, criminalidade, desintegração social. Se não se pode falar de crescimento sem computar o custo ambiental, por que não se deveria também levar em conta o custo social? Acaso por que o sofrimento humano não pode ser medido pelas calculadoras? (RICUPERO, R. A terceira margem do rio. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 09 ago. 1997. Dinheiro, p. 2-2 8/4125.)

No embate de argumentações referentes ao conteúdo ideológico da globalização, avanços na estruturação do processo vão demonstrando, ora um resultado, ora outro.

[...] Para os que ainda andam a procura de dados e evidências para se convencerem de que a globalização não é, afinal, apenas um rótulo ideológico, as fusões e aquisições são um prato cheio. [...] (SCHWARTZ, G. Fusões e aquisições ampliam a globalização. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 07 set. 1997. Dinheiro, p. 2-2 9/3026.)

Mais um alerta para os “*exageros*” contidos no debate da globalização e para a suposta positividade e inevitabilidade deste processo.

[...] A popularidade do tema "globalização" continua crescendo. [...] A grande maioria não se dá conta de que esse debate está contaminado de exageros, fantasias e mitos. A própria "globalização" é um mito, uma ideologia que exagera _às vezes de forma grotesca_ o alcance e a novidade do processo de internacionalização em curso nas décadas recentes. Há quem sustente que mitos são inevitáveis e podem até ser positivos. [...] (BATISTA JR., P. N. A onda da "globalização". **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 09 out. 1997. Dinheiro, p. 2-2 10/3930.)

Próprio da linguagem da mídia, não tardou a denominação do fenômeno da globalização com palavras como “*englobação*”, que, sem fugir ao sentido do “*global*”, sugere uma maior adequação à descrição do processo em foco.

[...] É uma tendência em alta. Com as constantes fusões de gigantes empresariais, vai aumentar a importância das multinacionais, em detrimento dos Estados nacionais. E é por essa razão que já há quem prefira chamar a globalização de era da “*englobação*”. (TOLEDO, J. R. Globalização

aprofunda o abismo entre ricos e pobres. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 02 nov. 1997. Caderno Especial, p. Especial-12 11/931.)

A defesa do pensamento único é considerada por Forrester¹⁵⁵ como uma “*ideologia ultraliberal*”.

É justamente em Davos que se distingue melhor a astúcia implicada no termo polivalente "globalização", traduzido na França pelo mais elegante "mundialização", cujo selo cosmopolita evoca um anúncio menos brutal de hegemonia. Globalização? Estaríamos, assim, definitivamente presos no interior de um globo não-poroso, sem saídas, onde se sintetizariam a história, a política e a economia agora indistintas, amalgamadas, para sempre petrificadas num modelo de sociedade tido como único ou até mesmo "natural": a economia de mercado (que mascara, na verdade, uma economia puramente especulativa, uma ideologia ultraliberal). Sem contar que propor ou impor um modelo de sociedade único decorre de um conceito stalinista, totalitário, qualquer que seja o modelo em questão. (FORRESTER, V. Encontro do tragicômico. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 22 fev. 1998. Mais! p. 5-7 2/11320.)

A forma ideológica de considerar a tecnologia é, segundo Feldmann¹⁵⁶, um fator que deve ser observado.

[...] A globalização, que começou pelos mercados financeiros, não teria acontecido se não fossem o barateamento das ligações telefônicas internacionais e os incríveis avanços da informática.[...] As pessoas responsáveis pela área precisam se conscientizar de que, nos últimos 15 anos, não foi só a tecnologia que mudou radicalmente com os avanços conseguidos, mas também a forma ideológica de considerá-la [...]. (FELDMANN, P. R. Saber usar a tecnologia. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 02 mar. 1998. Dinheiro, p. 2-2 3/910.)

A influência da discussão teórica na formação de opinião também é feita no espaço da mídia, quando há divulgação de lançamento de obras, citação de outros autores e veiculação do debate em torno de um tema.

Na semana que vem, a Editora Vozes lança, no Rio de Janeiro, a edição brasileira do livro "A Globalização em Questão", de Paul Hirst e Grahame Thompson. Trata-se de valioso antídoto contra as falácias e vulgaridades que vêm marcando o debate sobre o assunto no Brasil. Os autores demonstram, com rigor e riqueza de detalhes, que a "globalização" é, em larga medida, um mito, uma ideologia que tende a paralisar as iniciativas nacionais. Hoje em

¹⁵⁵ Viviane Forrester é crítica literária e ensaísta francesa, autora de "O Horror Econômico" (Ed. da Unesp).

¹⁵⁶ Paulo Roberto Feldmann, professor de economia da tecnologia da Faculdade de Economia e Administração da USP e diretor da Ernst & Young. Foi presidente da Eletropaulo (1995).

dia, tudo acontece em nome da "globalização". Ontem mesmo, um editorialista da Folha acrescentou a Área de Livre Comércio das Américas (Alca) às inevitabilidades da "globalização", sob o argumento de que a integração regional é "um dos mais importantes espaços onde a ação dos Estados continua essencial, numa época em que a globalização vai diluindo o conceito de nação". A observação do editorialista faz lembrar o que dizia, em entrevista recente, o economista John Kenneth Galbraith: "Globalização não é um conceito sério. Nós, os americanos, o inventamos para dissimular a nossa política de entrada econômica nos outros países". Infelizmente, essa é uma mensagem que chega com muita dificuldade a um país como o Brasil, sempre propenso a se encantar com os modismos internacionais mais vagabundos. O que tem faltado em toda essa discussão sobre "globalização" é uma certa dose de ceticismo. Poucos se dão ao trabalho de examinar os dados básicos do quadro econômico internacional e confrontá-los com a retórica barulhenta dos entusiastas e dos adversários da "globalização". Quem o fizer, verá que está havendo grande exagero e mistificação quanto ao alcance do processo de expansão das atividades econômicas internacionais nestas décadas finais do século 20. Não há dúvida de que tem ocorrido forte aumento das transações internacionais, especialmente no terreno financeiro. É preciso, entretanto, acautelar-se contra as interpretações exageradas e até fantasiosas que se constroem e divulgam a partir desse fenômeno real. [...] (BATISTA JR., P. N. A "globalização" em questão. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 09 abr. 1998. Dinheiro, p. 2-2 4/3668.)

A globalização, para Fiori¹⁵⁷, é a fase totalitária da "*utopia liberal*".

[...] Não há fim das utopias, fim da modernidade nem fim das ideologias. Assiste-se hoje à realização da primeira das utopias modernas, a liberal, que agora entra em sua fase totalitária, a exemplo do que aconteceu com o nacionalismo e com o comunismo, que degeneraram no nazismo e no stalinismo.[...] (SILVA, F. B. Utopia liberal chega à sua fase totalitária, diz Fiori. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 13 abr. 1998. Brasil, p. 1-4 4/5445.)

Há contestação tão radical em relação à utilização ideológica do termo globalização que preconiza a inexistência do fenômeno, como realidade factual, e afirma que sua existência se dá na mitificação do fato.

Voltando ao tema, a "globalização" não existe enquanto realidade econômica ou política, mas existe como mito poderoso deste fim de século. E, enquanto tal, vem produzindo os seus efeitos, geralmente negativos. [...] Em geral, "globalização" não é mais do que um codinome para americanização. [...] A "globalização" existe, também, como meia-verdade. E, como se sabe, a meia-verdade pode ser mais perigosa do que a mentira pura e simples. Ninguém ignora que as economias nacionais estão hoje bem mais interligadas, especialmente no campo financeiro, do que estavam nos anos 50 e 60. E não há dúvida de que esse aumento do grau de integração tem diversas implicações relevantes para a definição das políticas nacionais. O problema é

¹⁵⁷ José Luís Fiori é cientista político.

que está havendo um enorme exagero, que chega com frequência às raias do ridículo, quanto à abrangência dos processos de internacionalização em curso nas décadas recentes e suas consequências em termos de redução do raio de manobra dos Estados nacionais. Não há economia global, nem mesmo no terreno das finanças. O grau de integração entre as economias nacionais, embora crescente, não justifica o uso generalizado de termos como "globalização" ou "mundialização". [...] O fascínio com a chamada globalização está nos fazendo esquecer que a dimensão nacional continua crucial, não só na economia e na política, mas também na cultura. [...] (BATISTA JR., P. N. O conselheiro Acácio e a "globalização". **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 14 mai. 1998. Dinheiro. p. 2-2 5/6599.)

A possibilidade de construção do sujeito alijado de sua cultura é uma ilusão do mundo globalizado, gerada pela tecnologia da informação, de acordo com reflexão de Oliva¹⁵⁸. A interconexão entre os aspectos conceituais da globalização considerados nesta tese pode ser aqui observada, haja vista a articulação entre questões tecnológica, cultural e política.

[...] As tecnologias da informação deixam hoje a impressão de que é inexorável a marcha para o mundo unificado. E isso pode vir a propiciar um crescente intercâmbio entre diferentes culturas e visões de mundo. A busca de uma maior integração entre os povos nada terá de pernicioso se as diversidades coletivas e pessoais forem preservadas. [...] A pasteurização monstrenga só se tornaria possível por uma inverossímil lavagem cerebral que fizesse das pessoas fantoches desenraizados de qualquer solo cultural. As tecnologias da informação, sem que se possa acusá-las de favorecer o uso manipulativo da informação na formação de opiniões, precisam ser diuturnamente submetidas a avaliações éticas. [...] O rechaço ideológico e emocional do fenômeno de unificação dos processos cognitivos, produtivos e informativos poderá levar ao isolacionismo retrógrado, não à idealizada autarquia. [...] A informação, quando livremente colhida e difundida, é a base da vida democrática. Quando manipulada, transforma-se na substância que hipnotiza a mente, imobiliza o olhar e bloqueia os ouvidos com ruídos disfarçados de música. E, quando isso acontece, o rumor do fundo dos mares não tem como entrar em contato com os sons harmônicos das esferas celestiais. (OLIVA, A. De Colombo à Internet: navegar é preciso. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 02 ago. 1998. Opinião, p. 1-3 8/495.)

Nesta reflexão sobre a importância dos lugares e do território é possível perceber o conteúdo ideológico, que se configura na idéia de um mundo sem fronteiras, como premissa do processo de globalização.

¹⁵⁸ Alberto Oliva, doutor em filosofia, professor do Departamento de Filosofia da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), pesquisador do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e autor de "Ciência e Ideologia", entre outros livros.

Com a globalização, o território fica ainda mais importante, ainda que uma propaganda insidiosa teime em declarar que as fronteiras entre Estados já não funcionam e que tudo, ou quase, se desterritorializa. Na verdade, se o mundo tornou possível, com as técnicas contemporâneas, multiplicar a produtividade, somente o faz porque os lugares, conhecidos em sua realidade material e política, distinguem-se exatamente pela diferente capacidade de oferecer às empresas uma produtividade maior ou menor. É como se o chão, por meio das técnicas e das decisões políticas que incorpora, constituísse um verdadeiro depósito de fluxos de mais-valia, transferindo valor às firmas nele sediadas. A produtividade e a competitividade deixam de ser definidas devido apenas à estrutura interna de cada corporação e passam, também, a ser um atributo dos lugares. E cada lugar entra na contabilidade das empresas com diferente valor. A guerra fiscal é, na verdade, uma guerra global entre lugares. Por isso, as maiores empresas elegem, em cada país, os pontos de seu interesse, exigindo, para que funcionem ainda melhor, o equipamento local e regional adequado e o aperfeiçoamento de suas ligações mediante elos materiais e informacionais modernos. Isso quanto às condições técnicas. Mas é também necessária uma adaptação política, mediante a adoção de normas e aportes financeiros, fiscais, trabalhistas etc. [...] (SANTOS, M. Guerra dos lugares. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 08 ago. 1999. Mais! p. 5-3 8/2775.)

Ao processo de globalização é atribuído um “*sistema ideológico*”, que é responsável tanto pelos fundamentos do pensamento único como pela aceitação do encaminhamento político, dado aos problemas surgidos neste contexto.

[...] O mesmo sistema ideológico que justifica o processo de globalização, ajudando a considerá-lo como o único caminho histórico, acaba, também, por impor uma certa visão da crise e a aceitação dos remédios sugeridos. Em virtude disso, todos os países, lugares e pessoas passam a se comportar, isto é, a organizar sua ação, como se tal “crise” fosse a mesma para todos e como se a receita para afastá-la devesse ser geralmente a mesma. Mas a única crise que se deseja afastar é a crise financeira, não qualquer outra. Aí está, na verdade, uma causa para maior aprofundamento da crise real _econômica, social, política, moral_ que caracteriza o nosso tempo. (SANTOS, M. A normalidade da crise. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 26 set.1999. Mais! p. 5-3 9/10313.)

O modo de produção capitalista “*regula, legitima e conserva*” a sociedade, através da política e da ideologia, conforme discute Chauí¹⁵⁹.

[...] A Terceira Via não pretende ser uma simples plataforma eleitoral, mas uma teoria da sociedade e da política contemporâneas, com o fito de organizar a ação política do próximo século.[...] Qual o equívoco de base que compromete a coerência desse ideário? A suposição de que a sociedade de mercado é uma entidade operatória à qual se acrescentam ou se retiram valores, segundo as circunstâncias. Em outras palavras, essa sociedade não é percebida como uma formação social determinada pelo modo de produção capitalista que a regula, legitima e conserva por meio da política e da

¹⁵⁹ Marilena Chauí, professora do Departamento de Filosofia da USP. Autora de "Cultura e Democracia" (Ed. Cortez) e "A Nervura do Real" (Companhia das Letras), entre outros.

ideologia. [...]A cremos no catecismo da Terceira Via, a nação é um dado cultural e não econômico-político, de sorte que a questão da soberania do Estado-nação não pode mais ser tratada como soberania política e como regulação econômica. Assim sendo, a "globalização" impõe a criação de novas instituições internacionais que se encarreguem das políticas econômicas, sociais e militares que, outrora, estavam a cargo do falecido Estado nacional. [...]Qual é, então, o lugar e qual é o papel do Estado-nação? Instituir governos que sejam negociadores dos interesses da comunidade nacional e não pretendam ser representantes do poder nacional ou da soberania nacional, expressões que o capital despojou de significado e de função. Se a nação é a comunidade cultural (língua, religião, costumes), não cabe tratá-la como sociedade, isto é, como divisão interna de classes, como oposição entre grandes e pequenos, como contradição entre ricos e pobres.[...]Cristaliza-se, assim, a ideologia pós-moderna do efêmero, volátil e intimista que destrói as idéias e práticas republicanas e democráticas. [...] Como uma ideologia que confunde liberdade com competição, justiça social com desigualdade, argúcia para explorar e dominar com democracia poderia pretender introduzir na barbárie capitalista o consenso e a concórdia, a justiça e a paz? Aliás, desde quando, afora no lirismo poético da Terceira Via, a prosa capitalista teve tais objetivos? [...] (CHAUI, M. *Fantasia da Terceira Via*. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 19 dez.1999. Mais! p. 8 a 10 12/7301.)

A “*ideologia da globalização*” é uma expressão utilizada por Touraine para designar o conjunto de idéias sobre a globalização, cujo conteúdo é maior e incompatível com o fenômeno ao qual representa. Ou seja, o termo globalização representa um conteúdo que extrapola a realização do fenômeno ao qual se refere.

[...] Assim, foi a própria ideologia da globalização, e não um conjunto de fatos imutáveis, uma fatalidade que acarretou tantas consequências negativas. [...] Se digo que é preciso se desvencilhar da idéia da globalização ou repô-la em seu devido lugar, que é secundário, é porque a idéia de uma lógica mundial de alocação de recursos não tem relação alguma com a realidade. As políticas nacionais exercem um papel predominante no estado da economia. [...] Urge compreender que a "nova economia" é mais real, mais relevante que a globalização _e, sobretudo, que ela demonstra o que podemos fazer ou não quando se fala de globalização em termos de fatalidade. Foi-se o tempo das invectivas ideológicas: a hora é dos conflitos políticos e sociais. Cada um de nós deve acordar pela manhã e dizer: devemos e podemos fazer escolhas; não somos apenas vítimas, podemos ser atores de nosso futuro. Somos cada vez mais responsáveis, pois, pela nossa situação. Não nos deixemos arrastar pela falsa idéia de nossa impotência. (TOURAINÉ, A. *A exuberância racional da nova economia*. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 07 mai. 2000. MAIS! p. 12.)

A influência da globalização em todos os aspectos da “*existência social*” é questionada por Žižek¹⁶⁰, que qualifica de ideológica a experiência da interação social.

[...] qual será a influência da digitalização e da globalização não apenas sobre as condições de produção em sentido estrito, mas sobre nossa existência social, nossa práxis e nossa experiência (ideológica) da interação social? Essa idéia não será agora mais relevante do que nunca, quando as transformações mais inconcebíveis da produção são acompanhadas de uma espécie de letargia política? Enquanto nos vemos em meio a uma radical metamorfose da sociedade, muitos pensadores igualmente radicais duvidam da possibilidade de uma ação política à altura. A resposta-padrão dos pós-modernos, de Alvin Toffler a Jean Baudrillard, é a seguinte: não podemos pensar essa novidade, pois estamos presos aos velhos paradigmas industriais. Mas a verdade é o exato oposto desse lugar-comum: essas tentativas de superar ou obliterar a produção material, descrevendo a transição atual como passagem da produção para a informação, não serão afinal de contas uma tentativa de evitar a dificuldade de refletir sobre a ligação entre essa metamorfose e a estrutura de produção coletiva? Hardt e Negri descrevem a globalização como desterritorialização múltipla: o capitalismo global triunfante penetra em todos os poros da vida social, até mesmo nas esferas mais íntimas, e instaura uma dinâmica inédita, que não se baseia mais em estruturas de dominação patriarcal ou hierárquica, mas produz identidades flutuantes e híbridas. (ZIZEK, S. Um empreendimento pré-marxista. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 24 set. 2000. MAIS! p. 12-13.)

Para o novo milênio, são anunciados o declínio da ideologia da globalização e o surgimento de força política motivada pela capacidade de ação.

[...] Mudamos de século e de milênio num bom momento. Aquele em que nos tornamos novamente capazes de nos questionarmos sobre nosso futuro e nossas possíveis escolhas. Os anos 90 já nos deixam a lembrança de uma profunda degradação da situação mundial e, até mesmo, européia. Foi a década do “não podemos fazer mais nada”, pois a economia parecia -e devia- estar cada vez mais livre de qualquer envolvimento com as sociedades reais, para que se desenvolvesse somente num âmbito mundial e seguisse apenas os critérios da competitividade internacional. O mundo inteiro viveu, durante vários anos, um distanciamento, a cada dia mais profundo, entre a evolução da economia e o mal-estar de grupos sociais e culturais, que se sentiam -e ainda se sentem- ameaçados por uma globalização sem raízes. [...] Ora, esse período está terminando, mesmo que a cultura política da década de 90 continue viva em muitas áreas. [...] Mas, sobretudo, a absurda ideologia da globalização começa a desvanecer. [...] Por que defender a estranha idéia de que nenhuma realidade política ou social tenha efeito sobre a realidade econômica, enquanto, de certo modo, é fácil encontrar causas nacionais para a maioria das grandes crises econômicas regionais? Nossa vida pessoal já nos parece bem menos determinada pelos transtornos da economia mundial. Nossa vontade de

¹⁶⁰ Slavoj Žižek, filósofo esloveno, professor de cultura popular e de teoria laciana do Instituto de Sociologia da Universidade de Liubliana, autor de “Eles Não Sabem o Que Fazem” e “Um Mapa da Ideologia” (Contraponto), entre outros. Escreve mensalmente na seção “Autores” do Mais!

agir reaparece. Os jovens se apaixonam pela criação de novas empresas; a opinião pública discute sobre as relações de cada um com a vida, a morte, a sexualidade. [...] Portanto, no fim das contas, bem-vindo ao começo deste século, pois ele deverá nos devolver a capacidade e a vontade de agir, que os últimos anos do século 20 nos tinham, frequentemente, conduzido a abandonar. Durante a década de 90, dizíamos: "Não podemos fazer mais nada". Entremos neste novo século dizendo: "Podemos sempre fazer alguma coisa". (TOURAINÉ, A. Começo do novo século devolve a capacidade e a vontade de agir. Folha de São Paulo, São Paulo, 31 dez. 2000. Mundo p. A11.)

O polêmico debate sobre o fim do Estado torna-se objeto de freqüentes críticas e reflexões.

[...] Dessa teia de mistificação fazem parte duas imposturas que se renovam com enfadonha frequência: a do declínio do Estado-nação e a da agonia do conceito de soberania. O corolário interesseiro é, obviamente, que não temos outro remédio a não ser resignar-nos às imposições de fora, como se elas não procedessem de Estados e soberanias poderosos, mas de pretensão "deus ex machina" contra o qual nada há a fazer. [...] Começamos pelo Estado. Se fosse verdade que ele começou a acabar, deveriam ser já perceptíveis os sinais da tendência. Ora, o que se vê na verdade é a proliferação incessante de Estados, uma espécie de "balcanização do planeta", nas palavras de Pascal Boniface, diretor do Institut de Relations Internationales et de Stratégie, de Paris. [...] (RICUPERO, R. Paranóia ou mistificação? Folha de S. Paulo, São Paulo, 14 jan. 2001. Dinheiro, p. B2.)

A eloqüência com que é explicitada a dimensão ideológica do processo de globalização é ressaltada através dos discursos.

[...] Na medida em que as grandes empresas transnacionais ganharam dimensões planetárias, a tecnologia se tornou um credo generalizado, assim como a velocidade. Ambas passam a fazer parte do catecismo da nova fé. Todos acabam aceitando como verdade essa premissa. Ser ultramoderno impõe-se como uma ilusão generalizada, e o tempo desejado é o tempo da nova técnica. Seu ideário se alimenta de uma construção ideológica elaborada de forma sistêmica, mas que é apenas diretamente funcional para um pequeno número de atores privilegiados. De fato, somente algumas pessoas, firmas e instituições são altamente velozes. O resto da humanidade, em todos os países, vive e produz de uma outra maneira. Essa velocidade exacerbada, própria a uma minoria, não tem e nem busca sentido. Serve à competitividade desabrida, coisa que ninguém sabe para o que realmente serve, de um ponto de vista moral ou social. Fruto das necessidades empresariais de apenas um punhado de firmas, tal velocidade põe-se a serviço da política de tais empresas. E estas arrastam a política dos Estados e das instituições supranacionais. E aí se situa a matriz de um grave equívoco. Porque, vista historicamente, a técnica não é um absoluto. Aliás, em seu estado absoluto, a técnica jamais foi realizada. Todas as vezes em que deixa de ser um capítulo da ciência para transformar-se em história, ela se relativiza. Por isso, a velocidade hegemônica atual, do mesmo modo que aquelas que a precederam - e tudo o que vem com ela e que dela decorre - é apreciável, mas não

imprescindível. Não é certo que haja um imperativo técnico, o imperativo é político. A velocidade utilizada é um dado da política, e não da técnica. [...] A velocidade não apenas se define a partir do tempo utilizado para superar as distâncias. A questão é a de encontrar, para a palavra velocidade, equivalentes na prática social e política. Acreditamos que a noção de cidadania se possa prestar à discussão aqui proposta, desde que a consideremos em sua tríplice significação: cidadania social, econômica e política. Quanto mais se afirmam essas diversas vertentes da cidadania, maior é a garantia de que a "velocidade" pode ser limitada, ao mesmo tempo em que os benefícios da modernidade encontram a possibilidade de uma difusão democrática. Será dessa forma que, num primeiro momento, serão reforçadas as individualidades fortes, provocando a necessidade de uma informação veraz, criando limites à propaganda invasora e enganosa, tudo isso se dando paralelamente a uma renovação do papel do Estado nacional. Será, também, por meio desse processo que o mercado interno será revigorado e os mercados comuns entre países serão horizontalizados, abrindo caminho para que o dinheiro regresse à sua condição histórica de equivalente universal e abandone a sua função atual de regedor exclusivo e despótico das relações econômicas. [...].(SANTOS, M. Elogio da lentidão, **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 11 mar. 2001. Mais! p. 14-15.)

Outro exemplo do conteúdo ideológico que perpassa o tema da globalização é explicitado nesta reflexão sobre as áreas de livre comércio.

Estamos nos dando conta, aos poucos, de que a propalada "globalização" é uma espécie de codinome para um velho conhecido nosso _a americanização. [...] Como notou arguto observador, o que os brasileiros deveriam se perguntar é o seguinte: se áreas de livre comércio são uma oportunidade tão maravilhosa, um sinal tão importante de "maturidade internacional", por que será que a Europa e o Japão nunca quiseram participar de áreas de livre comércio com os EUA? (BATISTA JR. P. N. "O Brasil quem USA sou EEUU". **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 29 mar. 2001. Dinheiro, p. B2.)

A mitificação do processo de globalização é, para Miceli¹⁶¹, apenas uma “enganação”.

[...] O léxico messiânico desse mundo aperfeiçoado que viria por obra e graça da globalização, da abertura ao investimento externo, da privatização, das reformas saneadoras do setor público, se revela, por encanto, mera cantilena de enganação. [...] (MICELI. S. A Luz não é para todos. **Folha de S. Paulo**, São Paulo. 17 jun. 2001. MAIS! p. 8-9.)

A era global também sugere conquistas universais como a perspectiva de respeito às questões sociais e éticas, motivadas por “*força internacionalmente reconhecida*”.

¹⁶¹ Sergio Miceli, professor titular de sociologia na Universidade de São Paulo e autor, entre outros, de "Intelectuais à Brasileira" (Companhia das Letras).

[...] A primeira e ingênua reação não pode ser outra senão o alegrar-se espontâneo: não é reconfortante ver as forças da Otan (aliança militar ocidental) intervindo não em nome de qualquer interesse econômico-estratégico específico, mas simplesmente porque um país está violando gravemente os direitos humanos básicos de um grupo étnico? Não é essa a única esperança de nossa era global - a de vermos alguma força internacionalmente reconhecida atuando como garantia de que todos os países respeitem um certo mínimo de padrões éticos (e, se possível, também de saúde, sociais e ecológicos)? Que objeção é possível fazer a que um tribunal internacional respeitável em Haia processe políticos criminosos? [...] Desse modo, a realidade de uma luta política é convertida numa luta moral do bem contra o mal - ou seja, a moralização da política cria o perigo de se transformar imperceptivelmente na politização da moral, na qual o adversário político é convertido na personificação do mal moral. Mas será que essa resposta de esquerda padronizada é o bastante? Ela equivale a rerepresentar a velha denúncia marxista da falsa universalidade ideológica: "Os direitos humanos universais na prática privilegiam os indivíduos nos países altamente desenvolvidos do Primeiro Mundo". O problema dessa rerepresentação é que ela deixa que se perca a chance singular de transformar os próprios direitos humanos em terreno da luta por hegemonia, em lugar de entregá-la de bandeja ao inimigo. [...] É aqui que a globalização liberal-capitalista deveria ser contrabalançada com a globalização verdadeiramente democrática. [...] (ZIZEK, S. Direitos humanos e ética perversa. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 01 jul. 2001. MAIS! p. 13-14.)

No contexto atual, há lugar para a utopia, que, segundo Ianni¹⁶², pode resultar da “*ideologização do conhecimento*”.

[...] Realmente, tudo isso se revela aparentemente antiutópico. Na realidade, no entanto, logo se formam utopias enraizadas nesse mundo eletrônico, informático, cibernético, sistêmico. Há entusiastas da globalização do capitalismo eletrônico que afirmam e reafirmam o "mundo sem fronteiras", a "aldeia global", o "mundo virtual", o "adeus ao trabalho", o "fim da geografia", o "fim da história". Mais uma vez, as condições e as possibilidades de existência social fermentam o conhecimento, o esclarecimento e a explicação, ao mesmo tempo que a fantasia, a fabulação e a utopia. Estão sempre em curso as surpreendentes, incômodas ou fascinantes metamorfoses: razão e fabulação; ciência, ideologia e utopia; exorcismo e sublimação; todas, todo o tempo, em busca da perfeição. [...] A utopia está presente, explícita ou subjacente, na literatura, na sociologia e na filosofia, isto é, em narrativas artísticas, científicas e filosóficas. A despeito do compromisso fundamental da filosofia e da ciência com a razão, o experimento e a explicação, muitas vezes nelas se revela explícita ou subreptícia a fabulação. É como se fosse uma metamorfose inerente à reflexão e à imaginação, sempre presente em todas as narrações científicas e filosóficas: aos poucos, ou de repente, a explicação pode ser ideologizada ou mesmo transmutar-se em utopia. [...] Se reconhecemos que, em muitos casos,

¹⁶² Octavio Ianni, sociólogo e professor emérito da USP e da Universidade Estadual de Campinas. Autor de, entre outros, "Enigmas da Modernidade-Mundo" e "A Era do Globalismo" (ambos pela ed. Civilização Brasileira).

a utopia é um produto da ideologização do conhecimento, da explicação, então será possível afirmar que é no âmbito da utopia que se torna mais evidente, explícita e convincente a visão de mundo que se esconde na explicação.(IANNI, O. Cartografia da Humanidade. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 30 set. 2001. MAIS! p. 12-13.)

A interdependência entre os países gerada pela globalização é considerada uma falácia da ideologia dominante.

[...] A autonomia é a aspiração de toda nação que se preza. A ideologia dominante, na sua versão mais vulgar, sustenta que na era da "globalização" todas as economias são interdependentes. É uma falácia das mais vagabundas, o que não impede, entretanto, a sua ampla propagação. [...](BATISTA JR., P. N. Superando a dependência. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 04 out. 2001. Dinheiro, p. B2.)

A perda da autonomia dos Estados é considerada uma falácia por Carriello¹⁶³.

[...] A "ideologia globalista" criaria a idéia de que os Estados perderam autonomia, o que, segundo Bresser, "é uma tolice". Acreditar nessa falácia teria levado, "por nossa própria incompetência", a que o país não tivesse conseguido dobrar a sua renda per capita nos últimos 30 anos. (CARIELLO, R. 'Ideologia globalista' vitima país, diz tucano. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 02 fev. 2002. Brasil, p. A8.)

A naturalização de processos históricos e sociais é considerada uma “*operação ideológica*”.

Para os corifeus do moderno pensamento social, o capitalismo - identificado de forma reducionista à propensão natural para a troca, na magistral operação ideológica de Adam Smith - não só corresponde aos impulsos inatos do homem, como deverá existir para sempre. Sua historicidade é também surrupiada na idéia de que, afinal, ele é sempre o mesmo. É o que postulam as hipóteses da escolha racional. [...] A hipótese da racionalidade individual é um pressuposto metafísico da corrente dominante, necessário para apoiar a "construção" do mercado como um servomecanismo capaz de conciliar os planos individuais e egoístas dos agentes. [...] Essa operação ideológica permite a reificação dos conceitos de Estado e mercado e, de quebra, a eliminação do conflito social, o que não é pouco. Estado e mercado deixam de ser instâncias e resultado da constituição do capitalismo enquanto sistema histórico de relações sociais e econômicas e passam a representar alternativas abstratas de organização da sociedade. [...] É dessa manobra que partem os teóricos da globalização, como Giddens e outros menos votados. Os globalizantes à esquerda, aliás, imaginam estar prestando homenagem à boa tradição de seu pensamento, cedendo passo a supostos automatismos e inevitabilidades "progressistas" que estariam implícitas na evolução do capitalismo.(BELLUZZO, L. G. Democracia e capitalismo. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 04 ago. 2002. Dinheiro, p. B2.)

¹⁶³ Rafael Cariello, repórter da redação do Jornal Folha de São Paulo.

A intensidade da mitificação com que o mercado é considerado no contexto da globalização constitui-se em demonstrativo do apelo ideológico presente neste tratamento discursivo.

[...] Dos mitos atuais, perenes, inquestionáveis, cotidianamente celebrados em escala global, um deles se denomina o mercado. A ele nos referimos como uma entidade real, com vida própria, capaz inclusive de reações semi-humanas. Diz-se dele que tem "humores", "reage" com otimismo ou pessimismo a determinadas medidas, tem "percepção" do que acontece no reino da política e da vida social. É descrito como uma entidade "sensível", "irascível", oscilando ao sabor dos eventos, rumores e notícias. A profusão de frases a seu respeito são eloqüentes: "O mercado está inquieto", "ele se recuperou dos efeitos negativos", "compreendeu as medidas deste ou daquele governo". Fala-se como se estivéssemos diante de um ser dotado de sensibilidade, inteligência e autopercepção, um organismo vivo, dinâmico e envolvente. O mercado possui também características divinas. Como os seres sagrados, sendo global, planetário, encontra-se em "todos os lugares"; da China comunista ou dos escritórios de Wall Street, esgueira-se ao Banco Central brasileiro, argentino, europeu, penetrando as organizações internacionais, ONGs, partidos, sindicatos, universidades, indústrias culturais. Ninguém escapa às suas malhas, ao seu olhar atento e controlador. Sua lógica utilitária subsume impiedosamente os indivíduos. [...] O mercado é, pois, transcendente e onisciente. Cada transação, comercial, cultural ou científica, atesta sua existência, atualiza sua manifestação. E sem o constrangimento das velhas barreiras materiais, pois um aparato tecnológico sofisticado _computadores, satélites, fibras óticas, cartões de crédito_ torna sua voracidade simultânea e extensiva à espacialidade da modernidade-mundo. (ORTIZ, R. Técnica, magia e mercado. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 06 out. 2002. MAIS! p. 15.)

Há autores que acreditam que, diante de tanta contradição, a globalização não tem sustentabilidade.

[...] Quaisquer que sejam os desdobramentos da crise atual, os dias da "globalização benigna" sob a hegemonia norte-americana parecem definitivamente encerrados. Estamos presenciando uma degenerescência da "ordem mundial global" sobre cuja "reforma" só o próprio centro imperial poderá tomar a iniciativa. Entretanto todos os demais países estão na defensiva e na luta pela sobrevivência dos seus povos. [...] (TAVARES, M.C. As contradições da hegemonia americana. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 08 dez. 2002. Dinheiro, p. B2.)

O recurso da personificação como uma estratégia ideológica pode ser, também, verificado, quando da atribuição de um "*imaginário coletivo*" aos mercados.

[...] o funcionamento do sistema democrático no país volta a povoar o imaginário coletivo dos mercados na forma de "risco eleitoral". [...] A principal vítima econômica da ofensiva norte-americana no Iraque pode ser a globalização. Para os mais pessimistas, o próprio fracasso da globalização

teria sido a causa dessa ação militar. Causa ou efeito, a crise da globalização agrava-se tanto política como economicamente. [...] A perspectiva hoje realista de que o terrorismo internacional vá continuar tão ou mais ativo, apesar da ocupação norte-americana do Oriente Médio, projeta uma sombra de insegurança que poderá deprimir ainda por muito tempo o sentimento de consumidores, investidores e mercados financeiros internacionais. (Fim da Globalização. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 23 mar. 2003. Opinião, p. A2.)

A farsa da “*desterritorialização*” é denunciada por Seitenfus¹⁶⁴.

Os arautos da globalização que anunciavam o desaparecimento das fronteiras políticas entre os Estados, a ponto de autores apontarem a sua “*desterritorialização*”, são absolutamente desmentidos pela atual administração dos Estados Unidos. (SEITENFUS, R. A sociedade totalitária. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 11 jan. 2004. Opinião p. A3.)

A crítica à idéia de globalização como um processo fechado e sem possibilidade de alteração intensifica-se e aumenta o número de autores¹⁶⁵ que identificam na globalização esta “*idéia falsa*”.

[...] Ao deliciar-se com a desilusão, aceitou também, a despeito da experiência oposta dos outros países continentais em desenvolvimento, a idéia falsa de que a globalização nos enfaixou em camisa-de-força de que não nos podemos libertar. Não há argumentação que demova essas pessoas da prostração comodista a que se renderam. A ladainha fatalista dos desiludidos abafa a mensagem surpreendente da nação.(UNGER, R. M. O Brasil vive. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 01 jun. 2004. Opinião, p. A2.)

Na história da humanidade, segundo Matsuura¹⁶⁶, nenhum período anterior à globalização tinha mantido tantos valores em disputa.

[...] Um dos efeitos da globalização que mais chamam a atenção é o fato de ela trazer à tona a extraordinária pluralidade de valores e culturas. Se hoje estamos vivendo uma crise de valores, ela não é antes uma crise relativa ao significado dos valores e a nossa capacidade de nos governarmos e fixarmos um rumo para nossas vidas.[...]Em uma era marcada pela globalização e pela ascensão de novas tecnologias, a preservação da diversidade cultural será um desafio-chave. Em vista da erosão da diversidade, precisamos desenvolver uma ética de responsabilidade para assegurar que todas as culturas desfrutem

¹⁶⁴ Ricardo Antônio Silva Seitenfus, doutor em relações internacionais pela Universidade de Genebra, diretor da Faculdade de Direito de Santa Maria (RS). Autor de, entre outras obras, "Relações Internacionais" (editora Manole).

¹⁶⁵ Roberto Mangabeira Unger escreve às terças-feiras na coluna Opinião da Folha de São Paulo.

¹⁶⁶ Koichiro Matsuura, economista e diplomata japonês, diretor-geral da Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura).

das condições necessárias para continuarem a existir. (MATSUURA, K. O futuro dos valores. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 01 ago. 2004. Opinião, p. A3.)

Com a denominação de “*onda ideológica globalista*”, a globalização é identificada por seu conteúdo ideológico.

O estancamento da economia, que se originou no endividamento externo dos anos 70, ocorreu ao mesmo tempo em que a globalização se acelerava em todo mundo e as elites nacionais dos países em desenvolvimento eram objeto de poderosa onda ideológica globalista. (BRESSER-PEREIRA, L. C. Macunaíma e Emília na terra do amanhã. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 22 ago. 2004. MAIS! p. 12.)

Em argumento baseado na análise de fatos, o “*fim do Estado-nação*” é apontado como “*ideologia ofuscante do globalismo*”.

Mas, no mundo da globalização, existe ainda espaço para as nações? Não são todas tão interdependentes que o Estado-nação perdeu autonomia e relevância? Essa é exatamente a tese globalista, que divide os países em desenvolvimento como o Brasil. Mas, mais do que uma tese equivocada, é uma má representação da realidade econômica da economia global, na qual as nações, de fato, tornaram-se mais interdependentes, mas, em compensação, mais estratégicas. A globalização, em termos econômicos, é a competição a nível mundial entre as empresas apoiadas pelos seus respectivos Estados nacionais. [...] Os Estados nacionais, a começar pelo mais nacionalista deles, os EUA, não se limitam a apoiar as exportações das empresas localizadas em seu território. Apóiam também, sem nenhuma tergiversação, as suas empresas multinacionais, estejam elas operando onde estiverem. O mundo, portanto, apesar de toda a ideologia ofuscante do globalismo, continua firmemente organizado em termos nacionais. A União Européia não é um desmentido dessa tese, mas o exemplo da construção voluntária e democrática de um novo Estado-nação. (BRESSER-PEREIRA, L. C. 7 de setembro e FMI. **Folha de S. Paulo**, 13 set. 2004. Dinheiro, p. B2.)

Das inovações geradas no processo de globalização, destaca-se a criação de “*novas linguagens e comportamentos*”.

[...] a dupla face dos processos de globalização não aponta apenas para um diagnóstico apocalíptico, “a globalização tendendo a uniformizar idéias e modos de vida”, mas também para uma outra globalização, das redes de cooperação e produção heterogêneas e diversas, criando novas linguagens e comportamentos. (BENTES, I. O Estado Novo da Cultura. **Folha de S. Paulo**, 19 set. 2004. MAIS! p. 6 a 7.)

A idéia da globalização é considerada como uma moda que virou ideologia.

[...] Pouca gente ainda acredita em ciência social, e ainda menos pessoas estarão dispostas a aceitar que a economia é uma ciência social. Quando, há uns poucos anos, ganhou impulso a disseminação de redes digitais, rapidamente se popularizou a idéia de uma nova economia. Assim como a globalização, a idéia virou moda, a moda virou ideologia e até hoje ainda se percebe no horizonte o rescaldo fumegante dessas mitologias tecnocráticas. Quase 20 anos após a primeira crise mundial do petróleo, a queda do Muro de Berlim e a universalização do Consenso de Washington criaram uma euforia irracional. Hoje, os mitos da nova economia e da globalização já se desmancharam. A atual crise revela que a economia continua dependente de recursos não-renováveis, drama ampliado pelas guerras por água, ar e florestas. A teoria da intervenção militar preventiva desmonta a ilusão de uma renascença cultural global. (SCHWARTZ, G. Gestão de máquinas ou de pessoas? **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 26 out. 2004. Folha Sinapse, p. 6.)

O campo ideológico é indicado como fator essencial do neoliberalismo.

A força maior do mundo neoliberal reside não na sua superioridade militar, tecnológica, econômica ou política, mas no seu predomínio ideológico. Com o fim do "campo socialista", o "american way of life" disputa praticamente sozinho os corações e as mentes como forma de sociabilidade. O fundamentalismo islâmico não pode competir como proposta de vida em sociedade. [...] (SADER, E. O outro mundo possível. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 14 out. 2004. Opinião, p. A3.)

Neste item, trinta e dois autores, em cinquenta e oito citações, expressam de alguma forma o esboço da dimensão ideológica da globalização. É interessante notar que essa construção do item não foi feita a partir da extração de textos acadêmicos de tratamento específico do tema, mas de textos da imprensa escrita, cuja estruturação da reportagem geralmente se dá em torno de questões conjunturais, que são descritas e analisadas como fatos midiáticos. Isto torna a elaboração mais minuciosa no sentido de que a escolha dos trechos destacados resulta de investigação detalhista e criteriosa, direcionada para atingir o objetivo proposto.

5.2 O debate sobre a inevitabilidade da globalização em discursos da imprensa escrita no período de 1995 a 2004

Na análise do material referente à característica da inevitabilidade no período estudado, pode-se observar a polêmica no debate da globalização. Enquanto para alguns autores a globalização é apontada como único caminho; para outros, o argumento do pensamento único é inaceitável. No entanto, há uma concordância de idéias ao apontar essa questão como um grande debate internacional do final do século.

[...] Trata-se das limitações à capacidade de ação dos Estados nacionais, principal forma de organização que o mundo conheceu nos últimos 200 anos. A discussão, a rigor, nem é nova. Mas vem sendo deixada de lado pela natural dificuldade que o cérebro humano tem para trocar rapidamente fórmulas estabelecidas e consagradas pelo uso, ainda mais quando ninguém propõe um substituto que pareça de fato adequado. [...] Apesar de seus problemas, a globalização é o único caminho disponível no mundo de hoje e a história está cheia de exemplos do que acontece com os que não conseguem acompanhar sua marcha implacável. (A crise dos Estados nacionais. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 21 fev. 1995. Opinião, p. 1-2.)

A condição do homem no processo de globalização é indicada como um alerta.

[...] Certamente ainda há problemas graves na periferia. Passou a euforia dos que acreditavam no fim da História, na solução irreversível dos problemas econômicos através da liberalização geral e irrestrita dos mercados, no caráter inevitavelmente terapêutico da globalização. [...] A internacionalização é um fato irreversível. Mas o homem que afinal representa o centro desse enorme poder globalizado parece ter perdido o próprio eixo. E tudo que gira sem eixo fixo e certo na realidade cambaleia. E pode cair. (Centro fora do eixo. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 05 mar. 1995. Opinião, p. 1-2.)

A denúncia do imobilismo diante da inevitabilidade e a cobrança de uma intervenção estatal mais atuante e mais ousada, também, são assuntos tratados no discurso objeto.

[...] O nosso capitalismo expõe economia, sociedade e Estado a mudanças que só adquiriram traços de reforma dentro da ordem, de consequências revolucionárias, nas nações ricas, que possuem uma tecnologia apta a redefinir as posições das corporações gigantes, da malha de relações com seus respectivos Estados ou entre si, e das organizações financeiras fascinadas pelo poder próprio, específico e intransferível para a periferia. O jogo seria fatalmente "perverso", mas "inevitável". [...] Hoje é mais perigoso que no passado colonial submeter-se ao que as nações imperiais querem fazer com a globalização e a privatização para fora. Se contássemos com verdadeiros

estadistas e com algo comparável ao "espírito capitalista" inventivo, os rumos do país seriam outros. Fora de dúvida! (FERNANDES, F. Um círculo de ferro? **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 06 mar. 1995. Opinião, p. 1-2.)

O tratamento da globalização como “*irrevogável*” é considerado um erro. O argumento apresentado para esta constatação é o de que a organização política da sociedade atual ainda é feita através dos Estados nacionais.

[...] O fato inegável é que hoje, mais do que nunca, os homens estão organizados politicamente em Estados nacionais. Jamais houve isso antes: praticamente a humanidade inteira está repartida em nações soberanas, quase todas pertencentes a uma aliança universal, a ONU (Organização das Nações Unidas). No passado, a maior parte da população mundial vivia em colônias de nações imperiais. Hoje, o Estado nacional abrange a quase totalidade da população e por isso sua importância é maior do que nunca. O espaço nacional é ainda o único em que se pode praticar a democracia, ou seja, em que os cidadãos podem exercer o direito de escolher seus representantes para em seu nome exercer poderes e assim regular os interesses coletivos. [...] Por isso é cedo ainda para dizer que o Estado nacional está superado. Ele só o estará quando houver um Estado mundial democrático que o substitua em algumas de suas funções, numa espécie de superfederalismo, que pode até estar em gestação. Mas seria um erro fatal tomar como realidade o que não chega sequer a ser um projeto. O que existe sim é uma tendência, que recentemente se acentuou muito, de internacionalização da produção e das aplicações financeiras. Cada vez que uma tendência antiga ganha novo ímpeto, ela ganha também nova alcunha. A internacionalização produtiva e financeira, que já é no mínimo cinquentona, recebeu novo apelido: agora se chama globalização. [...] Por isso, é um erro pensar que a globalização em sua forma atual é irrevogável e que apenas medidas internacionais, como a taxação das transações financeiras por todos os países, proposta pelo prêmio Nobel de economia James Tobin, têm viabilidade. Qualquer Estado nacional pode adotar este tipo de taxação ou reduzir a mobilidade do capital sobre suas fronteiras, sem romper com a comunidade financeira mundial e sem perder os capitais externos produtivos nele investidos. É provável que, se algum país de peso reestabelecer restrições aos fluxos internacionais de capital, outros rapidamente o acompanharão. É imperativo fortalecer o Estado nacional, protegê-lo da dependência em relação a um capital prescindível, do ponto de vista coletivo. Se continuarmos a deixar que a liquidez da riqueza financeira continue emasculando os governos nacionais, é a democracia que vai soçobrar. Está na hora de dar um basta. (SINGER, P. O Estado nacional é um imperativo democrático. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 19 mar. 1995, Dinheiro, p. 2-2.)

Quando o enfoque é econômico, percebe-se que a inevitabilidade marca o discurso, qualquer que seja o aspecto da economia que esteja sendo focado. Por exemplo, sobre as roletas financeiras em geral, afirma Faria¹⁶⁷:

¹⁶⁷ Antônio Carlos de Faria, reportagem local

[...] Mas não podemos nos iludir: daqui para frente será inevitável conviver com o "hot money", os derivativos, o "day trading" e outras modalidades de roletas financeiras. Embora não tenha a mesma qualidade dos investimentos diretos na produção, o capital especulativo é importante para as economias das chamadas nações emergentes: ajuda a financiar parte da dívida pública dos governos e supre as empresas de empréstimos de curto prazo. [...] Qual a solução, então, já que é inevitável a convivência com o capital errante? [...] (FARIA, A. C. Viagem a Cancun. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 18 abr. 1995. Opinião, Tendências/Debates, p. 1-2.)

A exemplo do mercado, anunciado na linguagem da mídia como sujeito passível de sensações, sentimentos, reações e posturas, a inflação também recebe um tratamento personificado, ou seja, o autor faz um comentário sobre o “*bom comportamento da inflação*” e aponta o fenômeno da globalização como inevitável.

[...] O bom comportamento relativo da inflação neste primeiro ano do real se deveu, essencialmente, à pressão dos importados, [...] Sem ela, a inflação ainda estaria na faixa dos três dígitos anuais. A pressão dos importados, por sua vez, funciona de duas formas. Uma é consequência da abertura da economia, fenômeno inevitável quando se está condenado a entrar no jogo da globalização. [...] (ROSSI, C. Necessário, mas insuficiente. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 01 jul. 1995. Opinião, p. 1-2.)

A crença no pensamento único gera uma unanimidade negativa, segundo Santos¹⁶⁸.

[...] Na atual conjuntura, certas idéias da classe burguesa se tornaram idéias de todos: desenvolvimento, competitividade, privatização, regulação pelo mercado, globalização. Não se discutem mais os fundamentos dessas idéias, salvo os holistas de carteirinha. No plano propriamente político reina uma unanimidade burra, a crença maciça de que desenvolvimento e modernidade são inexoráveis. [...] (SANTOS, J. R. Platão e a maconha. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 18 set. 1995. Opinião, p. 1-3.)

Os fundamentos de um Estado, para Rattner¹⁶⁹, devem ser a solidariedade, a justiça social e os direitos humanos, sem os quais o discurso reproduz a idéia de inevitabilidade e manutenção do modelo vigente.

¹⁶⁸ Joel Rufino dos Santos, historiador, presidente da Fundação Cultural Palmares do Ministério da Cultura e professor de mestrado em Comunicação da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro).

¹⁶⁹ Henrique Rattner, professor titular aposentado da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo e autor de "Tecnologia e Sociedade" (Brasiliense, 1979).

[...] A evolução das sociedades nos últimos séculos pode ser aferida pela progressiva transição do sistema sociopolítico regido pelo direito divino para o de direito natural, até acenar, no limiar deste século e milênio, com a possibilidade de estabelecer-se um Estado fundamentado nos direitos humanos, na solidariedade e na justiça social, sem negar o espaço de autonomia e criatividade dos indivíduos. Esses direitos são motivos de confrontação e lutas internas em cada sociedade. Maiores taxas de crescimento econômico não garantem, em absoluto, concessões e consentimento para executar reformas sociais indispensáveis por parte das "elites". Estas se dão muito bem, mesmo no "subdesenvolvimento", como demonstra seu consumo ostentatório e de desperdício. [...] Por outro lado, reforça a mensagem da inevitabilidade do modelo e da estratégia propostos, servindo de instrumento para legitimação e manutenção do "status quo".[...] (RATTNER, H. Nem hora, nem vez... **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 29 set. 1995. Dinheiro, p. 2-2.)

O documento conclusivo do encontro do G-15, cúpula de Buenos Aires, aponta como tema de conjuntura, entre outros, a inevitabilidade da globalização, conforme pode ser observado no item dois do trecho citado.

[...] O documento repassa, em termos genéricos, os principais temas da conjuntura: 1 - Os desafios da economia, que inclui os fluxos financeiros e a dívida externa. Embora quase todos os participantes estejam entre vítimas potenciais da volatilidade dos capitais financeiros, a declaração é genérica. 2 - Globalização e integração regional. Nesse capítulo, reconhece-se a inevitabilidade da globalização da economia, mas sugere-se "sensibilidade" para esquemas de cooperação regional. 3 - O documento faz extensa análise de três temas que também estão em textos emitidos pelo G-7 _a pobreza, o desemprego e as migrações. (Corrupção fica de fora. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 05 nov. 1995. Brasil, p. 1-10.)

A mitificação do processo de globalização conduz os interlocutores do assunto a assumir posições fatalistas.

[...] O problema não é tanto a globalização. Até porque, se fosse, lamentá-la seria o mesmo que reclamar que os jornais substituíssem a máquina de escrever pelo computador. Bom ou ruim, é inexorável (e eu prefiro mil vezes o computador). O problema é a globalização à americana. [...] (ROSSI, C. Pasteurização. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 27 dez. 1995. Opinião, p. 1-2.)

As conseqüências do desemprego tecnológico são enumeradas por Antunes¹⁷⁰, que considera esta forma de desemprego como "*uma conseqüência inevitável*".

¹⁷⁰ Ricardo Antunes, professor livre docente em sociologia do trabalho na Universidade de Campinas; publicou "Adeus ao Trabalho?" (Cortez/Unicamp) e "O Novo Sindicalismo no Brasil" (Pontes); desenvolve atualmente a pesquisa "Para Onde Vai o Mundo do Trabalho?".

[...] Na lógica da atual organização societária, o desemprego tecnológico é uma consequência inevitável. O sistema produtor de mercadorias, movido pela finalidade de criar valores de troca, tem um intrínseco caráter destrutivo: elimina força humana de trabalho, destrói a natureza e coisifica e fetichiza o universo do trabalho, da cultura e dos valores. Quão mais avançada tecnologicamente é uma empresa, maior é o seu fôlego na competitividade da era global. [...] Resultado: em todos os cantos do mundo são cada vez mais explosivas as taxas de desemprego, criando uma monumental sociedade dos excluídos. (ANTUNES, R. *Contra a lógica da produção destrutiva. Folha de S. Paulo*, São Paulo, 03 mar. 1996. Mais! p. 5-13.)

Já Mattoso¹⁷¹ vê na mobilização social uma perspectiva viável de enfrentamento do desemprego tecnológico e de construção de mecanismos de regulação social.

[...] O desemprego será irreversível se as sociedades contemporâneas ficarem de braços cruzados e abandonarem ao mercado a sua solução. Desde a Primeira Revolução Industrial, a inovação tecnológica elevou a produtividade e reduziu o trabalho incorporado à produção. No entanto, esse processo não se refletiu sempre *como fatalidade* em desemprego, porque as nações, pressionadas por movimentos sociais, reagiram e buscaram mecanismos de regulação. Já no século 19 impuseram-se limites à exploração do trabalho infantil e de mulheres e às extensas jornadas de trabalho. [...] Enfrentar o desemprego e evitar a ruptura do tecido social exige a revisão de suas causas e a mobilização da sociedade por um novo projeto nacional de defesa da produção e do emprego e pela ampliação da solidariedade social. (MATTOSO, J. *Tecnologia e trabalho. Folha de S. Paulo*, São Paulo, 03 mar. 1996. Mais! p. 5-13.)

Analisando a questão do desemprego estrutural, Martins¹⁷² acredita que a globalização da economia é irreversível, mas mesmo assim é possível haver desenvolvimento econômico.

[...] O desemprego estrutural é evidente. A globalização da economia, no momento irreversível, leva a uma competitividade selvagem, em que a máquina afasta o homem e a tecnologia substitutiva cresce em proporção geométrica contra a progressão aritmética de criação de empregos, mesmo em havendo desenvolvimento econômico. (MARTINS, I. G. S. *Desemprego: haverá solução? Folha de S. Paulo*, São Paulo, 21 mar. 1996. Opinião, p. 1-3.)

¹⁷¹ Jorge Mattoso, professor do Instituto de Economia e diretor do Cesit (Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho) da Universidade de Campinas. Autor de “Desordem do Trabalho” e co-organizador da coletânea “O Mundo do Trabalho” (Scritta).

¹⁷² Ives Gandra da Silva Martins, advogado tributarista, professor emérito da Universidade Mackenzie e da Escola de Comando e Estado Maior do Exército. Presidente do Conselho de Estudos Jurídicos da Federação do Comércio do Estado de São Paulo.

A constatação da mitificação do processo em curso faz-se visível até na forma de tratamento dos elementos que o constituem, conforme destaca Gamez.¹⁷³

[...] "A globalização é inevitável. Não podemos impedir as companhias de lançarem ações no exterior, pois isso é bom para elas e para o mercado como um todo", diz Alfredo Rizkallah, presidente da Bovespa (Bolsa de Valores de São Paulo). [...] (GAMEZ, M. Três entidades fazem ofensiva por maior transparência. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 24 mar. 1996. Dinheiro, p. 2-4.)

A influência do debate teórico sobre o tema da globalização pode ser constatada, na medida em que um autor¹⁷⁴ de artigos jornalísticos fundamenta suas reflexões no discurso de outros autores.

[...] A globalização da economia é um fato inevitável, "avassalador", como disse o economista Luiz Gonzaga Belluzzo. Mas não é necessariamente boa para todo mundo, nem é um processo concluído.[...] A globalização, processo ainda não concluído, ocorre sob a predominância do capital financeiro, segundo a palestra do professor François Chesnais, da Universidade de Paris 3. [...] (SARDENBERG, C. A. Economistas discutem a globalização. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 24 mai. 1996. Dinheiro, p. 2-10.)

As potencialidades de cada nação não podem ser desprezadas no processo de globalização, como afirma Ribeiro¹⁷⁵. O autor questiona inclusive o motivo que leva os cidadãos a acreditarem na irreversibilidade da globalização.

Não há maior besteira que a de um brasileiro embasbacar-se com a doutrina norte-americana da globalização. É compreensível que um país pequeno, sem potencialidades assinaláveis, se conforme com a fusão no colosso porque, sendo isso inevitável, o melhor é relaxar para tirar algum proveito. Esse não é, evidentemente, o caso do Brasil. Seja pelo montante de nossa população, que faz de nós a maior nação neolatina. Seja pela vocação de nosso povo, cuja maior aspiração é trabalhar. Seja por sua capacidade de exercer qualquer ofício ou profissão. Seja, ainda, e principalmente, pela enormidade de nossos recursos naturais e minerais, que o mundo inteiro quer consumir. Que é que nos falta para, afinal, dar certo? Falta-nos, essencialmente, vontade política para formular e pôr em execução um projeto próprio de desenvolvimento autônomo. [...] (RIBEIRO, D. Projeto Brasil. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 22 jul. 1996. Opinião, p. 1-2.)

¹⁷³ Milton Gamez, repórter local da Folha de São Paulo.

¹⁷⁴ Carlos Alberto Sardenberg, jornalista da reportagem local da Folha de São Paulo.

¹⁷⁵ Darcy Ribeiro, antropólogo, primeiro reitor da UNB.

A irreversibilidade da globalização também é anunciada por políticos. Para Jorge¹⁷⁶ e Gushiken¹⁷⁷,

A globalização, a mundialização, ou como se queira chamar, é um fato. Um fenômeno irreversível, com efeitos danosos para os mais fracos já há muito denunciados, mas, ao mesmo tempo, com potencialidades positivas capazes de produzir alternativas que nos elevem a um novo patamar civilizatório. O nosso desafio é navegá-lo com propostas capazes de gerar consensos superiores, nacionais e internacionais, de forma a construir uma administração comum na nossa Terra. (JORGE, E. e GUSHIKEN, L. Uma federação democrática e mundial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 30 jul. 1996. Opinião, p. 1-3.)

Outros autores, embora admitam a desigualdade, o desemprego e a recessão, geradas no processo de globalização, acreditam no potencial civilizador deste processo.

[...] a globalização está disseminando uma nova ética mundial, fundada em princípios legitimadores. O primeiro deles é o primado da democracia, das modernas formas de controle da opinião pública sobre o Estado. [...] O segundo grande conceito é a noção cada vez mais clara da importância de se investir em educação e saúde, não só como fatores de equilíbrio social, mas como condição para competir em uma economia globalizada. [...] O terceiro é a consagração da eficiência e da análise custo-benefício como peça-chave em todas as ações _inclusive nas sociais. [...] O quarto é a consolidação das políticas de direitos humanos e respeito à ecologia. [...] O quinto é a importância de consolidar valores culturais nacionais, até como maneira de as nações sobreviverem como tal, dentro de um ambiente globalizado. É evidente que há muito a se caminhar. A globalização se faz dentro de um quadro de grandes mudanças tecnológicas e de ajustes nacionais postergados durante décadas. Ainda haverá muito sacrifício por parte das nações em desenvolvimento, assim como perdurará por algum tempo a intolerância racial nas nações desenvolvidas. Além disso, na fase inicial a passagem de um ciclo econômico obriga a uma reestruturação que provoca desemprego e recessão. Gradativamente esses pontos serão superados, à medida que os ajustes foram sendo completados e que as economias nacionais recobrem a pujança. Mas o potencial civilizador da globalização é irreversível. (NASSIF, L. Ética da globalização. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 29 ago. 1996. Dinheiro, p. 2-3.)

Admitir que a crise do sistema político e da democracia pode ser indicada como um dos efeitos desta nova configuração social, não implica, para Touraine, aceitar que o mundo inteiro deve estar subordinado à “*lógica da economia mundial*”.

¹⁷⁶ Eduardo Jorge, deputado federal pelo PT de São Paulo. Foi líder do partido na Câmara dos Deputados (1992) e secretário da Saúde do município de São Paulo (gestão Luiza Erundina).

¹⁷⁷ Luiz Gushiken, deputado federal pelo PT de São Paulo e membro titular da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados. Foi presidente nacional do partido (1989-90).

[...] De fato, hoje é evidente que assistimos muito menos à redistribuição dos recursos em escala global do que à formação e ao rápido desenvolvimento de uma economia financeira encarregada de mover uma operação de conquista mundial em detrimento das economias e sociedades como um todo. Tal ruptura entre o que se deve chamar de novo imperialismo e as realidades sociais traduz-se por uma grave crise dos sistemas políticos e da democracia. Os povos não se sentem mais representados por seus dirigentes, que se tornaram antes de mais nada agentes da inserção de seus países na lógica da economia financeira internacionalizada. [...] Não basta denunciar os efeitos negativos da globalização, sobretudo se for para encerrar-se numa ação e num discurso políticos reduzidos à impotência e à ineficácia diante das realidades da economia mundial. Mas é ainda mais inaceitável acreditar que a lógica da economia mundial, isto é, a dos grandes interesses financeiros, deve impor-se ao mundo inteiro. Já atingimos o ponto de ruptura, e a prioridade cabe hoje a todos os esforços de luta contra as desigualdades, de reconstrução do sistema político e da instauração de uma democracia capaz de dar combate à marginalidade, à pobreza e à exclusão. (TOURAINÉ, A. A lição de Chiapas. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 13 out. 1996. Mais! p. 5-3.)

A falácia da irreversibilidade da globalização também é denominada de “*ideologia da globalização*”.

Todas as análises competentes da economia internacional fazem gato e sapato da ideologia da globalização. Daqui a alguns anos, quando essa literatura chegar até nós, o brasileiro vai descobrir, entre surpreso e indignado, que foi vítima de uma tremenda farsa e que o processo de internacionalização em curso nas últimas décadas não tem nem o alcance, nem a novidade, nem a irreversibilidade que a ele se atribuem. [...] Também a migração internacional era maior numa época que construiu, inclusive, uma Estátua da Liberdade para dar as boas-vindas aos imigrantes. [...] Um contraste notável com a economia "global" e "sem fronteiras" de hoje, em que os imigrantes são perseguidos pela polícia, como aconteceu recentemente em Paris, quando as autoridades francesas chegaram ao ponto de mandar arrombar as portas de uma igreja para enjaular algumas dezenas de imigrantes africanos indesejados. [...] Em suma, toda essa conversa sobre "globalização" é uma gigantesca empulhação. Faz parte de um processo maior pelo qual alguns países, entre os quais o Brasil, estão sendo levados a se alienar completamente da condução do seu destino, como declarou o geógrafo Milton Santos em entrevista ao caderno Mais!, domingo último. (BATISTA JR., P. N. Lula e a "globalização". **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 17 out. 1996. Dinheiro, p. 2-2.)

Embora a globalização ainda seja anunciada pela maioria dos seus interlocutores como pensamento e caminho únicos, as vozes dissonantes dessa idéia, também não tardam a se multiplicar.

[...] Ainda que, para um número crescente de observadores das relações internacionais, a globalização da economia neste fim de século pareça

irreversível, é no mínimo temerário tomá-la desde já como um cânon inabalável, que não mereça qualquer tipo de questionamento. [...] É surpreendente, porém, que algumas reações a esse reordenamento mundial venham ainda marcadas por uma forte associação entre dois componentes culturais que aparentemente a modernidade já teria relegado à obsolescência: a xenofobia e o fanatismo religioso. Em alguns casos, proliferam os conflitos étnicos. Em outros, é o islamismo que amplia sua presença no cenário político, ameaçando uma das mais caras conquistas do mundo moderno: a separação entre Estado e religião. [...] (O Islã e a globalização. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 21 out. 1996. Opinião, p. 1-2.)

Também questionando a inevitabilidade da globalização no mesmo ano em que outros autores dissuadiam seus leitores desse suposto fato avassalador, Souza¹⁷⁸ adverte:

[...] Afirma-se que a globalização (leia-se capitalismo mundial) reina no mundo de forma definitiva e inevitável. A política do possível é aceitar esse fato. O inteligente, agora, é render-se às evidências da moda. O impossível é mudar esse juízo categórico, à Kant: uma perda de tempo, tarefa de ociosos e iludidos. [...] Contrária ao conformismo desse argumento, a sociedade vem provando, por meio da sua capacidade de mobilização e expressão, que está disposta a romper com todos os conceitos, situações, pessoas ou atitudes que impeçam a conquista dos seus direitos fundamentais. Independentemente da discussão teórica sobre o possível ou o impossível na política a sociedade sabe bem o que quer e do que precisa. Milhares de pessoas nas ruas por uma mesma causa e a queda de um presidente acusado de corrupção não são devaneios de esquerdistas utópicos nem notícias sobre um país distante. São fatos muito próximos, que remontam a um passado recente e real na vida de cada um. Sejamos os utópicos, os diferentes, os fora de moda, mas sejamos também ousados e capazes. É preciso quebrar o gelo diante de problemas graves que, de tão comuns, teimam em parecer normais. Indignar-se é o primeiro passo. Acreditar na realização do impossível e não se deixar curvar diante de previsões pessimistas podem ser os próximos passos no caminho rumo às mudanças. Enquanto o Titanic ainda flutua, tentemos o impossível para mudar o seu curso: afinal, quem faz história são as pessoas e não o contrário. Mas, para isso, é necessário sempre tentar o impossível, já que o possível, de todo jeito, acontecerá. (SOUZA, H. O impossível na política. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 17 nov. 1996. Opinião, p.1-3.)

Mesmo que se comprove a inevitabilidade da globalização, as condições de inserção no processo, para Biondi¹⁷⁹, devem ser determinadas por cada país. Esta posição é diferente da anterior, pois, em vez de fatalista e pessimista, acredita na possibilidade de uma inserção no processo, que se dê de forma mais independente, ou senão, menos subordinada.

¹⁷⁸ Herbert de Souza, sociólogo, diretor do Ibase (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas) e articulador nacional da Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida.

¹⁷⁹ Aloysio Biondi, jornalista econômico. Foi editor de Economia da Folha e diretor de Redação da revista "Visão". Escreve às quintas-feiras no caderno Dinheiro.

[...] Tá bom. Então, vamos fazer de conta que a tal globalização é inevitável porque "o mundo mudou", [...] Mesmo que se aceite essa tese, é evidente que qualquer país deve discutir o caminho que lhe traga as maiores vantagens possíveis _ou que lhe evite ao máximo os possíveis prejuízos. Privatização, quebra de monopólio, escancaramento às importações, destruição de empresas e empregos _tudo isso deve ser colocado na mesa e confrontado com alternativas. Ao entrar no jogo da globalização, cada país deve avaliar seu "cacife", ceder somente o inevitável e exigir contrapartida dos países ricos.[...] Com toda a sua tecnologia, os países ricos simplesmente param de funcionar _sem os recursos naturais dos países pobres. Esse é o "cacife" do Brasil e de outros países pobres que deveria estar sendo usado no jogo da globalização. O Brasil poderia impor condições, escolher o que lhe convém, barganhar no bom sentido. [...] (BIONDI, A. Petróleo, globalização, dinossauros e lagartixas. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 23 jan. 1997. Dinheiro, p. 2-21/9873.)

O quadro social fala mais alto e o argumento da irreversibilidade vai sendo contestado.

Houve um tempo em que a palavra "irreversível" caminhava ao lado de um corpo de idéias que propugnava o igualitarismo, a solidariedade social e a distribuição de riquezas. Era "irreversível" a adoção do socialismo como sistema político-econômico. Claro que não bastava cruzar os braços e esperar por seu advento. Mas a própria lógica da história e a dinâmica de contradições do capitalismo levariam o planeta à socialização dos meios de produção, à gestão planejada, à felicidade coletivizada. [...] Fala-se em mudança, em reforma, em avanço. Mas o que hoje é mudança antes era conservação, o que é reforma e avanço, era recuo. E o que é "irreversível" passa a ser a ordem que deveria anteriormente capitular. Irreversível é o império do mercado. Irreversível é a globalização, é a competitividade, é a diminuição do Estado e a privatização. É também a existência de excluídos e daqueles que o presidente chamou de "inempregáveis". Essa idéia de irreversibilidade da nova fase de modernização é, em vários sentidos, perigosa. Parece claro que certos aspectos do atual consenso capitalista se impõem, de fato, como condição para uma outra etapa de acumulação de riquezas. A isso, a má experiência do Estado socialista não tem como apresentar-se como alternativa. Porém, o conformismo subjacente _ou mesmo explícito_ em relação aos limites do modelo parece condenar ao deus-dará uma parte considerável de seres humanos vivos sobre a face da terra. Que esses primatas pensantes tenham nascido em terras mais aquinhoadas, minora o drama, ainda que não o resolva. Que tenham tido a má sorte de encarnar em países miseráveis, como os africanos, ou semimiseráveis, como o Brasil, é uma tragédia. Se a perpetuação dessa divisão e a simples destruição dos mecanismos de bem-estar social é o pressuposto irreversível da nova ordem, algo diz que sua falência será, ela sim, irreversível. (GONÇALVES, M. A. Fetiche e feticheiros. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 13 abr. 1997. Brasil, p. 1-18 4/5140.)

No mesmo ano da reportagem anterior, Spindola¹⁸⁰ faz uma apologia à inevitabilidade da globalização, o que demonstra uma divergência explícita entre as opiniões sobre o processo de globalização, divulgadas no veículo em análise.

O fenômeno da globalização - que é irreversível - apresenta tendências ainda não exploradas. Uma delas refere-se aos efeitos sobre a competitividade econômica em decorrência da maior intensidade e velocidade dos fluxos internacionais do comércio e de capitais. Outra relaciona-se aos impactos desse processo sobre a política fiscal, em especial a tributária.[...] A globalização é uma realidade. Cumpre a nós, administradores tributários, discutir sobre a revolução que terá de ser feita, com o objetivo de adaptar o sistema tributário a um mundo mais complexo. É inevitável. (SPINDOLA, L. A globalização e a política fiscal. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 21 mai, 1997. Dinheiro, p. 2-2 5/10406.)

A necessidade de reflexão crítica sobre a inevitabilidade da globalização também é ressaltada por Fernández y Fernández¹⁸¹

[...] Evidentemente, a globalização constitui um fato, tornou-se realidade. Não se pretende desafiar tal fenômeno histórico. Não é essa a questão, mas se trata - sim - de compreendê-la. As dúvidas e o assombro estão na inevitabilidade de uma única opção, a ser abraçada incondicionalmente pelos países do Sul e sobre cujas possíveis nuances se evita refletir criticamente. Ora, a globalização nada mais é que um produto da metalurgia da história, que se encontra na forja, não é uma obra acabada, ainda está em construção. [...] (FERNÁNDEZ Y FERNÁNDEZ, E. As origens do consórcio entre saber e poder. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 17 jul. 1997. Opinião, p. 1-3 7/8039.)

A questão da inevitabilidade é assunto de matérias jornalísticas as mais diversas. Os argumentos se multiplicam nesta discussão, podendo-se observar que, no corpo de um mesmo texto, o autor, embora tenha uma posição de aceitação da globalização como algo comparável a um fenômeno natural, questiona que este fato seja um mecanismo de imobilismo social, visto que a civilização humana não se encontra mais na idade da caverna.

Teóricos da globalização garantem que, tal como a lei da gravidade, ela não precisa de aceitação ou aprovação, tampouco de apostolado. É inevitável, inarredável, independe de gostarmos ou não dela. Assim sendo, a globalização é uma lei natural da economia mundial. Não se pode murá-la, direcioná-la

¹⁸⁰ Lytha Spindola, secretária-adjunta da Receita Federal.

¹⁸¹ Eloi Fernández y Fernández, secretário de Ciência e Tecnologia do Estado do Rio de Janeiro.

com cortinas, fechá-la com paredes. Gosto da comparação. Aceito que a globalização seja um imperativo natural como a lei da gravidade que não pode ser abolida. O capital viaja por gravidade, cai onde a produção e o lucro são mais compensadores. Se fralda coreana é melhor e mais barata do que a fralda brasileira, a gravidade do capital é mais forte que qualquer veicidade nacional. Nem se trata de uma escolha. Como a maçã que caiu na cara de Newton, a globalização é fatal. Acontece que grande parte da história da civilização é exatamente a luta do homem não para abolir a lei da gravidade, mas discipliná-la em seu proveito. O primeiro abrigo que o homem encontrou foi a caverna, cujo teto já estava feito na rocha. Depois vieram as paredes, as escadas, os gregos inventaram as colunas. Veio o cimento armado. O teto vencia a lei da gravidade sem abolí-la. Podia dar outros infinitos exemplos da epopéia humana em disciplinar (sem abolir) leis tão imutáveis como a da gravidade. Não foi por ressentimento ou ideologia que o homem lutou contra as leis naturais. Ele apenas procurou tornar habitável para um maior número de pessoas o mundo físico e hostil que o cercava. Inventou ou descobriu técnicas de escorar tetos, de viajar sobre a água, de evitar a deterioração de alimentos, de se proteger contra raios. A civilização humana é uma luta contra a força natural. Invocar esse tipo de força para justificar a globalização, paradoxalmente, é fazer a humanidade retornar à idade da caverna. (CONY, C. H. Gravidade e globalização. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 03 jul. 1997. Opinião, p. 1-2 7/980.)

Quase um ano após a publicação da reportagem acima, o mesmo autor continua discutindo a inevitabilidade da globalização.

[...] Essa fábula - que explica estranhíssima ponte numa aldeia italiana - pode ser aplicada à inevitabilidade da globalização. Apesar de miseráveis e ignorantes, devemos ser espertos para não vender a alma pelo preço de uma ponte. (CONY, C. H. A ponte do diabo. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 26 mai. 1998. Opinião, p. 1-2 5/12378.)

O debate sobre a característica da inevitabilidade atribuída ao processo de globalização também pode ser constatado no discurso de organizações internacionais oficiais, que reconhecem o sensacionalismo com que são tratados a globalização e os efeitos a ela atribuídos.

[...] No que diz respeito ao desemprego, esse discurso tem dois traços básicos, retomados com ênfase pelo novo ministro. O primeiro é o escapismo. Grande parte do desemprego é debitada às inexorabilidades da "globalização" e da modernização tecnológica. Como ninguém pode ser contra a economia "global" e a modernidade, o problema do desemprego acaba reduzido, em grande medida, à condição de subproduto desagradável de processos inevitáveis. [...] Como ressaltou documento recente da Organização Internacional do Trabalho (OIT), é preciso precaver-se contra os "exageros sensacionalistas" a respeito do impacto da "globalização" sobre o

desemprego. (BATISTA JR., P. N. Desemprego e resignação. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 16 abr. 1998. Dinheiro, p. 2-2 4/7875.)

A globalização é apresentada como um fenômeno antigo, e a inevitabilidade como algo de menor importância, para os que consideram que a globalização “é basicamente benéfica”, sendo desnecessária a especulação sobre qualquer outra característica.

No corrente debate é comum esquecer-se de que a globalização não é um episódio inédito na história humana. Este século começou (até 1914) com a globalização da "belle époque". Sob certos aspectos, essa globalização foi mais intensa que a atual, pois, além do livre comércio, havia livre movimentação de capitais e de pessoas. Foi uma era de "grandes migrações". Dessarte, a globalização contemporânea pós-muro de Berlim é apenas uma retomada de tendência após um longo interregno coletivista. [...] Setorialmente, houve também várias globalizações. A globalização "cultural", pela hegemonia da cultura helenística do século 5 a.C. até o século 2 d.C. A difusão dramática do cristianismo foi uma espécie de globalização "religiosa". De um modo geral, as globalizações tiveram efeito benigno. Relewa notar que tanto a globalização da "belle époque" como a atual marcam a confluência de três movimentos: liberalização comercial, ampliação do espaço democrático e difusão tecnológica. Na globalização do começo deste século, consolidaram-se as "democracias imperiais" do Ocidente. Na globalização deste fim de século, surge o neoliberalismo econômico acompanhado de uma irrupção democrática. [...] Admitido que a globalização, sobre ser inevitável, é basicamente benéfica, cumpre reconhecer que dúvidas persistem, sobretudo nos países emergentes, quanto a eventuais impactos negativos sobre a taxa de crescimento, a estabilidade macroeconômica, a distribuição internacional de renda ou a da governabilidade nacional. [...] (CAMPOS, R. A globalização revisitada. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 07 jun. 1998. Brasil, p. 1-4 6/4313.)

Um pensamento mais otimista é desenvolvido por Steinbruch¹⁸², quando suscita a possibilidade de desmistificação da questão da inexorabilidade da globalização.

[...] A globalização precisa ser uma via de duas mãos e não deve ser tratada como uma força inexorável contra a qual as sociedades nada podem. Não é nem precisa ser assim. (STEINBRUCH, B. A guerra sem fronteiras. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 16 jun. 1998. Dinheiro, p. 2-2 6/7834.)

Para desmistificar o processo de globalização, os argumentos vão sendo construídos e explicitados de forma convincente, utilizando inclusive a metáfora como recurso de linguagem.

¹⁸² Benjamin Steinbruch, empresário, graduado em administração de empresas e marketing financeiro pela Fundação Getúlio Vargas (SP). Presidente dos conselhos de administração da Companhia Siderúrgica Nacional, da Metropolitana e da Vale do Rio Doce.

[...] É o que eu sempre digo: "globalização" virou uma espécie de biombo. Toda vez que os governos ou as oligarquias econômico-financeiras querem vender alguma idéia indecente, politicamente difícil ou contrária ao interesse público, logo apelam para as supostas inexorabilidades da "globalização".[...] Graças à intensa propaganda enganosa, o Mercosul vem sendo transformado em uma espécie de sub-biombo. Quando não é a "globalização", é o Mercosul que "exige" isso ou aquilo, que torna isso ou aquilo outro "inevitável". [...] (BATISTA JR., P. N. Globalização tributária? **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 06 ago. 1998. Dinheiro, p. 2-2 8/2208.)

A afirmação da possibilidade e a necessidade de realizar reformas e transformações no sistema político são anunciadas como forma de modificar o quadro de desigualdades sociais, geradas no processo de globalização.

[...] A denúncia da globalização tinha um efeito perverso: não trazia consigo proposta concreta; ao contrário, não deixava de repetir que não há nada a fazer, que estamos todos nas mãos dos mercados financeiros. O resultado é que as propostas políticas, sociais e econômicas tornaram-se raras e pouco convincentes.[...] O mais importante não é que a fortuna das três pessoas mais ricas do mundo seja maior que a renda de meio milhão de habitantes dos países mais pobres, mas sim que, em nível mundial, como nacional, tenha aumentado a fratura social entre ricos e pobres. [...] É preciso repetir todos os dias que reformas e transformações são tão possíveis quanto necessárias, e que o indispensável reforço do sistema político deve proporcionar a cada país os meios de fazer recuar a desigualdade, a pobreza e a exclusão. (TOURAINÉ, A. Reformas urgentes. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 08 ago. 1999. Mais! p. 5-7 8/3119.)

O leque de justificativas se amplia constatando-se que nem mesmo os efeitos da globalização devem ser aceitos de forma fatalista e determinista.

[...] A desigualdade não é simplesmente o efeito inevitável do subdesenvolvimento (pois está em aumento nas economias mais avançadas) nem a consequência fatal de processos econômicos ou tecnológicos. Na sua raiz encontra-se sempre um julgamento de valor perverso que conduz a desprezar e desvalorizar certas categorias de pessoas e, por meio desse mecanismo às vezes inconsciente, provoca a insensibilidade da classe dirigente ao destino desses seres humanos.[...] (RICUPERO, R. Os pobres entre nós. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 24 out. 1998. Dinheiro, p. 2-2 10/10205.)

No embate teórico sobre a inevitabilidade da globalização, também surgem visões otimistas, que acreditam na possibilidade de construção de novos rumos para o processo de globalização.

[...] Esses casos desmentem a afirmação derrotista de que certo tipo de globalização é inevitável e irresistível, que diante da suposta onipotência das hegemonias só nos resta a passividade da resignação. Há espaço para uma espécie de reinvenção da democracia direta dos gregos, pela qual a sociedade organizada intervém sempre que as instituições "representativas", Congresso ou Executivo, deixam de funcionar como deviam. [...] (RICUPERO, R. O Amazonas e os igarapés miúdos. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 14 nov. 1998. Dinheiro, p. 2-2 11/5093.)

No apelo à reflexão sobre o domínio do pensamento único, encontra-se a constatação de que um novo direcionamento deve ser dado ao processo de globalização.

[...] É na linfa mesmo do que marca o Ocidente, que a exploração da subjetividade poderia agora se alentar, diante da sufocação inevitável que a plethora de meios, a multiplicação dos "logiciais" e a força reduplicadora das políticas mediáticas impuseram, resultaram num entorpecimento da reflexão. Ou na inequívoca lerdeza dialética, com que um pensamento único se instala, por inteiro, muito mais do que dominador, no eixo de um sistema de lógicas anônimas e pouquíssimo "feedback" na sua correção de rumos. [...] (MENDES, C. O futuro do mundo latino. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 14 nov.1999. Mais! p. 5-8 5-9 11/5309.)

O argumento da irreversibilidade e da inevitabilidade torna-se tão vazio diante dos fatos, que suscita reflexões específicas sobre este tema.

[...] Nosso mundo é complexo e confuso ao mesmo tempo, graças à força com a qual a ideologia penetra nos objetos e ações. Por isso mesmo, a era da globalização, mais do que qualquer outra antes dela, exige uma interpretação sistêmica cuidadosa, de modo a permitir que cada coisa seja redefinida em relação ao todo planetário. [...] Todavia a mesma materialidade, atualmente utilizada para construir um mundo confuso e perverso, pode vir a ser uma condição da construção de um mundo mais humano. Basta que se completem as duas grandes mutações ora em gestação: a mutação tecnológica e a mutação filosófica da espécie humana. [...] Ousamos, desse modo, pensar que a história do homem sobre a Terra dispõe afinal das condições objetivas, materiais e intelectuais, para superar o endeusamento do dinheiro e dos objetos técnicos e enfrentar o começo de uma nova trajetória. [...] As condições materiais já estão dadas para que se imponha a desejada grande mutação, mas o seu destino vai depender de como serão aproveitadas pela política. O que, talvez, seja irreversível são as técnicas, porque elas aderem ao território e ao cotidiano. Mas a globalização atual não é irreversível. Agora que estamos descobrindo o sentido de nossa presença no planeta, pode-se dizer que uma história universal verdadeiramente humana, finalmente, está começando.(SANTOS, M. O recomeço da história. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 09 jan. 2000. Mais! p. 10.)

Os argumentos se multiplicam na discussão da irreversibilidade da globalização e conduzem o raciocínio a explorar campos os mais diversos. Vale até mesmo cobrar um posicionamento coerente no discurso, pois, quem levantou a voz contra posturas deterministas, torna-se incoerente ao aceitar o processo de globalização como uma lei da natureza.

[...] Diante disso, de novo escutamos que nada há a fazer: a globalização é inelutável e irreversível porque é impulsionada pela mudança tecnológica. O curioso é que dizem isso justamente os que até ontem denunciavam o determinismo do materialismo histórico. Vencido o marxismo, recolhem sua herança intelectual e, sem o saber, passam a afirmar a mesma coisa: as descobertas tecnológicas alteram a estrutura produtiva e esta determina todo o resto de modo irreversível. [...] Se assim é, seria bom, enquanto é tempo, pensar em devolver à economia mundial o que ela perdeu com a globalização: o conceito de interdependência. Isto é, o elemento de mutualidade de interesses. Estamos todos unidos por esse vínculo, a empresa a seus trabalhadores e à comunidade, os produtores aos consumidores, dentro de cada país. [...] Moral desta parábola: fome se combate com comida, medo de perder o emprego, com crescimento e solidariedade. (RICUPERO, R. Três toneladas de fome. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 20 fev. 2000. Dinheiro, p. 2-2.)

O argumento da suposta inevitabilidade da globalização é contrariado, a partir de instigantes questionamentos sobre a consideração da economia como um fenômeno natural e autônomo no contexto cultural.

[...] Não faltam, contudo, outros exemplos de práticas hoje julgadas inaceitáveis moralmente, mas que eram, tempos atrás, apresentadas como condições inevitáveis de uma economia eficiente. Basta lembrar a exploração maciça e a pauperização dos operários no início da Revolução Industrial, quando a acumulação selvagem de capital era conquistada à custa de intermináveis jornadas de trabalho, salários miseráveis, condições de trabalho impiedosas impostas a mulheres e crianças. Alguém duvida de que não seria difícil encontrar no admirável mundo novo da globalização casos igualmente graves de desigualdade, miséria, desemprego, precariedade, insegurança, espoliação? [...] A questão a colocar, portanto, é se a economia deve ser autônoma em relação aos valores morais e espirituais. Se ela pertence à categoria de fenômenos como os do sistema planetário, governados por leis imutáveis, além de nosso controle. Ou, ao contrário, se ela faz parte da cultura humana e, como todas as demais manifestações da vida social, deve expressar valores humanos e morais. [...] (RICUPERO, R. Dívida de sangue. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 28 mai. 2000. Dinheiro, p. B2.)

A inevitabilidade da globalização passa a ser questionada também por parte dos governos.

[...] Até aqui, a esmagadora maioria dos governos do planeta tratou a tal de globalização como uma espécie de fenômeno natural, tão inevitável quanto o nascer do Sol todo santo dia. Agora, o comunicado oficial do encontro sobre governança progressista, encerrado sábado em Berlim, embora mantenha essa tônica, faz uma ressalva importante: "(A globalização) não pode ser apenas autorizada a acontecer; é uma realidade que nós podemos coletivamente controlar". [...] (ROSSI, C. De boas intenções. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 06 jun. 2000. Opinião, p. A2.)

O apelo a decisões políticas que reduzam o impacto da desigualdade gerada no processo de globalização traz uma elucidação à questão da inevitabilidade.

[...] Poucos contestam que a economia de mercado é mais eficiente que a centralmente planejada ou que a revolução das comunicações e da informação tornou mais intensas entre os homens as relações de todo gênero. O problema é saber se é inevitável o aumento da desigualdade que vem acompanhando a afirmação dessas tendências ou se existe espaço para combatê-la. [...] "O fato de que a força determinante é social na origem - mais do que o comércio ou a tecnologia - significa que existe mais espaço para a liderança política. As normas sociais podem ser influenciadas por decisões políticas e, dessa forma, o aumento da desigualdade não é inevitável". (RICUPERO, R. A linha divisória. 30 jul. 2000. Dinheiro, p. B2.)

Um receituário de efeitos alcançados pela aceitação ao inevitável é apresentado.

[...] O centro recomenda à periferia aceitar o inevitável e humanizá-lo. Aceita-se o inevitável pela integração passiva à economia mundial, garantida pela adoção de um equivalente ao padrão-ouro do século 19. Seus ditames são poupança interna baixa, empobrecimento do Estado, abandono de políticas ativas de desenvolvimento, abertura irrestrita aos movimentos do capital e, como resultado de tudo isso, busca da confiança dos endinheirados, dentro e fora do país. Em vez de parecer problema, a primazia da confiança parece solução: antídoto ao aventureirismo dos governos. Humaniza-se o inevitável com o recurso a políticas sociais compensatórias. Migalhas da mesa do crescimento lento, gradual e seguro. Todos os países ricos e poderosos de hoje foram advertidos, no século 19, a seguir um rumo como esse. Todos ouviram que a globalização daquela época o exigia. Todos rejeitaram o conselho fatalista, e nenhum o rejeitou mais decisivamente do que os Estados Unidos. (UNGER, R. M. A encruzilhada. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 27 mar. 2001. Opinião, p. A2.)

Na disputa entre global e local, até neologismos são criados na tentativa de denominar o processo em curso da globalização.

[...] A globalização é um processo inevitável e irreversível; complexo e arriscado, mas ainda assim influenciável. E nos últimos anos o "local"

vem ganhando tal importância que uma nova palavra surgiu para designar o processo: glocalização. Resta saber como se dá a combinação entre global e local sugerida pelo neologismo. Como fazer com que interesses nacionais tenham peso mesmo nas mais avançadas negociações impostas pela globalização? [...] O poder global é viável apenas se o poder local participar das decisões. [...] (Diplomacia "glocal". **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 11 ago. 2003. Opinião, p. A2.)

A preocupação com a forma de inserção na economia mundial está na pauta de projetos políticos. Mas, um dos pontos de partida é a aceitação da inevitabilidade da globalização.

[...] O projeto se sustenta em dois pontos centrais. O primeiro, na constatação de que não há retorno ao velho modelo de economia fechada. Posto que a globalização é inevitável, o caminho a seguir é definir a estratégia mais adequada para o país - que passa pela melhoria da competitividade interna, pela criação de um ambiente econômico favorável e pela inserção planejada da empresa brasileira na economia global. [...] (NASSIF, L. A retomada do projeto nacional. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 24 jun. 2004. Dinheiro, p. B3.)

Nesta análise de discursos, além da comprovação de que a característica da inevitabilidade é uma das tônicas do processo de globalização, também é possível verificar diversas posições assumidas pelos autores ao tratar da questão. Ou seja, os discursos analisados também explicitam as diversas posições de sujeito¹⁸³, que constroem este contexto e este debate. Em relação aos discursos analisados sobre a inevitabilidade da globalização, esbocei, a título de exemplo, quatro posições envolvendo duas variáveis, quais sejam: a posição fatalista conformada; a posição fatalista esperançosa, ou denunciadora; a posição não fatalista e contrária à resignação; a posição não fatalista e favorável à autonomia. Analisando apenas as citações destacadas, foi identificado o posicionamento dos autores dos extratos de reportagens constantes deste item e classificado em uma dessas quatro posições.

Na posição fatalista conformada, o autor tanto aceita a irreversibilidade como acredita que nada pode ser feito para mudar o curso dos fatos. Ou seja, a globalização é tão avassaladora

¹⁸³ “Posição de sujeito” é uma expressão utilizada por Laclau (1985). Para ele, “*toda posição de sujeito é uma posição discursiva*”. Na discussão de sujeito, o autor distingue dois problemas: o caráter discursivo ou pré-discursivo da categoria sujeito e a relação entre diferentes posições de sujeito. Tomei emprestada essa expressão porque considero a compatibilidade da mesma com a perspectiva analítica desenvolvida.

que não há nada mais a fazer senão adaptar-se. Nestes discursos, os autores descrevem, enumeram e apontam efeitos do processo. Incluo nesta posição Faria (p.243); Martins (p.245); Gamez (p.246); Jorge e Gishiken (p.247); Spindola (p.251) e Campos (p.253).

A posição fatalista esperançosa é aquela em que o autor, embora aceite a inevitabilidade do processo, acredita que algo pode ser feito para minimizar os efeitos perversos da globalização. Estes discursos caracterizam-se pelas reflexões sobre as possibilidades de construção de outras relações capazes de conduzir o processo a novas perspectivas. Nesta posição, encontram-se Fernandes (p.242); Rossi (p.244); Antunes (p.245); Nassif (p.247, 258) e Cony (p.252).

Na posição não fatalista e contrária à resignação, o discurso se estrutura na forma de denúncia, mas não apresenta soluções ao problema. Destaco nesta posição Ribeiro (p.246); Biondi (p.250); Gonçalves (p.250); Fernández y Fernández (p.251); Steinbruch (p.253); Ricupero (p.254, 255, 256, 257); Mendes (p.255) e Unger (p. 257). Enquanto que na posição não fatalista e favorável à autonomia, o discurso apresenta propostas alternativas de inserção no processo de globalização, construída na perspectiva de autonomia em relação às determinações e imposições. Nesta posição, destacam-se os autores Singer (p.242); Santos, J. R. (p.243); Rattner (p.244); Mattoso (p.245); Touraine (p.248, 254); Batista Jr. (p.248, 252-3, 254); Souza (p.249) e Santos, M. (p.255).

Pode ser verificado, também, em alguns casos, que houve mudança de posição por parte de um mesmo autor, Rossi (p.257); Cony (p.252). Isso demonstra o caráter de construção em que se encontra o discurso da globalização, e assim sendo o traçado ideológico contido no discurso vai se tornando mais visível. O delineamento deste traçado é o que pretendo esboçar no próximo item.

5.3 Configuração da dimensão ideológica da globalização na prática discursiva em análise

No traçado ideológico do discurso da globalização, destaco as metáforas como elementos enunciativos da presença da ideologia nesse contexto. Primeiro, porque através delas são disseminadas idéias vagas, embora abrangentes, sobre a realidade em foco. Segundo, porque funcionam como apelo sugestivo daquilo a que se referem criando um campo de aceitação e reprodução do pensamento que englobam. Terceiro, porque conseguem se impor aos dados factuais e se manter independente deles. Quarto, porque induzem práticas sociais. E quinto, porque na análise de discursos se tornam elementos enunciativos pelo fato de serem pontos de partida da discussão e às vezes encerrarem a discussão neles mesmos.

Por que o encerramento da discussão na metáfora está sendo indicado como um elemento ideológico do discurso? Porque o contexto se define para além da metáfora, que algumas vezes se coloca como elemento ofuscante da discussão, como uma possibilidade idealizada, mas não realizada e como uma idealização que ocupa o lugar da realização.

A profusão de mitos associados ao processo de globalização dá o tom da ideologia nesse contexto e pode ser verificado em qualquer dos aspectos conceituais destacados nesse estudo.

No que se refere à dimensão tecnológica do processo de globalização, a tecnologia em si e por si não é capaz de criar processos sociais, ou seja, não é capaz de configurar sozinha a nova estrutura social, pois, se assim fosse, estaríamos vivendo uma sociedade padronizada pela técnica, senão no que se refere às tradições culturais, pelo menos no que diz respeito aos hábitos de consumo e costumes.

Em relação à dimensão política do processo de globalização, o conteúdo ideológico pode ser resumido na idéia de que apenas um império dominará e governará todas as nações, identificadas na metáfora da aldeia global e no fim do Estado-nação.

Sobre a dimensão econômica, o conteúdo ideológico pode ser extraído do discurso, amplamente difundido, de que a globalização é resultante das forças de mercado, quando de fato resulta de um conjunto de decisões políticas que podem ser situadas no tempo e possuem autores identificáveis. Esta falácia também cria vários mitos como o fim do Estado e o fim da história.

No que concerne à dimensão cultural da globalização, a idéia de massificação de hábitos, padrões e costumes também não tem sustentação. A explosão de movimentos, organizações e ações referentes ao resgate de tradições culturais e identitárias realizadas em vários âmbitos é um dado concreto. Neste caso, é o local que se globaliza e não o global que se localiza, acontecendo um movimento inverso e que vai de encontro àquele que é propagado como inevitável.

No que diz respeito à dimensão social, esta reflete o forte sentido ideológico do termo globalização, através dos alarmantes índices de desigualdade social e da exclusão gerada nesse contexto, cujos termos designativos sugerem inclusão. Hoje, percebe-se que a apropriação redimensionada dos valores essenciais do mundo civilizado, como a solidariedade, não é alternativa viável e compatível ao enfrentamento da questão social contemporânea. Mais uma vez a suposta homogeneização não ultrapassa os limites de uma proposição ideológica.

Portanto, a ideologia da globalização, aqui sucintamente esboçada, configura-se pelo conteúdo ideológico componente do processo de globalização, presente em suas dimensões conceituais e estruturais, constituindo-se, inclusive, como elemento fundamental na credibilidade, adesão e implantação desse processo, pois, a partir da crença em suas falácias, o

referido processo foi sendo concretizado, embora em moldes diferentes da proposição, delineando, assim, a necessidade imperativa de sua redefinição conceitual e factual. O processo de globalização, sem dúvida, caracteriza a contemporaneidade e identifica uma nova era na história da humanidade. É necessário, porém, distinguir o fenômeno que se configura nesse processo e as decisões políticas que se configuram como o fenômeno.

A análise da ideologia é providencial nesse sentido, pois possibilita a elucidação dessas questões, através da demonstração de que cada vez mais vivemos em um mundo ideológico. A ideologia é inerente a qualquer dos aspectos da vida social. Está presente tanto no avanço científico e tecnológico como nas práticas sociais dele decorrentes. Tanto nas decisões políticas que dão sustentação às medidas econômicas como na aceitação incondicional a essas imposições. Tanto no apelo à hibridização cultural como na sua projeção em perspectiva de vida.

A dimensão ideológica da globalização se configura no discurso analisado, tanto na abordagem crítica como na reprodução da idéia metaforizada. Nesta, o ideológico se localiza na reprodução; naquela, na crítica. Por isso, afirmo que não há um lugar definido para o ideológico, e nessa afirmação comprovo a sua transversalidade em outro nível. Ou seja, a ideologia não é transversal apenas aos temas implicados nos discursos, mas às formas de tratamento dos discursos. Isto significa que destaco a ideologia como um conceito importante no âmbito da análise sociológica.

A configuração da dimensão ideológica da globalização na prática discursiva em análise é, portanto, uma pequena demonstração dessa relevância.

CONCLUSÕES

Da ordenação de assuntos tratados à explicitação de argumentos e constatações, procurei fundamentar a pertinência do estudo da globalização na Sociologia, enfocando o tratamento conceitual do termo, pelos seguintes motivos: para questionar o sentido corrente do termo globalização, o qual, não tendo sujeito definido, a não ser a vaga idéia de globo, é útil ao caráter determinista e totalizante, que lhe é atribuído; para ressaltar a relevância da abordagem conceitual desse tema, a partir da qual pode ser apresentado um contraponto à visão determinista do fenômeno, que considera irrelevante a discussão conceitual, porque entende o fenômeno da globalização como um processo proveniente de forças “naturais”, brotando espontaneamente do curso da história, dos avanços tecnológicos, das forças do mercado, do globo; para demarcar o campo da Sociologia como imprescindível ao tratamento dessa questão nos termos propostos; para permitir a abordagem da dimensão ideológica do processo de globalização como forma de desvendamento e de contestação da visão determinista sobre o assunto; e, para desenvolver a compreensão da ideologia como uma prática social de caráter transversal às outras práticas sociais e, portanto, presente nos vários aspectos conceituais da globalização.

Segui a lógica da abordagem conceitual do termo ideologia para fundamentar o tratamento da questão no campo da Sociologia e examinar a pertinência da sua discussão nesse campo, bem como, esboçar o tratamento conceitual dado ao tema nesta tese.

Introduzi o tema discurso como componente articulador da análise e procurei desenvolver conceituação sobre esse tema compatível com a proposta analítica dos dados. Nesse sentido, explicito a lógica de tratamento dos dados empíricos e apresento alguns elementos preliminares à apreciação e compreensão da análise e interpretação dos dados.

Procurei demonstrar nas definições de globalização, selecionadas do corpus da pesquisa, que a globalização é um objeto de estudo válido para a Sociologia; que precisa ser mais estudada nesse campo do conhecimento; que, mesmo no nível conceitual, ainda não é um processo plenamente estruturado e que as polêmicas referentes à discussão do tema transparecem no discurso analisado. Ou seja, a discussão teórica esboçada de alguma forma está presente no discurso objeto, no qual é possível identificar inclusive o caráter de formação em que esse discurso se encontra. A dinamicidade de formação desse discurso é aparente em cada conclusão e respectiva contestação, que se torna visível no tratamento de um mesmo assunto, constante do veículo de comunicação pesquisado. Diferente de obras literárias ou técnicas, que adotam uma visão sobre o assunto e conduzem o raciocínio em torno dessa perspectiva, as definições de globalização encontradas no jornal pesquisado permitem o cotejamento de diversas visões sobre o assunto e também reúnem a diversidade de pensamento em circulação sobre a discussão em foco. Esse fato possibilita ao analista verificar o caráter de construção do tema, a partir da dinamicidade do debate. Nesse sentido, o discurso confere a materialidade do tema e o constrói nas sucessivas reflexões tanto teóricas como factuais do processo de globalização.

As citações, extraídas do material empírico, foram instrumentais para o processamento da análise de que a globalização não resulta de um pensamento único; não é um processo inexorável; não é auto-suficiente; não é algo comparável a um fenômeno natural.

Como resultado da análise, esbocei algumas teses sobre o vínculo que estabeleci entre ideologia e globalização. Essas teses retomam questões já discutidas neste estudo e projetam a discussão para outras análises. Ou seja, resultam do esforço de pensar a ideologia no contexto da globalização e ressaltar esse conceito como essencial no campo das Ciências Sociais.

Tese 1: *Globalização é um termo genérico que se presta à função ideológica de homogeneização cultural, de equalização econômica e de igualdade social.* Procurei desenvolver subsídios à elaboração desta tese, ao discutir o conceito de globalização em abordagem crítica, visando construir uma perspectiva não fatalista sobre o assunto. Ou seja, há uma forte tendência de se conceber o conceito de globalização associado à noção de que o econômico determina o político, e o global determina o nacional. O conceito é adotado na maioria das vezes sem questionamento, sem verificar a correspondência do mesmo com o fato que descreve e sem vinculá-lo ao desenvolvimento histórico do processo. Por isso a discussão conceitual tornou-se tão importante neste estudo. Pois, desde o surgimento do termo nos anos 90, a globalização aparece como algo que flui do centro para a periferia e sugere inevitabilidade e ajustamento passivo como condição da equalização econômica e da igualdade social. No curso do desenvolvimento desse processo, constata-se, porém, que essa aceitação passiva não pode promover a abrangência idealizada que possui o termo.

Tese 2: *A globalização como a expressão da inevitabilidade é uma consequência ideológica da associação do avanço científico e tecnológico com a irreversibilidade do tempo, passando esse processo a ser entendido de forma determinista.* Os fundamentos para essa discussão são apresentados na tentativa de caracterizar a globalização, explicitando sua suposta inevitabilidade, através de abordagem conceitual e de discutir o termo ideologia como essencial na análise da globalização. A argumentação desenvolvida sugere a crítica à forma determinista de pensar o processo de globalização como algo inevitável e irreversível e define esse pensamento como ideológico. Pois, afirmar que o avanço no campo da ciência e da tecnologia apresenta uma condição de irreversibilidade, é um fato, que se confirma historicamente. Ou seja, não há uma irreversibilidade no próprio avanço, mas na condição histórica de incorporação dos resultados desse avanço. Expandir essa condição como inerente

ao processo de globalização é inadequado. É, sobretudo, atribuir indevidamente a um processo histórico a condição de fatalidade. Ou seja, a globalização será irreversível na medida em que engendre e consolide uma forma de vida da qual não se possa retroceder. Portanto, a irreversibilidade não é uma condição inerente e não pode caracterizar a globalização, uma vez que apenas pode caracterizar uma determinada conquista no patamar civilizatório.

Tese 3: O discurso da globalização é ideológico na medida em que toma metáfora por conceito, reduzindo a complexidade do fenômeno a uma denominação caricaturada e às vezes meramente especulativa do processo. A profusão de metáforas designativas do processo de globalização comprova esta tese. Por isso, construí o argumento de que através do discurso se consolida uma idéia como visão comum e geral sobre um assunto. É nesse sentido que discurso não é o oposto de prática, mas, ao contrário, é uma prática, que não se define apenas como uma prática de comunicação ou do exercício da língua. Mas, como uma prática social, que, em interação com outras práticas, constitui um determinado contexto social.

Tese 4: A característica de inevitável faz da globalização uma entidade personificada ideologicamente, quando lhe é atribuída a capacidade de induzir e conduzir os processos sociais. E, ao mesmo tempo, uma entidade impessoal, quando lhe é atribuída a propriedade de fenômenos e forças naturais. A personificação ideológica e a impessoalidade do fenômeno são marcas que caracterizam a globalização de forma explícita, para além da linguagem da mídia e de seus defensores. Também podem ser avaliadas como uma medida do grau de estruturação da dimensão ideológica da globalização no discurso, que se apresenta como revelador de tendências, tanto emergentes como consolidadas. Assim é que se torna possível delinear através da análise de discursos a ideologia como componente do fenômeno. Ou seja,

não se trata de quantificar em expressões do discurso essa dimensão ideológica, mas de qualificar na significação dessas expressões, constitutivas da prática discursiva, o caráter ideológico inerente ao processo de formação e consolidação do fenômeno da globalização.

Conseqüentemente, pode-se afirmar que a ideologia é intrínseca à globalização, quer seja no que se refere aos usos do termo, os quais se prestam a funções ideológicas, quer seja no que diz respeito às práticas inerentes a esse processo, as quais suscitam a existência, pertinência e atualidade da ideologia como conceito fundamental na discussão do processo de globalização.

Como argumento final e não último, ressalto que mesmo a mais simples das pesquisas pode revelar a grandeza de um tema, pode sugerir-lhe um tratamento inusitado e pode ousar na sua discussão. No campo das Ciências Sociais, a ousadia, a inquietação e a crítica são elementos fundamentais na construção do seu objeto de estudo e são elementos impulsionadores do desenvolvimento dessas ciências. Aliás, o que seria da ciência, ou que seria a ciência se o pensamento fosse único e se as práticas fossem condensadas em campos de aceitação? Se assim fosse, não só a ciência, mas a realidade sobre a qual e da qual se refere também seria outra. Previsível? Talvez... Mas, possivelmente, menos instigante, menos dinâmica, menos viva. Esta análise inspira a busca de mais ideologia, no sentido positivo, que possa nutrir a utopia de uma globalização, que seja sinônimo de universalização de todos os bens da humanidade para toda a humanidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABBAGNANO, N. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Mestre Jou, 1982.
- AGIER, M. **Distúrbios identitários em tempos de globalização**. In., *Mana – Estudos de Antropologia Social*, Rio de Janeiro, PPGAS – MN – UFRJ, 2001.
- ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de Estado**, Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- ALBROW, M. **The global age**. Stanford: Stanford University Press, 1997.
- _____. and KING, E. (eds.), **Globalization, knowledge and society**. London: Sage, 1990.
- AMIN, S. **Capitalism in the age of Globalization: the management of contemporary society**, Zed Books Ltd. London. New York, 1997.
- ANDERSON, P. **As antinomias de Gramsci**, revista *Crítica Marxista* nº 1, São Paulo: Joruês, 1986.
- _____. **Considerations on Western Marxism**, Londres, 1976.
- ANTUNES, R. Adeus ao trabalho? **Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**, 5ª ed., São Paulo: Cortez, 1998.
- _____. **Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**, São Paulo: Boitempo, 2000.
- APPADURAI, A. “Disjunção e diferença na economia cultural global”, in: FEATHERSTONE, M. (org.) **Cultura Global: nacionalismo, globalização e modernidade**, 3ª ed., Petrópolis: Vozes, 1999.
- _____. **Modernity at Large. Cultural Dimensions of Globalization**, USA, Public Worlds Series, University of Minnesota Press, 1997.
- ARAÚJO, T. B. **Herança de diferenciação e futuro de fragmentação**. *Estudos avançados* 1 (29), 1997.
- ARNAUD, A-J. e JUNQUEIRA, E. B. (orgs.) **Dicionário da Globalização: Direito Ciência Política**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.
- BALIBAR, É. **A filosofia de Marx**. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.
- _____. Acerca de los conceptos fundamentales del materialismo histórico. In: Althusser, L. e Balibar, E. **Para leer El Capital**, México, Siglo XXI, 1980.
- _____. **Da luta de classes à luta sem classes?** Textos didáticos, Unicamp, Campinas, 1996.
- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**, 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1986.
- _____. **Estética da criação verbal**, São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- BARRETT, M. Ideologia, política e hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe, in ZIZEK, S. (org.), **Um mapa da ideologia**, Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.
- BAUMAN, Z. **Globalização: as conseqüências humanas**, Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- _____. **Modernidade e ambivalência**, Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- BECK, U. (1992), **Risk Society. Towards a New Modernity**. London: Sage.
- BENJAMIN, W. **A modernidade e os modernos**, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1975.
- BOBBIO, N. **Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea**, São Paulo: UNESP, 1997
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**, Lisboa: Difel, 1989.

- _____. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- BORON, A. A. Os “novos Leviatãs” e a polis democrática: neoliberalismo, decomposição estatal e decadência da democracia na América Latina. In.: SADER, E. e GENTILI, P (orgs.). **Pós-Neoliberalismo II: Que Estado para que democracia?**, Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- BRAGA, R. **A restauração do capital. Um estudo sobre a crise contemporânea**. São Paulo: Xamã, 1997.
- BUCKLEY, P. (1994) **Cooperative Forms of Transnational Cooperation Activity**, London and New York : Routledge.
- CANCLINI, N. G. **A globalização imaginada**, São Paulo: Iluminuras, 2003.
- CASTEL, Robert. **As Matamorfoses da Questão Salarial**, Rio de Janeiro: Vozes, 1998.
- CASTELLS, M. **A era da informação: economia, sociedade e cultura**. O poder da identidade, vol.2, 3ª ed., São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- _____. (1996), **The Rise of the Network Society**. Cambridge: Blackwell.
- CAVALCANTI, J. S. B. **Globalização, Novas Regiões de Produção Agrícola e Desigualdades Sociais, Globalização e Trabalho**, Cadernos CRH Nº 24/25, jan., Salvador jan. dez. 1996.
- CHAUÍ, M. **Cultura e democracia**. São Paulo: Moderna, 1981
- _____. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 1980. Coleção Primeiros Passos
- _____. **Conformismo e resistência**, São Paulo: Brasiliense, 1986
- CHESNAIS, F. **A Mundialização do Capital**, São Paulo: Xamã, 1996.
- _____. **A globalização e o curso do capitalismo de fim-de-século**. Economia e Sociedade, 5 (dez.). Campinas. 1995.
- COUTINHO, C. N. Gramsci (**Fontes do Pensamento Político**, v.2), Porto Alegre: L&PM, 1981.
- DERRIDA, J. **Gramatologia**, 2ª. Ed., São Paulo: Perspectiva, 1999.
- DIAS, E. F. **A liberdade (im)possível na ordem do capital. Reestruturação produtiva e passivização**. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1997.
- EAGLETON, T. A ideologia e suas vicissitudes no marxismo ocidental. In., ZIZEK, S. (org.). **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996
- _____. **Ideologia: uma introdução**, São Paulo, UNESP: Boitempo, 1997
- ELIAS, N. **The Civilizing Process**, Volume I, Oxford: Blackwell, 1978.
- _____. **The Civilizing Process**, Volume II, Oxford: Blackwell, 1982.
- FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**, Brasília: UNB, 2001.
- FEATHERSTONE, Mike. **Undoing Culture. Globalization, Postmodernism and Identity**. London/Thousand Oaks/. New Delhi, SAGE, 1995.
- _____. (ed.), **Global Culture: Nationalism, Globalization and Modernity**. London: Sage, 1990.
- _____. et al., **Global Modernities**. Thousand Oaks: Sage, 1995.
- FERNANDES, F. **A Sociologia no Brasil: contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento**, Petrópolis: Vozes, 1976.

- _____. **A revolução burguesa no Brasil**, Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- _____. **Classes sociais e capitalismo dependente na América**, Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**, 17ª. Ed., Rio de Janeiro: Graal, 2002.
- _____. **As Palavras e as Coisas**, São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- _____. **Em defesa da sociedade**, São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- FREEDEN, M. Editorial: Political ideology at century's end, **Journal of Political Ideologies**, vol.5, nº 1, 2000.
- GENTILI, Pablo (org.) **Globalização excludente: Desigualdade, exclusão e democracia na ordem mundial**. 2ª ed., Petropolis, RJ :Vozes; Buenos Aires : CLACSO, 2000.
- GIDDENS, A. (1990), **Sociology**. Oxford: Polity Press.
- _____. **As conseqüências da modernidade**, São Paulo: UNESP, 1991.
- _____. **A terceira via: a renovação da social democracia**,
- _____. (1985) **A Contemporary Critique of Historical Materialism**, vol. II: The Nation-state and Violence, Berkeley: University of California Press.
- _____. **Mundo em descontrole: o que a globalização está fazendo de nós**. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2003.
- GLYNOS, J. The grip of ideology: a Lacanian approach to the theory of ideology, **Journal of political Ideologies**, vol. 6, nº 2, 2001.
- GORZ, A . **Adeus ao proletariado**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982
- GRAMSCI, A . **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**, 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.
- _____. **Concepção Dialética da História**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984ª
- _____. **Os intelectuais e a organização da cultura**, 4ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982
- _____. **Cadernos do Cárcere**, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.
- _____. **Obras escolhidas**, São Paulo: Martins Fontes, 1978
- GRUPPI, L. **O conceito de hegemonia em Gramsci**, 2ª ed., Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- GUATARRI, F. & ROLNIK, S. **Micropolítica**. Petrópolis, Vozes , 1986.
- HABERMAS, J. **O Discurso Filosófico da Modernidade**, São Paulo, Martins Fontes, 2002.
- _____. **Consciência moral e agir comunicativo**, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.
- _____. **A crise de legitimação do capitalismo tardio**, 2ª. Ed., Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002
- _____. **A Técnica e a ciência como “ideologia”**. Lisboa: Edições 70, 1987.
- _____. **Conhecimento e interesse**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.
- HALL, S. **Da Diáspora: identidades e mediações culturais**, Belo Horizonte:UFMG, Brasília: UNESCO, 2003.
- _____. **A identidade cultural na pós-modernidade**, 7ª ed., Rio de Janeiro, DP&A, 2002
- HARVEY, D. **Condição Pós-moderna**, 9ª ed., São Paulo, Loyola, 2000
- HEGEL, W. F. **Fenomenologia do espírito**. Petrópolis : Vozes, 1992. 2v.
- HELD, D., “Democracy, the nation-state and the global system”, **Economy and Society**, 20 (2): 138-172, 1991.
- _____. (org.) **Prospects for Democracy**, Cambridge: Polity Press, 1993.
- HELLER, A . **Sociologia de la vida cotidiana**, Barcelona: Península, 1977.
- _____. **Teoria de las necesidades em Marx**, Barcelona: Península, 1978.
- _____. “Paradigma della produzione e Paradigma del Lavoro”, **Crítica Marxista**, Roma: Ed. Riunih, Nº 4, 1978.

- _____. **La Revolucion de la Vida Cotidiana**, Barcelona: Península, 1982.
- HIRST, P. e THOMPSON, G. **Globalização em questão: a economia internacional e as possibilidades de governabilidade**, Petrópolis, RJ : Vozes, 1998.
- HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos - o breve século XX: 1914 - 1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HORKHEIMER, M. **Teoria Crítica: uma documentação**, São Paulo, EDUSP: Perspectiva, 1998.
- HORKHEIMER, M. e ADORNO, T. Textos escolhidos. **Coleção os Pensadores**, 5ª. ed., São Paulo: Nova Cultural, 1991.
- _____. **Dialética do esclarecimento**, Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- HORSMAN, M.; MARSHALL, A. **After the Nation State**, Nova York: Harper-Collins, 1994.
- IANNI, Octávio. **A Sociedade Global**, Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1992.
- _____. **Teorias da globalização**, 9ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- _____. **A era do globalismo**, 4ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- JAMESON, F. **O inconsciente político: a narrativa como ato socialmente simbólico**, São Paulo: Ática, 1992.
- _____. **O marxismo tardio: Adorno, ou a persistência da dialética**, São Paulo, UNESP: Boitempo, 1997
- _____. **A cultura do dinheiro: ensaios sobre a globalização**, Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2001
- LENIN, V.I. **Obras Completas**, Rio de Janeiro: Difel, 1979
- _____. **O Estado e a Revolução**, São Paulo: Hucitec, 1983
- _____. **O trabalho do partido entre as massas**, São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.
- KONDER, L. **A Questão da Ideologia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002
- KURZ, R. **O colapso da modernização**, São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- LACLAU, E. **Política e ideologia na teoria marxista**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- _____. **Misticismo, retórica y política**, Buenos Aires: Fondo de Cultura Econômica, 2002
- _____. "The Impossibility of Society", **Canadian Journal of Political and Social Theory**, 7,1 e 2, 1983.
- LACLAU, E & MOUFFE, C. **Hegemony and socialist strategy**, London: Verso, 1985.
- _____. **Post-Marxism without Apologies** (A Replay to Norman Geras), *New Left Review*, 166, 1987.
- LASH, S.; URRY, J. (1996), **Economics of Signs and Space**. London: Sage.
- LIMOEIRO-CARDOSO, Miriam. **Ideologia do desenvolvimento: Brasil JK/JQ**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- _____. Ideologia da globalização e (des)caminhos da ciência social. In.: GENTILLI, Pablo (org). **Globalização excludente - Desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial**, Petrópolis, RJ : Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000.
- LIPSCHUTZ, R.D.; COCA, K. (1993) "The implications of global ecological interdependence", in LIPSCHUTZ, R.D. e COCA, K. (orgs.) **The State and Social Power in Global Environmental Politics**, Nova York: Columbia University Press.
- LÖWY, Michael. **Ideologia e Ciência Social - Elementos para uma análise marxista**, São Paulo: Cortez, 1985
- _____. **As Aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento**, São Paulo: Busca Vida, 1987.
- MCLUHAN, M. e POWERS, B. R. **The global village**, Oxford, Oxford University Press, 1989.

- LUKÁCS, G. *As Bases Ontológicas do Pensamento e da Atividade do Homem*, **Temas de Ciências Humanas**, nº 4, São Paulo: Ed. Ciências Humanas, 1978.
- _____. **História e consciência de classe**, Rio de Janeiro: Elfos / Porto: Escorpião, 1989.
- MACCIOCCHI, M.A. **A favor de Gramsci**, 2ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980
- MAFFESOLI, M. **Lógica da dominação**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- MAGALINE, A. D. **Luta de classes e desvalorização do capital**. Lisboa, Moraes, 1977.
- MAINGUENEAU, D. **Novas tendências em análise do discurso**, 3ª ed., Campinas, SP: Pontes: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1997.
- MANDEL, Ernest. “Marx, La Crise Actuelle et L’Avenir du Travail Humain”, **Quatrième Internationale**, nº 2, Paris, 1986.
- MANHEIM, K. **Ideologia e utopia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- MARTINS, P. H. Imagens ambivalentes da globalização. In.: **Revista Estudos de Sociologia**, v. 5, n.2, jul./dez., 1999, Recife: UFPE, Líber Gráfica, 2001.
- MARX, Karl, **O Capital**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- _____. **O 18 Brumário de Luiz Bonaparte**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978
- _____. **Elementos Fundamentais para la Crítica de la Economía Política (Grundrisse) 1857-8**, Mexico, Siglo XXI Editores, vol.II., 1972.
- _____. **Capítulo VI (inédito)**, São Paulo: Ed. Ciências Humanas, 1978.
- MARX, K. e ENGELS, F., **A Ideologia Alemã - Teses sobre Feuerbach**, São Paulo: Moraes, 1984.
- _____. **Manifesto Comunista**, Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
- MELLO E SOUSA, A. C. **A Sociologia no Brasil**, Enciclopédia Delta Larousse.
- MÉSZAROS, István, **Marx: a teoria da alienação**, Zahar Editores, 1981.
- _____. **Beyond Capital (Towards a Theory of Transition)**, London: Merlin Press, 1995.
- MICELI, S. (org.) **História das Ciências Sociais no Brasil**, São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais: IDESP, 1989.
- MOSCOVICI, S. **La machine a fire des dieux**, Paris: Fayard, 1988.
- NORVAL, A. The Things We Do with Words – Contemporary Approaches to the Analysis of Ideology, **British Journal of Political Science**, nº 30, 2000.
- OFFE, C. “Trabalho como Categoria Sociológica Fundamental?” **Trabalho e Sociedade**, Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, vol.1, 1989.
- _____. **Trabalho e sociedade. Problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho**, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.
- OFFE, C. e BERGER, Johannes. A dinâmica do Desenvolvimento do Setor de Serviços”, in. OFFE, C. **Trabalho & Sociedade**, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, vol.2, 1991.
- OLIVEIRA, Francisco. “O Surgimento do anti-valor”, **Novos Estudos Cebrap**, 22, São Paulo, 1988.
- OLIVEIRA, C. E. B de & MATTOSO, J. E. L. (org.) **Crise e Trabalho no Brasil: modernidade ou volta ao passado**, São Paulo: Scritta, 1996.
- ORLANDI, Eni. P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**, Campinas, SP: Pontes, 4ª edição, 2002.
- ORTIZ, R. **Mundialização e cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- PORTELLI, H. **Gramsci e o bloco histórico**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977
- RAMOS, G. **A redução sociológica**, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1965.
- RICOEUR, P. **Interpretação e ideologias**, Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.
- RITZER, G. **Teoria sociológica contemporânea**. 3ª ed., Madrid: McGraw-Hill, 1993.
- ROBERTSON, R. **Globalização: teoria social e cultura global**, Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- _____. **Globalization**. London: Sage, 1992.
- _____.; KHONDKER, H. “Discourses of Globalization. Preliminary Considerations”, **International Sociology**, 13 (1), 25-40, 1998.

- ROUANET, S. P. **Mal Estar na modernidade**, São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- _____, **A razão cativa**, São Paulo: Brasiliense, 1985
- SANTOS, Boaventura de S. (org.) **A Globalização e as Ciências Sociais**, São Paulo: Cortez, 2002.
- _____, **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**, 2.ed., São Paulo : Cortez, 1996.
- _____, **Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática**, São Paulo : Cortez, 2000.
- SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo (Globalização e Meio Técnico-Científico Informacional)**, Hucitec, São Paulo: 1994.
- SASSEN, S. **Los espectros de la Globalización**, Fondo de Cultura Econômica de Argentina, S.A, El Salvador, Buenos Aires, 2003
- SKLAIR, L. **The Sociology of the Global System**, London: Harvester/Wheatsheaf, 1991.
- SLATER, P. **Origem e significado da Escola de Frankfurt**, Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- SODRÉ, N. W. **A ideologia do colonialismo**, 2ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- TEIXEIRA, Francisco J. S. e OLIVEIRA, M. (org.). **Neoliberalismo e Reestruturação Produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho**, São Paulo: Cortez, 1996.
- THOMPSON, J. B. **Studies in the theory of ideology**. Cambridge: Polity Press, 1984.
- _____. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**, Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.
- TILLY, C. (org.) **The Formation of Nation State in Western Europe**, Ann Arbor: University of Michigan Press, 1975.
- _____. “State-incited violence, 1900-1999”, **Political Power and Social Theory**, 9: 161-179, 1995.
- TOLEDO, C. N. **ISEB: fábrica de ideologias**, Campinas, São Paulo: UNICAMP, 1997.
- TOURAINÉ, A “Os Novos Conflitos Sociais”, **Lua Nova**, São Paulo: Marco Zero, nº 17, 1989.
- _____. **Qu’est-ce que la démocratie?** Paris: Fayard, 1994.
- URRY, J. “Time and space in Giddens’ social theory”, in: C.G.Bryant and D. Jary (eds.), **Giddens’ Theory of Structuration**. London.:Routledge, 1991.
- _____. **Global complexity**, Cambridge: Polity Press, 2004.
- VELLOSO, João Paulo dos Reis & MARTINS, Luciano (orgs.). **A nova Ordem Mundial em Questão**, Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1993.
- WALLERSTEIN, I. A reestruturação capitalista e o sistema mundo In.: GENTILI, P. (org) **Globalização excludente: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial**, Petrópolis, RJ: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000.
- _____. “A cultura como campo de batalha ideológico do Sistema Mundial Moderno” in. FEATHERSTONE, M. (org.). **Cultura Global: nacionalismo, globalização e modernidade**, Petrópolis, RJ. Vozes, 1999.
- _____. **Geopolitics and geoculture**, Cambridge, Cambridge University Press, 1991.
- WEFFORT, F. C. Nota sobre a teoria da dependência, teoria de classes ou ideologia nacional, **Estudos** 1, CEBRAP, 1972
- WITTGENSTEIN, L. **Investigações Filosóficas**, 5. ed., Os pensadores, São Paulo: Nova Cultural, 1991.
- ZIZEK, S. (org.). **Um mapa da ideologia**, Rio de Janeiro: Contraponto, 1999
- _____. **Eles não sabem o que fazem**, Rio de Janeiro: Zahar, 1990.